

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RENATO ALVES DE OLIVEIRA

**A TRÍADE ESPECTRAL: DA CIDADE PROMETIDA À NÃO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ORIGINÁRIO DE CIANORTE, NA SUA
INTEGRALIDADE**

Apoio: CAPES

Maringá
2026

RENATO ALVES DE OLIVEIRA

**A TRÍADE ESPECTRAL: DA CIDADE PROMETIDA à NÃO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ORIGINÁRIO DE CIANORTE, NA SUA
INTEGRALIDADE**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de doutor em Administração,
do Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Estadual de
Maringá.

Orientador: Prof. Dr. William Antonio Borges

Apoio: CAPES

ODSs Contemplados: 08, 10, 11, 12, 16

Maringá
2026

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central Maria Grazia Zolet - UEM, Maringá - PR, Brasil)

O48t

Oliveira, Renato Alves de

A tríade espectral : da cidade prometida à não implementação do plano originário de Cianorte, na sua integralidade / Renato Alves de Oliveira. -- Maringá, PR, 2026.
xv, 188 f. : il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. William Antonio Borges.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2026.

1. Produção do espaço urbano . 2. Administração pública. 3. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 4. Vazio urbano - Espaço urbano - Cianorte (PR). 5. Criptoprodução especulativa do espaço. I. Borges, William Antonio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.001

Ademir Henrique dos Santos - CRB-9/1065



ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos **dezessete** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e vinte e seis**, às **catorze horas e trinta minutos**, realizou-se a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: **“A tríade espectral: da cidade prometida à não implementação do Plano Originário de Cianorte, na sua integralidade”**, de autoria de **RENATO ALVES DE OLIVEIRA**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Doutorado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Dr. William Antonio Borges (presidente); Dr. Ricardo Luiz Töws (membro examinador externo – IFPR); Dr^a Aurea Andrade Viana de Andrade (membra examinadora externa – PPGSeD/Unespar); Dr. Maurício Reinert do Nascimento (membro examinador do PPA); e Dr^a Priscilla Borgonhoni Chagas (membra examinadora do PPA).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de: ☒ **Aprovada(o)**; ☐ **Aprovada(o) com correções**; ☐ **Reformulação do trabalho**; ☐ **Reprovada(o)** pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

OBS: Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de doutor em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

Maringá, 17 de junho de 2026.

Dr. William Antonio Borges
(Presidente)

Dr. Ricardo Luiz Töws
(membro examinador externo – IFPR)

Documento assinado digitalmente
gov.br AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE
Data: 16/06/2026 17:13:42-0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Dr^a Aurea Andrade Viana de Andrade
(membra examinadora externa – PPGSeD/Unespar)

Dr. Maurício Reinert do Nascimento
(membro examinador do PPA);

Dr^a Priscilla Borgonhoni Chagas
(membra examinadora do PPA)

Dr. José Paulo de Souza
(coordenador)

Dedico esta tese:

Para a minha amada esposa, Geisi, que me faz o homem mais feliz do mundo!
Aos meus queridos filhos, Lorenzo e Arthur, por me revelarem a imensa felicidade de
ser pai!

Agradecimentos

Nenhuma jornada, especialmente uma tão longa e sinuosa como a do doutorado, é percorrida em solidão. As páginas que se seguem são fruto de um trabalho individual, mas a força para escrevê-las foi, sem dúvida, uma construção coletiva, tecida pelo amparo, pela inspiração e pelo afeto de muitas pessoas a quem agora desejo, ainda que de forma insuficiente, agradecer.

O primeiro agradecimento, o mais essencial, só poderia ser para você, minha amada esposa, Geisi. Dizer que sou eternamente grato ainda parece pouco para expressar tudo o que sinto. Você é a minha inspiração. É a materialização da frase que tantas vezes lhe digo: “você acredita mais em mim do que eu mesmo”. Mulher fantástica, forte e madura, que me deu os maiores presentes que a vida poderia me oferecer, nossos filhos, Lorenzo e Arthur, e que soube, com uma sabedoria imensa, ser o porto seguro para todas as minhas tempestades e o farol para as minhas incertezas. Sem você, eu jamais chegaria até aqui.

Aos amigos que esta caminhada acadêmica me presenteou, a minha gratidão se traduz em memórias. Ao meu amigo Lúcio, com quem divido a jornada há mais de seis anos, ainda no mestrado: que amparo, que força, que conversar pujantes, maravilhosas! Vi você entrar, como alguns gostavam de nos rotular, “positivista” e se tornar um pesquisador brilhante, um pai, um marido exemplar. Um amigo para todas as horas, cujo “devir” é inspiração para o meu. Ao meu amigo Juliano, companheiro desde aquela longínqua disciplina de “Territórios”, ainda em 2016. Quantas histórias, não é mesmo Juliano? E ao meu amigo Luiz, com sua gentileza, sua educação e seu jeito centrado. Confesso que, nas primeiras disciplinas do doutorado, cheguei a pensar que não seríamos amigos. Quantos enganos felizes a vida nos proporciona. Nesta mesma gratidão, incluo tantos outros amigos que, mesmo não nominados, foram fundamentais com seu apoio para que eu pudesse trilhar e concluir este caminho.

E nesta caminhada, a sala dos professores do DDM tornou-se um inesperado e bem-vindo refúgio. Aos meus amigos Paula Linke, Marcelo Forcato e Cibelle Valim, meu mais profundo obrigado pelos dois anos de parceria. Amizades que pretendo levar para uma vida inteira. Quantas risadas e conselhos trocamos, momentos que aliviaram a carga e fortaleceram o ânimo. À Paula, com sua natureza centrada e humilde, para quem uma conversa animada e uma generosa bacia de pipoca são,

quicá, os verdadeiros pilares da existência, agradeço o apoio inestimável nesta reta final. Ao Marcelo, com seu humor inteligente e sempre pronto para um bom café, que me acolheu desde o primeiro dia como se a nossa amizade já fosse antiga, minha gratidão. E à Cibelle, despojada e alegre, profissional exemplar e parceira para o que der e vier. Sem vocês, meus amigos, trilhar, em especial, a parte final desta pesquisa teria sido imensuravelmente mais difícil.

Aos meus professores do mestrado e do doutorado, que iluminaram o caminho. Ao prezado professor Crubellate, um verdadeiro poço de saber, de quem tive a indizível honra de ser o seu, como ele gostava de me chamar, “consultor para assuntos bíblicos”. À professora Priscilla Borgonhoni, uma das grandes responsáveis pelo nascimento desta tese; foi em sua disciplina de “Territórios” que os primeiros rascunhos desta pesquisa, que agora concluo, começaram a tomar forma. Ao professor Maurício, deixo a nossa saudação: “interessante” (risos). Brincadeiras à parte, seu convite para que nos questionássemos como pesquisadores foi fundamental. Na impossibilidade de nominar a todos, aponto um professor que representa todos os demais: meu querido orientador e amigo, professor William Borges. Que viagem linda realizamos juntos. Com seus ajustes, seus encontros e desencontros, sua “potência”, tive o privilégio de ter um mentor, um guia que não apenas me orientou, mas que me permitiu investigar a minha mais profunda inquietação de infância. Muito obrigado.

Aos meus pais, Benedito e Helena, servos zelosos de Deus, exemplos de uma vida de retidão e amor. Meu muito obrigado. E a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte deste meu trajeto, minha sincera gratidão.

Por fim, e acima de tudo, agradeço ao meu Deus, Jeová. Em cada momento de dificuldade, de cansaço ou de dúvida, foi a Ele que recorri em busca de forças para prosseguir. Toda honra e toda glória sejam dadas a Ti.

RESUMO

Esta tese investiga as lógicas administrativas, territoriais, econômicas e políticas que produziram a distância entre o espaço planejado e o espaço efetivamente construído em Cianorte, cidade fundada em 1953 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) com o projeto de se tornar metrópole regional do noroeste paranaense. O objetivo central é construir, por meio das narrativas dos sujeitos envolvidos com a produção do espaço urbano de Cianorte, uma inteligibilidade sobre as condições históricas, geográficas e políticas que compõem a relação entre o espaço planejado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e o espaço efetivamente produzido em Cianorte. Com base em dezessete entrevistas semiestruturadas, levantamento documental e a epistemologia do Construcionismo Social, o percurso investigativo organizou-se em quatro trilhas temáticas: a Geada Negra de 1975; a demora sistemática da ferrovia prometida e a precariedade prolongada das vias de acesso rodoviário, que mantiveram a cidade à margem dos circuitos regionais por quase duas décadas após sua fundação; o solo arenoso mobilizado como condição adversa; e os mecanismos de captura do poder público municipal pela empresa colonizadora. Percorridas essas trilhas, a inteligibilidade que as narrativas permitem construir é a de que o vazio urbano de Cianorte – a Zona 5 e parte da Zona 6, jamais entregues apesar de constarem no plano original – não emerge como não execução do planejamento, mas como expressão de uma lógica de acumulação fundiária que esta tese denomina Criptoprodução Especulativa do Espaço: a produção do espaço urbano pela sua não produção sistemática, em que a ausência opera como ativo de longo prazo e a promessa como instrumento de valorização. Para tornar essa lógica visível como inteligibilidade, esta tese propõe a Tríade Espectral – desdobramento inspirado na tríade dialética de Henri Lefebvre para contextos de colonização empresarial periférica –, articulada em três dimensões: o Concebido Oculto, que captura a racionalidade fundiária que opera além do plano declarado; o Percebido Suspenso, que descreve a prática espacial cotidiana definida pela ausência do que deveria estar ali; e o Vivido Assombrado, que nomeia a memória coletiva de uma promessa que os habitantes reconhecem como traída, mas raramente conseguem nomear como estratégia. O horizonte comparativo de Umuarama – cidade fundada pela mesma empresa, com o mesmo modelo de colonização e sobre o mesmo tipo de solo, mas com resultado

espacial distinto – permitiu tensionar as explicações por fatores externos e formular a pergunta sobre a decisão administrativa como fator diferenciador, pergunta que esta tese abre sem poder fechar. Em diálogo com Lefebvre (1991; 2008a; 2008b), Harvey (1989; 1996), Vainer (2002) e Corrêa (1989; 2013), a tese constrói a inteligibilidade de que, em contextos de cidade-empresa periférica, a acumulação de capital pode operar precisamente onde menos cidade é produzida. A Tríade Espectral constitui, assim, uma nova lente teórica para os estudos urbanos, e a Criptoprodução Especulativa do Espaço, um conceito operacional para tornar visível como inteligibilidade o que a historiografia local havia naturalizado como fatalidade.

Palavras-chave: Tríade Espectral; Produção do Espaço Urbano; Cianorte; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; Criptoprodução Especulativa do Espaço; Vazio Urbano.

ABSTRACT

This thesis investigates the administrative, territorial, economic, and political logics that produced the distance between the planned space and the space effectively built in Cianorte, a city founded in 1953 by the Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) with the project of becoming a regional metropolis in the northwest of Paraná. The central objective is to construct, through the narratives of the subjects involved in the production of urban space in Cianorte, an intelligibility about the historical, geographical, and political conditions that compose the relationship between the space planned by the Companhia Melhoramentos Norte do Paraná and the space effectively produced in Cianorte. Drawing on seventeen semi-structured interviews, documentary analysis, and the epistemology of Social Constructionism, the investigative journey was organized around four thematic trails: the Black Frost of 1975; the systematic delay of the promised railway and the prolonged precariousness of road access, which kept the city at the margins of regional circuits for nearly two decades after its founding; the sandy soil mobilized as an adverse condition; and the mechanisms by which the colonizing company captured local municipal power. Traversing these trails, the intelligibility that the narratives allow to be constructed is that the intra-urban void of Cianorte – Zone 5 and part of Zone 6, never delivered despite being part of the original plan – does not emerge as a planning failure, but as an expression of a land accumulation logic that this thesis names *Speculative Cryptoproduction of Space*: the production of urban space through its systematic non-production, in which absence operates as a long-term asset and the promise functions as an instrument of valorization. To render this logic visible as intelligibility, this thesis proposes the *Spectral Triad* – an unfolding inspired by Henri Lefebvre's dialectical triad, developed for contexts of peripheral corporate colonization –, articulated in three dimensions: the *Hidden Conceived*, which captures the land-use rationality that operates beyond the declared plan; the *Suspended Perceived*, which describes everyday spatial practice defined by the absence of what should have been there; and the *Haunted Lived*, which names the collective memory of a promise that inhabitants recognize as betrayed but rarely manage to name as strategy. The comparative horizon of Umuarama – a city founded by the same company, with the same colonization model and on the same type of soil, but with a radically different spatial outcome – allowed for a tensioning of explanations based on external factors and

opened the question of administrative decision-making as a differentiating element, a question this thesis raises without being able to close. In dialogue with Lefebvre (1991; 2008a; 2008b), Harvey (1989; 1996), Vainer (2002), and Corrêa (1989; 2013), the thesis constructs the intelligibility that, in peripheral company-city contexts, capital accumulation can operate precisely where less city is produced. The Spectral Triad thus constitutes a new theoretical lens for urban studies, and Speculative Cryptoproduction of Space an operational concept for rendering visible, as intelligibility, what local historiography had naturalized as fatality.

Keywords: Spectral Triad; Production of Urban Space; Cianorte; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; Speculative Cryptoproduction of Space; Urban Void.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de concessão da CMNP, com a fundação dos núcleos principais	79
Figura 2 – Propaganda da CTNP na Revista A Pioneira	80
Figura 3 – Anúncio publicado pela CTNP em 1937 divulgando as suas Terras	81
Figura 4 – Anúncio da CTNP para Cianorte com ferrovias e aeroportos	84
Figura 5 – Mapa do Paraná com a localização das principais cidades	89
Figura 6 – Primeira Planta da Cidade-jardim de Letchworth, Inglaterra	93
Figura 7 – Planta do Patrimônio de Cianorte e o Cinturão Verde previsto por Jorge de Macedo Vieira	95
Figura 8 – Panfleto da campanha eleitoral em Maringá – 1952	101
Figura 9 – Cidade Planejada (A), Cidade Implantada (B), Cidade Construída (C)	106
Figura 10 – Zona 5 e restante da Zona 6 destacadas sobre o plano original da CMNP para Cianorte.....	107
Figura 11 – Outdoor do empreendimento Parque Centenário, da CMNP, sobre a área do restante da Zona 6 (2025).	177
Figura 12 – Vista aérea de Cianorte em 2026: Zona 5 e restante da Zona 6 destacadas.	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos originais propostos pela tese	29
Quadro 2 – Caracterização das entrevistas realizadas	62
Quadro 3 – Tríade Espectral aplicada transversalmente às quatro trilhas investigativas.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS

APROMAC	Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
PSD	Partido Social Democrático
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SACI	Serviço de Água de Cianorte
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

PREÂMBULO: A ORIGEM DO DESEJO DA PESQUISA - MINHAS INQUIETAÇÕES.....	11
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	21
2.1.1 A produção do espaço na perspectiva de Lefebvre e Harvey	21
2.1.2 O espaço urbano na perspectiva de Lefebvre e Harvey	23
2.1.3 A tríade dialética lefebvriana e os limites de sua aplicação a contextos de colonização empresarial periférica	26
2.1.4 A cidade-mercadoria e a cidade-empresa para Carlos Vainer em conversação com Henri Lefebvre e David Harvey	33
2.1.5 O Vazio Urbano como Categoria Interpretativa: do Terrain Vague ao Não Realizado como Reserva de Valor.....	39
2.2 OS AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: INTENCIONALIDADE E HEGEMONIA NA CIDADE- EMPRESA.....	42
2.2.1 O Protagonismo dos Proprietários Fundiários e Promotores Imobiliários ...	43
2.2.2 O Estado como Mediador e a Ilusão da Neutralidade	50
2.2.3 A Miríade de Agentes e a Resistência do Espaço Vivido.....	52
2.3 O PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO E SUAS COMPLEXIDADES	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4 O INÍCIO DA PESQUISA.....	72
4.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO.....	72
4.1.1 O café, o capital inglês e a formação da CTNP.....	72
4.1.2 Autonomia, crise e aquisição brasileira: a empresa que não respondia a ninguém.....	74
4.1.3 A lógica da acumulação: pequenos lotes, grandes lucros e a diversificação dos negócios	76
4.1.4 Cidades como produto: o planejamento urbano e a propaganda como instrumentos de venda.....	78
4.1.5 A ferrovia como promessa e como ausência.....	83
4.1.6 As cidades-irmãs: Londrina, Maringá e Umuarama como espelhos e horizontes comparativos	85
4.2 A CIDADE QUE LEVA O NOME DA CMNP: CIANORTE.....	88
4.2.1 Promessas e expectativas sobre Cianorte.....	90
4.2.2 Estratégias para a cidade de Cianorte	92
4.2.3 Da Implantação à Realidade: Expansão, Divergências e o Legado Especulativo que permanece.....	97

4.2.4 A CMNP e a interferência com o poder público visando seus interesses ...	100
4.3 A CIDADE PLANEJADA, A CIDADE IMPLANTADA E A CIDADE CONSTRUÍDA	103
5 A CONSTRUÇÃO DE UMA INTELIGIBILIDADE SOBRE OS CAMINHOS QUE INFLUENCIARAM A CONFIGURAÇÃO ATUAL DE CIANORTE: A TRÍADE ESPECTRAL COMO LENTE PARA A SOBERANIA DO VAZIO	109
5.1 UMA RESSALVA NECESSÁRIA: A TRÍADE ESPECTRAL SOB TENSÃO DAS DISSONÂNCIAS	113
5.2 A GEADA NEGRA DE 1975: DO ACIDENTE CLIMÁTICO AO INSTRUMENTO ATIVO DA SOBERANIA DO VAZIO.....	116
5.2.1 A cidade que respirava café.....	118
5.2.2 O impacto: cheiro de café queimado e o silêncio depois	118
5.2.3 O êxodo e a população que encolheu	119
5.2.4 O Concebido Oculto: a Geada como elemento de legitimação de uma prática que já estava em curso	121
5.2.5 O Percebido Suspenso: o vazio que se instalou no cotidiano	122
5.2.6 O Vivido Assombrado: a expectativa frustrada e o êxodo registrado em cartório	122
5.2.7 Como a CMNP reagiu: recolhimento ou continuidade da estratégia?	124
5.2.8 Síntese da Engrenagem	124
5.3. O ISOLAMENTO E A OMISSÃO SISTEMÁTICA: A FERROVIA PROMETIDA, A RODOVIA TARDIA E A SOBERANIA DO VAZIO	126
5.3.1 O custo da espera pela infraestrutura de acesso: quem pagou a conta? ...	128
5.3.2 O Concebido Oculto: a promessa usada como instrumento de atração	130
5.3.3 O Percebido Suspenso: a fricção do cotidiano como prática espacial	131
5.3.4 O Vivido Assombrado: a promessa como fundamento do sacrifício.....	132
5.3.5 Síntese da Engrenagem	133
5.4 O SOLO ARENOSO E A ILUSÃO DA PEROBA: QUANDO A NATUREZA SE TORNA ELEMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA RETENÇÃO.....	134
5.4.1 A Tríade Espectral nesta trilha.....	139
5.4.2 Síntese da Engrenagem	140
5.5 A SOBERANIA QUE GOVERNA SEM GOVERNAR: A CMNP, O PODER MUNICIPAL E A PRODUÇÃO POLÍTICA DO VAZIO	142
5.5.1 A Tríade Espectral nesta trilha.....	149
5.5.2 Síntese da Engrenagem	150
5.6 SÍNTESE ESPECTRAL: A SOBERANIA DO VAZIO COMO SISTEMA.....	152
5.6.1 O encaixe cronológico que a historiografia nunca articulou.....	153
5.6.2 Umuarama: a pergunta que as quatro trilhas não fecham.....	154

5.6.3 Omissão calculada ou simples incapacidade? A sustentação narrativa do Concebido Oculto	156
5.6.4 A Tríade Espectral como sistema transversal	159
5.6.5 O vazio como produto, não como ausência de produto	162
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180
APÊNDICE	187

PREÂMBULO: A ORIGEM DO DESEJO DA PESQUISA - MINHAS INQUIETAÇÕES

Sinto a necessidade de esclarecer que o desejo por este projeto, mais do que uma exigência formal do doutorado, é uma inquietação que me antecede; um anseio que não é recente, mas que me atravessa e me incomoda há mais de trinta e seis anos. Quero nesse momento, tentar transcrever essas minhas inquietações, o que ajudaram inclusive a percorrer as trilhas que me auxiliaram a desenvolver a presente Tese.

Moro em Cianorte desde os cinco anos de idade. Uma cidade arborizada, de ruas largas, praças e bosques, que desde sempre ouvi dizer que era uma cidade “planejada”. Pacata, sobretudo nos anos 1980, permitia-me brincar na rua, pedalar e explorar quase todos os cantinhos da cidade. Mas aos onze anos, algo começou a me incomodar: os inúmeros terrenos vazios, todos murados, padronizados por tijolinhos aparentes. Todos os moradores sabiam que pertenciam à “Companhia”. O caminho que eu fazia todos os dias incluía atravessar a pé cerca de oitocentos metros no meio de uma trilha com mato até a altura dos joelhos, muito próximo do centro da cidade¹. Eu olhava aqueles grandes vazios e ficava imaginando quantas construções poderiam existir ali. Acabava me perguntando quais seriam os motivos de existirem tantos espaços vazios no meio de uma cidade planejada e até quando eles permaneceriam assim. Na época, eu nem sabia que bairros inteiros, não tão longe do centro, nem haviam sido iniciados pela Companhia.

Outra coisa que também me ocorria, quase que sem querer, era uma comparação de Cianorte com outras cidades vizinhas, como por exemplo Maringá. Isso acabava sempre vindo à minha cabeça, de forma recorrente, já que eu sabia que Maringá também tinha sido fundada pela Companhia, e que era relativamente pequena a diferença de idade entre as duas cidades (Maringá foi fundada apenas seis anos antes que Cianorte). Então, outras perguntas acabavam surgindo: Por que Cianorte não se desenvolveu tanto quanto Maringá? Será que um dia Cianorte seria uma cidade grande? Mas essas eram perguntas que eu me fazia enquanto criança e que depois continuaram durante minha adolescência.

¹ No local daquela trilha, desde 2009 foi inaugurado o Paço Municipal Wilson Ferreira Varella e vários prédios públicos (TRIBUNA DE CIANORTE, 2015).

Os anos foram passando, para mim e para a cidade de Cianorte. Antes que eu completasse vinte e quatro anos de idade, tive a oportunidade de começar a trabalhar na Companhia Melhoramentos (CMNP). Depois de alguns meses trabalhando na empresa, por volta de 2003, um dos colegas de trabalho veio me mostrar um recorte do jornal 'O Estado de São Paulo' datado de 1966, que trazia uma matéria sobre a cidade de Cianorte. Fiquei muito curioso, e em alguns minutos já tinha lido a matéria toda umas quatro vezes. No entanto, duas coisas me chamaram muito à atenção. Primeiro, que Cianorte, conforme eu sempre ouvia falar, realmente era uma cidade que tinha sido planejada, e no registro do jornal era comparada com Londrina, Maringá e Umuarama, visto que todas elas também haviam sido planejadas pela CMNP, a empresa tinha planos que elas fossem "metrópoles", cidades de importância estratégicas para o norte do Paraná. Isso me afetou de imediato, e despertaram aqueles pensamentos e questões da minha infância. "Então quer dizer que Cianorte poderia ter se desenvolvido assim como Maringá e Londrina?"

O segundo fato que também me chamou atenção foi que, segundo aquela matéria de jornal, a linha férrea estava parada em Água Boa, distrito de Paiçandu, fazia oito anos. Aquilo me deixou ainda mais intrigado, e comecei a revirar aquelas minhas questões de infância. Naquela mesma noite, fiz uma pesquisa numa Enciclopédia na biblioteca da Universidade Estadual de Maringá, na qual eu era aluno da graduação de Ciências Contábeis, e descobri que na verdade a linha férrea só foi chegar em Cianorte em 1973. Então outras perguntas começaram a emergir: "Será que o fato de a linha férrea ter demorado tanto tempo para chegar em Cianorte, não poderia ter sido um dos motivos que influenciaram o desenvolvimento da cidade? Se a linha férrea tivesse chegado antes, o desenvolvimento de Cianorte não poderia ter sido diferente? Existem outros motivos que influenciaram o desenvolvimento da cidade?" Daquele dia em diante, em 2003, afirmei para mim mesmo que em algum momento da minha vida buscaria as respostas àquelas minhas perguntas.

Outras peças também começam a tentar se encaixar: desde pequeno ouvira que a curta viagem entre Maringá e Cianorte – apenas setenta quilômetros – podia durar vários dias nas épocas de chuva, antes de o asfalto cobrir a PR-323. Então outra pergunta surgiu na minha mente: Será que a dificuldade de acesso à Cianorte,

logo no início da colonização da cidade, não poderia também ter contribuído para que Cianorte não fosse essa “metrópole” planejada pela CMNP?

Por volta de 2014, uma peça inesperada se encaixou. Numa conversa informal com um ex-funcionário da Companhia que havia atuado na empresa por quase cinco décadas – conversa da qual não guardei registro nem gravação, porque naquele momento eu ainda não sonhava com o mestrado –, eu formulei, movido pela mesma inquietação que me atravessava desde a infância, uma pergunta simples: por que a Companhia não vendia os terrenos que ainda mantinha em Cianorte e investia em outra coisa? A resposta veio com uma tranquilidade que só se tem quando se enuncia algo evidente: “Já está investido!! Não existe nenhum outro investimento melhor do que terra, por isso a Companhia não vai vender tão cedo”. Aquela frase me atravessou. O que eu poderia fazer? Somente podia guardar aquelas palavras, sem entender ainda o que elas significavam. Levaria mais de uma década, e todo o percurso do doutorado, para eu compreender que aquela resposta – aparentemente casual – condensava, em uma linha, aquilo que Marx (1985) e Harvey (2006) chamariam depois, no meu vocabulário acadêmico, de renda fundiária capitalizada. A intuição estava lá antes da teoria. A teoria só me deu o nome.

Alguns anos se passaram e iniciei em 2016 uma disciplina como aluno não-regular no mestrado em Administração da Universidade Estadual de Maringá. Coincidência ou não, estava sendo ofertada a disciplina Território e Desenvolvimento no Contexto dos Estudos Organizacionais. Não sei dizer se foi eu quem escolheu a disciplina ou foi a disciplina quem me escolheu. Era meu primeiro contato com textos científicos que abordavam conceitos e teorias relacionados ao espaço, espaço urbano, produção do espaço urbano, entre outros. Fiquei muito empolgado, pois muitas coisas apreendidas durante aquele semestre passaram a se encaixar, mesmo que ainda engatinhando, nas minhas inquietações sobre a cidade de Cianorte. A vontade era sair já respondendo todas aquelas perguntas, mas compreendi, com o auxílio da professora Priscilla que, um artigo, atrelado a minha inexperiência na pesquisa científica, logo no início da minha caminhada no mestrado, eram fortes indicativos que eu ainda não estava pronto para todas as respostas (não que hoje eu já me considere plenamente pronto).

Durante a minha pesquisa para o artigo proposto da referida disciplina, descobri mais um fato sobre Cianorte. Embora soubesse que Cianorte era diferente

da maioria das outras cidades brasileiras, no sentido que foi planejada desde a sua fundação, para minha surpresa, dois bairros inteiros que constavam do plano original da CMNP para Cianorte, nunca saíram do papel e que esses espaços ainda estavam reservados para futura expansão da cidade². Tudo isso me deixou ainda mais convencido de que um dia eu deveria me debruçar sobre os mecanismos pelos quais a CMNP administrou o ritmo de desenvolvimento de Cianorte de um modo que, segundo o que as narrativas foram revelando, não se explica apenas por incapacidade ou infortúnio – e que esta tese investiga como expressão de lógicas administrativas, territoriais, econômicas e políticas que produziram a distância entre o espaço planejado e o espaço efetivamente construído. O que eu não poderia imaginar, naquela biblioteca da UEM, é que a maior inflexão desta tese não seria a resposta às perguntas que eu carregava desde a infância, seria perceber que essas perguntas precisavam ser reposicionadas. Essa é a origem da minha pesquisa – e também a sua maior inflexão: vim buscar as razões de uma não realização e fui encontrando, ao longo do percurso, narrativas que recusam o próprio pressuposto da pergunta.

² Zona Cinco e o restante da Zona Seis, bairros deslocados do núcleo central de Cianorte.

1 INTRODUÇÃO

É nas cidades que a maioria das pessoas nasce, vive e estabelece relações sociais, isto é, se constrói nesse espaço. Sendo assim, a cidade se constitui um importante objeto de discussão por parte de inúmeras áreas de conhecimento, como a Geografia, o Urbanismo, a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia, além de ganhar crescente destaque nos Estudos Organizacionais, no âmbito da Administração, e no Campo de Públicas, onde se estabelece a Administração Pública, dada sua complexidade. As cidades, como centros da vida humana, são espaços complexos que abrigam uma multiplicidade de atividades, dinâmicas sociais e culturas. Este espaço é um campo complexo, cuja compreensão é essencial para se entender a dinâmica das cidades e como elas influenciam a vida de seus habitantes.

Também são nas cidades onde parcela do Capital é investido e nelas ocorrem principalmente os conflitos sociais. Isto é denominado “organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano” (Corrêa, 1989, p. 8). A dinâmica da urbanização e as transformações do espaço urbano têm sido objeto de discussão e compreensão por parte de diversos teóricos ao longo das décadas.

Compreender o espaço urbano implica reconhecer que existem agentes de produção do espaço que interferem direta ou indiretamente na sua produção. O Estado, grandes empresas comerciais e de serviços, também chamados como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, os promotores imobiliários, estão incluídos entre os que interferem no processo de produção do espaço urbano (Corrêa, 2013). O espaço simboliza o lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições, que opera segundo interesses divergentes e de grupos diversos. Esses agentes de produção do espaço urbano, por meio de suas ações e interesses, estratégias e práticas espaciais particulares, acabam moldando o espaço urbano. É uma lógica da produção capitalista do espaço transformando toda a produção – neste caso a terra – em mercadoria (Lefebvre, 1991).

A partir da década de 1920, o Norte do Paraná tornou-se parte integrante do processo de incentivo à colonização, promovido e associado à disseminação da expansão do café. Atraídos pela terra fértil e clima favorável, muitos migrantes rumaram para a região, impulsionando a ocupação e o desenvolvimento local (Dias,

1998). Neste contexto, uma empresa S/A, a Companhia de Terras Norte do Paraná, identificada como agente fundiário-imobiliário, enxerga uma excelente oportunidade de negócio. Em 1925, a empresa adquiriu junto ao governo do Estado uma vasta área de terras no norte do Paraná e deu início a um projeto de colonização e planejamento urbano. A proposta: criar cidades modernas e prósperas, impulsionando o desenvolvimento da região e gerando lucros para seus acionistas (Dias, 1998).

Entre as cidades planejadas e fundadas pela CMNP para serem metrópoles, destaque Cianorte. Fundada em 1953, a cidade se destaca por seu traçado urbano, inspirado no conceito de “Cidade-Jardim”. A CMNP tinha planos que Cianorte se tornasse um centro urbano de referência para o noroeste do estado do Paraná, com a mesma importância de cidades como Maringá e Londrina. No entanto, o que as narrativas permitem construir é a inteligibilidade de uma divergência significativa entre o projeto original e o espaço efetivamente construído ao longo das décadas que se seguiram à fundação da cidade (Cioffi, 1995; Martins, 2021; Varella, 2019). Sendo a investigação dessa trajetória o cerne da minha inquietação pessoal – como narrei no preâmbulo, onde descrevi a experiência de atravessar, ainda criança, aquele extenso trecho de mato entre terrenos murados a poucos quarteirões do centro da cidade –, esta pesquisa de doutorado se propõe a compreender por que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não concretizou o seu planejamento originário para Cianorte. Mais do que um registro de não realização ou de êxito, o que se coloca como problema central é a relação entre o espaço planejado e o espaço efetivamente produzido: que lógicas administrativas, territoriais, econômicas e políticas determinaram que dois bairros inteiros do projeto de Jorge de Macedo Vieira jamais saíssem do papel? O que essa distância revela sobre as práticas organizativas que moldaram o espaço de Cianorte? É a partir dessas perguntas – carregadas comigo há mais de três décadas – que o objetivo desta Tese se define.

Diante dessa realidade, o objetivo que orienta esta Tese reside em construir, por meio das narrativas dos sujeitos envolvidos com a produção do espaço urbano de Cianorte, uma inteligibilidade sobre as condições históricas, geográficas e políticas que compõem a relação entre o espaço planejado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e o espaço efetivamente produzido em Cianorte.

Para tanto, os objetivos específicos assim se estabelecem: 1) Recontar a história da colonização do Norte do Paraná e o planejamento originário da CMNP para a cidade de Cianorte, identificando as promessas formuladas, o projeto urbanístico de Jorge de Macedo Vieira e os marcos que definiram o que a empresa pretendia edificar; 2) Desvelar os agentes de produção do espaço urbano que atuaram em Cianorte; e 3) Apreender os argumentos que emergem das narrativas e que se apresentam como uma justificativa sobre as diferenças entre o plano originário desenvolvido pela CMNP para o município de Cianorte, e o que efetivamente foi produzido.

Para argumentar sobre as dinâmicas que pautaram a produção capitalista do espaço na cidade de Cianorte, balizei a pesquisa a partir dos referenciais teóricos de Henri Lefebvre, David Harvey, Marcelo Lopes de Souza, Roberto Lobato Corrêa e Carlos Vainer, com contribuições pontuais de Milton Santos para situar a lógica urbana no contexto capitalista brasileiro.

Para percorrer essas trilhas investigativas e responder à questão central, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, norteada pela epistemologia do Construcionismo Social. A construção da inteligibilidade proposta não se deu apenas pela análise documental, mas, fundamentalmente, pela escuta das narrativas de antigos moradores, gestores e representantes da própria colonizadora. É no cruzamento entre os registros históricos, os estudos acadêmicos e a memória viva de Cianorte que esta Tese se estrutura, buscando compreender as dinâmicas que forjaram o espaço urbano para além do traçado idealizado.

1.1 JUSTIFICATIVA

O espaço urbano, como Lefebvre (1991) argumentou, é um produto social moldado por práticas cotidianas e lutas políticas. Compreendê-lo exige ir além da delimitação física das cidades e alcançar as relações de poder que o configuram.

O tema Cidades nas áreas de Administração e Administração Pública, a partir da Constituição de 1988, vem ganhando cada vez mais espaço e contribuindo para os Estudos Organizacionais. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender um fenômeno ainda pouco explorado nos Estudos Organizacionais e no Campo de Públicas: o de como agentes privados de colonização podem produzir espaço urbano pela sua não-produção sistemática, isto é, de como a acumulação de

capital pode operar onde menos cidade é concretamente edificada. Pode-se subsidiar também o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às cidades, já que desde a Constituição brasileira de 1988, o status dos municípios passa de figurante para protagonista na execução da política urbana de acordo com o Art. 18:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

E conforme se observa no Art. 182 da Constituição Federal, essa política visa o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento das funções sociais e a garantia do bem-estar dos seus habitantes, o que também serve de motivação para o referido trabalho.

A relevância do trabalho reside, em primeiro lugar, no fato de que ele trata o agente fundiário-imobiliário como organização, e não apenas como agente territorial. Essa distinção é o que ancora a tese no campo da Administração e a diferencia de um estudo de Geografia ou de Urbanismo. Uma tese geográfica sobre Cianorte investigaria o espaço produzido. Esta tese examina a organização que o produziu, suas decisões administrativas, sua racionalidade de longo prazo, sua relação com o Estado local e a forma pela qual condições externas foram incorporadas como elementos da sua dinâmica de acumulação. A produção do espaço urbano realizada pelo agente é, portanto, lida nesta tese também como prática organizativa, o que a situa entre os Estudos Organizacionais e o Campo de Públicas. Para os Estudos Organizacionais, a contribuição está em construir a inteligibilidade de como uma empresa colonizadora pode operar como agente plurifuncional (Corrêa, 2013), articulando, num único ator, a propriedade fundiária, a promoção imobiliária e a influência sobre o Estado. Para o Campo de Públicas, a contribuição está em examinar como a política urbana municipal pode aproximar-se de interesses privados a ponto de o planejamento urbano municipal operar como instrumento de retenção fundiária, e não apenas como instrumento de ordenamento. Outro ponto relevante é que o presente estudo pode contribuir para o aprofundamento do debate acerca dos interesses políticos, públicos e privados que atravessam o processo de

produção imobiliária e os modos pelos quais ele se relaciona com o desenvolvimento das cidades.

Essa distinção tem consequências teóricas que atravessam toda a tese. Ao tratar a CMNP como organização, e não apenas como agente territorial, esta investigação mobiliza, ainda que de forma não exaustiva, um repertório teórico dos Estudos Organizacionais que a perspectiva geográfica não alcançaria com a mesma precisão. Em particular, o conceito de racionalidade adaptativa, central para a inteligibilidade que o Capítulo 5 constrói, encontra sua genealogia teórica na noção de racionalidade limitada formulada por March e Simon (1958): organizações não operam por maximização racional, mas por decisões suficientemente adequadas ao contexto disponível, ajustadas incrementalmente a cada nova circunstância. Mintzberg (1978) desdobrou essa ideia no conceito de estratégia emergente: padrões de decisão que se consolidam ao longo do tempo sem terem sido explicitamente planejados como tal. É nesse sentido que utilizo nesta tese o termo racionalidade adaptativa, para descrever o comportamento da CMNP em Cianorte: não uma conspiração de diretoria com plano escrito, mas um padrão consistente de decisões que, tomadas a cada encruzilhada, produziram sistematicamente o mesmo resultado. Identificar e tornar inteligível esse padrão é o que ancora esta tese no campo da Administração.

Essa contribuição se articula com um debate que o Campo de Públicas brasileiro ainda não esgotou: o da capacidade institucional dos municípios de pequeno e médio porte para regular agentes privados que detêm posição dominante sobre o território. Borges (2013), ao examinar experiências de associativismo territorial em regiões metropolitanas brasileiras, sustenta que a fragmentação político-administrativa dos municípios frequentemente limita sua capacidade de impor diretrizes de desenvolvimento urbano a agentes com maior poder econômico e político. O caso de Cianorte radicaliza esse argumento: trata-se de um município que nasceu sob tutela direta da empresa que detinha toda a terra, o que não é apenas fragilidade institucional – é heteronomia estrutural desde a fundação.

O que esta tese oferece ao Campo de Públicas é a construção de uma inteligibilidade sobre os limites estruturais da autonomia municipal quando o agente privado antecede o próprio Estado – inteligibilidade elaborada a partir das perspectivas de quem habitou e governou sob essa condição: prefeitos, pioneiros,

representantes da sociedade civil e o próprio agente fundiário. No Construcionismo Social que orienta esta pesquisa, essa escolha é epistemológica: as perspectivas de quem viveu a heteronomia estrutural constroem sentidos sobre ela que as perspectivas de técnicos e especialistas em políticas urbanas construiriam de forma distinta, igualmente parcial, igualmente situada. Uma pesquisa futura que reunisse essas outras perspectivas não completaria o que esta tese deixou incompleto; construiria uma inteligibilidade diferente, e por isso complementar. O que esta tese oferece ao Campo de Públicas é, portanto, a inteligibilidade construída de dentro da condição examinada, o que os estudos de capacidade institucional elaborados a partir de perspectivas técnicas talvez não alcançariam da mesma maneira.

Ao percorrer a história de Cianorte, esta pesquisa também busca contribuir para a compreensão do processo de produção do espaço urbano da referida cidade, partindo de uma contextualização sobre a colonização e urbanização do Norte do Paraná, e o papel das empresas colonizadoras nesse processo.

O que esta tese acrescenta, porém, é algo que nasceu comigo ainda menino: a inquietação de que os vazios talvez não fossem falha do projeto – e a pergunta que ela carrega até hoje. Foi olhando aqueles lotes murados que eu comecei a sentir, sem ainda ter nome para isso, o que hoje chamo de Tríade Espectral. Por isso esta pesquisa justifica-se não apenas academicamente, mas existencialmente: porque construir uma inteligibilidade sobre Cianorte é enfrentar uma pergunta que a historiografia local nunca respondeu com profundidade: que lógica orientou a distância entre o que a CMNP planejou e o que efetivamente produziu? As categorias de Lefebvre e Harvey permitem examinar esse processo como expressão da lógica do valor de troca sobre o valor de uso. A Tríade Espectral acrescenta a essa leitura a possibilidade de tornar analiticamente examinável o que as narrativas constroem como o “sonho que empacou” – não como não realização, mas como expressão de uma lógica especulativa de longo prazo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Nesta seção realizo um levantamento de referenciais teóricos que dão base e sustentação à pesquisa, visto que aborda as contribuições de importantes pensadores e pesquisadores como Henri Lefebvre e David Harvey sobre espaço, a produção do espaço urbano. Para dar vida a esse debate teórico e conectá-lo à realidade pesquisada, situo Cianorte como objeto de investigação ao longo deste capítulo, não para antecipar conclusões, mas para mostrar ao leitor de que cidade estou falando quando mobilizo esses conceitos. Ao explorar suas ideias, é possível compreender de que maneira as dinâmicas econômicas influenciam na organização das cidades.

2.1.1 A produção do espaço na perspectiva de Lefebvre e Harvey

Para inaugurar a discussão sobre a produção do espaço e lançar luz sobre a gênese de Cianorte, é imperativo partir da premissa de Lefebvre (2008a, p.44) de que “o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado”. Longe de ser um receptáculo neutro ou um mero palco onde a colonização aconteceu, o espaço é compreendido pelo autor como um meio de ação estratégico, controlado por agentes sociais hegemônicos, sejam eles o Estado ou, no caso desta pesquisa, uma grande empresa colonizadora como a CMNP. Esses agentes moldam o território para viabilizar seus objetivos particulares e reproduzir as relações de produção vigentes. Nesse sentido, o espaço urbano de Cianorte não apenas reflete, mas simboliza e materializa o local onde as contradições e os conflitos do capitalismo se desenrolam, dependendo intrinsecamente de “interesses divergentes e de grupos diversos”, tornando-se, portanto, um campo permanente de disputas (Lefebvre, 2008a, p. 53).

Essa natureza política do espaço decorre do fato de que ele é, fundamentalmente, um produto social. Rompendo com a tradição que o limitava à sua materialidade física ou geográfica, Lefebvre (1991) propõe que o espaço é resultado da ação contínua do homem sobre a natureza através do trabalho. Como aponta Caseti (1991), o trabalho atua como mediador universal nessa relação,

transformando a natureza bruta, a mata virgem do Norte do Paraná, em um espaço humanizado e mutável.

Contudo, para compreender a lógica que regeu o planejamento de Cianorte, é preciso ir além e promover um diálogo com David Harvey (1989). Se para Lefebvre o espaço é uma construção social permeada por conflitos, Harvey aprofunda essa leitura ao postular que, na sociedade capitalista, essa construção é condicionada pela necessidade imperativa de acumulação de capital. Assim, a transformação da natureza em cidade não ocorre apenas pela intervenção humana genérica, mas segue uma lógica específica onde o espaço é produzido para ser consumido e para gerar mais-valia³. É sob essa ótica que a atuação da CMNP deixa de ser vista apenas como colonizadora para ser entendida como produtora de um espaço-mercadoria.

Aprofundando a discussão, Lefebvre (1991) postula que a produção do espaço constitui um pilar fundamental para compreender a dinâmica urbana, argumentando que ela não se resume a uma questão de organização física ou técnica, mas é, sobretudo, uma questão de poder. Contudo, para examinar o caso específico de Cianorte, o diálogo com David Harvey (1989; 2006) se torna indispensável para qualificar a natureza desse poder. Se para Lefebvre os conflitos de interesse moldam o espaço, Harvey radicaliza esse argumento ao propor que, na sociedade capitalista, a produção espacial é condicionada pela lógica da acumulação.

Sob essa ótica, observaremos que a organização do território promovida pela CMNP não visava apenas a funcionalidade urbana, mas precisava responder a imperativos econômicos. Harvey nos ajuda a compreender que a instância financeira frequentemente se sobrepõe aos interesses sociais, transformando o processo de construção da cidade em um mecanismo que deve, obrigatoriamente, ser lucrativo para o agente produtor. Assim, o espaço de Cianorte pode ser lido, como proposição

³ Mobilizo o termo mais-valia no sentido que Marx (2013, Livro I) formulou em *O Capital*: o valor excedente que o trabalho produz para além do necessário à reprodução da força de trabalho, e do qual o capitalista se apropria como fundamento da acumulação. Ao aplicá-lo à produção do espaço urbano, sigo a leitura de Harvey (2006), para quem essa categoria se atualiza sob a forma de mais-valia fundiária: o valor que o proprietário da terra extrai não pelo trabalho que ali investiu, mas pela apropriação das rendas geradas pela urbanização coletiva do entorno. É nesse sentido, e apenas nesse, que utilizo o termo ao longo desta tese – categoria que se articulará, adiante, com a Teoria da Renda da Terra (Marx, 2013, Livro I; Harvey, 2006; Topalov, 1984) para tornar inteligível a lógica pela qual a CMNP acumula pela retenção da terra urbana enquanto o restante de Cianorte se desenvolve à sua volta.

investigativa, sob a tensão entre o discurso de criar uma comunidade (social) e a lógica de gerar mais-valia fundiária (econômico).

Essa leitura crítica das camadas que compõem a realidade de Cianorte será operacionalizada pela tríade dialética proposta por Lefebvre (1991): o espaço percebido, o espaço vivido e o espaço concebido. É com essa lente que, a partir do próximo subtópico, examinarei os limites de aplicação da tríade lefebvriana a contextos de colonização empresarial periférica.

2.1.2 O espaço urbano na perspectiva de Lefebvre e Harvey

Para adentrar na especificidade do espaço urbano de Cianorte, é fundamental romper com a visão da cidade apenas como um artefato físico ou um suporte para as atividades humanas. Apoiando-me em Lefebvre (1991), compreendo o urbano como uma obra social, o lugar do encontro e da simultaneidade. No entanto, essa dimensão social é imediatamente confrontada e capturada pelas forças econômicas. É aqui que Harvey (1989) estabelece um diálogo crítico, argumentando que, sob o capitalismo, a urbanização não é um processo aleatório, mas uma necessidade estrutural para a absorção de excedentes de capital. No caso de Cianorte, e conforme as narrativas que serão apresentadas posteriormente, a cidade não nasceu de uma aglomeração espontânea, mas de um cálculo empresarial da CMNP, configurando-se, desde a sua gênese, como um espaço produzido para viabilizar a circulação e a acumulação de capital, transformando a terra bruta em ativo financeiro.

Essa tensão nos remete à distinção central de Lefebvre (1991) entre 'valor de uso' e 'valor de troca', conceitos que se tornam a chave de leitura para os conflitos observados em minha pesquisa. O valor de uso refere-se à apropriação do espaço para a satisfação das necessidades humanas essenciais, como o morar, o conviver e o circular. Contudo, a lógica da acumulação capitalista, conforme denunciada pelo autor, impõe a predominância do valor de troca, transformando o espaço urbano em uma mercadoria quantificável, fragmentada e vendável. No contexto desta pesquisa, essa tensão se manifesta de forma concreta e decisiva, pois, a tensão que esta tese se propõe a examinar é precisamente essa: enquanto, para um agente fundiário-imobiliário, a terra urbana tende a ser primordialmente um ativo de valor de troca a ser realizado conforme a estratégia de rentabilidade; para os habitantes, ela é o chão

do valor de uso – o morar, o conviver, o circular. É nessa tensão que a produção do espaço urbano de Cianorte será examinada.

As reflexões de Harvey ampliam essa discussão, mostrando como a cultura e as representações simbólicas são mobilizadas para a transformação dos espaços em mercadorias. Essa lógica explica a própria existência da cidade, conforme o autor pontua:

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades de investimentos rentáveis (Harvey, 2006, p. 118).

Ao transformar as representações simbólicas e a cultura em mercadorias e vinculá-las à produção do espaço, observa-se que há a produção e reprodução dos valores das elites e dos agentes sociais que determinam como aquele espaço deve ser pensado, organizado e distribuído.

Avançando na compreensão dessa dinâmica, o espaço urbano se revela, conforme Lefebvre (1991), não como um cenário passivo, mas como uma arena simbólica e material onde se travam as lutas pelo controle da cidade. Longe de ser um palco neutro, o urbano é atravessado por relações de poder que geram apropriações desiguais, onde a classe dominante busca impor sua hegemonia sobre a forma da cidade. Harvey (2012) adensa essa discussão ao introduzir a noção de relatividade do espaço, argumentando que ele é constantemente reconfigurado para atender aos interesses das elites e às forças de acumulação. Em Cianorte, essa questão se coloca de forma particular: o zoneamento urbano projetado por Jorge de Macedo Vieira, com suas hierarquias de lotes e zonas diferenciadas, será examinado ao longo desta tese como possível expressão dessa relatividade do espaço, não como palco neutro, mas como instrumento de uma racionalidade fundiária que esta pesquisa se propõe a desvelar.

Por fim, a compreensão da produção do espaço em Cianorte não estaria completa sem abordar sua dimensão simbólica. Para Harvey (1989), a cultura e o capitalismo não operam em esferas separadas, pelo contrário, interagem profundamente para moldar os espaços urbanos de acordo com valores e ideologias dominantes. O autor complementa essa discussão ao explorar como as representações simbólicas do espaço são utilizadas para promover a acumulação

de capital, destacando que a imagem de determinados locais é cuidadosamente moldada para atrair consumo e investimentos. Essa estetização do espaço cria uma dinâmica em que a cidade se torna um signo de status e sucesso, resultando em processos de exclusão onde a configuração espacial é planejada para que apenas uma parcela da população, detentora de maior poder aquisitivo, possa usufruir dela.

No caso de Cianorte, essa teoria se materializou na concepção da 'Cidade-Jardim', que ainda será abordada na seção 4.2.2 desta tese. Longe de ser apenas um projeto humanista, essa etiqueta funcionou como a criação de um signo de status e sucesso para a região. Ao vender a imagem de uma modernidade planejada encravada na mata, a CMNP operou uma representação do espaço capaz de alavancar o valor de troca da terra. Lefebvre (1991) nos ajuda a ver que essa estetização é ideológica, pois o espaço concebido busca mascarar as contradições da produção, como a poeira, a falta de infraestrutura inicial e a precariedade das vias de acesso em que Cianorte se encontrava, oferecendo uma imagem higienizada que atrai o capital. Assim, a paisagem urbana foi produzida duplamente, como infraestrutura física e como espetáculo, onde o simbolismo do planejado serviu para criar um desejo de consumo que precedia a própria experiência concreta de habitar a cidade, transformando a promessa de qualidade de vida em um ativo monetizável pela colonizadora.

Além disso, essa lógica de espetacularização tende a apagar as memórias e as contradições do espaço vivido. Ao reconfigurar seus usos sem levar em consideração a história e as narrativas que ali circulam, altera-se a estética e cria-se uma linguagem voltada a aumentar o valor monetário daquele espaço, muitas vezes desconsiderando as apropriações culturais e as dificuldades reais daqueles que ali residem e constroem a cidade no seu cotidiano.

Após percorrermos a produção do espaço urbano sob a ótica da acumulação e da segregação, torna-se necessário afunilar o percurso para os modelos de gestão que operacionalizam essa lógica. A transição do urbano como obra social para um ativo de mercado encontra sua expressão mais visível nos conceitos de 'cidade-mercadoria' e 'cidade-empresa'. Para explorar essas categorias, recorro a Carlos Vainer, que, em diálogo fértil com as teorias de Henri Lefebvre e David Harvey, oferece um arcabouço crítico para compreender como o planejamento estratégico transforma a cidade em um negócio, onde a venda da imagem e a competição por

investimentos se sobrepõem aos direitos da cidadania, uma dinâmica que, como veremos, ecoa profundamente nas estratégias adotadas pela CMNP.

2.1.3 A tríade dialética lefebvriana e os limites de sua aplicação a contextos de colonização empresarial periférica

Longe de serem categorias estáticas, os três momentos da produção do espaço colidem e se sobrepõem. Para compreendê-los no contexto desta pesquisa, parto de cada um deles e mostro como se manifestam em Cianorte.

O espaço concebido (Representações do Espaço) é o domínio dos urbanistas, tecnocratas e planejadores. Lefebvre (1991, p. 38-39, tradução nossa) o define como “o espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘recortadores’ e ‘agenciadores’ [...]. É o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção)”. No contexto de Cianorte, o plano de Jorge de Macedo Vieira não era apenas um desenho técnico: era uma representação ideológica que buscava impor uma ordem lógica e visual para viabilizar a acumulação de capital. É o que Vainer (2002) denomina planejamento estratégico, onde a cidade é gerida sob a lógica da cidade-empresa⁴, focada em competir no mercado e promover a imagem da cidade como mercadoria de luxo.

O espaço percebido (Prática Espacial) engloba a materialidade física, os fluxos e as redes que garantem a reprodução social. É o espaço do cotidiano, do corpo, de como as pessoas realmente se movem e vivem o dia a dia. Harvey (1989) adensa essa discussão ao argumentar que, sob o capitalismo, a produção do espaço é a solução para a absorção do excedente de capital, mas essa fixidez espacial cria contradições: o capital precisa imobilizar-se no espaço (infraestrutura) para circular, gerando um paradoxo entre a mobilidade do lucro e a imobilidade das construções (Harvey, 2006). Carlos (2007) complementa ao afirmar que a prática espacial é onde a vontade do plano se choca com a realidade material cotidiana. Em Cianorte, essa dimensão se manifestava nos atalhos que a gente criava porque o lote murado da

⁴ O conceito de cidade-empresa é formulado por Vainer em 2002, quase meio século após a fundação de Cianorte (1953). Utilizo-o aqui como lente interpretativa retrospectiva, não como descrição histórica. A CMNP não se autodenominava “cidade-empresa”, mas a estrutura que Vainer descreve, a cidade gerida como corporação, com o Estado atuando como facilitador da lógica empresarial, é precisamente o que as entrevistas e os documentos revelam ter operado em Cianorte desde a fundação.

Companhia bloqueava o caminho, nas ruas poeirentas, nas erosões que Aldo Pereira descreveu como ‘mãe-biela’.

O espaço vivido (Espaços de Representação) é a esfera dos habitantes que, através da memória e do simbolismo, atribuem significados ao espaço, muitas vezes subvertendo as intenções dos planejadores. Lefebvre (1991, p. 39) explica:

Os espaços de representação [...] são o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, e por isso é o espaço dos ‘habitantes’ e dos ‘usuários’. [...] É o espaço dominado – e, portanto, experimentado – que a imaginação procura mudar e apropriar.

Essa tríade explica muito. Mas em Cianorte algo diferente aconteceu. O vazio não era apenas um não-espaço: ele agia, interferia nos três momentos ao mesmo tempo. Foi a partir dessa insuficiência que senti a necessidade de estender a tríade lefebvriana ao contexto periférico da colonização empresarial.

Sendo assim, esboço, a partir deste momento, a arquitetura conceitual que esta tese constrói ao longo do percurso investigativo. Trata-se de três proposições que serão tensionadas pelas narrativas nos capítulos seguintes, e não de definições prévias aplicadas dedutivamente ao caso. As formulações que apresento a seguir cumprem a função de delimitar o campo conceitual em que a investigação se moverá.

– A primeira proposição é a de que pode existir, em contextos de colonização empresarial periférica, uma forma de produção do espaço urbano que opera pela sua não-produção sistemática, na qual um agente fundiário acumularia capital retendo a terra em vez de urbanizá-la, convertendo o vazio em ativo de longo prazo. Essa proposição encontraria suporte econômico na teoria da Renda da Terra (Marx, 1985; Harvey, 2006; Topalov, 1984), segundo a qual a terra retida não estaria economicamente inerte, mas acumularia, como reserva de valor, as rendas futuras capitalizadas que o proprietário projetaria realizar no momento oportuno. Esta tese examina se essa lógica é compatível com o que as narrativas constroem sobre a prática da CMNP em Cianorte ao longo das décadas que se seguiram à fundação da cidade, e propõe, para nomear esse fenômeno caso ele se sustente empiricamente, o termo Criptoprodução Especulativa do Espaço, em que “cripto” remete ao sentido grego de *kryptós*: o que está oculto, o que opera sem se revelar.

– A segunda proposição é a de que esse fenômeno, caso se sustente nas narrativas, dependeria de um mecanismo de poder específico: a capacidade de um agente que controla simultaneamente a propriedade fundiária, a promoção imobiliária e a influência sobre o Estado local de produzir espaço pela ausência sem que essa ausência seja necessariamente percebida como estratégia. Para nomear esse mecanismo caso ele se sustente nas narrativas, esta tese propõe o termo Soberania do Vazio. Como esse mecanismo pode ter operado concretamente em Cianorte, e por meio de quais instrumentos históricos, geográficos e políticos, é o que as trilhas seguintes desta tese buscam construir.

– A terceira proposição é metodológica. Esta tese examina a possibilidade de que a tríade dialética de Lefebvre (1991) precise ser desdobrada, em contextos de colonização empresarial periférica, em três dimensões espectrais: o Concebido Oculto, o Percebido Suspenso e o Vivido Assombrado. Para nomear essa ferramenta de leitura, caso ela se mostre necessária diante das narrativas, esta tese propõe o termo Tríade Espectral. A Tríade Espectral não substitui a tríade lefebvriana original: ela a desdobra para territórios cuja produção opera pela ausência, e não pela presença.

A articulação entre as três proposições, a ser tensionada pelo percurso investigativo, pode ser formulada assim: a proposição investigativa central é a de que a CMNP pode ter operado, em Cianorte, por meio do que esta tese nomeia como Criptoprodução Especulativa do Espaço, e que esse processo pode ter sido sustentado pelo mecanismo que esta tese nomeia como Soberania do Vazio, de forma que sua leitura interpretativa exigiria o desdobramento da tríade lefebvriana naquilo que esta tese nomeia como Tríade Espectral. A seguir, detalho as três dimensões espectrais que a investigação propõe examinar:

Mesmo se o plano original tivesse sido 100% executado, as categorias de Lefebvre e Harvey permitiriam analisá-lo como expressão da lógica do valor de troca sobre o valor de uso. A seguir, detalho melhor como entendo esses conceitos:

1. O Concebido Oculto – o plano que nunca foi declarado. O desenho que estava na prancheta era só fachada. O verdadeiro concebido da CMNP era: “vamos reter, vamos segurar, vamos esperar valorização”. É o plano que não aparece no mapa, a lógica que opera além do declarado. Em Cianorte, a investigação parte da proposição de que pode ter existido uma racionalidade fundiária que divergia do

projeto urbanístico oficial, uma lógica de calibrar o tempo da urbanização em lugar de executá-la na velocidade prometida. Esse é o que proponho como concebido oculto: a lógica que emerge das narrativas, mas que não aparece no mapa oficial.

2. O Percebido Suspenso – a prática espacial que se define pela falta. A gente não circulava pela cidade planejada; circulava ao redor dos vazios. Os atalhos que se abrem ao redor de terrenos murados, a poeira das ruas sem pavimento, as erosões que interrompem o acesso entre bairros, os caminhos que dão voltas porque o lote vazio bloqueia o trajeto direto. O espaço percebido em Cianorte era interrompido, suspenso, definido pelo que não existia. O vazio não era passivo: ele bloqueava, ele obrigava, ele moldava o dia a dia de todo mundo.

3. O Vivido Assombrado – a memória coletiva que carrega o fantasma do que poderia ter sido. Expressões como “a cidade que empacou” ou “poderia ter sido uma metrópole”, recorrentes na memória local, como qualquer pesquisador que percorra Cianorte rapidamente perceberá, mostram que o vazio entrou na memória afetiva coletiva. Mas também gerou resistência: crianças soltando pipa nos terrenos da Companhia, gente cortando caminho, afetos que a empresa nunca previu. O vivido assombrado é o momento em que o habitante encontra, de alguma forma, brechas para reconquistar o espaço contra o capital.

Para visualizar de forma articulada a arquitetura conceitual que esta tese propõe, sintetizo no Quadro 1, a seguir, os três conceitos macro (a Criptoprodução Especulativa do Espaço como fenômeno, a Soberania do Vazio como mecanismo de poder e a Tríade Espectral como ferramenta de leitura) e as três dimensões espectrais que compõem a Tríade. Cada conceito é apresentado com sua função interpretativa e a definição operacional adotada nesta investigação.

Quadro 1 – Conceitos originais propostos pela tese

Conceito	Função interpretativa	Definição
Criptoprodução Especulativa do Espaço	Fenômeno	Produção do espaço urbano pela sua não-produção sistemática: forma pela qual um agente fundiário acumula capital retendo a terra em vez de urbanizá-la, convertendo o vazio em ativo de longo prazo. “Cripto” remete ao grego <i>kryptós</i> : o que está oculto, o que opera sem se revelar.

Conceito	Função interpretativa	Definição
Soberania do Vazio	Mecanismo de poder	Capacidade de um agente que controla simultaneamente a propriedade fundiária, a promoção imobiliária e a influência sobre o Estado local de produzir espaço pela ausência sem que essa ausência seja necessariamente percebida como estratégia.
Tríade Espectral	Ferramenta de leitura	Desdobramento inspirado na tríade dialética lefebvriana (concebido, percebido, vivido) para contextos de colonização empresarial periférica em que o espaço é produzido pela ausência. Articula-se em três dimensões espectrais: Concebido Oculto, Percebido Suspenso e Vivido Assombrado.
Concebido Oculto	Dimensão da Tríade	Lógica que opera além do plano declarado. Captura a racionalidade fundiária que diverge do projeto urbanístico oficial: o plano que não aparece no mapa, mas que orienta as decisões de quem detém o controle da terra.
Percebido Suspenso	Dimensão da Tríade	Prática espacial cotidiana definida pela ausência, e não pelo uso. Captura a experiência de circular ao redor de vazios que bloqueiam, obrigam e moldam o dia a dia dos habitantes da cidade.
Vivido Assombrado	Dimensão da Tríade	Memória coletiva atravessada por uma promessa que os habitantes reconhecem como traída, mas raramente conseguem nomear como estratégia. Espaço em que se sedimentam tanto a resignação quanto possíveis brechas de resistência.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Sintetizada a arquitetura conceitual, é necessário explicitar que as três dimensões espectrais não operam como categorias aditivas que se somam como camadas independentes. Elas dialetizam entre si, assim como na formulação original de Lefebvre (1991): o Concebido Oculto só funciona como estratégia porque produz o Percebido Suspenso (a ausência material que naturaliza o vazio no cotidiano), e o Percebido Suspenso só se perpetua porque alimenta o Vivido Assombrado (a resignação coletiva que impede a contestação política). Ao mesmo tempo, o Vivido Assombrado pode, em certas circunstâncias, gerar brechas de resistência que

desafiam o Concebido Oculto, fechando o circuito dialético. Em Cianorte, as crianças que soltavam pipa nos terrenos da Companhia subvertiam, sem saber, o Concebido Oculto pelo uso insurgente do vazio.

A proposição pode parecer ousada. Mas ela nasce não apenas da teoria, nasce também da experiência de quatro décadas vivendo em Cianorte e de dezessete entrevistas que convergiram, com notável consistência, para a construção de uma inteligibilidade em que o vazio se revela não como falha, mas como lógica operante.

É preciso, contudo, explicitar uma lacuna que justifica teoricamente a proposição da Tríade Espectral, para que ela não pareça um exercício retórico e sim uma necessidade investigativa. A tríade lefebvriana original foi formulada para dar conta de espaços produzidos pela presença: cidades construídas, bairros edificadas, infraestruturas implantadas. O espaço concebido, na formulação de Lefebvre (1991), é o plano que se declara, o projeto que se mostra, o mapa que se publica. O espaço percebido é a prática espacial cotidiana que nasce do uso concreto de ruas, praças e edifícios que existem materialmente. O espaço vivido é a experiência simbólica e afetiva de habitar lugares que foram produzidos para serem habitados. Essa tríade funciona com notável eficácia quando o que está em jogo é a leitura de um espaço que foi construído. Mas o que acontece quando o que produz o espaço não é a construção, e o vazio urbano? O que acontece quando o plano que opera não é o que se declara, mas o que se oculta? Quando a prática espacial cotidiana não é definida pelo uso, mas pela ausência do que deveria estar ali para ser usado? Quando a experiência vivida não é a de habitar, mas a de esperar indefinidamente que o espaço se torne habitável?

É diante dessas perguntas que a tríade original revela seus limites, não como defeito da formulação lefebvriana, mas como consequência do contexto em que ela foi pensada. Lefebvre escreveu a partir de Paris, de Barcelona, de cidades onde o capital produzia espaço edificando. Em Cianorte, o capital produziu espaço retendo. E para tornar essa produção pela ausência visível como inteligibilidade, cada dimensão da tríade precisa ser desdobrada em sua forma espectral: o Concebido se torna Concebido Oculto, porque o plano que opera não é o que aparece; o Percebido se torna Percebido Suspenso, porque a prática espacial é definida pela falta, não pelo uso; o Vivido se torna Vivido Assombrado, porque a experiência dos habitantes

é atravessada por um passado que se recusa a passar e por um futuro que nunca chega. A Tríade Espectral não substitui a tríade de Lefebvre. Ela a mobiliza para territórios além do que Lefebvre analisou: aqueles em que a produção do espaço opera pelo que não se faz, pelo que não se entrega, pelo que não se constrói.

É necessário registrar que Lefebvre não ignorou a especulação fundiária nem a ausência como dimensão do espaço urbano. Em *Le Droit à la Ville*, ele examina como o “espaço abstrato” do capital se sobrepõe ao “espaço vivido” dos habitantes, e em passagens sobre a cidade como obra, reconhece que a mercantilização do espaço pode produzir vazios funcionais à lógica do valor de troca. A Tríade Espectral não pretende, portanto, corrigir Lefebvre nem apontar uma falha em sua formulação original. O que ela propõe é uma leitura contextualizada, calibrada para um fenômeno que Lefebvre não analisou em detalhe: o da colonização empresarial periférica, em que o agente que concebe o espaço é também o proprietário de toda a terra, o promotor imobiliário e o interlocutor privilegiado do Estado local. Nessas condições específicas, o concebido não apenas se impõe sobre o vivido (como Lefebvre descreve para qualquer cidade capitalista): ele se oculta, porque o agente que planeja tem interesse em que a lógica operante permaneça não declarada. A Tríade Espectral mobiliza a tríade lefebvriana para tornar visível, como inteligibilidade, essa ocultação, não para substituí-la.

Por isso, ao longo desta tese, eu mobilizo a Tríade Espectral como proposta de leitura cuja pertinência será examinada à luz das perspectivas reunidas. Caso ela se mostre adequada às perspectivas reunidas, ela poderá permitir construir uma inteligibilidade sobre a lógica que orientou a produção do espaço de Cianorte. E, no processo, poderá me ajudar a reposicionar a pergunta que me acompanha desde criança: não mais por que a cidade que a Companhia sonhou nunca chegou a existir completamente, mas o que a relação entre esse sonho e a cidade construída pode revelar sobre as lógicas que a produziram.

É com essa proposta de leitura que eu sigo adiante. Porque só assim, acredito, consigo honrar as vozes dos pioneiros, a memória da minha própria infância e o legado crítico de Lefebvre, sem romantizar o que aconteceu, mas também sem aderir antecipadamente à narrativa que a historiografia local constrói. É com essa possibilidade interpretativa, a de que o vazio urbano pode emergir, em determinados

contextos, não como derrota de um plano, mas como expressão de uma lógica de acumulação, que esta tese se propõe a investigar Cianorte.

2.1.4 A cidade-mercadoria e a cidade-empresa para Carlos Vainer em conversação com Henri Lefebvre e David Harvey

Depois de apresentar a Tríade Espectral como ferramenta de leitura inspirada na tríade dialética de Lefebvre, torna-se necessário direcionar o percurso para os modelos de gestão que operacionalizam a produção do espaço no cotidiano urbano. Porque, se a Tríade Espectral me ajuda a compreender como o vazio em Cianorte operou, nas narrativas, como agente ativo, são os conceitos de Carlos Vainer que me mostram como essa mesma lógica se materializa na figura da cidade-empresa e da cidade-mercadoria. Além disso, as reflexões sobre a cidade-empresa e a cidade-mercadoria estabelecem um diálogo fértil com Henri Lefebvre e David Harvey, mobilizando também contribuições de Milton Santos para situar a lógica capitalista no contexto das cidades brasileiras. É como se Vainer me desse o chão para eu dar o próximo passo.

Vainer (2002) aprofunda o debate ao argumentar que, sob a lógica do que chama de planejamento estratégico, a cidade deixa de ser tratada primordialmente como objeto de política pública voltada ao bem-estar social para ser gerida como uma corporação, um agente econômico autônomo que deve competir ferozmente no mercado por investimentos. Essa perspectiva se alinha diretamente à crítica de Harvey (1996) sobre o empresariamento da gestão urbana, onde a produtividade e a competitividade subordinam as funções sociais. No caso de Cianorte, essa lente teórica permite formular a pergunta central desta tese: a CMNP agiu apenas como fundadora de um núcleo urbano, ou geriu o território segundo a lógica de um negócio que precisava ser constantemente valorizado? É essa questão que o capítulo investigativo buscará construir como inteligibilidade.

Dando sequência a essa lógica empresarial, Vainer (2002) argumenta que a cidade é transformada no que ele define como uma cidade-mercadoria. Nesse modelo, o espaço urbano deixa de ser apenas o local da vida coletiva para se tornar um produto, que precisa ser vendido em um mercado competitivo, “em que outras cidades também estão à venda” (Vainer, 2002, p.78). A cidade foi transformada “em coisa a ser vendida e comprada”, e transformada não apenas em mercadoria, mas

sobretudo, “uma mercadoria de luxo”, tendo como destino a elite do capitalismo, a cidade-mercadoria se destina a um público consumidor muito específico e qualificado (Vainer, 2002, p. 83).

Para ter sucesso nessa venda, não basta apenas lotear a terra; é preciso criar uma imagem de modernidade e sucesso capaz de atrair compradores e investidores. É aqui que o diálogo com Harvey (1989) se torna fundamental: ele nos ajuda a entender que a estetização do espaço, como o cuidado com o traçado urbano e a propaganda de modernidade que acompanha projetos de colonização planejada, pode funcionar como ferramenta de especulação. Em que medida isso ocorreu em Cianorte é o que esta pesquisa investiga. No entanto, essa valorização tem um custo social. Como alerta Lefebvre (1991), quando o valor de troca (o lucro da venda) se sobrepõe ao valor de uso (a necessidade de moradia), a segregação se torna inevitável. A cidade planejada para ser um espetáculo de organização acaba selecionando seus habitantes pelo poder de consumo, empurrando para as margens aqueles que não conseguem pagar pelo padrão idealizado pela colonizadora. Desse modo é construída uma identidade de lugar moderno, segura, arborizado, ou seja, são criadas propagandas que enfatizam o que a cidade tem de melhor e porque morar nela é um bom negócio.

Um aspecto essencial da reflexão de Lefebvre é a mercantilização do espaço. Ele examina como o espaço é transformado em mercadoria, sujeito às leis do mercado. Harvey (1989) amplia essa discussão ao argumentar que a lógica do capitalismo impulsiona a busca por valorização do espaço, resultando em especulação imobiliária. A transformação de áreas urbanas em espaços comerciais ilustra como a cidade se torna uma mercadoria para a obtenção de lucro.

Lefebvre (1991) afirma que a comercialização do espaço não só converte a cidade em um produto comercial, mas também influencia as interações sociais e espaciais. Ele analisa a maneira como zonas urbanas passam por mudanças para atender às necessidades do mercado, frequentemente levando à valorização de bairros antes considerados periféricos. A conversão do espaço em mercadoria resulta na marginalização de grupos menos favorecidos, já que o aspecto comercial torna-se mais importante que a utilidade social.

No que se refere à compreensão da cidade como empresa e mercadoria, as teorias de Santos são particularmente importantes para examinar como a

globalização influencia os centros urbanos. O escritor defende que as cidades se transformaram em lugares cheios de energia, onde as forças globais afetam a estrutura interna e as interações socioeconômicas. Santos destaca também a mudança das cidades para cidades globais, com as redes transnacionais de empresas e finanças exercendo um papel central (Santos, 2006).

Santos discute as disparidades espaciais presentes nas cidades modernas em relação à cidade-mercadoria. Ele destaca que o capitalismo global gera áreas de poder e acúmulo, deixando vastas áreas urbanas à margem (Santos, 2000). Isso pode ser observado em iniciativas de renovação urbana que buscam atrair capital, porém frequentemente deixam de lado comunidades desfavorecidas em prol do progresso, reforçando a visão de Vainer. Isso tem implicações diretas para a discussão sobre cidade-mercadoria, pois revela como certos espaços urbanos são moldados para atender aos interesses das elites em detrimento da maioria da população.

De acordo com Vainer (2002), a cidade também pode ser vista como cidade-empresa. Esta abordagem da cidade como empresa proposta por Vainer (2002), oferece uma leitura crítica das mudanças na urbanização contemporânea. O autor examina como as cidades estão sendo cada vez mais guiadas por lógicas empresariais e como essa transformação afeta a vida urbana, as relações sociais e a produção do espaço.

Segundo Vainer (2002), o olhar da cidade como empresa significa concebê-la como agente econômico que está inserido e atuando no contexto de um mercado, e que se depara com um mercado que possui regras e modelos de planejamentos e execuções que beneficiam as ações desse agente econômico. Fazer essa analogia da cidade como empresa é útil, pois dá possibilidade de transposição do planejamento estratégico de seu território, daquilo que ainda pertence à empresa (a corporação privada), para o território (público) urbano. Ascher (1995, p.87 apud Vainer, 2002) faz uma crítica que essa cidade-empresa lembra as teses de Taylor ao urbanismo, em que a cidade adquire o caráter de uma empresa, que estuda antecipadamente e se submete ao rigor de um plano geral, e não simplesmente ao “resultado desordenado de iniciativas acidentais [...] O acaso cederá ante a previsão, o programa sucederá a improvisação”.

Tendo esse pensamento de cidade-empresa, existe a necessidade de produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado, o que Harvey (1996), chamou de elementos de empresariamento da gestão urbana. Seguindo esse modelo de produção urbanista, tendo como inspiração dos urbanistas a empresa, e consequentemente a unidade de produção. Tais princípios de organização da produção são transpostos para o plano urbano. A empresa foi o grande espelho para os neoplanejadores, enquanto unidade de gestão e negócios. Ver a cidade como empresa significa agir estrategicamente e agir empresarialmente, tendo como horizonte o mercado, tomando decisões “a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado”. Idêntica a uma empresa privada, a cidade-empresa elabora planos, e não fica apenas no abstrato e ao acaso (Vainer, 2002 p.86).

O autor ainda argumenta que a cidade-empresa representa uma mudança nas prioridades urbanas, onde as estratégias de desenvolvimento urbano são voltadas para atrair investimentos, competir globalmente e gerar crescimento econômico. Para o autor, isso ocorre em detrimento das necessidades da população e das dimensões sociais do espaço urbano. Ele ressalta como essa abordagem tende a favorecer interesses econômicos e corporativos em detrimento do bem-estar dos cidadãos (Vainer, 2002).

O conceito de cidade-empresa parte da ideia de que as cidades funcionam como organismos que visam atrair investimentos e fomentar um ambiente favorável para o comércio. Lefebvre (1991) contribui para essa discussão ao examinar a transformação do espaço urbano em mercadoria. Ele enfatiza como o espaço se transforma em uma mercadoria do sistema capitalista, no qual o desenho das cidades é influenciado pela busca por lucros. Isso é sustentado por Harvey (1989), que explora como a busca por ganhos influencia a reorganização urbana. O que se observa então, é a produção de uma cidade cujo objetivo é atender aos interesses capitalistas, e não o bem-estar de seus habitantes, visto que qualidade de vida e desenvolvimento não são sinônimos de crescimento econômico. Desse modo a gestão da cidade busca mais enfaticamente a valoração econômica e não o desenvolvimento de espaços que promovam a qualidade de vida do indivíduo, afinal, a cidade tem que dar lucro para alguém.

A avaliação de Santos (2006) em relação à criação do espaço está em concordância com o debate sobre a cidade como empresa. Ele destaca como a lógica capitalista remodela as áreas urbanas conforme os interesses econômicos. Isso está ligado à comercialização do espaço e à formação de zonas econômicas especiais que funcionam como locais de produção voltados para atender aos interesses das empresas.

É nesse contexto de espaço produzido para atender aos interesses das empresas que recorro à teoria da Renda da Terra, elaborada por Marx (1985) no Livro III de O Capital e revisitada por Lefebvre (2008a) e Harvey (2006) para o contexto urbano, como chave econômica complementar para compreender o mecanismo que identifiquei em Cianorte. Em sua formulação marxiana, o preço da terra urbana não resulta do que nela foi produzido, mas da capitalização das rendas que se espera extrair dela no futuro – e isso altera radicalmente a forma como compreendo um lote vazio. Como Marx estabeleceu por meio da equação do preço do solo, o valor de um terreno equivale à soma atualizada das rendas futuras esperadas, de modo que quem compra terra não adquire um bem ordinário, mas o direito de receber rendas ao longo do tempo (Almeida; Monte-Mór, 2017). Um lote retido sem edificar, portanto, não está economicamente inerte: ele funciona como reserva de valor, acumulando o capital correspondente às rendas que o proprietário projeta realizar no momento que julgar oportuno. Lefebvre (2001a, p. 162) já havia apontado para essa dimensão ao afirmar que a renda fundiária “se amplia, pois os terrenos disponíveis para a construção da cidade industrial, seus preços, a especulação que se apossa deles, são do domínio dessa teoria”. Harvey (2006, p. 350) radicaliza esse argumento ao mostrar que localizações com atributos específicos, inclusive aquelas produzidas pela promessa de uma cidade que ainda virá, geram o que chama de renda de monopólio: um retorno que se sustenta precisamente pela escassez controlada pelo proprietário, e não pela produção concreta do espaço.

Não pretendo, aqui, aplicar a teoria da Renda da Terra como camisa de força sobre a realidade de Cianorte – como se cada decisão da CMNP fosse o resultado mecânico de um cálculo econômico previamente deduzido da teoria marxiana. O que o Construcionismo Social que adoto como epistemologia permite e o que as narrativas dos entrevistados constroem, é uma inteligibilidade mais matizada: a de

que a CMNP operou, ao longo de décadas, com uma racionalidade fundiária que a teoria da Renda da Terra me ajuda a tornar inteligível. Quando um agente fundiário opta por não vender mesmo diante de demanda, quando justifica essa decisão pela inviabilidade econômica da venda no momento presente, e quando os registros populacionais de uma cidade planejada para ser metrópole registram décadas de estagnação, o que as narrativas constroem é o comportamento de um agente que reconhece a terra retida como reserva de valor. Topalov (1984) complementa essa leitura ao mostrar que, no ambiente urbano, o agente que controla simultaneamente a propriedade fundiária e a promoção imobiliária pode calibrar o ritmo de liberação do estoque conforme seus objetivos de valorização, e que essa calibragem, longe de ser passividade, é uma forma ativa de produção do espaço. É nesse sentido específico, e apenas nesse, que a teoria da Renda da Terra entra nesta tese: não para reduzir a CMNP a um agente racional maximizador, mas para iluminar o mecanismo econômico que torna inteligível, do ponto de vista da acumulação, a possibilidade de que a retenção fundiária, longe de ser passividade, constitua uma forma ativa de produção do espaço – inteligibilidade que no capítulo investigativo desta tese buscarei construir.

Portanto, a inteligibilidade que esta tese propõe não parte do pressuposto de que a não concretização do plano de Jorge de Macedo Vieira foi apenas uma frustração ou um “empacamento”. Parte da proposição de que pode ter sido expressão de uma lógica de cidade-empresa orientada à valorização fundiária – sustentada economicamente pela teoria da Renda da Terra – em que a retenção pode gerar mais valor do que a venda imediata. Essa proposição é o que o capítulo investigativo buscará examinar.

É nesse ponto que a Tríade Espectral, esboçada na seção anterior, encontra seu ponto de articulação com Vainer. Se a leitura proposta se sustentar diante das perspectivas reunidas, Vainer oferecerá a descrição do mecanismo (a cidade como empresa e como mercadoria), e a Tríade Espectral oferecerá a lente para examinar como esse mecanismo poderia ter operado em Cianorte através do vazio. Vainer abre o caminho conceitual; a investigação examinará se a Tríade Espectral se mostra adequada para percorrê-lo.

No caso específico de Cianorte, esse arcabouço teórico permite formular o percurso investigativo desta pesquisa: o plano de “Cidade-Jardim” de Jorge de

Macedo Vieira será examinado não apenas como projeto urbanístico, mas como possível representação do espaço concebido (Lefebvre) de uma cidade-empresa (Vainer), em uma investigação sobre os modos pelos quais a imagem de modernidade pode ter operado na produção do espaço urbano (Harvey).

2.1.5 O Vazio Urbano como Categoria Interpretativa: do Terrain Vague ao Não Realizado como Reserva de Valor

Ao longo de toda esta tese, me utilizo do termo “vazio” muitas vezes – e reconheço que essa recorrência exige uma definição precisa do que entendo por esse termo. Não se trata de imprecisão terminológica, mas de uma distinção conceitual que precisa ser nomeada: o vazio que examino em Cianorte não é qualquer vazio urbano, e compreender o que o diferencia dos vazios tratados pela literatura dominante é condição para que meu argumento central não seja lido como derivado de um fenômeno já mapeado.

A literatura internacional sobre vazios urbanos foi construída, em sua maior parte, a partir de um contexto específico: o da desindustrialização europeia das décadas de 1970 e 1980. Borde (2006), em tese de doutoramento que se tornou referência central no Brasil sobre o tema, situa os primeiros estudos sistemáticos nos inventários elaborados por França (1979 *apud* Borde, 2006) e Inglaterra (1982 *apud* Borde, 2006), diante da multiplicação de ferrovias desativadas, zonas industriais abandonadas e edifícios sem uso – espaços que um dia foram produtivos e que, pelo esvaziamento de sua função, tornaram-se vazios. É nesse contexto que Ignasi de Solà-Morales (2002) formula o conceito de *terrain vague*: um espaço que carrega, ao mesmo tempo, a marca da ausência de uso e a potência da expectativa. Segundo o autor, o *terrain vague* se refere a um vazio como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível. Percebo nessa formulação algo relevante para minha pesquisa – a ideia de que a ausência não é neutra, de que o vazio carrega uma carga de expectativa que o constitui como espaço ativo –, mas reconheço também o limite: para Solà-Morales (2002), o *terrain vague* é um espaço que foi e deixou de ser. Essa leitura acompanha o corpus fotográfico mobilizado pelo próprio autor – ferrovias desativadas, áreas industriais, edifícios em desuso. Registro, ainda assim, que parte da fortuna crítica posterior ao ensaio de 1995 ampliou o termo para abranger também vazios urbanos de origem incerta; é esse núcleo

paradigmático do conceito, e não o alcance ampliado, que esta tese toma como referência para o contraste proposto. Borde (2006) complementa essa leitura ao definir vazio urbano como aqueles terrenos localizados em áreas providas de infraestrutura que não realizam plenamente sua função social e econômica, seja porque estão ocupados por estrutura sem uso, seja porque estão de fato desocupados.

O vazio de Cianorte não pertence a nenhuma dessas categorias. Ele não nasceu do abandono de uma função anterior, nem resulta do esvaziamento de uma estrutura outrora ativa. A Zona 5 e o restante da Zona 6 não são *terrain vague* porque nunca foram ocupados para depois serem abandonados. Não são *brownfield* porque não há atividade anterior a remediar. Não são vazios por esquecimento ou decadência. São vazios do não realizado: espaços que constavam no plano, tinham nome de bairro, integravam a promessa pública da CMNP e jamais foram entregues – não por incapacidade, mas, conforme ainda será observado nas narrativas, como produto de uma decisão persistente de não produzir. É o que Clichevsky (1999) identifica, ao examinar os vazios urbanos na América Latina, como retenção especulativa: a terra mantida vazia não como residual de um processo que falhou, mas como estratégia de um agente que antecipa valorização. Essa distinção é decisiva. Enquanto o *terrain vague* europeu é o subproduto não desejado de transformações estruturais, o vazio especulativo latino-americano que Clichevsky (1999) descreve é, desde sua origem, um produto da lógica fundiária – e é nessa segunda família que o vazio de Cianorte se inscreve. Essa diferença de agência – subproduto estrutural sem autor identificável, de um lado; estratégia deliberada de um agente fundiário específico, de outro – sustenta a distinção proposta independentemente de quão amplamente se interprete o alcance do *terrain vague*: nenhuma leitura do conceito de Solà-Morales (2002), inclusive as mais extensivas, atribui o fenômeno à ação programada de um proprietário que antecipa renda futura.

É aqui que a dimensão jurídica do vazio urbano se torna relevante para a construção desta inteligibilidade – e onde registro uma observação temporal que considero central para situar corretamente o fenômeno que examino. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, estabeleceu como diretriz da política urbana garantir que a propriedade cumpra sua função social, e em seu §4º autorizou o poder público municipal a exigir do proprietário de solo urbano não edificado ou subutilizado

que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento compulsório, IPTU progressivo no tempo e desapropriação. O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), que entrou em vigor treze anos depois da promulgação da Constituição, regulamentou esses instrumentos e nomeou explicitamente como diretriz da política urbana evitar “a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização” (art. 2º, inciso VI, alínea e). Registro essa moldura jurídica não para antecipar o que será discutido no capítulo investigativo desta tese, mas para situar o fenômeno de Cianorte em seu tempo histórico: o período que esta tese examina com maior intensidade – as décadas que se seguiram à fundação da cidade em 1953 – precede tanto a promulgação da Constituição quanto a vigência do Estatuto da Cidade. O debate contemporâneo sobre o vazio urbano como violação da função social da propriedade conta hoje com instrumentos jurídicos precisos; o período central desta investigação, porém, os desconhecia inteiramente. É com essa consciência do horizonte normativo do tempo que será analisado que prossigo, reservando para os capítulos seguintes o percurso da construção da inteligibilidade sobre como esse vácuo se manifestou no território de Cianorte.

É nesse ponto que a teoria da Renda da Terra (Marx, 1985; Harvey, 2006; Topalov, 1984) revela sua articulação plena com o conceito de vazio urbano. Se o preço da terra equivale à capitalização das rendas futuras esperadas, então um lote retido sem edificar não está economicamente inerte: ele acumula, como reserva de valor, o montante correspondente às rendas que o proprietário projeta realizar no momento julgado oportuno. O vazio físico – o terreno sem construção, sem uso, sem vizinhos – é, nessa lógica, a forma espacial de um ativo financeiro. E o não realizado é a categoria mais específica desse vazio: não o terreno que esperou valorização depois de ter sido esvaziado, mas o terreno que nunca precisou ser esvaziado porque nunca chegou a ser preenchido. O não realizado é o vazio que aparece no mapa como promessa e permanece vazio precisamente porque a promessa, do ponto de vista do agente que a formulou, era o instrumento – não o compromisso.

É com essa delimitação que mobilizo o termo “vazio” ao longo desta tese. Cada vez que escrevo “vazio”, refiro-me a uma categoria operacional específica: o vazio do não realizado, isto é, o espaço que constava do plano e permaneceu ausente. A questão de saber se essa ausência foi produzida porque, para o agente

que controlava a terra, ela teria sido mais rentável do que a presença, é o que esta tese se propõe a examinar no capítulo investigativo. A Tríade Espectral que esta tese propõe é a ferramenta com a qual essa proposição será examinada: o Concebido Oculto como lente para examinar a lógica que pode ter produzido o vazio; o Percebido Suspenso como lente para examinar o vazio como experiência cotidiana; o Vivido Assombrado como lente para examinar o vazio como memória coletiva. A teoria da Renda da Terra oferece o suporte econômico para construir a inteligibilidade sobre essa proposição pela qual a não construção, em determinados contextos, pode constituir uma escolha economicamente sustentável para o agente fundiário. O conceito de vazio urbano do não realizado é o que permite articular, numa única categoria operacional, o fenômeno espacial, o mecanismo econômico em exame e a experiência dos que habitaram, ou tentaram habitar, as proximidades desse vazio por mais de cinco décadas.

É com essa compreensão que passo agora ao próximo tópico, onde identifico os principais agentes que operacionalizaram essa lógica na cidade-empresa de Cianorte.

2.2 OS AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: INTENCIONALIDADE E HEGEMONIA NA CIDADE-EMPRESA

Neste tópico, minha proposta é abordar principalmente quais são os principais agentes modeladores do espaço urbano e suas práticas espaciais, sob o olhar de Roberto Lobato Corrêa. No tópico a seguir, trato sobre o planejamento do espaço urbano, sob o prisma do geógrafo Marcelo Lopes de Souza. Para compreender a dinâmica que levou à configuração atual de Cianorte, é fundamental identificar e analisar os agentes que atuaram (e ainda atuam) na produção desse espaço. Corrêa (2013) nos mostra que esses agentes não são neutros: eles carregam intencionalidade, hegemonia e estratégias específicas que moldam o território conforme seus interesses.

No caso de Cianorte, a investigação parte da proposição de que esses agentes podem não ter agido isoladamente, mas dentro de uma lógica de cidade-empresa, conforme vimos com Vainer. O que a historiografia local descreve como uma colonização bem-sucedida na década de 1950 é o ponto de partida desta investigação: examinar se, por trás desse sucesso declarado, operava uma rede de

intencionalidades. É aqui que a Tríade Espectral, caso se mostre adequada, poderá oferecer ganho interpretativo: examinando se cada agente atuou de forma diferente sobre as três dimensões espectrais propostas. A pergunta que orienta os subtópicos seguintes é se o vazio que permaneceu em Cianorte pode ser inteligível, à luz das narrativas, como resultado da convergência das práticas e dos interesses desses agentes.

Ao mapear esses agentes e suas práticas, a pergunta que orienta a investigação é a seguinte: a configuração espacial atual de Cianorte pode ser compreendida como acidente histórico ou pode ser inteligível como resultado de práticas sistemáticas e interesses convergentes? É essa inteligibilidade que no capítulo 5 buscarei construir. Essa compreensão será o fio condutor dos próximos subtópicos, onde examinarei individualmente o protagonismo dos proprietários fundiários e promotores imobiliários, o papel do Estado como mediador e a miríade de agentes que, mesmo em posição subalterna, atuaram no espaço vivido.

2.2.1 O Protagonismo dos Proprietários Fundiários e Promotores Imobiliários

Neste subtópico, identifico os principais agentes modeladores do espaço urbano de Cianorte, com ênfase nos proprietários fundiários e promotores imobiliários, seguindo a perspectiva de Corrêa (2013).

Ao percorrer as avenidas de Cianorte, sou frequentemente assaltado por uma percepção que transcende a morfologia urbana: a de que cada lote vazio e cada traçado geométrico é o testemunho silencioso de interesses que se inscreveram no espaço. Minhas inquietações de pesquisador encontram eco na premissa de que a produção do espaço urbano não é o resultado de uma “mão invisível do mercado”, mas sim a materialização das estratégias de agentes sociais concretos (Corrêa, 2013). Para compreendermos Cianorte, precisamos desvelar o papel daqueles que detêm a chave da terra.

Nesta arena, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários não são meros figurantes; eles são os regentes da orquestra urbana. De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano capitalista é fragmentado e articulado, funcionando simultaneamente como reflexo e condicionante social. No entanto, é na figura do proprietário fundiário que a contradição entre o valor de uso e o valor de troca se

torna mais aguda. Como assevera Harvey (1980), o solo urbano não é apenas um suporte físico, mas um ativo financeiro. O proprietário rentista, ao deter o direito de propriedade, detém o poder de suspender o uso em favor da valorização futura.

Em Cianorte, esse protagonismo assume, na literatura histórica, uma face hegemônica na figura da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A empresa operou como agente fundiário-imobiliário, e essa operação é o que esta pesquisa examina sob a proposta de leitura do que esta tese nomeia como Concebido Oculto. Se, para Corrêa (2013), as marcas do passado ficam impressas nas formas do presente, esta tese investiga se as áreas reservadas para futura expansão em Cianorte podem ser inteligíveis como instrumentos de controle, e não apenas como planejamento previdente. A questão a ser examinada nas trilhas seguintes é se a prática espacial da esterilização de áreas, descrita por Carlos (2007) e Corrêa (2013) como característica de agentes fundiário-imobiliários, é compatível com o que as narrativas constroem sobre a atuação da CMNP em Cianorte.

Esta investigação se propõe a examinar se a atuação da CMNP em Cianorte pode ser inteligível à luz do que esta tese propõe nomear como Soberania do Vazio. Se essa proposta de leitura se sustentar diante das narrativas, a análise poderá construir a inteligibilidade de que a retenção estratégica, na lógica do agente promotor, não seria apenas espera do mercado, mas produção do mercado pela escassez. A terra urbana, sob essa proposição de leitura, se tornaria um ativo cuja valorização dependeria não do que se constrói sobre ela, mas do que se deixa de construir ao redor. As trilhas que identifiquei nesta tese e que aparecem no capítulo investigativo, examinará se a paciência da CMNP, tantas vezes citada pelos pioneiros, é compatível com essa proposta de leitura.

Portanto, esta tese também convoca examinar o espaço urbano de Cianorte como um “palimpsesto de intencionalidades”. Mobilizado por Corboz (2001), o conceito de palimpsesto descreve o território como um manuscrito cujas camadas não apenas se acumulam, mas são deliberadamente apagadas e reescritas por agentes com interesses específicos. Essa perspectiva oferece uma lente para as narrativas cianortenses: os vazios urbanos da cidade emergem como meras lacunas no plano, ou como rasuras estratégicas produzidas por um agente hegemônico? Como propõe Corrêa (1989), o espaço urbano é produto de ações sedimentadas no tempo, cujas intencionalidades deixam marcas nas formas do presente. É essa

dialética entre a acumulação intencional e o apagamento seletivo que o caso de Cianorte permite investigar. A identificação desses agentes constitui, assim, o ponto de partida para desvelar se o espaço local operou como instrumento de viabilização dos propósitos dominantes da sociedade capitalista (Corrêa, 1989; Vainer, 2002).

Seguindo no pensamento de Corrêa (2013 p. 43), a produção do espaço, o que inclui o espaço urbano, não é o resultado, do que chamou de “mão invisível do mercado”, mas sim consequência da ação de agentes sociais concretos, que possuem interesses, estratégias e práticas espaciais particulares, “portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. A partir dessa perspectiva Carlos (2007) enfatiza que a produção desse espaço se dá de forma complexa e por meio da atuação dos agentes sociais de forma irregular, pois tal processo é marcado por conflitos de interesses que se alteram com o passar do tempo.

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano capitalista é multifacetado: fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, é repleto de símbolos e campos de lutas, emerge como um produto social, moldado por ações acumuladas ao longo do tempo. Para o autor, os agentes não só produzem, mas também consomem esse espaço, delineando a complexa tessitura das cidades.

Observe que Corrêa (1989) lembra que o espaço é um produto social, isto é, resultado de ação de agentes sociais, nesse caso, agentes de produção espacial. Para o autor, a forma como se usa a terra, tanto no passado como no presente, refletem na organização espacial da cidade, pois deixam “suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”, como concentração de atividades comerciais, áreas industriais e residenciais e inclusive áreas que são reservadas para futura expansão (Corrêa, 1989 p. 8). Observa-se então que o espaço urbano é configurado em zoneamentos com funções definidas para cada um, de modo que o espaço urbano se forma por meio da interrelação entre eles. Essa interrelação torna o processo de urbanização complexo, pois os indivíduos precisam circular nesse espaço, assim, além dos aspectos físicos não se pode esquecer que a organizações espacial da cidade também é espaço de socialização. “É por isso que podemos afirmar que o espaço contempla simultaneamente as possibilidades concretas de realização da sociedade e as suas virtualidades” (Carlos, 2007, p. 22).

Marcelo Lopes de Souza, em seu livro 'Mudar a Cidade: Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos' observa que a cidade surge como resultado de processos socioespaciais que envolvem interações em diversas escalas geográficas, não devendo ser vista apenas como algo passivamente moldável ou controlável pelo Estado, mas sim como um fenômeno complexo derivado da interação imprevisível e não totalmente manipulável de uma "miríade" de agentes que influenciam o espaço, interesses, significados e estruturas.

De acordo com Souza (2010, p.52), o Estado tem papel fundamental como agente modelador, mas é apenas "um dos condicionantes em jogo (ainda que seja um condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas)". Para o autor, a autoconstrução da realidade social (socioespacial) não significa simplesmente "pura espontaneidade"; a influência da vontade e da ação premeditada (tanto do Estado quanto de grupos específicos, ou até mesmo em um cenário político-social diferente, com cidadãos autogeridos) nunca estão ausentes (Souza, 2010, p.52).

Os agentes são os responsáveis por materializar os processos sociais por meio da configuração do ambiente construído, que pode se manifestar tanto na rede urbana quanto em espaços intraurbanos. Carlos (2007) enfatiza que o espaço urbano é construído e se altera por meio das relações sociais que nele se desenvolvem no cotidiano. Desse modo, para Corrêa (2013) os processos sociais e os agentes sociais estão intrinsecamente ligados, sendo elementos essenciais para a sociedade e sua dinâmica. Por se tratar de um produto social, são necessários vários agentes para provocar de maneira complexa um processo de produção espacial, que é dinâmico e está sujeito aos interesses dos agentes envolvidos no processo.

Entre os agentes sociais que interferem na produção do espaço estão o Estado, grandes empresas comerciais e de serviços, também chamados como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, os promotores imobiliários, grupos sociais excluídos e ordens religiosas interferem no processo de produção do espaço. Alguns participam há mais e outros menos tempo, alguns interferem com maior e outros com menor intensidade (Corrêa, 2013).

Os proprietários fundiários e os promotores imobiliários gozam do privilégio de especular e moldar o espaço, pois se utilizam da demanda das populações com maior poder aquisitivo. Os grupos sociais excluídos, que vivem às margens do

espaço urbano, produzem favelas, invadem terrenos de propriedade públicos ou privados, produzem assim seu próprio espaço (Corrêa, 1989).

Observa-se então que a atuação dos agentes sociais em diferentes escalas, com seus conflitos e interesses é responsável por auxiliar na produção do espaço urbano, que não pode ser considerado pronto e acabado, pois ele está em constante transformações devido aos indivíduos que o habitam (Carlos, 2007).

Harvey (1980), em seu livro 'A justiça social e a cidade', também discute sobre os principais agentes responsáveis pela formação do espaço urbano, os quais se distinguem na definição de valor de uso e valor de troca. Quem são essas pessoas para o autor? O autor identifica pelo menos seis principais agentes:

- 1) os usuários ou consumidores do solo urbano, que podem ser distinguidos entre proprietários e não proprietários, sendo que os primeiros atribuem valor tanto ao uso como à troca, ao passo que os segundos atribuem valor apenas ao uso;
- 2) os corretores de imóveis, que lucram através da venda do valor de uso e têm a capacidade de influenciar o mercado imobiliário, seja de forma ativa ou passiva;
- 3) os proprietários rentistas, que têm assegurado o direito de obter renda devido à existência da propriedade privada, possuem na moradia o interesse apenas no valor de troca;
- 4) os incorporadores e a indústria da construção da habitação, responsáveis por criar propriedades para vender depois, interessados no aumento dos estoques e na revitalização de áreas urbanas;
- 5) as instituições financeiras, que de alguma maneira, por meio dos financiamentos habitacionais, acabam influenciando a distribuição, procurando minimizar o risco e maximizar o lucro; e
- 6) as instituições governamentais, que atuam tanto de forma direta, por meio da produção de moradias, por exemplo, quanto indireta, por meio de financiamentos, na indústria da construção, incorporações ou instituições financeiras. Outra maneira de participar indiretamente é controlando o uso do solo urbano.

Este último agente, identificado por Harvey (1980), vai ao encontro do que Corrêa classificou como sendo papel do Estado Capitalista, porém será objeto de destaque no próximo subtópico.

Em uma passagem central, Corrêa (2013) declara que o espaço é criado através de sua transformação, sendo marcado por elementos físicos como

plantações, estradas, represas e cidades, contendo ruas, bairros, zonas comerciais e industriais. O autor reflete que o espaço produzido é reflexo das estratégias e práticas espaciais de cada agente. Cada agente social é “centrado principalmente em estratégias e práticas espaciais pertinentes às atividades que os caracterizam” (Corrêa, 2013 p.45).

Por exemplo, produção industrial ou produção imobiliária, podem, sob certas condições, desempenhar estratégias e práticas espaciais diferentes daquelas que os distinguem, mas que são semelhantes entre si. A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. Empresas industriais que detêm o controle de uma área de terra para produção, como mananciais de água ou instalações futuras, influenciam diretamente a dinâmica do espaço. Práticas espaciais como a esterilização de áreas agricultáveis à espera de valorização para fins de loteamento, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais (Corrêa, 2013 p.45).

A partir da ação de todos esses agentes já nominados ocorre a produção do espaço, cheios de significados, “como aqueles associados a estética, *status*, etnicidade e sacralidade” (Corrêa, 2013 p. 44). Pode-se dizer então que o espaço urbano se articula a partir de interesses distintos dos agentes sociais envolvidos, as também da coletividade que a habita (Carlos, 2007). A identificação dos agentes transformadores do espaço urbano é essencial para entender o espaço urbano, seu objetivo e suas transformações.

Todo esse processo de produção do espaço reflete uma sociedade capitalista dominante num contínuo processo de acumulação. Corrêa (1989 p. 12) afirma que o espaço urbano se constitui, de acordo com Lefebvre, “instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos” dominantes da sociedade capitalista, “em grande parte através da posse e do controle da terra urbana”.

Todas as ações de planejamento e os mecanismos de gestão dos agentes de produção do espaço, segundo Souza (2010), ora acionadas pelo Estado, ora por outros agentes, devem ser compreendidos por meio de uma teia de complexas relações recheadas de conflitos de interesses, vencedores e perdedores, dominantes e dominados. Ainda de acordo com o autor, dificilmente o planejamento

e a gestão urbanas podem ser considerados neutros em uma sociedade com tantas desigualdades estruturais.

No topo dessa cadeia de produção, destaco os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Como assevera Corrêa (2013), esses agentes gozam do privilégio de especular e moldar o território de acordo com a demanda de populações com maior poder aquisitivo. Em Cianorte, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) é lida nesta tese como agente fundiário-imobiliário hegemônico, e a adoção dessa designação repousa sobre três critérios eixos articulados. O primeiro é a plurifuncionalidade: a empresa concentrou num único ator as funções de proprietária fundiária, promotora imobiliária e articuladora política perante o Estado local, em vez de tê-las distribuídas entre agentes distintos, como ocorre tipicamente em outros contextos urbanos (Corrêa, 2013). O segundo é o monopólio prático sobre a oferta de terra urbana: a empresa detinha praticamente toda a área originalmente projetada para a cidade que ela mesma fundou, o que lhe permitiu administrar o ritmo de oferta de lotes ao mercado ao longo de décadas, conforme será examinado nos Capítulos 4 e 6. O terceiro é a capacidade de articulação simbólica: a empresa produziu, ao longo das décadas que se seguiram à fundação, os materiais de propaganda, os documentos institucionais e a própria toponímia (Cianorte, abreviatura de Companhia Norte) que organizaram publicamente o sentido da cidade que ela mesma loteava. É a convergência desses três critérios – concentração funcional, monopólio fundiário e articulação simbólica – que sustenta a adoção do termo hegemônico nesta tese. A hegemonia, aqui, não é tomada como atributo essencial da empresa, mas como configuração historicamente situada cuja consistência buscarei examinar no capítulo 5, por meio das narrativas dos sujeitos entrevistados.

Proponho que a CMNP não agiu apenas como uma loteadora, mas como uma coordenadora do que chamo de Concebido Oculto. Sua prática espacial de esterilização de áreas, aguardando a valorização para fins de loteamento, é uma estratégia clássica de retenção que influencia diretamente a dinâmica da cidade. Nesta lógica, o agente não apenas “produz” espaço; ele administra o tempo da sua ausência visando a valorização futura.

A identificação desses agentes é o ponto de partida para investigar, nas trilhas que se seguirão no capítulo 5, o que a relação entre o plano original e a cidade

efetivamente produzida pode revelar sobre os interesses e as práticas dos agentes que atuaram em Cianorte.

A possível centralidade dos proprietários fundiários é uma das proposições que orientam a investigação sobre a configuração espacial atual de Cianorte. Esta tese se ocupa de examinar se o interesse da CMNP pode não ter se restringido a preencher a cidade rapidamente, mas pode também ter incluído a manutenção do controle sobre o valor futuro do solo. a tensão entre o plano anunciado e a possível retenção será central no percurso que desenvolverei no Capítulo 5.

A possível atuação dos proprietários fundiários, por outro lado, dificilmente operaria isolada. A literatura sobre produção do espaço aponta o Estado como agente fundamental nesses processos. A questão a ser examinada é se, em Cianorte, o poder público atuou como árbitro neutro ou se atuou como mediador ativo da dinâmica fundiária descrita pela literatura. É sobre o papel do Estado, e sobre a ilusão de sua neutralidade, que passarei a discutir no próximo subtópico.

2.2.2 O Estado como Mediador e a Ilusão da Neutralidade

Outro condicionante crucial nesta engrenagem é o Estado. Embora teoricamente devesse atuar como um árbitro neutro que paira sobre interesses particulares para promover a justiça social, a inserção do Estado na dinâmica da sociedade capitalista nos permite superar essa concepção (Corrêa, 1989), visto que a realidade da produção capitalista frequentemente revela processos de cooptação e clientelismo. Segundo Souza (2010), o planejamento e a gestão urbana dificilmente são neutros em sociedades com desigualdades estruturais. Essa ilusão de neutralidade é particularmente problemática em contextos de colonização empresarial periférica, onde o Estado nasce sob a tutela direta do capital privado e acaba exercendo um papel de mediador favorável à acumulação.

Harvey (1989; 1996) aprofunda essa leitura ao descrever o que chama de “empresariamento da gestão urbana”: o Estado deixa de ser o garantidor do bem-estar coletivo para se tornar parceiro estratégico na absorção de excedentes de capital. Em vez de regular o mercado em nome do interesse público, ele cria condições institucionais e legais que favorecem a valorização imobiliária e a especulação fundiária. Essa transformação não é acidental; ela reflete a

subordinação das políticas públicas à lógica do valor de troca, tal como criticada por Henri Lefebvre (1991) quando denuncia a mercantilização do espaço.

No caso específico de cidades-empresa, Vainer (2002) descreve como essa parceria pode se intensificar. A cidade deixaria de ser objeto de política pública para ser gerida como uma corporação, e o Estado atuaria como facilitador dessa lógica empresarial, fornecendo infraestrutura, aprovando zoneamentos e concedendo isenções que permitiriam ao agente fundiário privado reter terras e controlar o ritmo da urbanização. Caso essa configuração se sustente diante das perspectivas reunidas, ela poderia ser inteligível à luz do que esta tese propõe nomear como Soberania do Vazio.

Corrêa (2013) complementa essa leitura ao lembrar que o Estado capitalista exerce uma “multiplicidade de papéis” na produção do espaço, ao mesmo tempo regulador, promotor imobiliário e mediador de conflitos. A questão a ser examinada no capítulo investigativo desta tese é se, em Cianorte, essa multiplicidade pode ter se alinhado aos interesses do agente hegemônico, transformando o planejamento urbano em ferramenta de acumulação em vez de instrumento de democratização do espaço. Caso essa proposição se sustente, a Tríade Espectral poderá oferecer ganho interpretativo ao examinar se o Estado, ao legitimar o Concebido Oculto do agente privado, contribuiu para que o vazio se tornasse estratégia de produção espacial.

A proposição que orienta a investigação, portanto, é a de que o Estado, em contextos periféricos de colonização empresarial, possa não atuar como árbitro neutro. Essa proposição permite formular a pergunta sobre como, em Cianorte, o planejamento pode ter sido instrumentalizado para que a acumulação de capital pudesse operar de formas que o planejamento urbano oficial não tornava visíveis. É à luz dessa pergunta que a dimensão do Vivido Assombrado, caso a Tríade Espectral se mostre adequada, poderá ganhar relevância como possível espaço de resistência.

Em cidades colonizadas por empresas, como sugere a literatura histórica sobre Cianorte, o Estado pode nascer sob a tutela do capital privado. A proposição a ser examinada é a de que, em contextos de colonização empresarial periférica, o poder público municipal possa atuar, ao menos em seus primeiros ciclos, de forma alinhada ao agente hegemônico que fundou a cidade. É sobre como essa dinâmica

pode ter se configurado em Cianorte que me debruçarei no capítulo investigativo desta tese. A questão central é se o Estado, no caso analisado, pode ser inteligível como agente externo ou como possível parceiro do que esta tese propõe nomear como Soberania do Vazio.

A possível existência dessa parceria entre o poder público e a CMNP é objeto do percurso investigativo que se desenvolverá nos capítulos seguintes. Caso ela se sustente diante das narrativas, será possível examinar se o vazio intraurbano pode ser inteligível, no caso de Cianorte, não como acidente, mas como resultado de práticas convergentes entre a empresa e o poder público.

No plano jurídico, essa parceria adquire contornos ainda mais concretos quando confrontada com o ordenamento urbanístico brasileiro posterior. A Constituição Federal de 1988 (art. 182, §4º) e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001, arts. 5º a 8º) instituíram instrumentos específicos para combater a retenção especulativa de terrenos urbanos: o parcelamento compulsório, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. Lefebvre (2008b) formulou o direito à cidade como o direito de não ser excluído da centralidade e das decisões que configuram o espaço. No Brasil, esses instrumentos traduzem o direito lefebvriano em obrigação legal: o proprietário que retém solo urbano ocioso nega a função social da propriedade e, portanto, nega o direito à cidade dos habitantes. O que investigarei no capítulo investigativo desta tese é precisamente esse limite da parceria entre empresa e Estado: até onde o agente privado consegue operar dentro da estrutura do Estado local a ponto de converter instrumentos jurídicos em favor de seus próprios interesses fundiários – configurando o que denomino, nesta investigação, de ente privilegiado.

2.2.3 A Miríade de Agentes e a Resistência do Espaço Vivido

Para além da hegemonia da empresa e do Estado, a cidade resulta da interação de uma “miríade” de agentes: usuários, instituições financeiras, grupos excluídos e ordens religiosas, entre outros. Neste subtópico, exploro a multiplicidade de agentes que atuam na produção do espaço urbano de Cianorte, com ênfase especial na resistência que emerge no espaço vivido, especificamente no que chamo de Vivido Assombrado como brecha contra a Soberania do Vazio.

Corrêa (2013) nos lembra que o espaço urbano capitalista é multifacetado: fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, repleto de símbolos e campos de lutas, emergindo como um produto social moldado por ações acumuladas ao longo do tempo. Os agentes não só produzem, mas também consomem esse espaço, delineando a complexa tessitura das cidades. Ainda segundo o autor, o espaço urbano é produzido não apenas pelos agentes hegemônicos (proprietários fundiários e Estado), mas por muitos atores subalternos – pioneiros, pequenos comerciantes, moradores, associações de bairro e migrantes – que, através de práticas cotidianas, geram fissuras na ordem imposta.

Lefebvre (1991) oferece uma chave teórica para examinar essa dinâmica. Para ele, o espaço vivido (os espaços de representação) é o único momento da tríade em que os dominados podem reconquistar o espaço contra o capital. Não é o espaço do plano (concebido) nem o da rotina funcional (percebido), mas o domínio da imaginação, da memória, da emoção e da resistência simbólica. É a partir dessa formulação que esta tese propõe examinar o que nomeia como Vivido Assombrado: a proposição de que, em contextos de produção do espaço pela ausência, possa existir uma dimensão da experiência coletiva atravessada pelo vazio que, paradoxalmente, abriria brechas contra o agente hegemônico.

Harvey (2012) reforça essa possibilidade ao mostrar que as contradições do capitalismo, sobretudo a tensão permanente entre valor de uso e valor de troca, criam fissuras estruturais. Em contextos periféricos como o Norte do Paraná, essas fissuras se tornam ainda mais evidentes: o modelo de cidade-empresa (Vainer, 2002) pressupõe exclusão e retenção especulativa, mas essa mesma exclusão gera formas de contra-ocupação. Souza (2010) vai além e fala dos ativismos sociais como prática insurgente: mutirões, hortas comunitárias, ocupações informais e narrativas orais transformam o espaço percebido (suspense pela retenção) em espaço vivido.

É nesse ponto que a Tríade Espectral, caso se mostre adequada às perspectivas reunidas, poderá ganhar sua dimensão mais crítica. Se o Concebido Oculto e o Percebido Suspenso, na proposta desta tese, pertenceriam à lógica da empresa e do Estado, o Vivido Assombrado seria o espaço em que os agentes secundários poderiam encontrar brechas. A proposição a examinar é se eles transformam o vazio que o capital teria criado para acumular em memória afetiva, em práticas cotidianas de apropriação, em pequenas brechas de reconquista do

espaço. A questão é se o vazio que poderia operar como reserva especulativa pode também se tornar, em determinadas situações, o lugar onde o habitante ainda consegue habitar a cidade contra a própria empresa que a sonhou.

Ao cruzar essas leituras com as entrevistas que realizei, esta tese examina se essa dinâmica se manifesta em Cianorte. A proposição é a de que o vazio que permanece no interior de uma cidade planejada possa converter-se, para os seus moradores, em espaço de reinvenção cotidiana, e que essa possibilidade seja inteligível à luz do que esta tese propõe nomear como Vivido Assombrado. Os usos insurgentes que possam escapar ao controle do agente hegemônico serão examinados, a partir das narrativas colhidas, nas trilhas do capítulo 5 desta tese.

Caso essa proposição se sustente, ela não anularia a hegemonia dos agentes dominantes, mas a tensionaria. Indicaria que o que esta tese propõe nomear como Soberania do Vazio, por mais poderosa que se mostrasse, nunca seria absoluta. O vazio urbano que poderia operar como estratégia de acumulação para o capital poderia também, paradoxalmente, tornar-se, para os moradores, espaço de reinvenção cotidiana e de resistência simbólica. Essa dinâmica será examinada nas trilhas do Capítulo 5, quando os depoimentos dos pioneiros forem analisados sob a perspectiva proposta.

Assim, ao final deste subtópico, fica delimitado um quadro interpretativo segundo o qual a produção do espaço em Cianorte não pode ser compreendida apenas pela ótica dos vencedores. A miríade de agentes e a possível resistência no espaço vivido completam o quadro a ser examinado nas próximas seções. Compreender essa teia de relações é o que prepara o terreno para o percurso investigativo dos capítulos seguintes, onde o plano original e a cidade efetivamente produzida serão postos em diálogo com as narrativas dos sujeitos entrevistados.

2.3 O PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO E SUAS COMPLEXIDADES

No contexto dinâmico do espaço urbano, os agentes de produção desempenham um papel crucial na formação e na transformação das paisagens urbanas. Em suas obras 'Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos' e também em 'Planejamento urbano e ativismos sociais', Marcelo Lopes de Souza mergulha nas complexidades dessas interações,

explorando como diversos atores sociais moldam o ambiente urbano por meio de suas práticas e lutas. As duas obras oferecem uma leitura perspicaz das dinâmicas entre agentes urbanos e seus impactos, assim como as correntes do planejamento urbano e a forma como essas têm moldado a configuração socioespacial das cidades.

Há que se destacar que para Corrêa (1989), as características do espaço urbano estão vinculadas aos movimentos da sociedade, ou seja, aos interesses dos agentes sociais que fazem parte de sua construção e estão continuamente produzindo e reproduzindo formas espaciais ao longo do tempo. Portanto, há que se pensar o planejamento urbano como um processo em constante desenvolvimento, com mudanças e permanências na distribuição do espaço.

Conforme Souza (2010) explica, planejamento urbano e gestão urbana são duas atividades distintas, porém não necessariamente antagônicas e certamente não uma mais relevante que a outra. Na verdade, deveriam ser vistas como complementares. Para o autor, o planejamento urbano, assim como qualquer forma de planejamento, está intrinsecamente ligado ao futuro. É a maneira pela qual as pessoas tentam antecipar a evolução de um fenômeno ou processo e, com esse entendimento, buscam prevenir problemas e dificuldades, ou ainda otimizar os benefícios potenciais.

Convém enfatizar que o planejamento urbano se trata de um planejamento, portanto, pode haver desvios, adaptações, alterações conforme a atuação dos agentes sociais envolvidos e dos indivíduos que habitam o espaço em questão. Para exemplificar, Souza (2010) fala que todos os dias, desde o momento que acordamos, já começamos um planejamento. De manhã, universidade; depois, buscar o livro encomendado; e, se der tempo, assistir ao filme tão aguardado. Também planejamos aspectos da vida, como carreira, família e aposentadoria. Embora um bom planejamento não seja garantia de sucesso, aumenta as chances de tudo correr bem. Quando se desiste de antecipar problemas, é o mesmo que se render às circunstâncias. Todas as sociedades, de alguma forma, planejam suas atividades, cada uma de maneira única, o que enriquece a diversidade cultural.

Ao contrário do planejamento, Souza (2010) argumenta que a gestão é uma atividade voltada para o presente. Envolve a administração de situações dentro do contexto atual, utilizando os recursos disponíveis para atender às necessidades

imediatas. Por exemplo, depois de planejar nosso dia, precisamos gerenciá-lo, lidando com imprevistos e tomando decisões rápidas, muitas vezes automáticas. A gestão envolve a implementação de rotinas e a condução de atividades considerando o momento imediato e o curto prazo, mesmo aquelas que foram previamente planejadas. Lidar com imprevistos e ajustar o planejamento é fundamental, pois considerando que a produção do espaço urbano é uma produção capitalista, Carlos (2007) enfatiza o processo de gestão e ajustes como parte do planejamento, considerando que existem variáveis não controláveis, pois o processo envolve interesses diversos em função dos agentes sociais envolvidos.

Um dos principais desafios do planejamento é visualizar o futuro. No entanto, essa visão não surge do nada; requer uma compreensão das condições presentes para antecipar possíveis desdobramentos. Esse esforço de reflexão, seguido pela projeção desses desdobramentos, é chamado de prognóstico. Alguns desqualificam o prognóstico argumentando que “não se pode prever o futuro”, o que é irresponsável para quem busca transformações sociais e democráticas. No entanto, também não se pode ser arrogante ao acreditar que o futuro pode ser previsto com precisão absoluta. Dependendo exclusivamente de métodos estatísticos para prever o futuro social é simplista, já que a sociedade é complexa demais para ser totalmente compreendida dessa forma. Ambas as posições, a que nega a previsão do futuro e a que confia excessivamente em métodos quantitativos, são igualmente extremistas e equivocadas (Souza, 2010).

Da mesma forma isso pode ser discutido dentro do planejamento urbano. Algo defendido pelo autor é que o planejamento e a gestão urbanos não são neutros ou conservadores, isto é, não existe planejamento nem gestão urbanos neutros, visto que ambos estão carregados de interesses e ideologias, numa sociedade dividida em classes e com divergentes interesses (Souza, 2004). É justamente por essa razão que o ato de planejar e executar torna-se um grande desafio dentro do processo de urbanização.

Na sua obra “Mudar a Cidade”, Souza (2010) apresenta nove tipos de planejamentos, entre eles o planejamento físico-territorial, o planejamento sistêmico e as perspectivas mercadófilas. Para o presente trabalho, quero destacar aqui apenas as perspectivas mercadófilas. Essa perspectiva tem como proposta a

necessidade de adaptar-se ao capital e menor intervenção do Estado e o estabelecimento de parcerias público-privadas.

O planejamento mercadófilo, de acordo com Souza (2010) compreende três subtítulos: *trend planning*, *leverage planning* e *private-management planning*. É caracterizada por uma perspectiva conservadora empresarialista. Embora existam diversas versões do planejamento estratégico, todas compartilham a identificação dos grupos de interesse envolvidos, visando criar alianças e visualizar ameaças, potencialidades e obstáculos. No entanto, essa abordagem é frequentemente adotada de maneira acrítica dentro do ambiente empresarialista, priorizando os interesses capitalistas. Souza (2010) destaca que, embora esse discurso ideológico muitas vezes busca justificar que os interesses empresariais beneficiam o bem comum, na realidade, o foco está em atender aos interesses do capital imobiliário e de outros grupos dominantes.

Isso se dá pelo fato de que o espaço é visto como mercadoria, e uma mercadoria de alto valor, onde determinados agentes sociais têm mais influência do que outros, como é o caso do imobiliário e mercadológico por exemplo. Isso significa dizer que o processo de urbanização atenderá a determinadas demandas em detrimento de outras, fazendo com que haja disputas e conflitos ao longo do processo de desenvolvimento do planejamento e da gestão urbana (Carlos, 2007).

O processo de autocriação do Social ao longo da história inclui a dimensão espacial, refletindo os vínculos entre as relações sociais “produtoras de espaço” e a espacialidade “que condiciona, de maneiras variadas, as relações sociais”. Nesse contexto, Souza (2010) afirma que a cidade surge como resultado de processos socioespaciais que envolvem interações complexas em diversas escalas geográficas, não sendo passivamente moldável nem totalmente controlável pelo Estado.

Para Souza (2010 p.52), a autocriação da realidade social não é puramente espontânea; o poder da vontade e a ação premeditada estão sempre presentes, tanto por parte do Estado quanto de inúmeros “agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais”. Uma visão mais ampla do papel do planejamento deve considerar a complexidade dos processos socioespaciais, superando o dualismo simplista entre ‘espontâneo’ e ‘planejado’ nos processos de produção do espaço social, pois esses elementos interagem constantemente de

maneira complexa e sinérgica. Aquilo que num primeiro momento parece espontâneo, revela-se totalmente cheio de intenções e interesses deliberados (Souza, 2010 p. 52).

O objetivo central do “empresarialismo urbano”, segundo Souza (2010), é promover a acumulação privada de capital e enfraquecer as resistências da sociedade civil. Por isso, os adeptos desse modelo geralmente defendem a mínima intervenção do Estado na regulamentação do uso do solo, visando eliminar barreiras para novos investimentos.

É nesse ponto que a Tríade Espectral, caso se mostre adequada, poderá oferecer ganho interpretativo. Porque o planejamento, tal como Souza descreve, pode ser instrumentalizado em determinados contextos. O que se apresenta como plano técnico e neutro, o zoneamento, as reservas para futura expansão, pode, em determinadas configurações, operar de modo a manter o vazio como ativo financeiro. A preposição a examinar é se, em contextos de cidade-empresa, o planejamento pode deixar de operar como instrumento de democratização do espaço para se aproximar do que esta tese propõe nomear como mecanismo de Soberania do Vazio. A pergunta sobre se o espaço vivido dos moradores pode, em alguma medida, abrir brechas a essa lógica é uma das que orientam o percurso investigativo.

Assim, ao final deste capítulo, fica delimitado o quadro interpretativo que orienta a investigação. A possível centralidade dos agentes hegemônicos e a possível resistência no espaço vivido compõem o terreno a ser examinado nas trilhas seguintes. É com essa base que dou continuidade à tese, apresentando, ao final do capítulo metodológico, as trilhas de investigação que serão percorridas no Capítulo 5 à luz da proposta de leitura aqui esboçada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao considerar as perspectivas da presente pesquisa, optei por nortear este trabalho, epistemologicamente, através do Construcionismo Social. Isso foi realizado por meio da composição de histórias, a partir de diálogos que surgiram de diversas perspectivas, incluindo trabalhos científicos que contam a história da cidade de Cianorte, documentos, entrevistas com pioneiros, antigos moradores, autoridades e empresários municipais e historiadores da cidade.

De acordo com Spink (2003) e Ibáñez (2001), o Construcionismo Social pode ser entendido como uma abordagem que envolve a maneira como contamos e produzimos o mundo, enfatizando a importância da narrativa na construção do conhecimento científico, sendo este o principal recurso dessa epistemologia. Quanto à sua definição, o Construcionismo Social busca, por meio da narrativa, criar significados (Spink, 2013; Gergen, 1997). Se trata de um processo polifônico, no qual diferentes perspectivas contribuem para a construção de narrativas (Bruner, 1997a, 1997b).

Ao adotar esta base epistemológica para a pesquisa, que compreende a realidade como uma construção social, é incumbência do pesquisador encontrar maneiras de (re)contar ou (re)editar histórias socialmente formadas, revelando os sentidos que podem estar encobertos nos registros (Borges, 2013). O processo de recontar acadêmico é a transcrição do contar oral, das conversas, das visitas, do material, da materialidade, dos achados e perdidos. As narrativas são moldadas através do diálogo entre as histórias vivenciadas ou praticadas e a literatura relacionada ao tema (Spink, 2003).

Uma pesquisa pode ser considerada construcionista quando questiona as verdades acatadas e a forma pela qual nos ensinaram a olhar para nós mesmos; quando o conhecimento for dotado de uma história e uma cultura particular; quando o conhecimento for resultado de uma ação coletiva; e quando o conhecimento for inseparável da ação social (Iñiguez, 2002). O Construcionismo Social tem como base a dimensão de que não existe verdade, nem uma única forma de explicar a realidade, nada é natural em sociedade, tudo é construído socialmente (Brockmeier; Harré, 2003; Spink, 2003).

É diretamente dessa postura construcionista que decorre uma escolha que perpassa toda esta tese e que preciso, aqui, explicitar: a assunção da primeira

pessoa. Não se trata de decisão estilística, mas de exigência epistemológica. Se o conhecimento é construído na interação, ocultar a presença do pesquisador comprometeria a coerência entre a epistemologia declarada e a forma pela qual o texto se apresenta ao leitor. Ao enunciar-me como “eu”, deixo explícito que cada interpretação nasce do diálogo com os entrevistados, do ambiente em que conversamos e do meu próprio repertório, de modo que o texto passa a refletir sua natureza situada e relacional (Gergen, 2015; Burr, 2015).

Essa opção reforça a proximidade com as narrativas e seus narradores. Permite registrar impressões de campo e percepções mobilizadas no encontro, componentes reconhecidos como registros legítimos em leitura narrativa, sem recorrer a artifícios de impessoalidade que poderiam fazer o leitor perder de vista os deslocamentos interpretativos (Riessman, 2008). Permite também combinar, numa sequência clara, as falas dos entrevistados, os elementos históricos que ainda serão reconstituídos e as interpretações que proponho ao longo da tese (Lincoln & Guba, 1985).

A primeira pessoa, portanto, não é escolha de estilo: é a forma de manter, no próprio texto, a coerência com a postura construcionista aqui assumida. É a partir dela que o percurso metodológico que se segue se organiza.

A metodologia a ser utilizada para este estudo se estabelece como a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é exploratória e conveniente quando não se conhece todas as variáveis que serão examinadas, o que exige um aprofundamento em relação a compreensão dos fenômenos sociais envolvidos (Creswell, 2010). Essa abordagem qualitativa tem como objeto de estudo o nível dos significados, bem como todos os motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores (Minayo; Sanches, 1993). Sendo assim, trata-se de um processo de produção de sentidos e não apenas uma realidade onde o pesquisador se insere e apenas a decodifica.

Em um segundo momento, ocorreram entrevistas semiestruturadas com atores que representam os agentes de transformação do espaço, como prefeito e ex-prefeito (digo no singular pois todos os demais ex-prefeitos já faleceram, restando apenas um ainda vivo), moradores pioneiros, empresários, entre eles do setor imobiliário e demais atores que vivenciaram o processo de produção do espaço, incluindo representantes da colonizadora CMNP. As entrevistas foram gravadas em

áudio, após autorização, e transcritas para posterior apresentação e construção de inteligibilidade sob a forma de uma narrativa relacionada. Antes de qualquer interpretação, é preciso reconhecer que conseguir alcançar um corpus extraordinariamente rico, com vozes de origens radicalmente distintas – o topógrafo da CMNP desde o primeiro dia (Antônio Bertoldo), o filho do primeiro prefeito imposto pela própria Companhia (Valdir Donato), o atual diretor da empresa (Roberto Carvalho Neto), o geógrafo nascido em Cianorte (Rafael Tessaro), pioneiros que perderam tudo na geada, um ex-prefeito que construiu acordos com a Companhia (Fernando Castilho), o prefeito atual que tem uma visão radicalmente diferente do anterior (Marcelo Bertotti), e historiadores locais que guardam documentos que podem ir “para o túmulo” (Helena Cordeiro). Essa diversidade é um dos elementos mais ricos da tese – e também um dos maiores desafios, porque as vozes se contradizem de formas que não podem ser ignoradas. Essa narrativa será construída com base em todas as histórias resultantes das entrevistas, documentos e registros históricos.

As dezessete entrevistas foram realizadas entre outubro de 2024 e junho de 2025, na cidade de Cianorte, Paraná. Cada entrevista ocorreu no local escolhido pelo próprio entrevistado: em alguns casos, em suas residências; em outros, em seus locais de trabalho ou em espaços públicos da cidade. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, organizado em torno de cinco eixos temáticos: a história pessoal do entrevistado em Cianorte, suas memórias sobre a atuação da CMNP, a percepção sobre o desenvolvimento (ou não desenvolvimento) da cidade, as relações entre a empresa e o poder público, e as expectativas que tinham quando chegaram à cidade versus o que encontraram décadas depois. Esse roteiro funcionou como guia, não como camisa de força: em diversas entrevistas, o entrevistado conduziu a narrativa para territórios que o roteiro não previa, e essas digressões foram acolhidas e registradas integralmente, conforme a postura epistemológica do Construcionismo Social que valoriza a narrativa emergente (Gergen, 2015). Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, após consentimento livre e esclarecido dos participantes, e transcritas na íntegra pelo pesquisador. A duração média das entrevistas foi de aproximadamente trinta e cinco minutos.

Para fornecer ao leitor um panorama sintético do conjunto das dezessete entrevistas que compõem o corpus desta pesquisa, apresento no Quadro 2 a relação

dos entrevistados, identificados pelos nomes fictícios adotados ao longo desta tese, com a data em que cada entrevista foi realizada e a sua respectiva duração.

Quadro 2 – Caracterização das entrevistas realizadas

Nº	Nome fictício	Data da entrevista	Duração
1	Helena Cordeiro	15/10/2024	56 minutos
2	Valdir Donato	15/10/2024	31 minutos
3	Mateus Andrade	02/11/2024	31 minutos
4	Sebastião Nogueira	04/11/2024	30 minutos
5	Anselmo Ribeiro	20/11/2024	25 minutos
6	Edith Ribeiro	20/11/2024	20 minutos
7	Augusto Bressan	23/11/2024	28 minutos
8	Estanislau Kowalski	28/11/2024	31 minutos
9	Joaquim Tavares	21/04/2025	28 minutos
10	Fernando Castilho	23/04/2025	49 minutos
11	Marcelo Bertotti	29/04/2025	28 minutos
12	Aldo Pereira	18/05/2025	58 minutos
13	Clarice Almeida	18/05/2025	20 minutos
14	Rafael Tessaro	22/05/2025	31 minutos
15	Antônio Bertoldo	31/05/2025	28 minutos
16	Roberto Carvalho Neto	02/06/2025	43 minutos
17	Dario Brandão	02/06/2025	26 minutos

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Apresentado o panorama do corpus, passo a explicitar o critério de seleção dos entrevistados, que orientou a composição dessa diversidade de vozes. A seleção dos entrevistados seguiu o critério de amostragem intencional por bola de neve (*snowball sampling*), partindo de contatos iniciais estabelecidos durante a fase exploratória da pesquisa. o critério norteador foi a busca por diversidade de perspectivas entre os diferentes agentes envolvidos na produção do espaço de Cianorte, conforme a tipologia de Corrêa (2013): proprietários fundiários (representados pelo diretor da CMNP, Roberto Carvalho Neto), promotores imobiliários (representados por corretores e empresários locais), o Estado (representado pelo prefeito atual Marcelo Bertotti e pelo ex-prefeito Fernando Castilho), grupos sociais que vivenciaram o processo (pioneiros como Aldo Pereira, Sebastião Nogueira, Dario Brandão, Anselmo Ribeiro, Edith Ribeiro, Clarice Almeida, Joaquim Tavares, Mateus Andrade e Augusto Bressan), historiadores e pesquisadores locais (Helena Cordeiro e Rafael Tessaro), representantes de movimentos sociais (Estanislau Kowalski, da APROMAC) e funcionários da própria CMNP (Antônio Bertoldo, topógrafo, e Valdir Donato, filho do primeiro prefeito indicado pela empresa). A inclusão de vozes favoráveis à CMNP – como a de Roberto Carvalho Neto, diretor atual da empresa, e a de Fernando Castilho, ex-prefeito que atribui o isolamento ferroviário ao governo federal – ao lado de vozes que constroem narrativas críticas, como as de Antônio Bertoldo, Rafael Tessaro e Estanislau Kowalski, não decorreu de um protocolo de controle. Decorreu de uma compreensão epistemológica: no Construcionismo Social que adoto, a inteligibilidade não emerge apesar das dissonâncias, mas por meio delas. Gergen (2015) e Burr (2015) são precisos ao afirmar que o conhecimento é produzido no encontro entre perspectivas em tensão, e suprimir as vozes que complicam o argumento não fortalece a construção da inteligibilidade, ao contrário, a empobrece, porque elimina justamente o atrito que obriga o pesquisador a ser mais preciso sobre o que as narrativas efetivamente constroem. É por isso que Roberto Carvalho Neto está nesta tese não como antagonista a ser refutado, mas como interlocutor cuja perspectiva integra, com igual legitimidade, o corpus a partir do qual a inteligibilidade sobre Cianorte foi construída.

O percurso de construção da inteligibilidade não se apoiou exclusivamente nas entrevistas. O Construcionismo Social que adoto reconhece que a inteligibilidade

se constrói na interação entre diferentes registros de sentido – e não pela sua convergência forçada num único ponto de chegada. Por isso, articulei três planos de construção de sentidos: as dezessete entrevistas semiestruturadas, como fonte principal; o levantamento documental – legislação municipal, materiais de propaganda da CMNP, dados do IBGE, registros jornalísticos e o Planejamento Urbano para Cianorte – como plano que situa historicamente o que as narrativas constroem; e minha própria posição como pesquisador que viveu quatro décadas nessa cidade, que Spink (2003) reconhece como dado legítimo em pesquisas de campo de orientação construcionista. Esses três planos não se destinam a confirmar uns aos outros: destinam-se a complexificar a inteligibilidade, permitindo que cada registro ilumine o que os demais, sozinhos, não dariam conta de alcançar. No primeiro nível, as falas dos entrevistados foram articuladas entre si: quando um entrevistado afirmava algo (por exemplo, que a CMNP retinha lotes de forma sistemática), essa perspectiva só ganhava densidade na construção da inteligibilidade quando sustentada, de forma independente, por pelo menos duas outras vozes de origens sociais distintas. A reclassificação do IPTU, por exemplo, é descrita de forma coerente por quatro entrevistados que não se conhecem: Estanislau Kowalski, Helena Cordeiro, Antônio Bertoldo e Mateus Andrade. No segundo nível, as falas foram articuladas com os documentos históricos apresentados no Capítulo 4: propagandas da CMNP em revistas e jornais (Revista A Pioneira), dados do IBGE sobre população, legislação municipal sobre zoneamento e tributação. Quando a propaganda prometia crescimento rápido e os registros mostravam estagnação, a distância entre o declarado e o praticado densificava a inteligibilidade do Concebido Oculto – não como verificação da sua existência, mas como registro que tornava a sua proposição mais espessa e mais difícil de descartar. No terceiro nível, as falas e os documentos foram articuladas com a historiografia local (Dias, 1998; Cioffi, 1995; Dalberto, 2009; Varella, 2019; Martins, 2021), examinando onde a narrativa dos entrevistados convergia, nuançava ou tensionava o que os estudos anteriores haviam registrado.

Uma ressalva epistemológica é necessária. O procedimento que descrevo nos parágrafos anteriores – articular vozes de origens sociais distintas, examinar se narrativas constroem os mesmos sentidos de forma independente – pode parecer, à primeira leitura, uma triangulação qualitativa: procedimento associado a abordagens

que buscam verificar a verdade de uma afirmação pela convergência de múltiplas fontes. No Construcionismo Social que adoto, a função dessa convergência é outra. Quando quatro vozes independentes constroem a mesma inteligibilidade sobre o conflito do IPTU, o que esse encontro produz não é a prova de que o conflito ocorreu daquela forma – é a densidade de uma construção intersubjetiva que nenhuma voz isolada poderia alcançar. O que aumenta com a convergência não é a certeza sobre o real, mas a espessura do sentido produzido. E o que aumenta com a dissonância não é uma contradição a ser resolvida, mas a complexidade da inteligibilidade a ser construída. É nesse sentido específico – e não no sentido de verificação ou triangulação – que a articulação entre múltiplas perspectivas opera nesta tese.

Todas as entrevistas foram realizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em conformidade com a legislação brasileira vigente, e os participantes autorizaram a gravação e a transcrição de suas falas. Os nomes de todos os atores entrevistados foram trocados por nomes fictícios ao longo desta tese a fim de preservar a privacidade das pessoas envolvidas. Quando o conteúdo das entrevistas é mobilizado nos capítulos seguintes, é o nome fictício que aparece. A principal limitação de acesso desta pesquisa é a impossibilidade de consultar os arquivos internos da CMNP. Atas de diretoria, memorandos, planos estratégicos de comercialização e correspondências entre a sede em São Paulo e a gerência local em Cianorte poderiam acrescentar ao corpus uma camada de sentido que as fontes orais, por sua natureza, não alcançam: a do registro interno da organização sobre suas próprias decisões. Esses documentos não resolveriam o que esta tese deixa em aberto – porque nenhuma fonte resolve, no Construcionismo Social, o que só pode ser construído na interação entre registros múltiplos –, mas densificariam a inteligibilidade sobre a racionalidade que orientou a prática da CMNP em Cianorte, permitindo confrontar o que a empresa dizia internamente com o que os entrevistados narram externamente. a tese reconhece esse limite e constrói sua inteligibilidade sobre a convergência de testemunhos independentes, o horizonte comparativo de Umuarama e a distância entre propaganda e prática, conforme detalhado na seção 5.5. Essa escolha é coerente com o Construcionismo Social, para o qual as fontes orais são tão legítimas quanto as documentais na construção intersubjetiva com produção de sentidos (Spink, 2003; Gergen, 2015).

Também me utilizei de entrevistas realizadas por outros pesquisadores e historiadores. No entanto, cabe ressaltar que essas entrevistas não tinham como objetivo levantar os motivos que influenciaram a não concretização do plano original da CMNP. A proposta da utilização dessas entrevistas realizadas por outros pesquisadores ocorre por dois motivos principais: 1) a maioria dos pioneiros e ex-prefeitos da cidade de Cianorte já faleceram, o que diminui a possibilidade de acessar personagens que vivenciaram a história do início do município; 2) entrevistas realizadas por outros pesquisadores e documentadas em pesquisas científicas podem incluir registros valiosos e exclusivos sobre acontecimentos históricos, e também possibilitar o acesso a informações não encontradas em outras fontes.

A escolha da técnica de entrevista se justifica pela capacidade de acessar histórias contadas pelos principais interlocutores envolvidos no problema de pesquisa. Através das entrevistas, o pesquisador pode explorar detalhadamente relatos precisos e abrangentes, buscando identificar novas pistas e diferentes dimensões do problema (Vergara, 2000).

O Campo-Tema, conforme Spink (2003, p. 28), é uma “rede complexa de sentidos” que emerge do diálogo contínuo sobre o tema da pesquisa. Nesta tese, o Campo-Tema operou de forma que transcende o momento formal das entrevistas: minha entrada no campo se deu ao longo de quatro décadas de vivência em Cianorte, nas conversas informais que antecederam e sucederam as gravações, nas visitas aos terrenos vazios da Zona 5, na leitura dos jornais antigos e dos documentos da CMNP, e no diálogo permanente entre minha memória de infância e o referencial teórico que fui construindo ao longo do doutorado. A “rede complexa de sentidos” que Spink descreve é precisamente o que esta pesquisa navegou: não um campo geográfico delimitado, mas um campo de significados que se estende das atas da Companhia às lembranças de pioneiros que viram a cidade nascer e estagnar. As categorias da Tríade Espectral foram propostas no Capítulo 2 como possibilidade interpretativa, não como moldura fechada. O que o Campo-Tema produziu não foi a Tríade em si, mas a percepção de que ela se mostrava necessária: as narrativas construíam sistematicamente uma experiência de ausência que a tríade lefebvriana original não alcançava com precisão. O conteúdo que preencheu cada dimensão espectral – o Concebido Oculto como racionalidade adaptativa, o Percebido Suspenso como experiência cotidiana da falta, o Vivido Assombrado

como memória coletiva de promessa traída – emergiu do diálogo entre o corpus narrativo, a teoria e a experiência situada do pesquisador, o que é coerente com a epistemologia construcionista: as categorias não antecederam o corpus como grade de leitura imposta, mas se consolidaram à medida que o campo as tornava necessárias.

É necessário detalhar como se deu, na prática, o processo de codificação e categorização que produziu as quatro trilhas e as três dimensões da Tríade Espectral. O percurso de construção da inteligibilidade organizou-se em três momentos, em consonância com o modelo de Bardin (1977): pré-leitura, exploração do material e construção das inteligibilidades.

Na fase de pré-análise, realizei a leitura flutuante das dezessete transcrições completas, sem categorias prévias, registrando em caderno de campo as primeiras impressões: recorrências temáticas, contradições entre entrevistados, expressões que se repetiam com frequência incomum e silêncios que pareciam tão significativos quanto as falas. Nessa etapa, três padrões emergiram com força: a Geada Negra de 1975 aparecia em todas as dezessete entrevistas sem exceção; o isolamento⁵ provocado pela ferrovia e pelas rodovias era mencionado por pelo menos doze entrevistados; e o conflito entre a CMNP e a prefeitura em torno do IPTU era descrito, de forma independente e coerente, por pelo menos quatro vozes de origens completamente distintas. Esses padrões constituíram os primeiros núcleos de sentido que, na fase seguinte, se consolidariam como trilhas.

Na fase de exploração do material, adotei um procedimento de codificação em dois níveis. No primeiro nível, codifiquei cada fala relevante segundo o tema a que se referia: geada, ferrovia, rodovia, solo, erosão, IPTU, Matarazzo, retenção de lotes, relação com a prefeitura, propaganda da empresa, entre outros. No segundo nível, classifiquei cada fala codificada conforme a dimensão da Tríade Espectral que ela

⁵ Utilizo o termo 'isolamento' no texto para nomear a dificuldade de acesso a Cianorte durante as primeiras décadas após sua fundação em 1953, constituída por dois eixos: a demora da ferrovia, que só chegou à cidade em 1973 (quase vinte anos após a fundação), e a precariedade da PR-323, cuja pavimentação e ponte sobre o rio Ivaí só se concretizaram nos anos 1970, tornando a viagem entre Maringá e Cianorte, em menos de setenta quilômetros, uma jornada que podia durar até quinze dias em épocas de chuva, conforme relato de Sebastião Nogueira em entrevista concedida para esta pesquisa. O termo não implica isolamento absoluto nem atribui a essa condição uma causa única.

alimentava: Concebido Oculto (falas que revelavam decisões não declaradas da CMNP, mecanismos de retenção, lógica empresarial descrita por quem estava dentro ou perto da empresa), Percebido Suspenso (falas que descreviam a experiência cotidiana de viver numa cidade marcada pela ausência de infraestrutura, crescimento ou completude) ou Vivido Assombrado (falas que expressavam memória coletiva de promessa traída, resignação, indignação retroativa ou naturalização da condição). A Tríade Espectral funcionou, portanto, como sistema de categorias no sentido que Bardin (1977) exige: um conjunto de rubricas que permite classificar os elementos de significação constitutivos da mensagem.

A emergência das quatro trilhas não foi uma decisão prévia à pesquisa de campo. As cinco condições inicialmente identificadas na fase exploratória da pesquisa (geada, ferrovia, rodovias, solo arenoso e interesses políticos) resultaram de uma combinação entre a revisão da literatura sobre Cianorte (Dias, 1998; Cioffi, 1995; Dalberto, 2009), minha própria vivência de quatro décadas na cidade e as primeiras entrevistas exploratórias. À medida que a codificação avançou, percebeu-se que a trilha da ferrovia e a das rodovias compartilhavam a mesma lógica investigativa (o isolamento como filtro de demanda e a omissão sistemática perante a infraestrutura de transporte) e que separá-las produziria repetição argumentativa sem ganho para a construção da inteligibilidade. Por essa razão, foram unificadas numa única trilha, resultando nas quatro trilhas que o Capítulo 5 percorre.

Quanto ao critério de saturação, adotei o princípio de saturação teórica descrito por Glaser e Strauss (1967) e adaptado ao Construcionismo Social por Gergen (2015): o percurso de construção do corpus foi encerrado quando as novas entrevistas deixaram de produzir categorias de leitura inéditas e passaram a adensá-las, nuançá-las ou tensioná-las. Na prática, a saturação foi atingida em torno da décima segunda entrevista para as trilhas da geada, da ferrovia e dos interesses políticos, cujos padrões já se repetiam com coerência interna. A trilha do solo arenoso atingiu saturação mais tardia, na décima quinta entrevista, porque dependia de vozes com conhecimento técnico específico (Rafael Tessaro, Antônio Bertoldo) que só foram entrevistadas nessa fase. As duas entrevistas finais (a décima sexta e a décima sétima) não produziram trilhas novas, mas acrescentaram nuances importantes às já existentes, sustentando a saturação do corpus.

O tratamento das dissonâncias entre entrevistados foi uma preocupação metodológica central, coerente com a epistemologia construcionista que esta pesquisa adota. O Construcionismo Social não busca uma verdade única sobre os eventos, mas a construção intersubjetiva de sentidos a partir de múltiplas perspectivas (Gergen, 2015; Burr, 2015). Isso não significa, contudo, que todas as perspectivas tenham o mesmo peso na construção da inteligibilidade. Quando Fernando Castilho, ex-prefeito, atribui o atraso da ferrovia exclusivamente ao governo federal, e Antônio Bertoldo, topógrafo da própria CMNP, descreve a retenção de lotes como decisão da empresa, não se trata de escolher qual dos dois “tem razão”. Trata-se de examinar o que cada posição revela sobre o lugar social de quem fala: Fernando Castilho ocupou um cargo político alinhado à Companhia, e sua narrativa externaliza a responsabilidade; Antônio Bertoldo trabalhou dentro da empresa medindo as terras e sua narrativa internaliza a agência. Ambas são perspectivas legítimas. Nenhuma perspectiva foi descartada: as dissonâncias foram incorporadas como elemento que densifica a inteligibilidade sobre a complexidade do fenômeno, distinguindo sistematicamente, ao longo do Capítulo 5, o que as falas sustentam (práticas concretas, datas, mecanismos documentáveis) do que elas sugerem (interpretações, juízos de valor, atribuições de intenção). O horizonte comparativo de Umuarama, oferecido pelo próprio Antônio Bertoldo, funcionou como elemento de tensionamento: se as perspectivas reunidas constroem a mesma empresa produzindo resultados distintos em duas cidades sob condições semelhantes, as explicações exclusivamente externas deixam de ser suficientes – e a pergunta sobre a decisão administrativa passa a ser legítima, ainda que esta tese não tenha condições de respondê-la a partir das vozes de Umuarama. Essa articulação constitui um dos elementos construtores da inteligibilidade que esta tese propõe e foi construída precisamente pela escuta atenta das dissonâncias, não apesar delas.

Dessa forma, o percurso metodológico aqui descrito não serviu apenas como instrumento técnico, mas como ponte direta entre a fundamentação teórica do Capítulo 2 e o percurso do Capítulo 5, onde a Tríade Espectral foi mobilizada sobre o corpus. O Construcionismo Social, a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), o Campo-Tema e os procedimentos de articulação e tratamento de dissonâncias

detalhados neste capítulo constituem o alicerce sobre o qual as quatro trilhas foram construídas.

Antes de encerrar este percurso metodológico e passar ao contexto histórico que sustenta a investigação, é necessário apresentar as trilhas que essa arquitetura de leitura fez emergir. Cada trilha corresponde a uma condição histórica, geográfica ou política sobre a qual a literatura de Cianorte já se debruçou isoladamente, e cada uma será examinada no Capítulo 5 à luz da proposta de leitura desenvolvida no Capítulo 2.

A delimitação dessas trilhas decorre da combinação entre a revisão da literatura sobre Cianorte (Dias, 1998; Cioffi, 1995; Dalberto, 2009; Souza N.L., 2015), os dados do IBGE, as fontes documentais e jornalísticas disponíveis, e as primeiras entrevistas exploratórias realizadas – todos esses registros lidos, sob a lente do Construcionismo Social, não como comprovação de eventos, mas como perspectivas que, articuladas entre si, permitem construir a inteligibilidade que este percurso persegue. Cabe registrar que, embora pesquisadores anteriores tenham trabalhado com cada uma dessas condições de forma separada, esta tese se propõe a examinar a relação entre elas a partir da proposta de leitura desenvolvida no Capítulo 2.

As trilhas que serão percorridas no Capítulo 5 são as seguintes:

- A Geada Negra de 1975, evento mais citado pela memória coletiva cianortense, conforme se verificou nas dezessete entrevistas realizadas;
- O isolamento provocado pela demora da ferrovia (quase vinte anos após a fundação da cidade) e pela precariedade da PR-323;
- O solo arenoso e a diferenciação pedológica do município, com Latossolo Vermelho em uma das extremidades e Arenito Caiuá no restante;
- Os interesses imobiliários e políticos, incluindo o conflito do IPTU, a reclassificação de solo urbano em rural, o veto à instalação da Matarazzo e a relação entre a CMNP e o poder municipal desde o primeiro prefeito.

Cabe registrar que, embora a pesquisa inicial tenha identificado a ferrovia e as rodovias como trilhas separadas, o percurso investigativo levou à percepção de que ambas se referem à mesma condição – a infraestrutura de transporte – e foram, por essa razão, unificadas numa única trilha no capítulo analítico.

Cada uma dessas quatro trilhas será percorrida, no Capítulo 5, à luz da proposta de leitura desenvolvida no Capítulo 2. A questão central que orienta essa análise é se cada trilha pode ser inteligível, à luz das narrativas dos entrevistados, como mero obstáculo externo ao desenvolvimento de Cianorte ou como condição mobilizada pela CMNP – questão que só ganha densidade quando as trilhas são atravessadas depois de reconstituído, no capítulo seguinte, o contexto histórico da colonização do Norte do Paraná e da fundação de Cianorte pela CMNP.

4 O INÍCIO DA PESQUISA

Para construir o pano de fundo histórico sobre o qual a investigação se desenvolverá, é necessário recuar no tempo e reconstituir o contexto em que a CMNP se formou, acumulou capital e desenvolveu o modelo de colonização que aplicaria nas suas cidades. Este capítulo percorre esse trajeto: da chegada do capital inglês ao Norte do Paraná, passando pela autonomia fundiária que a empresa conquistou perante o Estado, até as promessas que vendeu e as estratégias que praticou. Trata-se, neste capítulo, de organizar o material historiográfico disponível, sem antecipar o percurso interpretativo que o Capítulo 5 desenvolverá.

4.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1.1 O café, o capital inglês e a formação da CTNP

A reconstrução do contexto de ocupação do Norte do Paraná exige situar o café como seu grande motor propulsor, sem o qual não haveria Cianorte. A expansão cafeeira, que desde o final do século XVIII migrou do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba paulista e daí para o oeste de São Paulo (Furtado, 1991), atingiu o Norte do Paraná nas décadas de 1930 e 1940, atraída pelo solo fértil e pelo clima favorável. A região absorveu migrantes de todas as procedências – mineiros, paulistas, alemães, italianos, japoneses – e em 1952 já abrigava os cinco maiores municípios produtores de café do Brasil (Müller, 1956; Cancian, 1981). Segundo Padis (1981), em 1970 mais de um terço da população do Paraná era composta por migrantes de outras regiões, a maioria concentrada no norte do estado. O café não apenas ocupou a terra: criou uma sociedade inteira ao redor de si.

Mas a ocupação do Norte do Paraná não foi espontânea. Monbeig (1984) observa que, diferentemente de São Paulo, onde todas as terras já eram privadas, no Paraná o governo ainda possuía vastas faixas de floresta. Em vez de colonizá-las diretamente, o Estado preferiu vendê-las a grandes empresas. Essa transferência do papel de colonização para o capital privado é, segundo a literatura histórica, um dos fatores que permitiu que uma lógica empresarial, e não uma lógica de política pública, modulasse o ritmo, a forma e os limites da ocupação do território.

A empresa que viria a fundar Cianorte nasceu desse encontro entre o café e o capital estrangeiro. Em 1923, uma comissão financeira inglesa liderada por Edwin Montagu e Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat, veio ao Brasil oficialmente para avaliar a situação econômica do país, embora historiadores como Buescu (1984) e Tomazi (1989) argumentem que a missão foi, na prática, uma imposição dos credores britânicos. O governo de Arthur Bernardes precisava de 25 milhões de libras esterlinas emprestadas dos bancos ingleses para quitar dívidas e financiar o Plano de Defesa Permanente do Café, e o empréstimo estava condicionado às recomendações da missão (Joffily, 1985; Tomazi, 1989).

Lord Lovat, que era proprietário de vastas terras no Sudão e tinha experiência com cultivo de algodão, inspecionou terras em São Paulo e no Norte do Paraná durante a missão. Enxergou uma oportunidade que ia além do algodão. Segundo Wachowicz (2010), em 25 de abril de 1925, Lovat fundou a Brazil Plantations Syndicate, com capital inicial de 200 mil libras esterlinas, e sua subsidiária brasileira: a Companhia de Terras Norte do Paraná, a CTNP. Joffily (1985) contesta a narrativa oficial ao argumentar que Lord Lovat não veio investir no Brasil por generosidade, mas para garantir os débitos nacionais com os capitalistas britânicos, adquirindo terras como lastro. Com orientações de Lovat, Arthur Thomas e João Sampaio adquiriram as terras junto à Companhia Marcondes de Colonização e organizaram a empresa no Brasil (Tomazi, 1989).

A reconstrução histórica indica que a CTNP já nasceu sob uma lógica que combinava interesses financeiros internacionais com oportunismo fundiário local. Não era uma empresa de colonização no sentido social do termo. Era um empreendimento imobiliário com roupagem civilizatória.

Entre 1925 e 1927, a CTNP realizou uma aquisição que definiria o futuro de toda a região: 515.017 alqueires de terras entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, comprados diretamente do presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha (Tomazi, 1989). O preço chama a atenção. Joffily (1985) documenta que, enquanto o hectare em Ourinhos valia 123\$000 (cento e vinte e três mil réis) em 1918, a CTNP pagou apenas 8\$000 (oito mil réis) por hectare naquela vasta área de terra roxa. A própria empresa justificou o valor alegando a distância dos grandes centros e o isolamento da região (CMNP, 1977, p. 59). Mas eu observo que havia interesses recíprocos nessa transação: poucos meses depois, em 1926, o governo do Paraná

obteve junto aos bancos ingleses um empréstimo de 7,2 milhões de dólares para financiar a construção do Porto de Paranaguá (Hoff, 1991). Conforme Dias (1998), esse porto seria essencial para o escoamento das safras produzidas nas terras vendidas pela empresa, o que beneficiava ambos os lados. Joffily (1985) acrescenta que, naquele mesmo ano de 1928, o presidente Affonso Camargo tornou-se proprietário da área onde hoje se situa o bairro londrinense Jardim Shangri-lá, o que levanta questões sobre a natureza dessas negociações.

Essa aquisição não foi apenas uma transação imobiliária. Foi o momento fundador de um modelo que se repetiria ao longo de décadas: comprar barato, com apoio político, terras sobre as quais a empresa teria autonomia quase absoluta de planejamento e comercialização. É uma das peças que mais me ajudam a entender por que, mais de trinta anos depois, o plano original de Cianorte não saiu completamente do papel: a mesma lógica que comprou 515 mil alqueires por 8\$000 o hectare é a lógica que, décadas depois, a literatura sobre Cianorte descreve como orientada à valorização fundiária progressiva – e que esta tese se propõe a examinar em profundidade nos capítulos seguintes.

4.1.2 Autonomia, crise e aquisição brasileira: a empresa que não respondia a ninguém

A CTNP não era uma concessionária comum. Lopes (1982) documenta que a situação legal das suas terras era diferente da praticada por outras empresas colonizadoras: como a compra foi feita diretamente ao governo estadual e não configurada como concessão, a empresa não precisava aprovar seus planos nem ser fiscalizada pelos serviços do Estado. Essa distinção jurídica é fundamental para o argumento desta tese, porque foi ela que permitiu à Companhia decidir, com autonomia quase absoluta, o que construir, quando construir e, sobretudo, o que não construir.

A área total sob controle da empresa cresceu ao longo de três décadas. Lopes (1982) detalha que a CTNP comprou inicialmente 350 mil alqueires de terras devolutas a 8\$000 o alqueire, com prazo de pagamento de doze anos. Posteriormente, adquiriu mais 165 mil alqueires a 60\$000 o alqueire de outras colonizadoras cujos contratos haviam sido anulados. Somente na década de 1950, a Companhia concluiu a aquisição de mais 30 mil alqueires diretamente do Estado,

totalizando aproximadamente 545 mil alqueires (Dias, 1998). Cioffi (1995) observa que, em várias situações, a CTNP pagou pela mesma terra até três vezes (ao governo, às colonizadoras e aos posseiros), garantindo a segurança jurídica dos títulos e transformando essa prática em propaganda: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná” (Cioffi, 1995, p. 76).

Eu percebo, ao reunir esses registros, que a CTNP dispunha de uma margem de autonomia incomum perante o poder público. Decidia onde abrir estradas, onde construir pontes e onde reservar áreas para futura expansão. A literatura histórica aponta essa autonomia como traço característico da empresa, e ela compõe, no plano do contexto, uma das condições que serão examinadas pelo percurso investigativo nos capítulos seguintes.

Essa autonomia, porém, foi testada por uma crise que abalou toda a estrutura cafeeira. A crise mundial de 1929 derrubou os preços do café no mercado internacional e enfraqueceu a oligarquia cafeeira que sustentava a República Velha (Prado Jr, 1987). No Brasil, Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930 e adotou medidas para conter a superprodução, proibindo novas plantações de café em estados com mais de cinquenta milhões de cafeeiros (Cancian, 1981; Fausto, 1990). O Paraná, cuja produção ainda era incipiente, ficou fora da proibição. Mais do que isso: a CTNP obteve uma exceção específica do governo federal, “graças aos esforços persistentes da própria empresa” (CMNP, 1977). Para Dias (1998), esse episódio é um sinal inequívoco da influência política que a Companhia exercia sobre o governo federal. Enquanto o resto do Brasil queimava café, o Norte do Paraná seguia plantando nas terras da CTNP.

A Revolução de 1930 acrescentou mais um indício dessa blindagem. O interventor nomeado por Vargas para o Paraná suspendeu a maioria das concessões antigas, devolvendo ao Estado aproximadamente 2,3 milhões de hectares (Lopes, 1982). A exceção, novamente, foi a CTNP: seus contratos foram mantidos. Eu observo, na literatura histórica, que essa sequência de exceções compõe um padrão de relação entre empresa e poder público que será examinado nos capítulos que tratam das trilhas.

O último capítulo da história inglesa da empresa se escreveu durante a Segunda Guerra Mundial. Por volta de 1944, a Inglaterra, profundamente envolvida no conflito, decretou a repatriação de capitais investidos no exterior (Luz, 1997). Ao

mesmo tempo, o governo nacionalista de Vargas dificultava a remessa de lucros ao exterior, controlando a saída de capitais e aplicando impostos pesados sobre esses ganhos (Monbeig, 1984). A combinação dessas duas pressões tornou a venda inevitável. A CTNP passou para as mãos de um grupo de empresários paulistas liderado por Gastão Vidigal, fundador do Banco Mercantil de São Paulo, ao lado de Roberto Carvalho Neto, Arthur Bernardes Filho e os Irmãos Soares Sampaio. Posteriormente, os grupos Sulamérica e Matarazzo adquiriram parte das ações, que depois foram readquiridas pelos fundadores e por Olavo Egydio de Souza Aranha Filho (CMNP, 1977). Monbeig (1984) observa que essa transação revela a estreita interligação entre o sistema financeiro, a indústria e a venda de terras no Brasil: os novos donos da CTNP não eram colonizadores, eram banqueiros.

Essa mudança de propriedade é relevante para a investigação por uma razão precisa: a empresa deixou de responder a investidores ingleses interessados em algodão e passou a responder a capitalistas brasileiros do setor financeiro.

4.1.3 A lógica da acumulação: pequenos lotes, grandes lucros e a diversificação dos negócios

O plano original da CTNP previa a divisão das terras em grandes lotes para plantação de algodão (Arias Neto, 1998). Mas os planos mudaram, e essa mudança é reveladora da racionalidade empresarial que percorre toda a história da Companhia. Segundo Arias Neto (1998), a dificuldade de obter um segundo grande empréstimo, tendo o primeiro sido esgotado na compra de terras e em transações com o Estado, forçou a empresa a repensar o modelo. Surgiu então a ideia, inspirada na experiência holandesa de colonização, de subdividir as terras em pequenos lotes, formato suficiente para recuperar o investimento inicial e ampliar o capital (Hoff, 1991). Em 1928, todas as atividades relacionadas ao algodão foram encerradas, e a diretoria concentrou seus esforços exclusivamente na colonização (Luz, 1997).

Tomazi (1997) contesta essa narrativa. Para o autor, a CTNP foi estabelecida desde o início com o propósito de desenvolver um projeto imobiliário, não visando à plantação de algodão como muitos autores sustentam. Independentemente de qual versão seja mais precisa, o resultado foi o mesmo: a empresa se tornou, na prática, uma máquina de parcelamento e venda de terras. Os lotes rurais tinham em média

10 a 15 alqueires paulistas (2,42 hectares por alqueire), sendo raro encontrar propriedades vendidas com mais de 50 alqueires (Luz, 1997).

A escolha dos lotes pequenos, segundo a literatura histórica, não obedeceu apenas a uma lógica logística. Monbeig (1957) explica que a clientela era composta por famílias de recursos limitados, que geralmente possuíam capital apenas para dar a entrada na aquisição e precisavam financiar o restante por meio das colheitas de café. Isso significava que uma parcela das colheitas dos compradores seria revertida em renda para a CTNP ao longo de anos. Tomazi (1999) confirma: a venda de lotes pequenos se mostrava mais rentável do que a manutenção de grandes fazendas, além de estimular a formação de povoados e cidades que, por sua vez, valorizariam as terras ainda não vendidas ao redor.

A empresa, enquanto isso, projetava uma imagem de benfeitora social. Nas palavras da própria CTNP, haveria “verdadeira democracia, onde a iniciativa privada pode conduzir uma reforma agrária verdadeira, justa e pacífica” (CMNP, 1977). Dias (1998) observa que esse discurso omitia as vantagens que a empresa obtinha e o lucro que auferia, enquanto os compradores assumiam os riscos. A possível assimetria entre discurso e prática é um dos elementos que serão examinados até o final desta tese.

A mudança de propriedade em 1944, descrita no subtópico anterior, trouxe consigo uma nova fase. Uma das primeiras exigências do governo Vargas para aprovar a venda aos brasileiros foi que a ferrovia da empresa, que ia da divisa com São Paulo até Apucarana, fosse repassada ao governo federal (Monbeig, 1984). Esse registro é relevante para a trilha da ferrovia que o Capítulo 5 percorrerá: a partir desse momento, a empresa perdeu o controle direto sobre os trilhos, mas, como se verá, não há registros de que tenha pressionado com consistência para que o governo os estendesse até Cianorte.

Os novos proprietários brasileiros buscaram inicialmente ampliar o estoque fundiário. Em 1950, adquiriram a Gleba Umuarama, com aproximadamente 30 mil alqueires. Tentaram ainda negociar com o governador Moisés Lupion a compra de mais 100 mil alqueires, mas a necessidade de aprovação do Senado Federal e a presença de posseiros nas terras pretendidas inviabilizaram o negócio (Monbeig, 1984). Diante desse limite, a empresa redirecionou o capital para investimentos industriais: assumiu o controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina, tornou-

se acionista majoritária da Cia. Cimento Portland Maringá, da Cobrasma (materiais ferroviários), da Fornasa (tubos galvanizados), da Braseixos (peças forjadas) e de seguradoras como A Marítima (CMNP, 1977). Em 1951, refletindo essa diversificação, a empresa alterou seu nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a CMNP. Desde a transição para mãos brasileiras, permaneceu vinculada ao grupo do Banco Mercantil de São Paulo até 1998.

Eu observo, ao percorrer esses registros, que a literatura histórica documenta a CMNP, no momento dessa diversificação, como conglomerado financeiro-industrial e não como colonizadora que vendia terras para sobreviver. Essa caracterização compõe o contexto sobre o qual o percurso investigativo se desenvolverá nos capítulos seguintes.

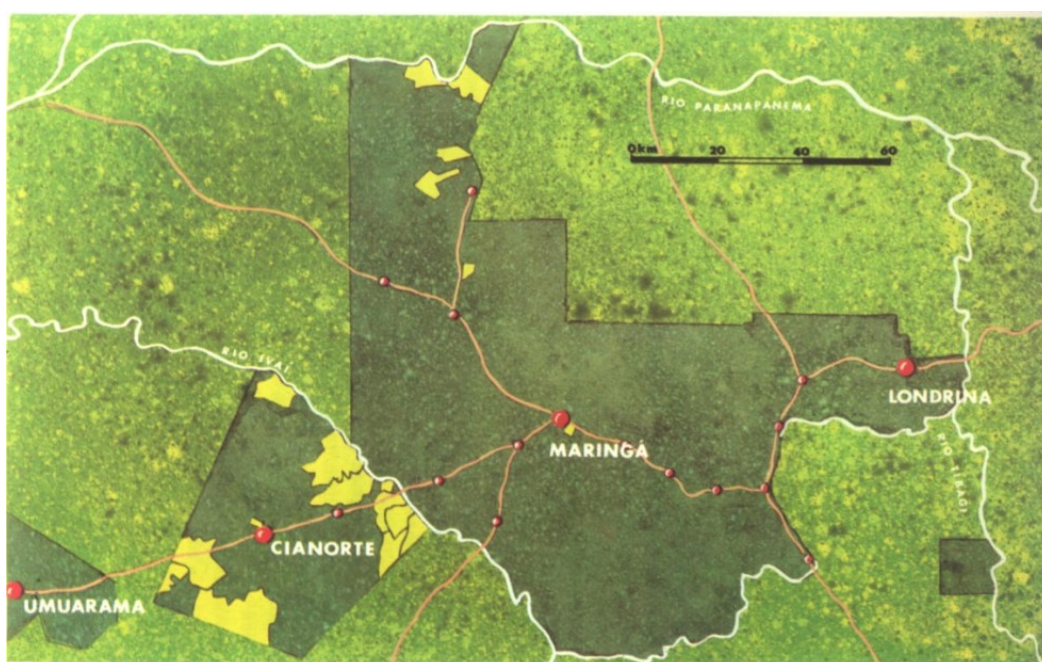
4.1.4 Cidades como produto: o planejamento urbano e a propaganda como instrumentos de venda

A CMNP não apenas vendia terras. Vendia cidades. E essa decisão transformou a empresa de colonizadora rural em promotora urbana, com consequências diretas para o que aconteceria em Cianorte. Fresca (2004) descreve o empreendimento como capitalista e focado na relação custo-benefício, com a fundação das cidades direcionada ao mercado consumidor. Dias (1998, p. 44) sistematiza a sequência dos planos de ação da empresa: primeiro, a colonização agrícola por meio do parcelamento em pequenas propriedades; segundo, a construção de estradas que conectassem os núcleos populacionais; terceiro, a implantação de núcleos urbanos que funcionassem como polos propagadores do empreendimento.

O resultado foi impressionante em escala. Até 1975, a CMNP havia colonizado 546.078 alqueires (cerca de 13.166 quilômetros quadrados), estabelecido 63 cidades e patrimônios, e comercializado aproximadamente 70.000 lotes urbanos com média de 500 metros quadrados cada, para 41.741 compradores de lotes rurais entre 5 e 30 alqueires (CMNP, 1977, p. 133). Luz (1997, p. 98-99) dimensiona o impacto demográfico: em 1920, o Norte do Paraná representava 12,1% da população do estado. Em 1960, esse número já alcançava quase 50%. A CMNP não colonizou uma região: reconfigurou a demografia de um estado inteiro.

As cidades não nasciam por acaso. A empresa projetou uma rede urbana hierarquizada, com cidades-polo distanciadas aproximadamente 100 quilômetros entre si (Londrina em 1930, Maringá em 1947, Cianorte em 1953 e Umuarama em 1955) e pequenos patrimônios a cada 15 quilômetros, destinados a servir como centros de abastecimento para a população rural (CMNP, 1977, p. 133). Andrade (1998) classifica essa estrutura como uma experiência pioneira de planejamento urbano regional no Brasil. Müller (1956) documenta que as cidades apresentavam plantas predefinidas, variando em formatos elípticos, quadrangulares, em trevo ou assemelhando-se a uma nave, mas todas seguindo um padrão geométrico rigoroso. A Figura 1 permite visualizar a área de concessão da CMNP e os quatro núcleos principais.

Figura 1 – Área de concessão da CMNP, com a fundação dos núcleos principais.



Fonte: CMNP, 1977.

A própria empresa descrevia o cuidado com que projetava cada cidade:

As vias de comunicação - avenidas, praças e ruas - planejadas de acordo a altimetria da cidade, visavam o conforto e o bem estar das populações urbanas e a execução adequada dos serviços públicos. Cada núcleo urbano foi subdividido em conformidade com o respectivo zoneamento, prefixadas as zonas do centro cívico, do comércio e da indústria, das residências nobres, coletivas e proletárias, cada qual observando suas próprias características na construção dos edifícios públicos, comerciais e industriais, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar, dos cultos religiosos e dos centros desportivos (CMNP, 1977 p. 252).

Endlich e Moro (2003) detalham que cada cidade incluía um escritório da Companhia, uma estação de jardineiras ou ônibus e uma escola, com terrenos doados para a prefeitura e outras repartições públicas. Fresca (2004) acrescenta que a CMNP também definia os tamanhos das construções e os prazos para iniciá-las, o que o que tornava visível, na prática, uma diferenciação e exclusão social já embutida no desenho urbano. Cordovil (2010) observa que esse padrão acabou servindo de modelo para outras empresas colonizadoras da região.

Eu percebo que o lucro não estava apenas na terra: estava na cidade como produto. Estrada (1961) estima que, tendo comprado a terra do governo por 8\$000 o hectare e vendendo cada data urbana por cerca de 100 mil cruzeiros, a CMNP teria obtido um lucro da ordem de 200 mil vezes o preço de custo – estimativa que, embora sem confirmação nos arquivos da empresa, ilustra a assimetria entre o valor pago ao Estado e o valor realizado no mercado.

Esse registro ajuda a compreender por que a empresa investia tanto no planejamento urbano: a lógica que emerge não é a da filantropia, mas a da valorização do estoque.

Figura 2 – Propaganda da CTNP na Revista A Pioneira.



Mas para que esse estoque se valorizasse, era preciso que compradores o desejassem. E é aqui que a propaganda entra como instrumento essencial. Entre 1948 e 1952, a CMNP empreendeu uma intensa campanha publicitária através da revista londrinense A Pioneira (Tomaz, 2010), apresentando o Norte do Paraná como um “Eldorado” de possibilidades e riquezas. A Figura 2 reproduz uma das propagandas publicadas na revista.

Na contracapa do mesmo número, uma foto panorâmica de Maringá em seus primeiros anos era acompanhada de dizeres que prometiam: “O rápido e crescente desenvolvimento da zona agrícola que tem como centro a nova cidade de Maringá justifica plenamente o progresso fantástico desta futura metrópole”.

Os anúncios publicados desde 1937 (Figura 3) condensavam a estratégia num vocabulário de superlativos: “terras que tudo produzem”, “fertilidade sem par”, “terras roxas de primeira qualidade”, “clima salubérrimo” (Choma, 2010). Expressões como “Nova Canaã”, “Eldorado” e “Terra onde se anda sobre dinheiro” (Gonçalves, 1999, p. 118) completavam um repertório de promessas que circulava por todo o Brasil.

Figura 3 - Anúncio publicado pela CTNP em 1937 divulgando as suas Terras.



Fonte: Jornal Paraná-Norte, 23 de maio de 1937. Acervo IPPAC-Uel (Choma, 2010).

Monbeig (1984, p. 357) captura a lógica com precisão:

Lança-se uma cidade, como se lançaria uma moda, com grandes golpes de propaganda. Os primeiros compradores de terrenos eram comerciantes que tinham sido atraídos. Os que os seguiram, vinham em busca de bons negócios. E por fim, exatamente como se torna popular a moda, depois de adotada por uma minoria, afluíam então para o jovem centro urbano pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões, novas ou velhas. E, sem dúvida, bem justificam a confiança dos pioneiros os progressos do povoamento rural, a extensão da rede ferroviária, a melhoria das comunicações por ferrovia. Mas tal confiança é fortalecida e acrescida pela publicidade (Monbeig, 1984, p. 357).

A eficácia da propaganda se media na escala da migração. Choma (2010, p. 70-71) documenta que, entre os anos 1950 e 1970, a frase “Lá no Paraná se junta dinheiro com rastelo” ecoava de Minas ao Ceará. O depoimento do pioneiro Estevão Gomes da Silva Filho condensa o ciclo completo da promessa, da desilusão e da permanência:

O cearense chegou lá com esse negócio, dizendo ‘ah, porque lá no Paraná... Lá se junta dinheiro com rastelo, lá é bom pra ganhar dinheiro’. Aí eu peguei e vim. Mas quando eu cheguei aqui foi diferente, não era bem com o rastelo não, viu... Eu peguei foi uma enxadona... Naquele tempo tinha umas enxadas grandes, “trinta e seis”... Porque eu tinha muita força, então eu trabalhava com aquelas enxadonas, aquelas 36, no meio da peãozada pra ganhar dinheiro. Mas não, não aparecia dinheiro. Eu falava assim: ‘a hora que eu ganhar o dinheiro da passagem para o Ceará eu vou embora.’ Ai, depois, quando eu ganhei o dinheiro da passagem, já tinha acostumado... Ai não fui mais. Mas a fama do Paraná era boa, sempre foi boa (Choma, 2010 p.71).

A CMNP também utilizava jornais como o Paraná Jornal, fundado em 1934 em Londrina, para publicação de matérias propagandísticas que consolidavam a imagem de uma “Terra da Promissão” e serviam, conforme Arias Neto (1998), como mecanismo de legitimação da expansão capitalista na região.

Eu percebo, ao reconstruir esse aparato de propaganda, que a distância entre o que a empresa vendia e o que a empresa entregava é um dos registros mais relevantes para o que o Capítulo 5 construirá como inteligibilidade do Concebido Oculto. A CMNP vendia crescimento rápido, “metrópoles”, “Eldorados”. Na prática, o que autores como Dias (1998) e Tomazi (1997) documentam é uma assimetria entre o discurso de crescimento rápido e o ritmo efetivo de ocupação. Se essa assimetria foi descuido ou expressão de uma lógica de administração do ritmo urbano é a pergunta que esta tese se propõe a examinar nas trilhas investigativas do Capítulo 5.

4.1.5 A ferrovia como promessa e como ausência

Não há como compreender a história da colonização do Norte do Paraná sem compreender a ferrovia. Ela foi, ao mesmo tempo, o motor que viabilizou o projeto da CTNP e a promessa que, ao não se cumprir no ritmo anunciado, se tornaria um dos instrumentos mais eficazes da Soberania do Vazio em Cianorte.

No Brasil, o impulso estatal para a construção de ferrovias remonta à década de 1830. O Decreto nº 641 de 1852 foi o mais significativo, garantindo juros sobre o investimento, monopólio do serviço por mais de nove décadas e liberdade tarifária sem intervenção governamental (Siqueira, 2002; Telles, 2011). Essa política minimizava riscos financeiros e atraía investidores estrangeiros, que contavam com o suporte do governo para cobrir eventuais déficits (Campos; Almeida; Almeida, 2023). As ferrovias geralmente conectavam zonas de produção a áreas portuárias, criando redes que atuavam como sistemas de coleta e distribuição para o comércio global e que impulsionavam o desenvolvimento regional (Mattoon Jr., 1977; Moraes, 2005).

A CTNP compreendeu essa lógica desde o início. Todos os planos para explorar a reserva de madeira, atrair colonos e escoar a produção agrícola dependiam do transporte ferroviário (Joffily, 1985). Para garantir esse controle, a empresa adquiriu a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná dos concessionários originais, que já haviam construído um segmento de 27 quilômetros de Ourinhos a Cambará, mas careciam de recursos para expandi-lo (Tomazi, 1989). Com a aquisição das terras da concessão da Companhia Marcondes, a CTNP obteve também os direitos para a construção de uma linha férrea conectando São Paulo ao Paraná (Tomazi, 1989). As duas operações eram complementares: uma empresa geria a venda e o loteamento das terras, a outra facilitava o transporte da produção, agregando valor às áreas comercializadas (Luz, 1997).

Monbeig (1984, p. 230) captura a coordenação entre ferrovia e colonização com uma precisão que merece ser reproduzida:

A Companhia de Terras do Norte do Paraná [...] não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos. É perfeita a coordenação entre a colonização e a estrada de ferro, que a segue de perto.

Essa “perfeita coordenação” funcionou enquanto a ferrovia esteve nas mãos da empresa. A cronologia é eloquente: o trem chegou a Jataí (margem do rio Tibagi) em 1932, a Londrina em 1935, a Apucarana em 1943 e a Maringá em 1954 (Dias, 1998). Em cada uma dessas etapas, a ferrovia seguia de perto a frente de colonização, exatamente como Monbeig descrevia. Mas em 1944, o governo federal comprou a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná da CTNP, conforme exigência de Vargas para aprovar a venda da empresa aos brasileiros. A partir desse momento, a ferrovia deixou de ser ativo da Companhia e passou a depender de decisões governamentais.

Figura 4 – Anúncio da CTNP para Cianorte com ferrovias e aeroportos

Aproveite mais esta grande oportunidade

CIANORTE



POR QUE?

- 1 — Terras de primeira qualidade.
- 2 — Já iniciou as obras de abastecimento de água potável.
- 3 — Seu magnífico aeroporto receberá próximamente tráfego regular de vôos de passageiros.
- 4 — Será servida pela Rede de viação Paraná-Santa Catarina, cujas obras de assentamento de trilhos vão adiantadas, devendo ser construída a ponte sobre o rio Ivai, logo que os trilhos atinjam sua margem.

INAUGURADA HÁ DOIS ANOS — 26 de Julho de 1953 — Cianorte conta já com uma população de 2.000 habitantes, que nela se instalaram pelas grandes vantagens encontradas, isto sem contar com os moradores dos sítios e chácaras, que circundam a cidade. Da tipo cidade criada, Cianorte foi planejada dentro de todos os requisitos da técnica urbanística, com amplas avenidas, magníficos parques e praças, contando já com muitos outros melhoramentos: hotéis, hospitais, escolas, bem como ótimas rodovias de acesso para todos os pontos da região. Compre agora um lote ou data para usufruir da valorização consequente dos melhoramentos acima apontados.

CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ
anteriormente

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
Sede: Rua São Bento, 329-A - andar - São Paulo

A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL
Escritórios de vendas em Maringá e Cianorte

Inscrição N. 7, do Registro Geral de Imóveis, do Cartório de São Paulo, de acordo com as Resoluções N. 38 de 10-12-1917 e N. 3879 de 15-6-1958.

Fonte: Folha da Manhã, 9 de julho de 1955

O que aconteceu depois é o elemento que mais me interessa nesta tese. Segundo Rego (2009), a CMNP só planejava uma cidade se a ferrovia pudesse ser integrada ao desenho urbanístico. A Figura 4 mostra como a empresa anunciava ferrovia e aeroporto como parte do projeto de Cianorte, fundada em 1953. Mas a

ferrovia só chegou a Cianorte em 1973, dezenove anos depois de Maringá e vinte anos após a fundação da cidade (Dias, 1998). Dezenove anos. Essa demora não é detalhe: é o intervalo no qual a “perfeita coordenação” de Monbeig se desfez, e o isolamento se instalou como condição estrutural de Cianorte.

Eu percebo, ao reconstruir essa cronologia, que a ferrovia ocupa um lugar ambíguo na história de Cianorte. Ela foi simultaneamente a promessa que vendeu a cidade (nos anúncios, nos materiais de propaganda, na “perfeita coordenação” descrita por Monbeig) e a ausência que a paralisou (nos dezenove anos de espera entre Maringá e Cianorte). Essa ambiguidade será percorrida em profundidade na trilha 5.3, onde a Tríade Espectral permitirá construir a inteligibilidade de que a CMNP não bloqueou a ferrovia, mas tampouco há registros de que a tenha exigido com a insistência que sua influência política poderia ter mobilizado. A promessa ferroviária funcionou como instrumento de atração enquanto era propaganda, e como instrumento de retenção enquanto era ausência.

4.1.6 As cidades-irmãs: Londrina, Maringá e Umuarama como espelhos e horizontes comparativos

Antes de chegar a Cianorte, preciso passar brevemente pelas três cidades que a CMNP planejou como polos regionais e que, cada uma a seu modo, funcionam nesta tese como espelhos nos quais Cianorte se vê e como casos contrastantes que tensionam a inteligibilidade construída. Se Cianorte ficou parada, foi porque fatores externos a impediram ou porque a empresa decidiu retê-la? A resposta está, em grande medida, no que aconteceu com suas cidades-irmãs.

Londrina nasceu em 1934, projetada por Alexandre Razgulaeff, com um plano modesto de 86 quadras ao redor da igreja, ocupando uma área inicial de pouco menos de 400 hectares (Rego, 2009). O nome, uma homenagem a Londres dos britânicos, refletia as ambições da CTNP ainda sob controle inglês. Apesar do tamanho inicial reduzido, Londrina experimentou um crescimento impressionante de 30% a 40% ao ano entre 1936 e 1939 (Ballarotti, 2010). O elemento que mais me interessa, porém, é outro: ainda nos anos 1930, Londrina se desenvolveu para além do perímetro estabelecido pela CTNP. O primeiro loteamento independente, a Vila Matarazzo, surgiu em 1937 por investimento privado, sem envolvimento da Companhia (Ballarotti, 2010). Ou seja, quando a empresa não reteve, a cidade

escapou ao seu controle em menos de uma década. Londrina é hoje o segundo maior município do Paraná, com 555.965 habitantes (IBGE, 2022), e Região Metropolitana estabelecida em lei. Ela sugere que o modelo da CMNP era capaz de gerar crescimento acelerado quando a retenção sistemática não operava.

Maringá, fundada em 1947 e emancipada em 1951, representou o primeiro projeto urbano de grande escala da empresa (Rego, 2009). Seu projetista foi Jorge de Macedo Vieira, o mesmo urbanista que, seis anos depois, desenharia Cianorte. A área efetivamente desenvolvida segundo o projeto de Vieira totalizou 15.836.500 m² (Meneguetti, 2009, p. 87), o que é importante para esta tese porque Cianorte foi projetada com 18.646.144 m², ou seja, quase 18% maior que Maringá. O desenho urbano, claramente influenciado pelo conceito de cidade-jardim de Ebenezer Howard, foi estruturado tendo como eixos principais a linha férrea e uma via central perpendicular a ela (Cordovil, 2010). Maringá foi projetada para 200 mil habitantes em 50 anos. Ultrapassou 270 mil um ano antes de completar meio século (Cordovil, 2010). Hoje, com 409.657 habitantes (IBGE, 2022), é o terceiro maior município do Paraná. Eu observo que Maringá compõe um dos termos de comparação relevantes para a investigação sobre Cianorte: mesma empresa, mesmo urbanista, mesma época, mesma região, projeto menor. A questão de saber por que essas cidades apresentam trajetórias tão distintas será examinada no Capítulo 5.

Umuarama, fundada em 1955 na Gleba Cruzeiro, foi a última das quatro cidades-polo. Seu planejamento urbano foi concebido por Waldomiro Babkov, engenheiro russo com amplo conhecimento em colonização no Paraná, e Manoel Mendes Mesquita, sócio da CMNP (Casciola, 2011). A área destinada ao centro urbano era de 8.215.893 m², aproximadamente metade da área projetada para Cianorte. Ronquim (2010, p. 17) classificou o desenho como “rígido e complexo”, com mínimas modificações para acomodar o relevo, o que gerou problemas ambientais desde a fundação. Umuarama conta hoje com 117.095 habitantes (IBGE, 2022), tendo se consolidado como polo moveleiro e centro de serviços para o noroeste do estado. Mas o elemento que torna Umuarama indispensável para esta tese não é demográfico: é administrativo. Umuarama é a cidade que, nesta tese, funciona como o horizonte comparativo decisivo e não como segundo caso empiricamente constituído, mas como pergunta que as vozes de Cianorte tornam inevitável.

A mesma CMNP, com a mesma estrutura jurídica, o mesmo capital e o mesmo modelo de colonização, produziu aqui um resultado radicalmente diferente. Umuarama cresceu. Sua trajetória desafia, já no plano histórico documentado pela literatura, as explicações do vazio de Cianorte por fatores externos, como a geada ou o solo.

Um dos registros significativos para esta tese, não está na morfologia urbana de Umuarama, mas no que a literatura histórica e os registros disponíveis permitem inferir sobre a atuação da CMNP na cidade. Casciola (2011) documenta que o projeto urbano de Umuarama foi concebido com traçado distinto do de Cianorte, em formato de tabuleiro de xadrez, o que Ronquim (2010) associa a uma estratégia de ocupação mais acelerada do território. Os dados do IBGE revelam que Umuarama atingiu 117.095 habitantes em 2022, consolidando-se como polo regional do noroeste paranaense, um resultado espacial distinto do de Cianorte, fundada dois anos antes, pela mesma empresa, com o mesmo modelo de colonização e sobre o mesmo tipo de solo. Dias (1998), que analisou a atuação da CMNP como agente fundiário-imobiliário, não registra para Umuarama o mesmo padrão de retenção sistêmica de lotes que documenta para Cianorte. Essa ausência, por si só, é um elemento interpretativamente relevante: onde a mesma fonte que descreve a retenção em Cianorte não encontra o mesmo padrão em Umuarama, o que as narrativas apontam como fator explicativo é uma decisão localizada, não uma condição estrutural compartilhada. Esse contraste será examinado com profundidade no Capítulo 5, quando as narrativas coletadas permitirão construir a inteligibilidade sobre as razões dessa diferença.

Eu observo, ao colocar as três cidades lado a lado, um padrão que a literatura histórica torna difícil ignorar: a CMNP produziu resultados muito distintos em cada uma das suas cidades-polo, ainda que o modelo de colonização, o capital e a estrutura jurídica fossem os mesmos. Em Londrina, a cidade escapou ao controle da empresa em menos de uma década. Em Maringá, o crescimento superou as expectativas. Em Umuarama, o desenvolvimento foi diferente do de Cianorte. Essa variação coloca uma pergunta que a literatura existente não respondeu com profundidade: se os fatores externos – geada, solo, ferrovia – são comuns à região, por que Cianorte ficou parada enquanto as demais avançaram? Essa é uma das

questões que justificam o percurso investigativo desta tese, e é o Capítulo 5 que buscará construir uma inteligibilidade sobre ela.

4.2 A CIDADE QUE LEVA O NOME DA CMNP: CIANORTE

Chegamos, enfim, à própria cidade de Cianorte, objeto central da investigação desta tese. Depois de percorrer o contexto histórico da colonização do Norte do Paraná, é hora de descrever o espaço que nasceu da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, organizando, sob a lente da literatura historiográfica disponível, os elementos que serão examinados nas próximas seções. É a partir dessa contextualização que a investigação poderá se desenvolver.

Fundada em 1953 pela CMNP, Cianorte teve essencial importância no desenvolvimento da região Norte e Noroeste do Paraná. Ao falar sobre a origem do nome de Cianorte, Cioffi et al. (1995) afirmam que foi uma referência direta ao antigo nome da CMNP, Companhia Norte de Terras do Paraná. Eu percebo que essa escolha não foi casual. A historiadora e filha de pioneiros do município de Cianorte, Helena Cordeiro, faz alguns importantes apontamentos sobre a decisão da CMNP em dar esse nome à cidade. Esses apontamentos encontram amparo em registros documentais já publicados sobre o tema. Varella (2019) registra que essa abreviatura já era utilizada pela companhia para simplificar a comunicação nos primeiros anos da empresa, cuja sede ficava na cidade de São Paulo. Além disso, servia como um endereço telegráfico. Segundo Varella (2019, p. 186), o nome “Cianorte” já era conhecido e popular desde a década de 1940, exatamente porque era dessa forma que as pessoas que desejavam fazer negócios com a companhia a chamavam: “Vamos a Cia Norte”, querendo dizer “vamos à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”, cujo escritório na verdade se localizava em Maringá, visto que Cianorte ainda nem existia. Ainda segundo a historiadora, importantes obras realizadas em Maringá, como a construção de igrejas e hospitais, frequentemente eram atribuídas à Cianorte, ou seja, à CMNP.

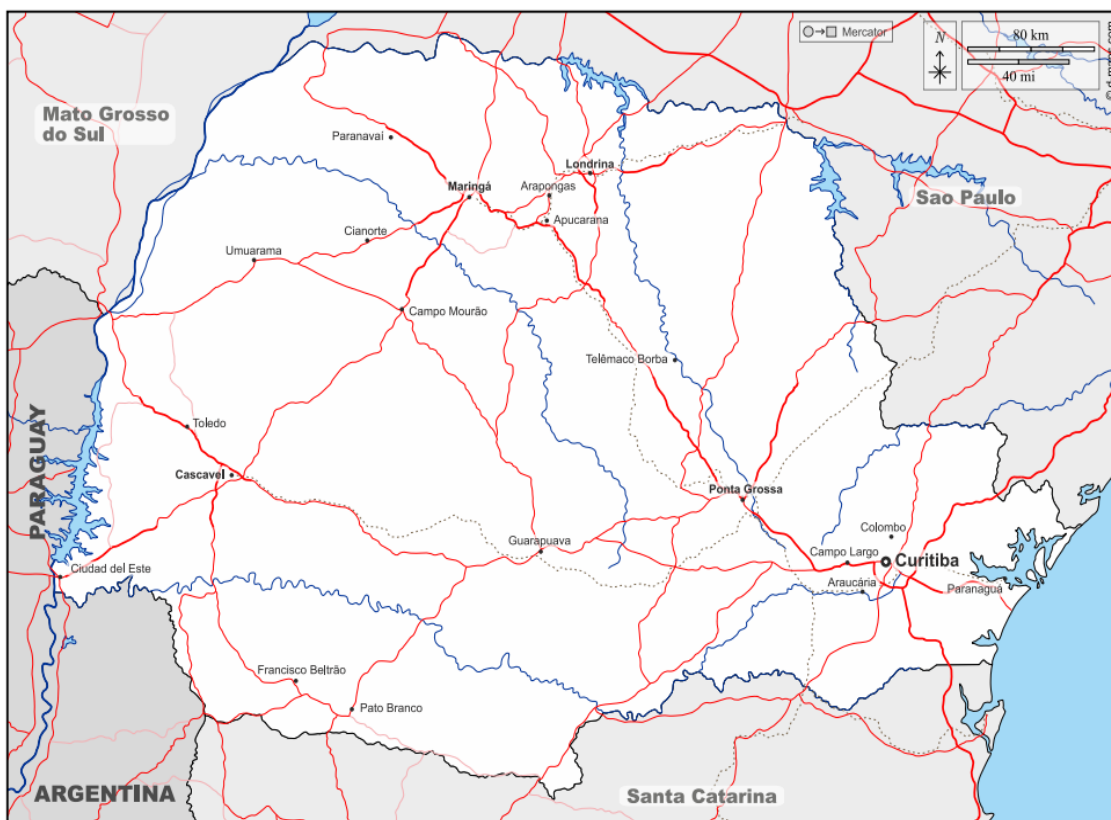
O nome Cianorte, conforme observado, identificava a companhia responsável pela colonização, incentivava a vinda de pioneiros à região onde a cidade seria construída, pois fazia-se propositalmente confusão com o próprio nome da empresa, que, por sua vez, investia em propaganda para vender os recém-abertos lotes (Varella, 2019). Além disso, a abreviatura telegráfica que identificava a empresa

colonizadora era permeada de honestidade e integridade na venda de suas terras. Cianorte surgia com a promessa de ser a última cidade fundada pela empresa, e seu nome atraía os primeiros viajantes por sua beleza, limpeza e planejamento cuidadoso.

Em virtude disso, a Companhia exerceu sua prerrogativa de proprietária para influenciar ativamente o planejamento urbano de Cianorte, que aspirava a se tornar um dos principais centros urbanos da região norte e noroeste do Paraná. No entanto, a expansão econômica e demográfica que a CMNP antecipava para a cidade não se materializou conforme o esperado (Souza N.L., 2015). É precisamente sobre essa tensão entre promessa e realidade que o percurso investigativo do Capítulo 5 se debruçará.

A cidade de Cianorte tem importância estratégica para as cidades ao seu redor. Isso foi demonstrado pelos resultados do estudo do IBGE, o REGIC (Regiões de Influência das Cidades, 2018), que apontou Cianorte como município Centro Subregional A. Segundo o último Censo, foram contadas 79.527 habitantes, o que demonstra 13,68% de aumento em relação ao Censo 2010 (IBGE, 2022).

Figura 5 - Mapa do Paraná com a localização das principais cidades.



Fonte: D-maps.com

Localizada na Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense, Cianorte faz parte da bacia do rio Ivaí. Distante 69 quilômetros de Maringá e 500 quilômetros de Curitiba, foi planejada pela CMNP, e quase como uma coincidência, está posicionada ao centro de outras cidades de importância regional, formando uma ligação entre Paranavaí, Umuarama, Campo Mourão e Maringá, conforme podemos observar na figura 5.

Embora o município esteja relativamente distante da capital Curitiba, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná tinha grandes expectativas para Cianorte, conforme destacarei no tópico a seguir.

4.2.1 Promessas e expectativas sobre Cianorte

A empresa planejou que Cianorte se tornasse um empreendimento urbano de sucesso semelhante às cidades de Londrina e Maringá, que foram emancipadas em 1934 e 1951, respectivamente (Dias, 1998). Apenas como meio de comparação, a área urbana originalmente planejada para a cidade de Cianorte era inclusive superior à de Maringá. Enquanto Cianorte teria uma área planejada de 18.646.144 m², a área planejada para a cidade de Maringá teria 15.836.500 m², ou seja, Cianorte seria, se todos os planos se concretizassem, quase 18% maior que Maringá.

Souza N.L. (2015) também observa essa diferença nos tamanhos das áreas reservadas para os projetos das duas cidades. De acordo com a autora, isso era indício de que a empresa realmente tinha a esperança de que a cidade fosse grande, talvez até mesmo ultrapassando a já estabelecida Maringá.

Havia uma expectativa promissora em relação ao desenvolvimento de Cianorte, especialmente devido à propaganda realizada pela CMNP. Isso se torna visível nas entrevistas realizadas por Cioffi (1995, p. 84) com alguns pioneiros da cidade. Numa dessas entrevistas, o sr. Celso Antonio Broeto diz:

A gente teve notícia de Cianorte no escritório da Companhia Melhoramentos em Maringá, que estava anunciando o lançamento desta nova cidade. Ela seria a “menina dos olhos” da Companhia. Eles iriam lançar mão de todos os recursos da engenharia no planejamento da cidade porque queriam fazer uma cidade modelo, ou em outras palavras, a cidade mais bem projetada de todas as que haviam sido lançadas pela Companhia, na caminhada de Ourinhos até Maringá, onde já haviam chegado.

Ainda de acordo com Cioffi (1995, p. 85), outro pioneiro também demonstra em sua entrevista tamanha expectativa no desenvolvimento de Cianorte, principalmente devido à “idoneidade” da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Ao entrevistar o sr. Daniel Antunes Barbosa, o mesmo afirma: “era uma firma forte, já tinha feito Londrina, Maringá, que estavam se desenvolvendo bem. Achei que Cianorte seria uma segunda Maringá”.

A empresa procurava propagar uma mensagem que destacava o futuro promissor da cidade de Cianorte. Por exemplo, a já mencionada revista da época “A Pioneira” em sua edição de 1954 escreveu:

O lançamento de ‘Cianorte’, cujas datas urbanas e lotes rurais estão sendo intensamente procurados, é mais uma arrojada iniciativa da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Tudo faz crer que ali haverá uma segunda edição de Maringá⁶.

Em um trabalho publicado em 1956 por Müller, posso observar que a perspectiva realmente era positiva para o progresso da cidade. O autor escreve: “Na atual frente pioneira, na zona do Ivaí, dá seus primeiros passos a futura cidade de Cianorte, provável nova capital regional, como Maringá e Londrina” (Müller, 1956, p. 79). O mesmo pioneiro entrevistado por Cioffi (1995) também falou sobre as suas expectativas, afirmando que foi morar em Cianorte porque tinha muita esperança de ver a cidade crescer e prosperar financeira e socialmente. Varella (2019, p. 102) também transcreve outra entrevista com um dos pioneiros e comerciante de materiais de construção de Cianorte, o Sr. Terumi Kuninari:

Eu morava em Maringá em 1.954 e ouvia falar muito de Cianorte, muita fama que ia ser uma das melhores cidades que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ia firmar com capricho, assim que o povo falava... Nós viemos para cá por causa disso, em 1.955.

Além de propagandas em revistas e jornais, a CMNP também contava com pessoas que também tinham interesse no crescimento e desenvolvimento da cidade, como relatado na entrevista concedida a Martins (2021) pelo primeiro médico da cidade, o sr. Ramon Máximo Schulz. Falando sobre um corretor de imóveis da CMNP, o sr. Primo Manfrinato, o médico Ramon afirma que o referido corretor fazia

⁶ A Pioneira. Cianorte - A nova e moderna cidade inaugurada na cafelândia paranaense. Londrina, ano VI, n.15. mar./abr. 1954, p. 40.

muita propaganda da nova cidade aos hóspedes e fazia questão de levá-los para conhecer a cidade, conforme Martins (2021, p. 250):

Eu, o Ovídio e o Douglas, né? Viemos aqui, paramos no hotel do Manfrinato. [...] Na parte de fora, na área, tinha uma planta da cidade de Cianorte: “grande projeto da cidade de Cianorte”, uma cidade imensa. E o Manfrinato era um propagandista de Cianorte, viu? [...] “Isso aqui vai passar Maringá dentro de dois anos”. “Mas seu Primo, como é que o senhor acha que isso aqui vai passar Maringá dentro de dois anos?” “Não, é porque o pessoal que vem pra essa região aqui, não vai ter opção. Entre a terra vermelha e a terra branca, eles vêm para Cianorte”. E liderava gente para aquele corte de estrada de terra ali, [dizia] que a estrada ia chegar dentro de seis meses [...]. “Nós vamos ter água aqui”. [...] A Companhia estava fazendo um poço artesiano, aí na bica [...] de São Tomé. Porque nem estrada não tinha [...] para São Tomé, nós tínhamos que ir [...] no caminho que vai para Cruzeiro do Oeste [...]. Então, ele levava a gente lá pra mostrar isso, [...] poço artesiano.

Eu percebo, ao ler essas entrevistas e esses documentos, que as expectativas eram muito elevadas. A CMNP vendia Cianorte como a “menina dos olhos”, a cidade modelo que superaria Maringá e Londrina, e se utilizava de todas as ferramentas, publicidade e até pessoas que também vislumbravam por benefícios/interesses no progresso da cidade.

Essa promessa, no entanto, não se realizou plenamente. As razões pelas quais isso ocorreu, e a possibilidade de que essa não realização possa ser inteligível à luz da proposta de leitura desta tese, serão examinadas no Capítulo 5.

4.2.2 Estratégias para a cidade de Cianorte

Para desenvolver o planejamento da cidade de Cianorte, a CMNP deixa a cargo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, o mesmo que havia projetado a cidade de Maringá, e “que tinha fortes ligações profissionais com o pensamento da cidade-jardim inglesa” (Souza N.L, 2015, p. 65). Eu percebo que essa escolha não foi casual. Idealizada por Ebenezer Howard, a cidade deveria se preocupar com a qualidade de vida dos habitantes das enormes aglomerações urbanas existentes na Inglaterra altamente industrializada do século XIX (Mumford, 1998). Além disso, deveria combinar as vantagens do campo e da cidade. Tanto a cidade quanto o campo atuariam como ímãs, atraindo pessoas em busca de amenidades (Dias, 1998).

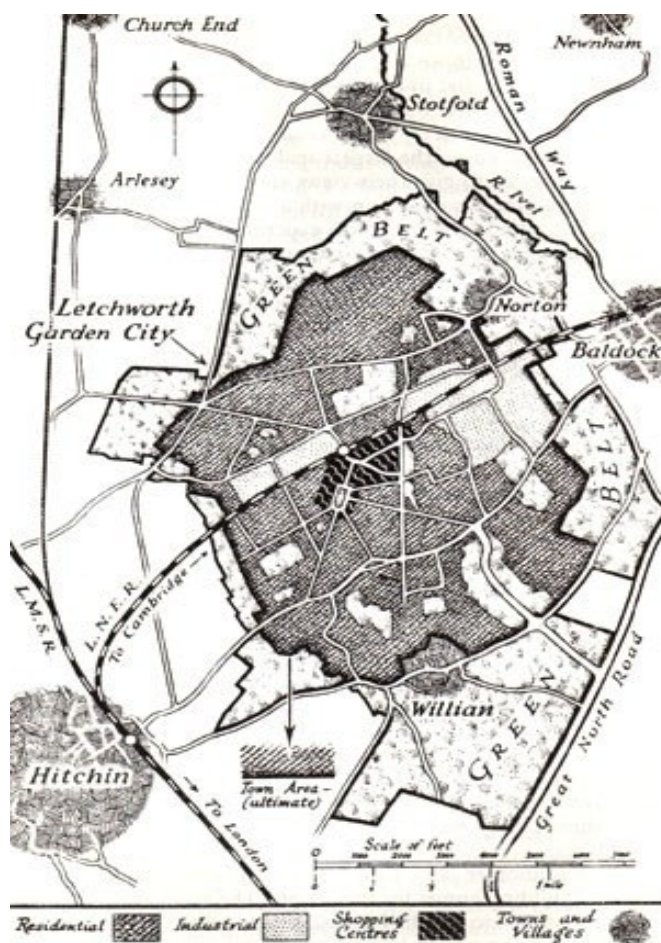
As cidades-jardim de Howard não eram de baixa densidade, como muitos acreditam: eram conurbações que abrigavam centenas de milhares de pessoas, com

atividades comerciais, culturais e de lazer compartilhadas. Para Hall (1995), o modelo representa uma proposta de planejamento social, político e territorial que concebia a cidade como comunidade autossustentável.

Algo marcante na proposta da Cidade-Jardim era que em volta da cidade haveria como que um cinturão verde, trazendo maior qualidade de vida para seus habitantes (Howard, 1996). A figura 6 mostra a planta da primeira Cidade-Jardim Letchworth. A proposta de Cidade-Jardim ou City Garden, de acordo com Dalberto (2009), é que essas áreas verdes em torno das cidades tinham a função de tornar a vida urbana mais agradável, assim como a vida rural.

A forma das áreas verdes junto aos rios se molda à forma urbana criando soluções para as áreas de difícil ocupação. São bolsões verdes que mostram cuidado ambiental. Estes espaços verdes são significativos dentro da malha, o que aponta novamente para a preocupação ambiental no projeto, que toma cuidado com os cursos d'água e as áreas com solo mais vulnerável (Dalberto, 2009, p. 37).

Figura 6 - Primeira Planta da Cidade-jardim de Letchworth, Inglaterra



Fonte: Steinke (2007)

As ideias propostas por Ebenezer Howard se concretizaram com a fundação, em 1902, da “The Garden City Pioneer Company Ltda”, possibilitando a criação da primeira Cidade-Jardim, por volta de 1904, chamada Letchworth. Essa cidade estava situada a cinquenta e seis quilômetros de Londres (Howard, 1996).

O projeto urbanístico de Cianorte, assim como o de Maringá, foi encomendado ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira pela empresa colonizadora. Vale ressaltar que Vieira trabalhava na “Cia. City de São Paulo”, revelando sua afinidade com as propostas inglesas de urbanismo (Hall, 1995).

Mas não é por acaso que Macedo Vieira tem tal afinidade com a proposta da Cidade-Jardim. De acordo com Hall (1995), durante seu período de formação, Macedo Vieira teve a oportunidade de realizar um estágio com Richard Barry Parker na Cia City. Raymond Unwin e Richard Barry Parker, que colaboraram na criação de Letchworth, a pioneira das cidades-jardim, são reconhecidos por materializar a visão utópica de Howard sobre urbanismo. Hall (1995) destacou a importância desses arquitetos como ícones do movimento da cidade-jardim na Inglaterra, pois, segundo o autor, após o sucesso de Letchworth, a dupla continuou a melhorar e aplicar seus ideais de qualidade e identidade urbanas em vários outros projetos.

Em 1917, Richard Barry Parker foi recrutado pela City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited para liderar projetos urbanísticos em São Paulo. Sua estadia de dois anos no Brasil coincidiu com o período em que o engenheiro Jorge de Macedo Vieira estagiava na mesma companhia. Influenciado pelo conceito de Cidade-Jardim, Macedo Vieira aplicou esses princípios em seus projetos futuros (Steinke, 2002).

Ao comparar a figura 6 com a figura 7 (a figura 7 encontra-se na página seguinte) podemos perceber que a forma da cidade de Cianorte lembra muito o plano da cidade de Letchworth. A figura 7 nos aponta para vários elementos comuns no planejamento urbano de Letchworth. A linha férrea, juntamente com a Zona Industrial e Armazéns, atravessa a cidade. O comércio está concentrado na área central, enquanto praças públicas proporcionam áreas de lazer. A principal característica nos dois projetos é o cinturão verde (Howard, 1996).

Figura 7 - Planta do Patrimônio de Cianorte e o Cinturão Verde previsto por Jorge de Macedo Vieira



Fonte: CMNP, 1950 Org.: Souza N.L. (2015)

O projeto de Cianorte é descrito por muitos estudiosos como cidade-jardim. Howard (1996) argumenta que um dos propósitos do cinturão verde para as cidades-jardins seria o de evitar o crescimento desorganizado, o que ele chamou de “mancha de óleo”. Esta expressão “mancha de óleo”, segundo Souza N.L. (2015, p. 99), é empregada “para designar o crescimento rápido, extenso e, por vezes, irresponsável de uma cidade ou área metropolitana, abarcando um vasto território, ou seja, um crescimento não planejado e não controlado”.

Dalberto (2009) destaca que a existência de vegetação nativa em determinadas áreas nos arredores da zona urbana de Cianorte está intrinsecamente ligada aos princípios do urbanismo culturalista, no qual a cidade é cuidadosamente delineada, estabelecendo um diálogo harmonioso com a natureza.

Para a CMNP (1977), o projeto de Jorge de Macedo Vieira em Cianorte contemplava a ideia de cidade-jardim, visto que ao redor das áreas urbanas encontramos os cinturões verdes, que consistem em faixas de terra divididas em chácaras. Essas áreas têm como propósito a produção de alimentos para consumo

local, incluindo aves, frutas, hortaliças e legumes. Andrade (1998, p. 366) faz a seguinte ponderação:

a CMNP adotou, ao menos para duas das suas cidades, um traçado conforme o tipo *garden city*. Em Maringá e Cianorte, teremos, portanto, um desenho diferenciado em relação às demais cidades da CMNP. Com seus amplos parques (...) que, além de garantirem a preservação das cabeceiras dos córregos que cruzam a cidade, oferecem à população o fragmento testemunho da exuberante mata que as antecedeu, essas duas cidades apresentarão características ambientais e urbanísticas excepcionais em relação ao padrão médio das cidades brasileiras de mesmo porte.

Os fragmentos vegetais na área urbana de Cianorte se devem ao fato do projeto da cidade de Cianorte ter sido realizado sobre uma área ainda coberta por vegetação nativa. Souza N.L. (2015, p. 80) explica que isto “deve-se, a princípio, às exigências da legislação brasileira, que orienta as questões relacionadas à alteração da cobertura vegetal, evidenciado no projeto urbanístico inicial”. Ainda existem outras razões da empresa ter deixado estes fragmentos de vegetação nativa que abordarei em tópicos a frente.

O projeto e a execução da cidade de Cianorte ocorreram num momento em que já existia uma preocupação com o meio ambiente e, conforme já exposto, que por força de legislações específicas, obrigava que as empresas colonizadoras deveriam manter parte da vegetação nativa durante todo o curso da ocupação. Souza N.L. (2015, p. 83) explica esta fase:

A ocupação da terra em porções do Paraná, realizada pelas empresas colonizadoras, deu-se concomitantemente ao estabelecimento do Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34), era o norteador legislativo sobre a floresta nativa, do momento da construção da cidade, que obrigava os donos de terras a manterem 25% da área de suas propriedades com a floresta original, a chamada quarta parte, sem no entanto, orientar quais áreas das propriedades a vegetação nativa deveria ser mantida. (Art. 23). Porém, essa lei de 1934 já demonstrava preocupação com a saúde dos rios e lagos e áreas de risco, ao criar a figura das florestas protetoras.

No entanto, tais fragmentos de vegetação nativa no entorno da cidade de Cianorte durante décadas ainda eram de propriedade particular, sua colonizadora, a CMNP. Somente após intensas pressões de grupos ambientalistas como a ONG APROMAC (Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte), juntamente com o Poder Público e a comunidade, “foi formado em 28 de abril de 2000, através da Lei Municipal n°2.067, constituído por vários fragmentos vegetais” o Parque Municipal Cinturão verde de Cianorte, Unidade de Conservação de Proteção

Integral. Foram doados naquele momento pela CMNP 282,3714 hectares ao município para a formação do parque. Atualmente 489,4413 hectares formam o Parque Municipal Cinturão verde de Cianorte (Souza N.L., 2015, p.86).

Percebo, ao ler esses detalhes do projeto original, que a CMNP investiu pesado na imagem de uma cidade moderna, verde e planejada. O cinturão verde, a influência de Letchworth e o traçado inspirado na Cidade-Jardim não eram apenas estética, eram instrumentos de venda. O Capítulo 5 examinará se essas mesmas estratégias – celebradas pela historiografia local como planejamento visionário – podem ser lidas, pela lente da Tríade Espectral, como expressão de uma lógica que operava além do declarado, administrando não apenas o que seria construído, mas também o que permaneceria retido.

4.2.3 Da Implantação à Realidade: Expansão, Divergências e o Legado Especulativo que permanece

A CMNP, atuando como agente fundiário-imobiliário, se utilizou de algumas estratégias que tiveram influências diretas na produção do espaço na cidade de Cianorte. Alguns autores, como Dias (1998) e Souza N.L. (2015), entendem que a CMNP agiu como agente social privilegiado. Eu percebo que o primeiro (Dias, 1998, p.18) afirma que esse agente atuou como um “deflagrador de práticas espaciais”, influenciando todo o processo de ocupação e organização espacial de Cianorte, “motivado por interesses comerciais ligados à lógica do capital”. O autor ainda complementa:

Delinea-se um quadro de composição bastante conveniente para a CMNP, conforme os seus interesses conjunturais. A forma urbana vai sendo moldada, via poder público, de maneira favorável aos interesses desse agente social em particular - a CMNP, ator das seguintes práticas espaciais: retenção de inúmeros lotes para venda futura; controle rígido quanto ao zoneamento urbano, nas primeiras décadas, “assumindo” o papel do Estado; interferência na ocupação espacial conforme a renda familiar, ao determinar exigências relacionadas a certos padrões construtivos, como por exemplo, o tamanho do imóvel; relação estreita com o poder público local, garantindo o estabelecimento dos seus interesses (Dias, 1998 p. 109).

Devido à CMNP ser o único loteador/proprietário de toda a área disponível de Cianorte, Dias (1998) e Souza N.L. (2015) observaram que esse fato possibilitou um controle rígido sobre todo o processo de expansão espacial da cidade, garantindo além do sucesso nas vendas dos lotes urbanos bem como a concretização do seu

planejamento urbanístico inicial para Cianorte. Tal autonomia se deu, como já discutido em tópico anterior, em virtude de a CMNP ter adquirido o direito à exploração das terras diretamente do governo, resultando numa interferência muito menor por parte de outros agentes, o que inclui o Estado, tanto no planejamento como na execução da produção do espaço na cidade objeto deste estudo.

De acordo com Dias (1998), até os anos 70, uma vez que detinha a exclusividade em ofertar novos loteamentos em Cianorte no tocante ao plano original, a CMNP agiu como um agente fundiário imobiliário-monopolista. Dessa forma, 25 anos depois da sua fundação, a malha urbana de Cianorte não teve mudanças significativas em comparação com o projeto original (Souza N.L., 2015).

Outro elemento descrito pela literatura é a aplicação, por parte da colonizadora, do modelo de Cidade-jardim, com o discurso de preocupação ambiental. Dias (1998) questiona esse discurso. Para o autor, os fragmentos de vegetação podem ter sido utilizados, ao menos em parte, como meio de inibir novos loteamentos por parte de terceiros, favorecendo os interesses imobiliários da CMNP. Souza N.L. (2015) registra que, durante pelo menos quatro décadas, novos loteamentos só foram produzidos por terceiros que tinham propriedades rurais próximas à cidade.

Essa configuração, segundo a literatura histórica, corresponde a um padrão de crescimento controlado. O próprio Plano Diretor de Cianorte registra que os fragmentos de vegetação deixados no entorno da cidade limitavam a expansão territorial por parte de particulares, como se observa a seguir:

Durante seu processo de crescimento a cidade de Cianorte foi contida pelas reservas florestais, na sua grande maioria de propriedades da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Dificuldades de acesso às outras áreas situadas além destas reservas impuseram um crescimento urbano atípico em relação às demais cidades. Pouquíssimos são os espaços loteados (dentro do plano original) ainda vazios (Cianorte, 1995).

Conforme se observa no texto do Plano Diretor de Cianorte, as autoridades reconhecem que as reservas florestais que compõem o cinturão verde de Cianorte podem ter atendido a propósitos que vão além das preocupações ambientais e da qualidade de vida dos habitantes. Dias (1998) discute essa possibilidade. O trabalho de campo, conforme se verá no Capítulo 5, examinará se esse controle de crescimento pode ser compreendido como instrumento sistemático de retenção

fundiária ou se as explicações por fatores externos são suficientes para dar conta do que a literatura histórica documenta.

Eu percebo que essa suspeita sobre o cinturão verde, já levantada por Dias (1998) a partir de fontes históricas, abre uma dimensão de leitura que esta pesquisa se propõe a explorar: se o que se apresentava como preocupação ambiental pode ter operado, ao mesmo tempo, como mecanismo de controle do ritmo de crescimento urbano. Essa proposição de leitura será examinada no Capítulo 5.

Ao longo das primeiras décadas, a CMNP tinha a responsabilidade pelo planejamento da cidade, exercendo influência direta na organização espacial interna. De acordo com Dias (1998), a Companhia adotou estratégias semelhantes às utilizadas na implantação de núcleos urbanos anteriores. Na área urbana planejada pela CMNP, havia exigências como, por exemplo, que os compradores dos lotes urbanos deveriam seguir o plano original da empresa. Isso influenciava diretamente na organização espacial ordenada, conforme previsto no projeto da cidade.

Esse controle sobre o uso do solo assegurava à CMNP a concretização de seu projeto para a cidade, assumindo um papel que normalmente é atribuído ao poder público. Para Dias (1998), uma das consequências desse controle em relação à localização e ao tamanho das construções era a seleção dos grupos sociais, baseada na capacidade econômica de seguir os padrões estabelecidos. Mas vamos observar também que a interferência não se limitava apenas a uma imposição do tamanho da construção em cada bairro. A interferência vai mais longe, na política.

Eu observo, ao acompanhar a literatura sobre essa trajetória desde a implantação do traçado até as décadas seguintes, que a CMNP manteve, segundo Dias (1998) e Souza N.L. (2015), considerável controle sobre a cidade. O que começou como um projeto inspirado na Cidade-Jardim incluiu, segundo essa literatura, um ritmo de ocupação modulado pela empresa.

A questão de saber se a tensão entre o plano anunciado e a realidade construída pode ser inteligível como acidente, falta de capacidade ou como expressão de uma lógica que administrou o ritmo da cidade segundo seus próprios interesses é precisamente o que buscarei examinar no capítulo investigativo. O cinturão verde, os lotes mantidos vazios e as áreas reservadas compõem o material que examinarei pela proposta de leitura desta tese no Capítulo 5.

Assim, ao final deste percurso pela literatura sobre a implantação, expansão e interferência direta da CMNP, o que se torna descritível é a dimensão da relação entre o projeto original e a cidade efetivamente construída. A literatura histórica indica que essa relação não pode ser explicada apenas por fatores externos. Se ela é inteligível como acidente ou como expressão de uma lógica operante de retenção fundiária é exatamente o que os capítulos seguintes buscarão investigar. É com essa delimitação que sigo, rumo ao Capítulo 5, onde as trilhas apresentadas no capítulo metodológico serão percorridas. Antes, porém, discutirei um elemento adicional do contexto: a relação entre a CMNP e o poder público.

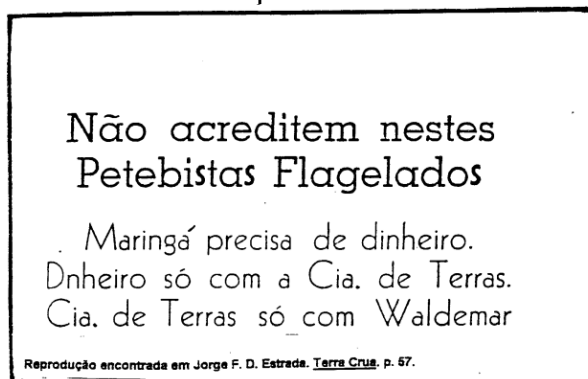
4.2.4 A CMNP e a interferência com o poder público visando seus interesses

Uma empresa com as particularidades dessa colonizadora, presente na cidade desde sua fundação e com interesses significativos, precisa manter uma relação próxima, mesmo que indireta, com políticos que exercem ou exerceram mandatos eleitorais. Eu observo que Mendes (1992) reforça essa leitura ao afirmar que a ocupação e expansão urbana sempre foram objeto de influência pela política da Companhia, em comunhão com órgãos públicos. Segundo o autor, Cianorte nasceu de um ideal capitalista, materializado em uma propriedade monopolista, organizada como uma grande propriedade.

De acordo com Dias (1998), a CMNP sempre favoreceu para que pessoas de sua confiança fossem nomeadas para cargos administrativos nas cidades que planejava, visando garantir para ela, vantagens fiscais, como isenção ou redução do IPTU, entre outros objetivos.

Por exemplo, em Maringá, segundo Dias (1998), a gestão do primeiro prefeito municipal foi bem conturbada. Alguns políticos discordavam da abordagem em relação às vantagens fiscais buscadas pela empresa, o que resultava em perda de arrecadação para o município. Essas divergências surgiram durante a campanha para eleger o primeiro prefeito de Maringá em 1952. O apoio da CMNP ao candidato Sr. Waldemar Gomes da Cunha, da UDN, foi destacado em panfletos distribuídos aos eleitores, nos quais se enfatizava a conveniência de eleger alguém com a aprovação dessa empresa, como podemos observar na figura 8 (Dias, 1998).

Figura 8 - Panfleto da campanha eleitoral em Maringá - 1952



Fonte: Dias (1998, p.148)

Apesar do apoio da Companhia ao candidato mencionado, outro candidato foi eleito, com pequena margem, é verdade. Em Maringá, a CMNP enfrentou um prolongado conflito com o primeiro prefeito eleito, que tentou tributar os terrenos da Companhia. Segundo Dias (1998), a empresa, com o apoio da maioria dos vereadores, venceu a disputa judicial e obteve privilégios fiscais, como redução de mais de 70% em sua dívida com a prefeitura.

Este precedente contextualiza o cenário da primeira eleição em Cianorte. Nas eleições de outubro de 1955, visando evitar um embate similar, a CMNP empenhou-se em garantir sua influência política na cidade em formação. O resultado foi a eleição de uma chapa única, que elegeu como prefeito o Sr. Wilson Ferreira Varella (gestão 1955-1959), um nome alinhado aos interesses da colonizadora. Em entrevista para Dias (1998, p. 149), o ex-vereador e também pioneiro, o sr. Mateus Biazzi disse:

O primeiro prefeito de Cianorte era funcionário da Companhia Melhoramentos. Foi feito um trabalho político naquela ocasião e a Companhia participou e se esforçou muito para que houvesse um candidato único e este candidato era funcionário da Companhia Melhoramentos, o Sr. Wilson Ferreira Varella, e ele foi candidato único, ganhou. [A Companhia] ajudou a prefeitura, emprestou o salão. A Companhia dava o maquinário para passar nas ruas, nas estradas. Então, até certo ponto, eu acho que a Companhia ajudou bastante Cianorte. É claro que havia interesse da Companhia para que a própria Companhia, que foi fundadora de Cianorte, ela continuasse administrando.

Naquela época o apoio da CMNP foi fundamental. De acordo com Cioffi (1995), a prefeitura não tinha nenhuma infraestrutura e por isso o Prefeito recém-empossado passou a desempenhar as suas funções despachando de sua sala de trabalho nas dependências da CMNP. Ainda segundo Cioffi (1995), até a Câmara

municipal ficou momentaneamente instalada no Departamento de Transporte da CMNP, até que se mudassem para outro edifício onde funcionava o Serviço de Água de Cianorte (SACI), também construído pela empresa. A recém-criada Prefeitura não tinha recursos financeiros, visto que não possuía dotação orçamentária nem arrecadação tributária. Uma simples caneta era um problema. Até os móveis utilizados foram emprestados pela Companhia, relata Cioffi (1995).

Visto que a CMNP tinha muitos laços com o poder público municipal, a empresa desfrutava de uma vantagem singular: suas propriedades não eram tributadas pelo IPTU, ao contrário do que ocorria em Maringá. Essa isenção ainda persistiu durante a gestão do segundo prefeito eleito, o Sr. Antonio Rodrigues Mota (1959-63), que, além de ter sido funcionário da Companhia, também contou com o apoio dela durante sua campanha e ao longo de seu mandato. Sobre esse assunto, o sr. Antonio Rodrigues Mota concedeu entrevista a Dias (1998, p. 150). Ele disse:

É o tal negócio, a Companhia, com o apoio que dava para fazer as coisas, ela tinha o direito, achava que tinha, como devia ter, o direito de ter um abatimento dos impostos das datas. Que hoje é assim: uma casa, o valor do IPTU é um imposto de certo valor, uma data vazia é três vezes mais o valor do IPTU, então a Companhia não concordava com isso, ela queria ter um imposto mais barato, baseado no valor da residência. Eu concordei com eles, e tive todo o apoio deles.

O benefício sobre os terrenos da CMNP só foi interrompido na gestão do Sr. Ramon M. Schulz (1963-1968), o que resultou na primeira rixa entre a empresa e o poder executivo do município. O relacionamento com a Companhia Melhoramentos tornou-se ainda mais tenso devido à aprovação de uma lei que regulamentava o Código Tributário do município. Essa lei resultou em impostos mais elevados para os terrenos vazios, afetando muitas das propriedades da Companhia (Cioffi, 1995).

Em outros momentos a CMNP interferiu para fazer com que áreas antes projetadas para serem bairros, mas que nunca saíram do papel, fossem alteradas junto ao poder público para área rural, pois segundo Cioffi (1995), reduziria significativamente o valor do IPTU a ser pago, visto que o Imposto para áreas rurais é muito menor (conforme detalhado na seção 4.3 com mais detalhes sobre esse caso específico).

Com o objetivo de preservar seus interesses empresariais, a CMNP sempre manteve uma vigilância atenta sobre a política local das cidades que ela própria

planejou. Esse monitoramento era especialmente relevante nas primeiras décadas da criação de Cianorte, quando o foco estava na venda de propriedades (Dias, 1998).

No entanto, afirmar que a CMNP exercia controle absoluto sobre Cianorte seria ingenuidade, pois existem complexas relações sociais envolvidas, afirma Dias (1998). Além disso, qualquer estrutura socioeconômica é recheada por interesses diversos, e conflitos surgiram. Esses atritos ocorreram tanto com o poder público em momentos específicos quanto com parte do empresariado local, que almejava uma participação mais substancial no setor imobiliário.

A literatura histórica documenta que essa rede de influências políticas não foi mero detalhe administrativo. Cioffi (1995) e Dias (1998) descrevem a articulação entre o controle da terra exercido pela CMNP e a influência sobre quem ocupava a prefeitura. Em momento oportuno, na trilha 5.4, esse material será examinado à luz da proposta de leitura desta tese.

4.3 A CIDADE PLANEJADA, A CIDADE IMPLANTADA E A CIDADE CONSTRUÍDA

A divisão proposta por Dalberto (2009) entre Cidade Planejada, Cidade Implantada e Cidade Construída oferece uma estrutura descritiva relevante para esta investigação. A Cidade Planejada corresponde ao projeto declarado publicamente pela CMNP, o desenho grandioso de Jorge de Macedo Vieira. A Cidade Implantada é o espaço que a empresa efetivamente produziu, deixando dois bairros inteiros do plano original sem execução. A Cidade Construída é o espaço que cresceu a partir de 1986, não nas terras da CMNP, mas nas terras de terceiros que se expandiram ao redor das áreas que a empresa manteve sem lotear. Examinar a relação entre essas três fases é parte do que a investigação dos capítulos seguintes buscará desenvolver.

Para situar com precisão o que ficou fora do papel, é necessário primeiro estabelecer o que o papel previa. O plano urbanístico de Cianorte foi concebido por Jorge de Macedo Vieira em 1953, sob encomenda da CMNP, com área total projetada de 18.646.144 m² – quase 18% maior que o projeto que o mesmo urbanista havia elaborado para Maringá (Meneguetti, 2009). Dalberto (2009), em dissertação de mestrado que constitui o estudo urbanístico sistemático sobre a cidade, reconstitui a estrutura de zonas prevista nesse projeto: o traçado dividia a cidade em zonas residenciais numeradas, organizadas a partir do núcleo central, com distinção de

padrão construtivo conforme a distância ao centro. A Figura 7, que reproduz a planta original elaborada por Vieira, permite visualizar essa disposição. A Zona 5 e o restante da Zona 6 (as zonas mais periféricas do traçado) constavam do plano como áreas residenciais a serem implantadas pela CMNP, e seus traçados viários chegaram a ser abertos como carreadores, aguardando a implantação dos lotes (Dalberto, 2009). Essa preparação física – ruas abertas sem lotes, infraestrutura prevista sem ocupação – é o registro mais concreto de que as zonas existiam no projeto, foram parcialmente preparadas no terreno, mas nunca entregues como bairros habitáveis.

A Zona 5 e parte da Zona 6, que constavam do plano original, nunca foram loteadas. Dos mais de 18 milhões de m² projetados, pouco mais da metade foram executados até a década de 1970 (Souza N.L., 2015). Essa diferença entre o planejado e o executado é um dos registros mais relevantes para a investigação: não como indicativo de não realização, mas como registro de que a CMNP manteve quase metade da área urbana projetada sem lotear. Cabe registrar que a expressão “parte da Zona 6” reflete o fato de que o projeto original dividia essa zona em subáreas, das quais apenas as mais próximas ao núcleo central foram eventualmente loteadas; as subáreas mais periféricas, permaneceram como as não entregues que esta tese examina (Dalberto, 2009).

Como a ocupação das áreas planejadas da Zona 05 e o restante da Zona 06 não ocorreram, a empresa buscou, junto ao poder público, uma redução da área projetada como perímetro urbano, com a intenção de diminuir o valor pago de IPTU (Cioffi, 1995; Dias, 1998). Dias (1998, p. 108–109) documenta o alcance preciso dessa operação: a área destinada ao perímetro urbano, que era de 18.646.144 m² no plano original, foi reduzida para 9.648.925 m² – quase à metade – durante a gestão do prefeito H. A. Negrão (1977–1982). O motivo registrado pelo autor é direto: a empresa buscou a redução “com o objetivo de ter menos despesas com o imposto urbano”. O que essa documentação acrescenta à construção da inteligibilidade não é apenas uma data: é a precisão de que a institucionalização da retenção ocorreu dois a sete anos depois da Geada Negra de 1975 – isto é, num momento em que a crise cafeeira fornecia legitimidade pública suficiente para que um ato de blindagem tributária fosse processado sem resistência política visível. Vale situar historicamente o alcance dessa manobra. A Constituição Federal foi promulgada em 1988,

convertendo os municípios brasileiros em entes federativos com autonomia política, administrativa e financeira plena – o que, em tese, significava que Cianorte passava a ter os instrumentos jurídicos para impor à CMNP o cumprimento da função social da propriedade urbana. O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), ao entrar em vigor treze anos depois, regulamentou instrumentos específicos para isso: o parcelamento compulsório, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. O problema, que as narrativas que colhi torna possível inferir que a reclassificação das Zonas 5 e 6 como área rural – o principal mecanismo de blindagem tributária da CMNP – havia sido realizada antes da promulgação da Constituição. A chegada do marco jurídico encontrou uma situação fundiária já consolidada: as terras estavam classificadas como rurais, fora do alcance do IPTU municipal, e nenhum dos instrumentos do Estatuto poderia, sem uma disputa judicial de décadas, reverter o que a empresa havia operado num período em que a legislação simplesmente não existia. A autonomia municipal de 1988 chegou a tempo de nomear o problema; chegou tarde demais para desfazê-lo. Segundo entrevista concedida pelo sr. Paulo de Moraes Barros Neto, filho de Antonio de Moraes Barros, primeiro presidente da CMNP, as áreas de expansão de bairros sofreram reduções devido ao pesado ônus fiscal. Essas áreas foram então convertidas em áreas de chácaras, sujeitas a um imposto rural mais leve em comparação com o imposto urbano.

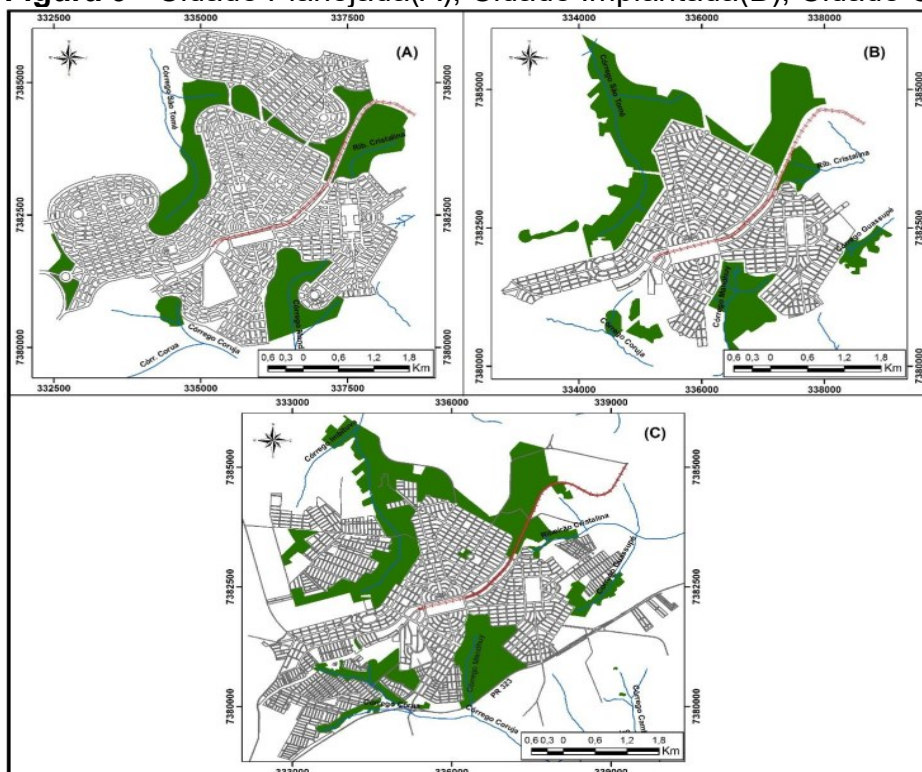
Em entrevista a Dalberto (2009), Paulo de Moraes Barros Neto afirma que a CMNP preservou uma parte da vegetação nativa próxima à cidade, enquanto o restante da área foi destinado a atividades agrícolas. Essas extensas áreas, embora não tenham sido desenvolvidas, faziam parte do projeto e aguardavam a expansão urbana. Na zona 5, as ruas principais foram projetadas como carreadores, que de acordo com Dalberto (2009) está aguardando a implantação dos lotes e a ocupação da área. No entanto, essa ocupação ainda não se concretizou. Visto que a terra nessa região foi avaliada como de excelente qualidade para a agricultura, o cultivo de café predominou até a chegada da cana-de-açúcar, que continua sendo cultivada até hoje (Dalberto, 2009).

Dalberto (2009) definiu cada uma dessas fases para Cianorte. A Cidade Planejada é o projeto da década de 1950, inspirado no modelo inglês de cidade-jardim, com mais de 18 milhões de m² de área urbana projetada. A Cidade

Implantada omitiu partes essenciais desse projeto: dois bairros residenciais inteiros não foram executados, e os edifícios públicos previstos não foram construídos, deixando vazios na forma urbana. A Cidade Construída cresceu a partir de 1986, expandindo-se sobre lotes rurais de terceiros. Essa sequência será examinada, no Capítulo 5, à luz da proposta de leitura desta tese, para examinar se ela é inteligível à luz das três dimensões espectrais propostas.

O que Dias (1998) denominou “especulação programada” e Resende (2014, p. 81) define como “retenção deliberada da posse da terra para futura negociação” é um dos mecanismos que serão examinados no capítulo 5 pela proposta de leitura desta tese. A teoria da Renda da Terra (Marx, 1985; Harvey, 2006) oferece o suporte econômico que permitirá examinar essa proposição: o preço da terra, segundo essa teoria, equivale à capitalização das rendas futuras esperadas, de modo que a terra retida não perderia valor com o tempo de espera, mas se valorizaria à medida que o entorno urbano se desenvolve. A figura 9, que reproduz a divisão de Dalberto (2009) compartilhada por Souza N.L. (2015), permite visualizar a configuração espacial resultante: a relação entre a Cidade Planejada (A), a Cidade Implantada (B) e a Cidade Construída (C) é o material a ser interpretado no capítulo investigativo dessa tese.

Figura 9 - Cidade Planejada(A), Cidade Implantada(B), Cidade Construída(C)



Fonte: CMNP; (Dalberto 2009, *apud* Souza N.L. 2015).

Para que o leitor visualize com precisão quais são as áreas que constavam do plano original e permaneceram sem execução, apresento a seguir, na Figura 10, uma ampliação do desenho de Jorge de Macedo Vieira, com destaque para a Zona 5 e para o restante da Zona 6 – os dois bairros que compõem o vazio central desta investigação.

Figura 10 – Zona 5 e restante da Zona 6 destacadas sobre o plano original da CMNP para Cianorte.



Fonte: elaborado pelo autor (2026) adaptado de Souza N.L. (2015)

Conforme a figura 10, a ampliação das duas áreas revela, sem margem para dúvida, o tamanho do que ficou fora do papel: dois bairros contíguos que juntos correspondem a aproximadamente metade da área urbana originalmente projetada – e cuja ausência, longe de ser periférica, atravessa o próprio corpo da cidade que se construiu ao redor.

Até os dias atuais (ano de 2026), a CMNP ainda detém uma grande quantidade de terras dentro da área urbana. Corroborando com a estratégia de Especulação Programada, Nelson Magron Junior, secretário de Desenvolvimento de

Cianorte no ano de 2013, em entrevista ao Jornal Folha de Cianorte, relatou que ainda existiam mais de “200 alqueires livres, somente da Companhia Melhoramentos, reservados para loteamentos e áreas comerciais”. Ainda segundo o secretário, se esses espaços fossem completamente ocupados, isso possibilitaria um aumento de área urbanizada equivalente a 30% no município (Jornal Folha de Cianorte, 2013). Embora a entrevista tenha sido fornecida em 2013, esses mesmos espaços ainda não foram utilizados pela CMNP até o ano de 2026.

Conforme Souza N.L. (2015, p. 108) expôs, “os primeiros loteamentos [...] que extrapolam a área do Plano Original, passam a ser construídos a partir do ano de 1987. Até então, tudo o que se referia a loteamentos ocorria nas áreas do projeto da CMNP”. Somente após 60 anos a cidade de Cianorte conseguiu atingir o tamanho da expansão originalmente pretendida, um pouco mais de 18 milhões de m² (Figura 9, C Cidade Construída), no entanto, “não em terras de propriedade da CMNP, e sim em áreas de terceiros que transformaram áreas rurais em espaços da cidade” (Souza N.L, 2015, p. 135).

Alguns talvez cheguem a esboçar que Cianorte não tinha vantagens geográficas óbvias, e talvez tentem atribuir a sua localização como causa principal de seu não desenvolvimento segundo o plano originalmente feito por Jorge de Macedo Vieira. Dias (1998) não concorda com a tentativa de apontar a localização geográfica como motivo principal para o caminho tomado por Cianorte. Para o autor, é necessário considerar diversos fatores além da localização ao examinar o percurso da cidade. No caso de Cianorte, efetivamente foi executado um pouco mais da metade da área, seguindo o ritmo que a empresa determinou.

Eu observo que a divisão proposta por Dalberto (2009), Cidade Planejada, Cidade Implantada e Cidade Construída, oferece à investigação um material descritivo robusto. O que a literatura registra como plano “incompleto” é o ponto de partida da investigação que esta tese conduz. Se a relação entre essas três fases revela falha do projeto ou lógica que o orientou é o que o Capítulo 5 buscará tornar analiticamente examinável. É com essa tríplice divisão como corpus narrativo que avanço para o Capítulo 5, onde as trilhas apresentadas no capítulo metodológico serão percorridas.

5 A CONSTRUÇÃO DE UMA INTELIGIBILIDADE SOBRE OS CAMINHOS QUE INFLUENCIARAM A CONFIGURAÇÃO ATUAL DE CIANORTE: A TRÍADE ESPECTRAL COMO LENTE PARA A SOBERANIA DO VAZIO

Chegamos ao coração desta tese. E é precisamente aqui, neste ponto de convergência entre a teoria construída no Capítulo 2, o percurso metodológico e as trilhas apresentadas no Capítulo 3 e o contexto histórico reconstituído no Capítulo 4, que me sinto obrigado a fazer uma confissão metodológica antes de qualquer percurso interpretativo: vim até aqui com uma pergunta e encontrei, no lugar dela, uma subversão. Vim investigar por que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não concretizou o seu plano original para Cianorte e percebi, ao longo do percurso que esta tese registra, que essa pergunta precisava ser reposicionada: o que as narrativas foram construindo não era a imagem de uma não realização, mas a de uma lógica distinta da declarada. E o vazio que eu atravessava a pé quando criança (aqueles oitocentos metros de mato até a altura dos joelhos, no centro de uma cidade planejada), emerge, nessa leitura, não como ausência – emerge como expressão espacial dessa lógica.

Para conduzir esta análise, organizo o argumento em torno de quatro trilhas temáticas, identificadas ao longo da pesquisa como os instrumentos históricos, geográficos e políticos pelos quais a Companhia operou a sua Criptoprodução Especulativa do Espaço em Cianorte. Cada trilha será examinada à luz completa da Tríade Espectral que proponho – o Concebido Oculto, o Percebido Suspenso e o Vivido Assombrado – em diálogo constante com Lefebvre (1991; 2008), Harvey (1989; 1996), Vainer (2002), Corrêa (1989; 2013), Souza (2010; 2015) e Dalberto (2009). O objetivo não é lamentar o que não aconteceu. O que este percurso busca é construir a inteligibilidade de que o vazio, nas narrativas, não emerge como obstáculo à colonizadora – emerge como expressão de uma lógica de retenção e valorização fundiária, e que cada uma das quatro trilhas investigativas, longe de ser simples obstáculo externo, foi operada dentro dessa lógica.

Uma ressalva metodológica é necessária antes de iniciar o percurso. Os registros que sustentam a proposição do Concebido Oculto são majoritariamente inferenciais: baseiam-se na convergência de narrativas orais, no horizonte comparativo de Umuarama e a distância entre o discurso público da CMNP e sua prática documentável, não em acesso direto a atas de diretoria, memorandos

internos ou planos estratégicos de comercialização da empresa. Embora não tenha sido possível acessar os arquivos internos da CMNP, a convergência polifônica das dezessete narrativas, o horizonte comparativo de uma cidade colonizada pela mesma empresa com resultados radicalmente diferentes, segundo o que as vozes de Cianorte constroem, e a existência de atos administrativos documentáveis (como a reclassificação tributária da Zona 5), permitem sustentar a proposição de racionalidade adaptativa⁷ com densidade suficiente para uma pesquisa construcionista. Essa limitação é detalhada no Capítulo 3 e retomada nas Considerações Finais.

Antes de percorrer essas trilhas, porém, é necessário examinar uma questão que permanece em aberto na literatura sobre Cianorte, e para a qual as entrevistas realizadas permitem construir uma inteligibilidade consistente. A questão é esta: a estratégia de retenção da CMNP foi uma resposta à crise, ou a crise foi aproveitada como instrumento de uma estratégia que já estava em curso? A resposta que emerge do conjunto das narrativas aponta em uma direção consistente, e ela vem de uma voz insuspeita: Antônio Bertoldo, topógrafo da própria CMNP desde dezembro de 1953, quem mediu praticamente todas as fazendas da Companhia no município. Em sua entrevista, Antônio Bertoldo situa o início da retenção de terrenos pela CMNP. Segundo ele, entre 1960 e 1970 a empresa deu uma parada significativa nas vendas, segurando os lotes mesmo diante de forte demanda. Havia muitos compradores interessados e os terrenos estavam saindo rapidamente, mas a Companhia optou por não vender, administrando o ritmo de ocupação. A Geada Negra de 1975, o evento que a historiografia local costuma invocar como o grande divisor de águas, acontece quinze anos depois. Isso não anula o papel da Geada na análise; pelo contrário, ela se torna ainda mais relevante como instrumento da Soberania do Vazio, precisamente porque, nas narrativas, emerge como justificativa retroativa de uma prática que já estava em curso. O que a cronologia de Antônio Bertoldo permite construir é a inteligibilidade de que a CMNP não recuou apenas em resposta à crise

⁷ O termo é utilizado no sentido da teoria organizacional: March e Simon (1958) demonstraram que organizações não maximizam racionalmente, mas tomam decisões suficientemente adequadas ao contexto – racionalidade limitada. Mintzberg (1978) desdobrou esse argumento mostrando que estratégias emergem de padrões de decisão acumulados no tempo, sem plano prévio declarado. É nesse sentido que a CMNP é lida nesta tese: não como organização que planejou a retenção, mas cujas decisões produziram consistentemente o mesmo resultado.

do café ou à Geada de 1975 – o recuo, segundo quem trabalhou dentro da empresa, já estava em operação antes desses eventos.

O horizonte comparativo que as entrevistas tornam inevitável é o de Umuarama. Antônio Bertoldo formulou com objetividade: em Umuarama, o diretor era outro e a Companhia não segurou os terrenos. Valdir Donato, filho do primeiro prefeito de Cianorte e ex-funcionário da CMNP, confirmou essa percepção ao afirmar que Umuarama se soltou completamente, enquanto Cianorte não conseguiu se desenvolver no mesmo ritmo. Dario Brandão, ex-deputado estadual e filho de quem arrendou o hotel da Companhia nos primeiros dias da cidade, arriscou afirmar que se Umuarama não existisse, Cianorte estaria muito maior. O que essas três vozes independentes constroem, em conjunto, é a inteligibilidade de que a diferença entre as duas cidades não pode ser explicada exclusivamente por forças externas. O fator que as narrativas apontam é administrativo. Mas é necessário nomear o que essa inteligibilidade alcança e o que ela não alcança: ela torna a pergunta sobre a decisão administrativa legítima e necessária – ela não a responde, porque respondê-la exigiria as perspectivas de quem habitou Umuarama, que esta tese não reuniu.

É sob essa perspectiva, a da escolha situada, e não do infortúnio inevitável que a Tríade Espectral mostrará sua força interpretativa ao longo deste capítulo. A base teórica construída no Capítulo 2 fornece as ferramentas para o que se segue: Lefebvre (1991) permitiu construir a inteligibilidade de que o espaço é produzido por agentes com interesses específicos; Harvey (1996) acrescentou que o capital acumula tanto pela produção do espaço quanto pela sua negação seletiva; Vainer (2002) mostrou que a cidade-empresa gere o território como ativo financeiro. É essa articulação que as quatro trilhas desta análise materializarão em Cianorte, não como aplicação mecânica de uma grade conceitual, mas como resultado do que ouvi nas dezessete entrevistas: pioneiros que perderam tudo na geada e foram embora; um topógrafo que mediu as terras e viu a Companhia fechar os olhos para os compradores; uma historiadora que guarda documentos que podem ir “para o túmulo” antes de chegarem a qualquer arquivo público; um diretor da empresa que, ao explicar que “não faria sentido vender os lotes com prejuízo”, confirma, sem querer, o algoritmo que produziu o vazio.

As três dimensões da Tríade Espectral, tal como formuladas na seção 2.1.3, terão ao longo das trilhas um papel interpretativo preciso: o Concebido Oculto

capturará as decisões não declaradas da empresa; o Percebido Suspenso, a experiência cotidiana de habitar uma cidade marcada pela ausência; o Vivido Assombrado, a memória coletiva de um sonho que a cidade reconhece como traído mas que poucos conseguem nomear como estratégia. As vozes que dão carne a essas dimensões são as dos próprios entrevistados. Helena Cordeiro formula a percepção que atravessa as narrativas: “a Companhia colocou o nome dela na cidade e Cianorte empacou”. Valdir Donato, filho do primeiro prefeito, vai mais fundo: a empresa tem, segundo ele, duas qualidades que explicam tudo, “paciência e dinheiro”. Não é elogio. É a leitura precisa do entrevistado.

A estrutura deste capítulo reflete, essa lógica. A análise começa pela Geada Negra de 1975 não porque ela seja a causa da Soberania do Vazio, as narrativas apontam que não é, mas porque ela é o instrumento mais eloquente da acumulação pela ausência, o momento em que o Vivido Assombrado emerge com maior intensidade e em que o Concebido Oculto se consolida com mais nitidez nos registros narrativos. Da Geada, a análise avança para a trilha da ferrovia e da rodovia PR-323, onde o isolamento planejado pela omissão encontra sua expressão mais refinada. Em seguida, a trilha do solo arenoso revela como a própria natureza foi instrumentalizada, primeiro como propaganda de qualidade, depois como justificativa para a retração, e por fim como razão para a conversão de áreas urbanas em rurais. A quarta trilha trata dos interesses imobiliários e políticos, o conflito do IPTU, a reclassificação da Zona 5, o caso Matarazzo, que é a trilha com mais registros documentáveis de toda a investigação. E o capítulo se encerra com uma síntese espectral, mostrando como as quatro trilhas não operam de forma isolada, mas se entrelaçam num sistema coerente de produção do espaço pela ausência, o que denomino Criptoprodução Especulativa do Espaço.

Uma nota metodológica final, antes de iniciar. Ao longo desta análise, combino de forma deliberada três tipos de fontes: as dezessete entrevistas realizadas entre 2024 e 2025 com pioneiros, gestores, pesquisadores e o próprio diretor da CMNP; os registros históricos, documentos e dados do IBGE apresentados nos capítulos anteriores; e minha própria perspectiva de pesquisador que viveu quatro décadas nesta cidade e que, como aponte no preâmbulo, atravessou pessoalmente aqueles vazios que esta tese agora analisa. Essa combinação não é descuido metodológico, é coerência epistemológica. Se o conhecimento, dentro do Construcionismo Social

que adoto como epistemologia, é construído na interação situada entre o pesquisador e o mundo que ele investiga (Gergen, 2015; Burr, 2015), ocultar minha presença neste percurso seria falsificar o próprio processo pelo qual ele foi produzido. Cada interpretação que se segue nasce do cruzamento entre o que ouvi, o que li, o que medi com meus próprios passos e o que, trinta e três anos depois daquelas perguntas de criança, finalmente consigo nomear com a precisão que o rigor acadêmico exige: o vazio, nas narrativas, não emerge como o limite do plano – emerge como a lógica que o orientou.

O percurso metodológico que sustenta esta investigação, incluindo a operacionalização da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), a codificação em dois níveis pela grade da Tríade Espectral, os critérios de saturação, o tratamento das dissonâncias e a entrada no Campo-Tema (Spink, 2003), foi detalhado no Capítulo 3. É com base nesse percurso que a análise das quatro trilhas se inicia.

5.1 UMA RESSALVA NECESSÁRIA: A TRÍADE ESPECTRAL SOB TENSÃO DAS DISSONÂNCIAS

Antes de percorrer as quatro trilhas, é necessário enfrentar uma questão que qualquer leitura rigorosa desta tese inevitavelmente colocará: a Tríade Espectral foi formulada para auxiliar na construção de inteligibilidade de um fenômeno específico – a produção do espaço pela ausência em contextos de colonização empresarial periférica – e é aplicada, neste capítulo, ao mesmo contexto que a originou. Existe, portanto, um risco de circularidade que precisa ser nomeado com honestidade: uma ferramenta construída para um fenômeno tende a encontrá-lo onde quer que olhe.

Esse risco existe. E a resposta que o Construcionismo Social oferece a ele não é a da neutralização positivista – não se trata de controlar variáveis nem de testar a hipótese contra alternativas rivais. A resposta construcionista é outra: submeter a ferramenta à tensão das perspectivas que a desafiam e examinar o que ela constrói quando as perspectivas reunidas não convergem.

Foi o que ocorreu em pelo menos três momentos desta construção de inteligibilidade – e é necessário mostrar como, não apenas afirmar que. Não se trata de listar vozes que foram incorporadas ao corpus; trata-se de identificar os momentos em que o corpus narrativo resistiu à aplicação imediata da Tríade e me obrigou a reformular como cada dimensão espectral operaria na construção da

inteligibilidade. São esses momentos de resistência, e não os de convergência, que revelam que a ferramenta foi exercitada com honestidade: aquela que foi negociada com o material, não apenas aplicada sobre ele.

O primeiro foi o depoimento de Fernando Castilho, ex-prefeito, que atribuiu o atraso da ferrovia inteiramente ao governo federal. Tomado isoladamente, esse relato tornaria o Concebido Oculto inoperante na trilha da ferrovia: se a omissão era do Estado, a agência da CMNP desaparece, e com ela o argumento central. A tensão que esse depoimento criou me obrigou a reformular o que o Concebido Oculto poderia legitimamente capturar naquele contexto. A formulação original que eu havia esboçado para essa trilha implicava um bloqueio ativo – a empresa que impede a chegada dos trilhos. O corpus não sustentava isso. A perspectiva de Castilho, articulada com a de Roberto Carvalho Neto sobre o repasse compulsório da ferrovia ao governo federal, tornava essa leitura analiticamente implausível. O Concebido Oculto, nessa trilha, precisou ser reconfigurado: não mais como agência de bloqueio, mas como padrão de omissão sistemática diante de uma condição que a empresa não criou, mas cujos efeitos a serviam. Essa distinção, entre bloquear e não pressionar para resolver, não estava na formulação original da ferramenta. Emergiu do atrito entre a Tríade e o material.

O segundo momento de resistência foi mais sutil e ocorreu na trilha do solo arenoso. Ali, a distinção entre Concebido Oculto (a lógica que opera além do declarado) e um obstáculo genuíno nunca se tornou nítida. Rafael Tessaro, geógrafo que conhece o território com precisão técnica, narrou a erosão Mãe Biela e a degradação do solo sobre o Arenito Caiuá como realidades geológicas verificáveis, não como construções discursivas a serviço da empresa. Estanislau Kowalski narrou sua pressão pelo Cinturão Verde como conquista ambiental legítima, sem perceber, ao menos não explicitamente, que ela teria funcionado simultaneamente como instrumento de permuta fundiária para a CMNP. O que essa sobreposição revela é que a linha entre Concebido Oculto e condição externa genuína, que a Tríade pressupõe como analiticamente separável, pode ser empiricamente indissociável. Em determinados contextos, o que opera como ocultação e o que opera como obstáculo real partilham o mesmo corpo. A Tríade Espectral não antecipou essa indissociabilidade, e a trilha do solo foi onde eu precisei conviver com ela sem resolvê-la artificialmente. Reconhecer essa limitação não fragiliza a ferramenta – ela

a situa: a Tríade é mais precisa quando o Concebido Oculto deixa rastros documentáveis, como na trilha do IPTU, e menos precisa quando opera numa zona de ambiguidade constitutiva, como na trilha do solo.

O terceiro momento foi o mais inesperado. Ao longo das entrevistas, o Vivido Assombrado que eu havia concebido como dimensão de resignação e de promessa traída revelou-se mais complexo do que a formulação original previa. Vários entrevistados que descrevem com mágoa o que Cianorte não se tornou narram também, sem contradição sentida, memórias de pertencimento e de construção coletiva que os vazios tornaram possíveis: crianças brincando nos terrenos da Companhia, atalhos que se abriram como práticas cotidianas de reapropriação, laços de vizinhança que se formaram exatamente porque a cidade incompleta mantinha uma escala humana que as metrópoles prometidas teriam destruído. O Vivido Assombrado, para alguns dos seus habitantes, não é apenas a memória de um sonho traído. É também a memória de uma cidade que, pelo fato de não ter crescido como prometido, preservou algo que o crescimento teria eliminado. Essa ambivalência, que nenhuma das teorias que mobilizei havia antecipado, não invalida o conceito, mas exige que ele seja lido com mais espessura do que a palavra ‘assombrado’ sozinha comporta. O Vivido Assombrado não é apenas o fantasma do que poderia ter sido. É também, e às vezes simultaneamente, a experiência de quem aprendeu a habitar o vazio que não escolheu, e encontrou nele algo que não estava no projeto.

Em todos os três casos, as vozes dissonantes não foram silenciadas nem absorvidas pelo argumento. Foram o que me obrigou a ser mais preciso sobre o que a Tríade pode e o que ela não pode capturar. A pergunta que podemos fazer é direta: o que a Tríade Espectral teria construído se as dezessete narrativas não convergissem para a inteligibilidade da retenção? A resposta tende a ser: se as narrativas tivessem apontado de forma consistente para fatores externos como explicação suficiente, por exemplo, se o topógrafo da empresa não tivesse situado a retenção antes da Geada, se Umuarama não tivesse apresentado resultado distinto sob a mesma empresa, se não houvesse registro da reclassificação tributária, a Tríade Espectral ainda seria uma ferramenta válida para contextos de produção do espaço pela ausência. Mas a inteligibilidade que ela permitiria construir seria diferente: não a da Criptoprodução Especulativa como racionalidade adaptativa, mas

a de uma empresa que enfrentou condições adversas sem os recursos para superá-las. A ferramenta não predetermina o resultado. O resultado emerge do que as narrativas constroem quando submetidas à sua lente – e do que elas resistem quando a lente pressiona mais do que o corpus sustenta.

É com essa consciência, da Tríade Espectral como possibilidade de construção de inteligibilidade (no positivismo usaríamos a expressão ferramenta de análise), negociada com o que resiste, e não como moldura que confirma o que já pressupõe, que as quatro trilhas a seguir foram percorridas. As dissonâncias não foram silenciadas: foram o atrito que tornou a inteligibilidade mais densa do que seria sem elas, e que ampliou o campo do que as narrativas permitem construir para além do que a ferramenta, sozinha, teria alcançado.

5.2 A GEADA NEGRA DE 1975: DO ACIDENTE CLIMÁTICO AO INSTRUMENTO ATIVO DA SOBERANIA DO VAZIO

Cheguei a Cianorte em 1983, ainda com cinco anos, a bordo de uma Belina 1981 repleta de malas, painéis e a esperança incandescente dos meus pais de “recomeçar” em uma nova cidade. Desde então, mais de quatro décadas ficaram para trás, e a cidade que primeiro se apresentou a mim com cheiro de serragem e a imensidão dos areiões em suas principais avenidas – São Paulo, América, Espírito Santo – se transformou. Tornou-se polo de confecção, vi casas e edifícios brotarem em seu solo, mas, teimosamente, preserva ainda hoje aqueles vazios cobertos de mato alto, testemunhas silenciosas de onde a CMNP um dia quis – e, por razões que esta tese investiga, também não quis – edificar bairros inteiros. É a partir desse “lugar de escrita”, imerso em quatro décadas de vivências cianortenses, que me lanço ao desafio de (re)contar a história desta urbe.

As fotografias históricas que agora estudo, percebo com uma clareza que só o tempo e a pesquisa propiciam, são de certo modo “selfies” da minha própria trajetória: nelas revejo a rua onde a infância se fez em brincadeiras de beto, o persistente vazio da Zona 5 onde a CMNP ainda cultiva cana, a cicatriz da erosão que os mais antigos chamavam de “mãe-biela”⁸ antes que se tornasse parque. Essa

⁸ Sobre a “mãe Biela”, o Sr. Aldo Pereira, em entrevista concedida para esta tese, explicou: “Levou esse nome de Mãe Biela, porque perto dessa erosão tinha um centro espírita que a mãe espírita, que fazia trabalho espírita, chamava Mãe Biela. A erosão foi perto da casa dela até na porta da casa dela. Então ficou conhecida como a erosão da Mãe Biela até hoje”.

pertença, essa inscrição biográfica no próprio objeto de estudo, inevitavelmente orienta minhas escolhas, inclusive a de iniciar esta análise com uma advertência que as entrevistas tornaram incontornável.

A Geada Negra de 1975 revelou-se uma presença unânime nas dezessete entrevistas que realizei entre 2024 e 2025, sendo mencionada em cada uma delas sem exceção. Não como dado estatístico isolado, mas como o evento que teceu uma cadência coletiva na memória da cidade. No entanto, antes de percorrê-la como instrumento da Soberania do Vazio, é necessário fazer uma advertência que o próprio corpus narrativo impõe: a Geada, nas narrativas analisadas, não emerge como causa da prática de retenção da CMNP – emerge como a justificativa mais amplamente aceita para uma prática que já estava em curso.

O registro que alimenta essa inteligibilidade vem de Antônio Bertoldo, o Sr. Antônio Bertoldo, topógrafo da própria CMNP desde dezembro de 1953 e quem mediu praticamente todas as fazendas da Companhia no município, incluindo a Fazenda Zona 5. Em sua entrevista, ele situa o início da prática de retenção de terrenos: “De 1960 a 1970, tudo deu essa parada. Deu uma segurada nos terrenos, porque estava saindo muito, né? Estava o pessoal procurando muito, mas tinha muito terreno que tinha comprador e a CMNP não queria vender”. A Geada Negra é de 1975. A retenção, segundo quem viveu e trabalhou dentro da empresa, já estava operando há pelo menos quinze anos antes. Isso não anula o papel da Geada na análise que se segue. Pelo contrário: torna-a ainda mais reveladora, porque a crise cafeeira não criou a estratégia de retenção, apenas forneceu à CMNP a justificativa pública de que ela precisava para uma decisão que já havia tomado.

A confirmação mais estrutural desse argumento emerge de uma comparação que as entrevistas tornaram inevitável: a comparação com Umuarama. A mesma empresa, o mesmo capital, o mesmo urbanista, o mesmo modelo de colonização. E, no entanto, o resultado foi radicalmente distinto. Antônio Bertoldo é cirúrgico ao explicar a diferença: “Lá era outro diretor. Lá a Companhia não segurou”. Valdir Donato, filho do primeiro prefeito de Cianorte e ex-funcionário da CMNP, confirma: “o Umuarama se soltou e Cianorte não conseguiu se desenvolver tanto assim”. Dario Brandão, que serviu três mandatos como deputado estadual pelo município, vai além: “se não existisse Umuarama, Cianorte estaria pelo menos 50% mais desenvolvida do que é hoje”. O que essas três vozes independentes constroem, em

conjunto, é a inteligibilidade de que a retenção de Cianorte não pode ser explicada exclusivamente por forças externas. O fator que as narrativas apontam é administrativa. A Geada foi real, traumática e devastadora, mas ela encontrou em Cianorte um solo institucional que já estava preparado para converter a crise em instrumento de acumulação pela ausência.

Com essa distinção estabelecida, é possível analisar o que a Geada Negra representou, nas narrativas: o evento que mais visivelmente catalisou a Soberania do Vazio. Para compreender sua força, é preciso primeiro entender o que ela destruiu.

5.2.1 A cidade que respirava café

Cianorte, em sua infância e juventude, como pude apreender nas entrevistas, respirava café. Como me recordou Sebastião Nogueira, “o café, o café que movimentava” a economia local. Mateus Andrade complementou: “O café, na época, era a fonte de renda que a gente tinha. A parte forte da economia era o café para Cianorte”. O geógrafo Rafael Tessaro contextualizou que Cianorte “se inseria num cenário onde o café ainda era o principal produto na pauta de exportação do Brasil”. Estanislau Kowalski, cujos pais foram atraídos para a região pela “febre de plantar café”, relatou que já em 1953 e 1955 geadas severas dizimaram lavouras, prenunciando a crise maior que estava por vir.

Essa dependência do café não era apenas econômica. Era demográfica e espacial. Aldo Pereira descreveu a estrutura de trabalho que sustentava a cidade com uma precisão que qualquer teoria da produção do espaço urbano deveria invejar: “Para o café, um sítio precisava de duas, três famílias. Um sítio de 10 alqueires aí, precisava de duas, três famílias para colher o café”. Cada família era um consumidor, um morador potencial, uma unidade de demanda por terrenos, por comércio, por serviços. O café não apenas gerava renda; ele gerava cidade. E foi exatamente essa cidade que a Geada Negra de 1975 destruiu em uma única noite.

5.2.2 O impacto: cheiro de café queimado e o silêncio depois

A Geada Negra de 1975 foi um divisor de águas na memória coletiva e na trajetória econômica de Cianorte. A professora Helena Cordeiro, historiadora

financiada pela prefeitura municipal, e que entrevistou muitos pioneiros ao longo de décadas, é a voz mais precisa sobre o momento do impacto: “Nós tínhamos um sítio de 12 alqueires, plantado o café, estava todo florido. E a geada veio no dia 15 de setembro de 1975. De manhã, quando nós fomos lá para ver o nosso sítio, como é que estava, aquilo estava inteiro queimado. Queimado!” Edith Ribeiro recuperou o impacto sensorial que as cifras nunca transmitirão: “dava até dó de manhã cedo, aquele cheiro de café queimado”. Augusto Bressan classificou o evento como “o marco definitivo de mudança total nas atividades econômicas”, forçando agricultores a “mudarem de atividade ou se desfazerem de suas terras”.

Dario Brandão narrou uma cena que, a meu ver, concentra toda a tragédia do momento. Ele era vendedor de adubo, remunerado por comissão, e naquela tarde de setembro percebeu o que estava acontecendo:

Eram umas quatro horas da tarde, e meu pai morava perto da Zona Dois, que era mais próximo. E eu fui lá e falei para o meu pai: ‘Meu pai, o que o senhor está sentindo aí?’ Ele falou: ‘Olha meu filho, eu acho que não vamos escapar da Geada’. Nós estamos vivendo nesse momento uma Geada Negra. Aí foi quando eu peguei a minha esposa, meu filho, que era pequeno, e meu pai e fui na Zona Cinco, no café da Companhia. Já eram umas quatro horas, cinco horas por aí, a folha do café já estava enrugando todinha, e já estava cheirando café queimado (Brandão, 2025).

A cena é geograficamente significativa: Dario Brandão foi ver o café da Companhia na Zona 5, a área que deveria ser o grande bairro de expansão de Cianorte e que, naquele momento, ainda era lavoura de café. O evento que destruiu o sonho dos moradores ocorreu, literalmente, sobre o espaço que a Companhia havia prometido transformar em cidade. Ex-prefeito Fernando Castilho fechou o quadro com uma síntese que ressoa décadas depois: “a geada eliminou tudo”, causando um “baque econômico que deu na área agrícola, influenciando a área urbana”.

5.2.3 O êxodo e a população que encolheu

As consequências socioespaciais foram imediatas e drásticas. A mais sentida foi o êxodo e a migração para outros estados. Helena Cordeiro relatou que, após a

geada, “começou a haver a migração da população de Cianorte para o Mato Grosso... Muitas famílias hoje que moravam em Cianorte... moram lá agora”. Sebastião Nogueira recordou que “o povo daqui foi para Minas plantar café em Minas”. Edith Ribeiro lembra de muitas famílias que “foram embora pra Minas Gerais” e também para São Paulo. Mateus Andrade atestou a partida de “muita gente” para São Paulo, Curitiba, Mato Grosso e Goiás. Anselmo Ribeiro foi ainda mais concreto: “Só lá na região que a gente morava, foram mais de 20 famílias pra São Paulo”.

O caso de Joaquim Tavares condensa em um único homem a dimensão do esvaziamento demográfico. De uma família de sete irmãos, pai e mãe, que vieram de Cornélio Procópio para plantar café na Estrada Rodeio, sobrou apenas ele em Cianorte. Todos os demais foram para Marechal Cândido Rondon. A família Tavares, multiplicada por centenas, é a unidade estatística por trás do número que o IBGE registrou em 1980 com espanto: a população de Cianorte, que crescera de forma acelerada entre 1950 e 1970, a ponto de gerar uma projeção de 70 mil habitantes para o censo de 1980, havia diminuído em termos absolutos em relação ao censo anterior. A cidade cresceu ao contrário. Mateus Andrade sintetizou: “muita gente foi embora, foi procurar na cidade grande, foi procurar em Curitiba, foi procurar em Londrina, foi procurar nos estados próximos, em Mato Grosso e Rondônia, e a população de Cianorte diminuiu”.

Sebastião Nogueira explicou a lógica econômica que gerou esse esvaziamento em linguagem mais precisa do que qualquer modelo demográfico poderia oferecer:

Antigamente as fazendas tinham 30, 40 casas cheias de funcionários que tocavam o café nas fazendas. E depois que acabou o café, esse povo mudou para Campinas, mudou para outras regiões do país. Porque todo lugar que chegava em uma fazenda tinha 30, 40 casas cheias de gente. E com a geada acabou esse povo (Nogueira, 2024).

Aldo Pereira completou a transformação estrutural: com o fim do café, “passou a fazer pasto. E depois que começou a fazer o pasto, foi diminuindo o pessoal do sítio, que só dava serviço para uma pessoa apenas tomar conta de uma fazenda”. O café exigia duas, três famílias por dez alqueires. O gado exigia um peão para duzentos alqueires. A aritmética do esvaziamento está inteira nessa frase.

5.2.4 O Concebido Oculto: a Geada como elemento de legitimação de uma prática que já estava em curso

Pela lente da Tríade Espectral, a Geada Negra deixa de ser mero acidente climático para se tornar o momento em que o Concebido Oculto da CMNP se consolida publicamente. A documentação oficial e o marketing da empresa sempre apresentaram a retenção da Zona 5 e do restante da Zona 6 como consequência natural da crise cafeeira e da falta de demanda. Mas as entrevistas, tomadas em conjunto, constroem uma narrativa muito mais perturbadora.

Roberto Carvalho Neto, diretor atual da CMNP, reconhece em sua fala que a empresa “teve que dar uma segurada nesses investimentos” após 1975. A formulação é cuidadosa, mas o mecanismo é transparente: diante da crise, a Companhia gerenciou seu estoque fundiário como ativo financeiro, recusando vender com prejuízo e aguardando o momento de maturação do mercado. Vainer (2002) nomeia com precisão essa lógica: a cidade-empresa transforma crises externas em oportunidades de renegociação do espaço como mercadoria. O que o diretor descreve como prudência empresarial, Lefebvre (1991) descreve como supremacia do valor de troca sobre o valor de uso: o espaço não é produzido para que as pessoas o habitem, mas para que o capital se valorize pela sua retenção.

O que confere maior consistência ao argumento, porém, é justamente a cronologia que Antônio Bertoldo estabelece. Topógrafo da CMNP desde dezembro de 1953, sua narrativa é analiticamente preciosa por ser interna à empresa. De acordo com ele, a empresa “deu uma parada na cidade”, que “segurou muito tempo”, que havia compradores dispostos e ela simplesmente “não queria vender”. Essa retenção, segundo Antônio Bertoldo, começou entre 1960 e 1970, ou seja, antes da Geada Negra de 1975. Sendo assim, o que as narrativas permitem construir é a inteligibilidade de que a Geada não criou a prática de retenção – ela apenas forneceu à empresa uma justificativa publicamente aceitável para uma decisão que já havia sido tomada. Harvey (1996) descreve o mecanismo pelo qual o capital periférico retém infraestrutura e terrenos para extrair renda fundiária pela escassez percebida. Em Cianorte, esse mecanismo estava operando antes da geada, como o topógrafo da própria empresa testemunha. O que a geada fez foi fornecer à CMNP um argumento que a cidade toda aceitaria sem questionar: não havia compradores. Era verdade. Mas não era a razão.

5.2.5 O Percebido Suspenso: o vazio que se instalou no cotidiano

No Percebido Suspenso, os moradores sentiram o vazio instalar-se com uma fisicalidade que transcende qualquer metáfora. Mateus Andrade enuncia o retrato demográfico na primeira pessoa: “a população de Cianorte diminuiu” entre 1970 e 1980, contrariando a projeção do IBGE de 70 mil habitantes. Estanislau Kowalski, que viveu as geadas de 1952, 1955 e 1975 e acompanhou décadas de estagnação, articula com clareza o que as estatísticas confirmam: “o ciclo migratório foi interrompido... a cidade estagnou”. Rafael Tessaro, geógrafo e filho de família que também atravessou esse período, reforça com distância interpretativa: “o fluxo migratório diminuiu e a cidade não cresceu como o esperado”.

Souza (2015) e Corrêa (2013) explicam que o que parecia “espontâneo” – o êxodo rural, a conversão de cafezais em pastagens, o silêncio nos bairros – era, na verdade, resultado de uma produção do espaço orientada por interesses específicos. A CMNP não precisava construir mais cidade. Bastava não construir. Bastava aguardar. O Percebido Suspenso operava por conta própria: com compradores partindo, lotes encalhados, comércio minguando, a empresa tinha todo o respaldo narrativo de que precisava para justificar a continuidade da retenção. A crise tornava o vazio palatável. Aldo Pereira, que trabalhou 37 anos como desenhista na prefeitura e acompanhou de dentro o planejamento urbano da cidade, descreveu o fenômeno com uma simplicidade que resume o que décadas de urbanismo corporativo produziram: “As pessoas que estavam com a plaquinha lá pendurada há três anos, vende-se, já teve comprador logo que te pagava o dobro, depois que resolveu o problema da erosão”. Mas isso seria mais tarde. Na década pós-geada, a plaquinha ficava pendurada sem comprador à vista.

5.2.6 O Vivido Assombrado: a expectativa frustrada e o êxodo registrado em cartório

No Vivido Assombrado, a dimensão mais dolorosa da Tríade emerge com toda a sua força. A CMNP não vendeu apenas lotes em Cianorte: ela vendeu um sonho. Usou o exemplo de Londrina e Maringá, cidades que ela mesma havia aberto, para atrair famílias com a promessa de uma metrópole do norte. Estanislau Kowalski recorda que o pai foi atraído para a região por um amigo que trabalhava na CMNP e

que “muito se falava que a Companhia iria implantar a maior cidade do norte do Paraná, além do rio Ivaí”. Dario Brandão recorda que seu pai, ao receber o convite para vir para Cianorte, foi convencido de que aqui era “uma cidade propulsora, que ia ter um progresso enorme”. Aldo Pereira sintetiza o sonho que a cidade representava para os que chegavam do campo: “Eu dizia que queria trabalhar em loja ou banco, onde não precisava sujar nem fazer força”. Edith Ribeiro completa: “A gente vivia aqui com esperança”.

A geada fez a esperança evaporar com o cheiro do café queimado. E aqui Lefebvre (2008a) nos entrega a chave da leitura: o espaço vivido é o único momento em que o habitante pode reconquistar o espaço contra o capital. Em Cianorte, porém, o Vivido Assombrado ficou marcado pela traição desse sonho antes que qualquer reconquista pudesse se organizar. A CMNP atraiu gente com a imagem de uma cidade-jardim, deixou que investissem suas vidas, e depois reteve o espaço para que o capital se valorizasse pela ausência. O que as narrativas constroem não é a imagem de um acidente – é a imagem da Criptoprodução Especulativa do Espaço em operação, porque não exigiu ação, exigiu apenas espera, confirmando o que Valdir Donato expressou na sua entrevista: quem controla a terra pode simplesmente esperar que o tempo trabalhe a seu favor.

Uma cena narrada pelo ex-prefeito Fernando Castilho, que na época trabalhava no segundo tabelionato de Cianorte, condensa o impacto concreto desse processo. Consigo quase visualizar a longa fila de produtores de café que compareciam ao cartório para lavrar escrituras de venda. Ele recorda: “Depois da Geada de 1975, o que eu fazia de venda de lotes pequenos... muitas, muitas famílias decidiram vender suas terras, pois não conseguiam mais sobreviver aqui”, e foram se aventurar no Mato Grosso, em São Paulo ou em Curitiba. Cada contrato de compra e venda que ele rubricava era um registro do que não aconteceu. Cada família que saía carregava consigo a demanda que teria sustentado um lote na Zona 5. Cada escritura era um registro de que o vazio não seria preenchido tão cedo. E esse processo, segundo as narrativas, não passou despercebido pela empresa.

Marcelo Bertotti, atual prefeito de Cianorte, governa sobre as consequências de décadas de Vivido Assombrado e as nomeia com uma franqueza que raramente se ouve de um gestor público: “Eu acredito que a nossa cidade ficou parada durante 30 anos”. Trinta anos. Esse número não é retórica política: está inscrito nas curvas

do IBGE, nas plantas que nunca saíram do papel, nos terrenos que nunca foram loteados, no café que nunca mais voltou a mover a economia da forma que havia movido. Valdir Donato, filho do primeiro prefeito imposto pela CMNP, resume a tragédia com a precisão de quem conheceu os diretores da empresa por dentro: “o sonho deles não foi realizado porque era Londrina, Maringá e Cianorte. E Cianorte empacou”.

5.2.7 Como a CMNP reagiu: recolhimento ou continuidade da estratégia?

Diante desse cenário de crise e reconfiguração, como a CMNP se posicionou? Helena Cordeiro oferece a resposta mais precisa, e ela é assustadoramente direta: “O que acontece com a Companhia? Ela se recolhe mais ainda, porque começou a haver a migração da população”. Estanislau Kowalski, referindo-se ao conjunto das geadas de 1952, 1955 e 1975, argumentou que “o fluxo migratório diminuiu e a cidade não cresceu como o esperado”, o que forçou a CMNP a “diminuir o tamanho do seu projeto”. A expressão “diminuir o tamanho do projeto” é fundamental aqui: ela revela que a decisão foi tomada de dentro da empresa, não imposta por forças externas. A empresa optou por recuar.

Percorrendo esse prisma, e tendo presente que a retenção já estava em curso antes da geada conforme Antônio Bertoldo documenta, percebo que a CMNP não mudou de estratégia depois de 1975. Ela aprofundou a estratégia que já praticava, desta vez com uma justificativa que a cidade toda aceitaria: a geada havia eliminado os compradores. Seguindo a lógica que Valdir Donato já havia descrito na introdução deste capítulo, a Companhia não precisava vender quando o tempo trabalhava a seu favor. É preciso esperar. E esperar, em se tratando de uma colonizadora que retém aproximadamente 40% da área urbana projetada, é uma das formas mais consistentes de acumular pela ausência de produção urbana.

5.2.8 Síntese da Engrenagem

Nesta trilha, a Geada Negra foi mais que um acidente climático: foi a expressão mais amplamente aceita da Soberania do Vazio. O Concebido Oculto da colonizadora, a retenção especulativa de aproximadamente 40% da área urbana projetada, não nasceu da geada, como a cronologia de Antônio Bertoldo permite

inferir, mas a geada consolidou esse mecanismo com uma eficiência que nenhuma decisão administrativa isolada poderia ter produzido. O Percebido Suspenso dos moradores, o vazio que se instalou no cotidiano, a cidade que encolheu quando deveria crescer, a projeção do IBGE que se inverteu, foi o resultado de uma equação em que a crise cafeeira e a estratégia de retenção se retroalimentavam. O Vivido Assombrado dos pioneiros, a expectativa frustrada de uma metrópole que nunca chegou, as despedidas registradas em cartório, as famílias inteiras que partiram para Minas Gerais e para o Mato Grosso, foi o custo social que tornou possível a espera rentável da Companhia.

O comportamento da CMNP diante da geada ilustra o que March e Simon (1958) descrevem como racionalidade limitada – e o que esta tese, desdobrando essa formulação, denomina racionalidade adaptativa: não a maximização de um objetivo previamente declarado, mas a tomada de uma decisão suficientemente adequada ao contexto disponível. Diante da crise, a empresa não precisou elaborar um plano de retenção, bastou que cada decisão incremental fosse, a cada momento, a resposta localmente adequada às condições que se apresentavam. Acumuladas no tempo, essas decisões produziram o padrão que Mintzberg (1978) denominou estratégia emergente: uma consistência que nunca precisou ser declarada para existir.

O que esta trilha, especificamente, permite construir é a inteligibilidade de uma função que nenhuma das três restantes cumpre com a mesma clareza: a função de legitimação retroativa. A geada não criou a retenção, ela forneceu à retenção uma justificativa que o campo social como um todo aceitaria sem questionar. É essa capacidade de converter uma tragédia coletiva em argumento de gestão fundiária que distingue esta trilha das demais. Como essa função se articula com as outras três para compor algo maior do que uma sequência de infortúnios é o que a seção 5.6 se dedicará a construir. Como essa função se articula com as outras três para compor algo maior do que uma sequência de infortúnios é o que a seção 5.6 se dedicará a construir.

5.3. O ISOLAMENTO E A OMISSÃO SISTEMÁTICA: A FERROVIA PROMETIDA, A RODOVIA TARDIA E A SOBERANIA DO VAZIO

A Geada Negra havia mostrado que a CMNP sabia transformar crise em oportunidade de retenção. A trilha seguinte aponta para algo igualmente significativo: que a ausência pode operar como instrumento sem que haja ação de bloqueio explícita. A demora sistemática na chegada da ferrovia, quase vinte anos após a fundação da cidade em 1953, e o atraso na pavimentação da PR-323 e na construção da ponte sobre o rio Ivaí não podem ser atribuídos à CMNP como operações diretas de bloqueio. Seria um salto interpretativo que as perspectivas reunidas não sustentam. O que as perspectivas reunidas permitem construir é a inteligibilidade de que a empresa não há registros de que tenha exigido com consistência o que havia prometido. E essa omissão, exercida sobre um isolamento que produzia exatamente os efeitos de que a estratégia de retenção precisava, é tão eloquente quanto qualquer bloqueio ativo poderia ter sido.

Para compreender por que a ferrovia nunca chegou no tempo prometido, é preciso primeiro entender como ela saiu das mãos da Companhia. Roberto Carvalho Neto, diretor atual da CMNP, fornece o relato preciso sobre esse momento decisivo. Quando os investidores brasileiros adquiriram a empresa dos ingleses, o governo Getúlio Vargas colocou uma condição: os brasileiros deveriam comprar a estrada de ferro também, e repassá-la ao governo federal por um preço inferior ao de aquisição. Nas palavras do próprio diretor: “os brasileiros foram obrigados a comprar a estrada de ferro também e vender por um preço inferior para o governo federal, pois isso foi colocado como condição para que o negócio se realizasse”. Ele acrescenta: “O que aconteceu com a ferrovia é reflexo de tudo que é entregue para as mãos do Estado. É ineficiente, há desvios, falta de dinheiro, falta de recursos, recursos são desperdiçados”.

Essa narrativa é importante, e não pode ser ignorada. O argumento de Roberto Carvalho tem base histórica verificável: a ferrovia era uma concessão federal desde que os brasileiros compraram a companhia dos ingleses, e o governo federal nunca priorizou a extensão dos trilhos além de Cianorte. Fernando Castilho, ex-prefeito e ex-tabelião que viveu décadas registrando a vida jurídica da cidade, corrobora com uma avaliação que também não pode ser descartada como conveniente: “O problema ferroviário do Brasil foi uma falha do governo federal. A

Companhia teve uma visão futurista em relação a isso. O governo federal que não desenvolveu isso daí”. Essas vozes existem, e o rigor epistemológico do Construcionismo Social que adoto exige que as leve a sério.

Mas levá-las a sério não significa encerrar a análise nelas. Porque há uma pergunta que a narrativa oficial da CMNP, se a ferrovia era fundamental para o projeto que a empresa vendia, e se a empresa tinha o capital político e econômico que mobilizou em tantas outras frentes, por que ela nunca transformou a chegada da ferrovia em uma batalha prioritária? Valdir Donato, filho do primeiro prefeito de Cianorte e ex-funcionário da própria Companhia, abre uma fresta que ilumina essa questão:

Mas aí entra a parte política, de bastidores, que a gente não sabe como é que vai influenciar. O transporte rodoviário, a empresa de ônibus, a Viação Garcia lá de Londrina. Porque quantos e quantos ônibus ela não teria que encostar se essa Estrada de Ferro estivesse funcionando? (Cordeiro, 2024)

Havia, portanto, interesses privados organizados contra a ferrovia, e a CMNP estava inserida nesse jogo de forças. Antônio Bertoldo, topógrafo da Companhia desde 1953, confirma de dentro: “Eu escutei falar que demorou devido às brigas, às concorrências das empresas de ônibus, que brigavam”. A CMNP não era o único agente em campo. Mas era o agente com o maior interesse declarado na chegada dos trilhos. E, mesmo assim, não há registros de que os tenha pressionado com a consistência que sua influência permitiria.

O argumento da Tríade Espectral não precisa, portanto, afirmar que a CMNP bloqueou a ferrovia para se sustentar. O Concebido Oculto não exige uma conspiração: exige uma omissão sistemática. E essa omissão é o que as narrativas apontam. A empresa prometeu a ferrovia, utilizou a promessa como instrumento de venda, atraiu famílias com o horizonte de uma metrópole integrada, e depois, quando o controle dos trilhos passou para o governo federal, não há registros de que tenha pressionado com consistência para que a promessa se cumprisse. Roberto Carvalho descreve a postura da empresa quando o mercado esfriou: “Eu entendo que não faria sentido vender os lotes com prejuízo e talvez por isso que foi diminuída a velocidade de lançamento de novos lotes”. Repare: ele fala de lotes, não de ferrovia. É exatamente aí que o argumento se apoia naquilo que as narrativas sustentam com mais consistência. A CMNP administrava o ritmo das vendas, e isso é descrito de

forma convergente por múltiplas vozes independentes, conforme analisado na trilha anterior. E o isolamento produzido pela ausência da ferrovia servia a esse ritmo: com compradores escassos, a justificativa para não abrir novos loteamentos era autoevidente. O isolamento, qualquer que fosse sua causa, era funcionalmente útil à estratégia de retenção. E o que as narrativas permitem construir é a inteligibilidade de que a empresa não encontrava, naquele contexto, razão para mobilizar os recursos que a eliminação do isolamento exigiria.

Harvey (1996) descreve esse mecanismo, próprio do capitalismo em sua lógica periférica: o capital retém o espaço ao negar-lhe infraestrutura, forçando o valor da terra a subir pela escassez percebida. A CMNP não precisou negar ativamente a ferrovia. Bastou não exigí-la com urgência. A diferença entre bloquear e omitir é jurídica; do ponto de vista da produção do espaço, o resultado é o mesmo: a terra ficou parada, o comprador não chegou, e a valorização acumulou em silêncio.

5.3.1 O custo da espera pela infraestrutura de acesso: quem pagou a conta?

Enquanto a empresa aguardava, os moradores viviam. E o isolamento não era uma abstração estatística: era um peso físico, diário, inscrito no corpo de quem tentava habitar a cidade que lhe havia sido prometida.

O relato de Sebastião Nogueira sobre a jornada entre Maringá e Cianorte antes da consolidação da infraestrutura é um dos registros mais vívidos de todo o corpus:

Quando nós chegamos aqui [1956] a gente veio com o intuito de trabalhar com agricultura, de café. [...] Tudo era na terra, mas conseguia viajar. Só que chegava no Rio Ivaí e não passava. Então nós chegamos a demorar 15 dias de Maringá aqui. [...] Aí nos anos 70 que começou a asfaltar e fez a ponte, aí foi melhorando (Nogueira, 2024, grifo nosso).

Quinze dias para percorrer pouco menos de cem quilômetros. Essa não é apenas uma dificuldade logística: é a Soberania do Vazio operando sobre o tempo de vida das pessoas. Enquanto a CMNP aguardava a maturação do mercado, Sebastião Nogueira aguardava a balsa no Rio Ivaí.

A narrativa de Dario Brandão revela como o trabalhador era obrigado a suprir, com seu próprio esforço e tempo, a lacuna que a ausência dos trilhos criava:

Isso aí no final da década de 1960, e começo da década de 1970, eu trabalhei como motorista e transportava café, e eu tinha que levar o café de caminhão até Água Boa, porque a estrada de ferro naquela época ainda não tinha chegado até Cianorte, então eu tinha que me deslocar com o caminhão, levando carga de café, e às vezes tinha que dormir em Água Boa, porque a linha férrea só chegava até lá. Sem sombra de dúvida, eu acredito que se o trem tivesse chegado aqui logo no início de Cianorte, a história poderia ter sido diferente (Brandão, 2025).

A engrenagem dialética revela aqui sua dimensão mais assimétrica: o Vivido do pioneiro, a noite na boleia do caminhão, era o custo que tornava possível a paciência da empresa. A CMNP podia esperar décadas pelo trem porque o custo do isolamento não recaía sobre a empresa. Recaía sobre os moradores que, como Dario Brandão e Sebastião Nogueira, sustentaram a economia regional apesar da paralisia infraestrutural.

Santos (2006) nomeou essa fratura com uma precisão que o corpus de Cianorte materializa de forma concreta: de um lado, o espaço das redes, habitado por agentes corporativos conectados a fluxos de capital que transcendem qualquer território local, onde as decisões sobre o ritmo das vendas são tomadas em reuniões de diretoria distantes; de outro, o espaço banal, onde os demais vivem o cotidiano das consequências dessas decisões. A CMNP operava a partir do espaço das redes: seus diretores em São Paulo calibravam o estoque fundiário de Cianorte sem jamais ter dormido na boleia de um caminhão parado em Água Boa. Sebastião Nogueira e Dario Brandão habitavam o espaço banal: o que para a Companhia era uma questão de valorização de estoque era, para eles, quinze dias esperando a balsa no Rio Ivaí, noites longe de casa, tempo de vida gasto no custo de um isolamento que outros podiam esperar em paz. O que as narrativas permitem construir é a inteligibilidade de que o isolamento de Cianorte não era a mesma condição vista de perspectivas diferentes, era a mesma ausência vivida em escalas radicalmente assimétricas.

Anselmo Ribeiro, que chegou em 1955 e passou cinco anos como motorista de caminhão exatamente porque o sítio deixou de ser viável após a geada, ainda lembra do impacto da rodovia precária: “Para ir pra Maringá naquela época demorava seis horas de viagem para ir. Depois que fizeram esse asfalto melhorou bastante”. Seis horas de Cianorte a Maringá, em menos de setenta quilômetros. Cada hora desnecessária de viagem era um argumento contra a vinda de novos

compradores. Cada família que desistia de percorrer aquele trecho era um lote que ficava parado no estoque da Companhia. O isolamento e a retenção se alimentavam mutuamente, e o custo de ambos era pago pelos mesmos que haviam acreditado na promessa.

5.3.2 O Concebido Oculto: a promessa usada como instrumento de atração

Na Tríade Espectral, o Concebido Oculto não exige que a empresa tenha planejado o isolamento desde o início. Exige apenas que ela tenha reconhecido o isolamento como funcionalmente útil à estratégia de retenção e, em decorrência, não se empenhado em eliminá-lo. Essa distinção é metodologicamente fundamental: ela ancora a inteligibilidade no que as perspectivas reunidas efetivamente sustentam, e não em conspirações que o corpus não permite afirmar.

O que o corpus permite afirmar, com solidez, é que a ferrovia foi usada como instrumento de venda antes de qualquer trilho ser assentado. Os materiais de propaganda da CMNP apresentados no Capítulo 4 mostram que a empresa prometia estação ferroviária e aeroporto para Cianorte muito antes de qualquer desses projetos ter viabilidade concreta. A ferrovia estava no discurso de venda com décadas de antecedência. Valdir Donato confirma que “a Companhia tinha como meta a Estrada de Ferro. O objetivo era trazer até aqui em Cianorte”. Roberto Carvalho reconhece que a empresa projetou e preparou toda a terraplanagem necessária “até o Umuarama, até Guaíra, na verdade”. Estanislau Kowalski, que conheceu a cidade desde antes de sua fundação formal, é direto: “Por que a Companhia, no ano de 1948, abriu esse buraco no meio da cidade? Era para fazer a estrada de ferro? Era o projeto dela a estrada de ferro chegar até Guaíra”. A esplanada ferroviária de Cianorte, esse espaço vazio e desconexo que permaneceu inutilizado por décadas no meio do traçado urbano, é um dos registros mais eloquentes de que a promessa existia, que o espaço foi reservado, mas que os trilhos nunca chegaram até o fim. Ela é, literalmente, a arquitetura do Concebido Oculto: o espaço preparado para uma conexão que não se concretizou, e que depois, silenciosamente, foi transformado em outra coisa.

Quando a ferrovia passou para o controle federal e o governo não a priorizou, a CMNP encontrou-se em uma posição que, à luz da estratégia de retenção já identificada na trilha anterior, era funcionalmente confortável. Sem a ferrovia, os

compradores não chegavam em massa. Sem compradores em massa, a justificativa para não abrir a Zona 5 e o restante da Zona 6 era autoevidente. A empresa não precisava inventar um argumento: o próprio isolamento o fornecia. Antônio Bertoldo, que estava dentro da empresa e viu o mecanismo operar, descreveu a retenção de lotes com uma objetividade que dispensa qualquer elaboração teórica:

Antes era: 'aquela data não vende, essa não vende, aquela também não vende' [...] Sim, segurou bastante. [...] No início de Cianorte, os terrenos da Companhia eram caros. [...] E aí o pessoal todo queria comprar os terrenos, ela começou a segurar os terrenos e encareceu. [...] Muitos vinham... É aí que muitos, às vezes foram embora daqui (Bertoldo, 2025, grifo nosso).

O isolamento não criou a retenção. Mas a retenção prosperou à sombra do isolamento.

5.3.3 O Percebido Suspenso: a fricção do cotidiano como prática espacial

No Percebido Suspenso, o isolamento não era abstração política: era a experiência física de habitar um espaço que a infraestrutura se recusava a integrar. Aldo Pereira, que trabalhou décadas como desenhista na prefeitura e testemunhou o planejamento urbano da cidade de dentro, é preciso ao avaliar o impacto: “A linha do trem aqui seria um grande benefício, inclusive o trem de passageiro”. Edith Ribeiro, que chegou em 1958 e usou o trem quando ele finalmente chegou, nomeia o corte mais doloroso: “Quando eu mudei aqui, não tinha a linha de trem. Depois chegou até Cianorte. Só que a linha parou aqui em Cianorte. Não foi até Umuarama. Eu acho que se fosse até Umuarama, talvez teria sido diferente”. A ferrovia chegou tarde e parou antes do previsto. Não chegou da forma que foi prometida, e não foi até onde deveria ir. Edith Ribeiro não é urbanista nem teórica: é uma pioneira que viveu o resultado.

Antônio Bertoldo acrescenta um registro técnico que a tese original não havia explorado e que é, ele próprio, revelador sobre a complexidade das condições que compõem esta trilha: “O pior problema foi depois que ela acabou fazendo. Diz que começou a desmoronar, porque era arenoso, e as linhas ficam penduradas. Quando dava chuva, a chuva tirava, porque era arenoso, e as linhas ficam penduradas”. O solo arenoso, sobre o Arenito Caiuá, gerava instabilidade nos aterros ferroviários. Isso não é argumento da CMNP: é fato geológico confirmado por quem trabalhou a

terra. E ele importa para a construção desta inteligibilidade porque aponta que o atraso da ferrovia tinha múltiplas causas, algumas estruturais e genuínas, e qualquer argumento que atribua o isolamento exclusivamente à omissão da empresa seria tão inexato quanto o argumento oposto, que absolveria a empresa de qualquer responsabilidade.

O que a Tríade Espectral permite construir, com rigor, é a inteligibilidade sobre onde cada agente estava posicionado nessa teia de condições. O solo arenoso existia. O governo federal não priorizou a ferrovia. As empresas de ônibus tinham interesse em bloqueá-la. Tudo isso é real. E, ainda assim, foi o habitante quem pagou a conta de quinze dias de viagem, de café transportado até Água Boa, de famílias que desistiram de vir. Corrêa (2013) é preciso ao descrever como a produção capitalista do espaço distribui de forma desigual os custos e os benefícios da infraestrutura urbana: os benefícios acumulam para o proprietário fundiário que aguarda a valorização; os custos recaem sobre o habitante que precisa se mover. Em Cianorte, essa distribuição operou de forma consistente durante décadas.

5.3.4 O Vivido Assombrado: a promessa como fundamento do sacrifício

No Vivido Assombrado, a ferrovia não era apenas infraestrutura: era o símbolo de tudo que havia sido prometido. Dario Brandão chegou a Cianorte em 1953, no primeiro ano da cidade, porque um tio convenceu seu pai de que aqui havia “uma cidade propulsora, que ia ter um progresso enorme”. A promessa de progresso estava indissociável da promessa de conexão. E foi sobre essa promessa que Dario Brandão investiu décadas de trabalho, criou família e construiu carreira política. Que ele, já como deputado estadual, tenha ido a Curitiba e a Brasília pedir a reativação da ferrovia de Cianorte é o registro que fecha o círculo do Vivido Assombrado: o homem que dormiu na boleia do caminhão em Água Boa, décadas depois, ainda perseguia o que havia sido prometido antes mesmo de ele ter chegado à cidade.

O pioneiro que investiu suas economias no Eldorado de Jorge de Macedo Vieira viu-se preso em uma cidade que ficou suspensa entre o projeto e a execução por décadas. Ao confrontar as dezessete entrevistas, percebo um padrão consistente: o reconhecimento da qualidade do plano urbanístico, a Cidade-Jardim de ruas largas e cinturão verde, convive com uma mágoa profunda e raramente verbalizada sobre o que poderia ter sido. Edith Ribeiro resume esse acúmulo de

esperança e frustração com uma frase que a análise não pode substituir por qualquer paráfrase: “A gente vivia aqui com esperança”. O tempo verbal é tudo: vivia. No passado. Embora já adicionei esse lembrete por mais de uma vez nessa Tese, cabe lembrar Lefebvre (2008a), que descreve o espaço vivido como o único momento em que o habitante pode reconquistar o espaço contra o capital. Em Cianorte, essa reconquista foi permanentemente adiada pelo isolamento que a falta de ferrovia e de rodovia pavimentada produzia. Sem conexão, a cidade permanecia periférica em relação ao circuito regional. E periférica era também a capacidade dos seus moradores de pressionar por transformação.

Marcelo Bertotti, atual prefeito, governa sobre o legado dessas décadas e o nomeia sem eufemismo: “A geada de 1975 criou um problema. A briga política criou um problema. E acredito que a nossa cidade ficou parada durante 30 anos”. A ferrovia que não chegou no tempo prometido, a rodovia que só foi asfaltada nos anos 1970, a ponte sobre o Ivaí que deixou Sebastião Nogueira esperando quinze dias: tudo isso compõe o mesmo palco de paralisia que o prefeito atual descreve. E quem sustentou essa paralisia, dia após dia, foram os mesmos que haviam chegado com “malas, panelas e a esperança incandescente”, como descrevi no início desta análise.

5.3.5 Síntese da Engrenagem

Nesta trilha, o isolamento não foi falha, nem foi engenharia no sentido de um bloqueio planejado pela CMNP. Foi o resultado de uma combinação de forças – geopolítica ferroviária federal, interesses das empresas de transporte rodoviário, condições geológicas do solo arenoso – que a Companhia não criou, mas também não combateu com a consistência que sua influência permitiria. A distinção é metodologicamente crucial: o que as narrativas sustentam não é uma conspiração, mas uma omissão sistemática. E omissões, quando exercidas por quem tem o poder de agir e escolhe não agir, produzem os mesmos efeitos práticos que ações deliberadas.

O Concebido Oculto da CMNP operou nesta trilha de forma mais sutil do que na trilha da Geada: não mobilizou o isolamento como argumento retroativo de legitimação, mas o deixou funcionar como filtro de demanda. Sem ferrovia e com rodovia precária, os compradores não chegavam em volume suficiente para justificar

a abertura da Zona 5 e do restante da Zona 6. Sem esses bairros abertos, a terra retida se valorizava pelo simples efeito da escassez. O Percebido Suspenso dos moradores, a fricção cotidiana de quinze dias de viagem, de noites dormidas em Água Boa, de mercadoria que não chegava e de famílias que desistiam de vir, era o preço que os habitantes pagavam pela paciência da empresa. O Vivido Assombrado, por fim, é a dimensão mais perene: a ferrovia prometida nos materiais de venda, nunca entregue no prazo, transformou-se no símbolo coletivo de um sonho que a cidade inteira reconhece como traído, mas que poucos conseguem nomear como estratégia.

O que March e Simon (1958) permitem construir é a inteligibilidade de que a omissão da CMNP diante da ferrovia não precisa ser lida como estratégia consciente de isolamento para ser significativa no argumento desta tese. Cada decisão de não pressionar era, a cada momento, suficientemente adequada ao contexto: sem compradores em volume, não havia urgência imediata em resolver a questão ferroviária. Acumulada ao longo de décadas, essa sequência de não-pressões produziu o que Mintzberg (1978) descreveu como estratégia emergente – um padrão consistente que nunca precisou ser declarado como tal para produzir sempre o mesmo resultado: a demanda permanecia controlável e a retenção, justificável.

O que esta trilha, especificamente, acrescenta ao percurso é uma distinção que as demais não precisaram formular com essa nitidez: a distinção entre bloqueio e omissão. Em cidades-empresa, como Vainer (2002) argumenta, a promessa de infraestrutura integra o produto vendido. O que as narrativas constroem nesta trilha não é a imagem de um agente que impediu – é a de um agente que não pressionou, e que, ao não pressionar, produziu os mesmos efeitos que qualquer bloqueio teria produzido. Como essa omissão se encaixou com as demais engrenagens para compor um sistema é o que a seção 5.6 construirá.

5.4 O SOLO ARENOSO E A ILUSÃO DA PEROBA: QUANDO A NATUREZA SE TORNA ELEMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA RETENÇÃO

As duas trilhas anteriores permitiram construir inteligibilidades sobre mecanismos distintos da Soberania do Vazio: na Geada Negra, a CMNP converteu uma catástrofe climática em pretexto para reter; na ferrovia, a empresa converteu uma omissão política em filtro de demanda. Esta terceira trilha introduz um elemento

que as duas primeiras não comportavam: a cumplicidade do próprio território. O solo arenoso de Cianorte, assentado sobre o Arenito Caiuá, não foi inventado pela Companhia. Ele é uma condição geológica, uma condição prévia que nenhum diretor de empresa poderia decretar ou revogar. Mas o que as entrevistas mostram, com uma convergência que merece atenção interpretativa, é que essa condição prévia foi simultaneamente minimizada no momento da venda e maximizada no momento da justificativa. A mesma terra que a propaganda da CMNP apresentava como fértil e promissora tornou-se, décadas depois, o argumento técnico pelo qual a empresa e o poder municipal explicavam a não expansão da cidade. A pergunta que esta trilha enfrenta é, portanto, dupla: o solo arenoso foi obstáculo real ou foi argumento narrativamente conveniente? E a resposta, como se verá, é que foi ambas as coisas ao mesmo tempo, o que é precisamente o que torna esta trilha tão reveladora para a Tríade Espectral.

Rafael Tessaro, geógrafo nascido em Cianorte e profundo conhecedor da geografia do município, oferece o quadro técnico mais preciso de todo o corpus. Ele descreve uma divisão interna no território cianortense que a maioria dos moradores desconhece: a parte central do município, onde se concentra o núcleo urbano original, é composta por Latossolo Vermelho Escuro, solo de fertilidade elevada, derivado de basalto. Já a periferia do município, incluindo áreas que a CMNP reservou para expansão futura, assenta-se sobre o Arenito Caiuá, com solos muito mais arenosos, sujeitos a erosão acelerada e a lixiviação dos nutrientes. Tessaro detalha que o solo novo, recém-desmatado, produzia bem nos primeiros anos, o que explica a febre do café e a corrida de compradores nos anos 1950 e 1960. Mas a fertilidade caía rapidamente, porque o equilíbrio orgânico que sustentava a produtividade dependia da cobertura florestal que havia sido eliminada.

E é aqui que entra um registro que a historiografia local nunca articulou com a profundidade que merece. Tessaro documenta que a peroba, árvore nobre cuja presença os compradores usavam como indicador de qualidade da terra, “dava a entender que a terra tinha qualidade”, mas não garantia isso em solos arenosos. A peroba crescia ali porque a floresta original mantinha um microclima e um ciclo de nutrientes que desapareciam com o desmatamento. Ou seja, a árvore que o comprador via como indicador de que o solo era fértil era, na verdade, expressão de que a floresta era equilibrada, o que é uma coisa completamente diferente. A

propaganda da CMNP, que vendia lotes com a promessa implícita de terra roxa e café abundante, encontrava na peroba uma cúmplice involuntária: a árvore validava a promessa, e o comprador fechava o negócio. Quando a floresta caía e o solo ficava exposto ao sol e à chuva, a ilusão se desfazia em duas ou três safras.

Se o espaço é, como Lefebvre (1991, p. 38-39) argumentou, um produto ativo das relações sociais, o solo arenoso de Cianorte ilustra essa tese de forma contundente: enquanto a terra era natureza, ela era o que era. No momento em que entrou no circuito de compra e venda da CMNP, ela deixou de ser solo e passou a ser representação de solo. O que a Companhia vendia não era terra: era a imagem de uma terra que a peroba autenticava e o desmatamento logo desautorizaria. A leitura de Harvey (1989), articulada ao conceito marxiano de capital fictício, permite descrever esse mecanismo como uma extensão territorial dessa lógica: o valor atribuído ao lote não correspondia à capacidade produtiva real do solo, mas à expectativa que a propaganda e a paisagem original sustentavam. Quando a expectativa ruía, o prejuízo ficava com o comprador, e a empresa já tinha o dinheiro.

Aldo Pereira introduz a dimensão mais traumática desta trilha: a erosão. Ele descreve a erosão conhecida como Mãe Biela com a intensidade de quem presenciou a cicatriz abrir-se no centro da cidade. A Mãe Biela não foi uma erosão qualquer. Ela engoliu ruas e casas, avançou sobre o perímetro urbano e se tornou, segundo Aldo Pereira, “um dos maiores traumas da história da cidade”. Para quem vivia em Cianorte nos anos 1970 e 1980, a erosão era uma presença física, visível, que lembrava cotidianamente que o solo sob os pés não era o que a propaganda havia prometido. Eu mesmo, chegando à cidade em 1983, cresci ouvindo os mais velhos falarem da Mãe Biela com um misto de pavor e resignação, como se a terra tivesse decidido cobrar uma dívida que alguém contraíra em nome de todos.

Antônio Bertoldo, topógrafo que mediu as terras da CMNP palmo a palmo desde 1953, acrescenta um dado técnico que conecta esta trilha diretamente à anterior: os aterros da ferrovia desmoronavam em solo arenoso. A mesma fragilidade geológica que causava erosão urbana também impedia que a infraestrutura prometida se sustentasse fisicamente. O solo trabalhava contra a cidade em duas frentes simultâneas. Antônio Bertoldo confirma que a empresa realizava levantamentos topográficos e pedológicos das terras que comercializava. O que as perspectivas disponíveis permitem construir a partir desse registro, porém, não é a

afirmação de que a empresa sabia da fragilidade e a ocultou dos compradores – essa afirmação excederia o que o corpus autoriza inferir, e o parágrafo seguinte já reconhece que o conhecimento pedológico da época era limitado. O que as perspectivas permitem construir é uma pergunta: se a empresa dispunha de levantamentos sobre as características do solo e vendia a terra com as mesmas promessas que fazia para Londrina e Maringá, o que essa distância entre o técnico e o declarado pode revelar sobre o Concebido Oculto? É essa pergunta – e não uma acusação – que esta tese tem condições de formular a partir das perspectivas reunidas.

Mas o argumento não pode parar aqui, porque há uma tensão legítima que precisa ser enfrentada. Não se pode afirmar que a CMNP cometeu fraude deliberada ao vender terras sobre Arenito Caiuá. O conhecimento pedológico da época era limitado, e é plausível que nos anos 1950 mesmo técnicos da empresa não compreendessem inteiramente a diferença de comportamento entre os dois tipos de solo após o desmatamento. Rafael Tessaro, que é geógrafo e portanto fala com autoridade técnica, reconhece que o solo novo “produzia bem no início”, o que sugere que os primeiros compradores tiveram safras satisfatórias antes da degradação. A questão, portanto, não é se a CMNP mentiu sobre o solo na década de 1950. A questão é o que ela fez com o conhecimento que acumulou nas décadas seguintes, quando os efeitos da erosão já eram visíveis, documentados e traumáticos para a população. E a resposta que as entrevistas permitem construir aponta em uma direção consistente: a fragilidade do solo foi incorporada como argumento para não expandir a cidade. A natureza, que no momento da venda fora apresentada como aliada, tornou-se, no momento da retenção, o recurso de legitimação mais eficaz disponível.

Estanislau Kowalski, que presidia a APROMAC (Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte) e atuava diretamente nas questões ambientais de Cianorte, descreve um episódio que revela como o ambientalismo legítimo e o interesse especulativo se entrelaçaram de forma quase indissociável. Estanislau Kowalski conta que “fez muita pressão sobre a cidade pra que esse verde fosse garantido em torno da cidade”, e essa pressão resultou na criação do Cinturão Verde. Até aqui, trata-se de uma conquista ambiental genuína: proteger os remanescentes florestais do entorno urbano contra o avanço da ocupação desordenada. O problema

é o que veio depois. O Cinturão Verde tornou-se o instrumento pelo qual a CMNP doou terras degradadas, em grande parte erodidas e com pouca viabilidade comercial, e recebeu em troca a liberação de outras áreas para loteamento futuro. O que era proteção ambiental transformou-se, na prática, em permuta fundiária. A empresa descartou o que não valia e desbloqueou o que valia, tudo sob a chancela de um discurso verde que ninguém ousaria contestar publicamente.

Corrêa (1989; 2013) oferece a chave teórica para interpretar esse mecanismo: os agentes produtores do espaço urbano, quando detêm simultaneamente a propriedade fundiária e a capacidade de influência sobre o Estado local, conseguem converter regulações urbanísticas em instrumentos de valorização diferencial. O Cinturão Verde não é, sob essa lente, apenas uma área de preservação: é um dispositivo de reclassificação fundiária que redistribui valor entre parcelas do território municipal. As terras doadas perdem valor (que já era baixo), as terras liberadas ganham valor (que será capturado pela CMNP no momento em que decidir lotear), e o balanço final beneficia quem desenhou a operação.

Neil Smith (1979), a partir da teoria da Renda da Terra de Marx (1985) e em diálogo com Harvey, cunhou o conceito de *rent gap*, a diferença entre a renda fundiária atual de um terreno e a renda potencial que ele poderia gerar sob outro uso. Em Cianorte, o solo arenoso criou um *rent gap* natural: as terras sobre Arenito Caiuá rendiam menos na agricultura do que as terras sobre basalto, e essa diferença de rendimento deprimia o preço da terra rural. Mas o mesmo terreno, uma vez reclassificado como urbano e dotado de infraestrutura mínima, poderia alcançar valores incomparavelmente superiores. A CMNP não precisava apressar essa reclassificação: o tempo, a urbanização do entorno e o crescimento da demanda por moradia fariam o trabalho. Bastava reter, esperar e, quando o *rent gap* atingisse o ponto ótimo, lotear. Helena Cordeiro, sem conhecer a teoria de Harvey, descreve exatamente esse mecanismo com sua metáfora da poupança: a empresa guardava a terra como quem guarda dinheiro no banco, esperando a valorização produzida pelo esforço dos outros.

A erosão como justificativa para a não expansão merece um exame mais detido, porque é aqui que a tensão entre argumento genuíno e argumento conveniente se torna mais aguda. Vários entrevistados mencionam que a prefeitura teria bloqueado a expansão da Zona 5 para evitar nova erosão. Aldo Pereira mobiliza

a Mãe Biela para construir a perspectiva de que o solo não suportava ocupação densa. Estanislau Kowalski confirma a preocupação ambiental. Esses argumentos são reais e não podem ser descartados como pretexto. A erosão era um problema concreto, documentado, com consequências físicas visíveis. Mas a pergunta que a tese precisa fazer não é se a erosão era real. É se a erosão, sendo real, teria impedido a expansão caso a CMNP quisesse que ela acontecesse. E a resposta, quando se olha para o comportamento da empresa em outras situações, é negativa. Em Maringá e em Londrina, a CMNP enfrentou problemas de solo e de erosão e investiu em soluções técnicas porque o ritmo de vendas justificava o investimento. Em Cianorte, onde o ritmo de vendas era controlado pela própria empresa, a solução técnica nunca veio porque a empresa não tinha incentivo para trazê-la. A erosão não impediu a expansão. A falta de interesse da CMNP em resolver a erosão é que impediu.

Souza (2010; 2015) argumenta que a compreensão crítica do espaço urbano exige distinguir entre limitações objetivas e limitações instrumentalizadas: uma condição natural pode ser simultaneamente um obstáculo real e um recurso retórico para quem se beneficia da não resolução desse obstáculo. O solo arenoso de Cianorte ocupa precisamente essa posição ambígua. Ele era frágil. Mas a fragilidade só se tornou argumento para paralisar a expansão urbana porque havia um agente econômico que lucrava com essa paralisia. Sem a CMNP como proprietária de vastas áreas não loteadas dentro do perímetro urbano, a erosão teria sido tratada como problema técnico a ser resolvido, não como fatalidade natural a ser aceita.

5.4.1 A Tríade Espectral nesta trilha

O Concebido Oculto operou nesta trilha por meio de duas omissões complementares. A primeira foi informacional: a CMNP vendeu terras sobre Arenito Caiuá sem explicitar a diferença de comportamento em relação às terras de basalto, permitindo que a presença da peroba sustentasse uma promessa que a natureza logo desmentiria. A segunda foi técnica: quando a erosão se manifestou como consequência previsível do desmatamento em solo frágil, a empresa não investiu em contenção porque a erosão funcionava como argumento para a não expansão que ela desejava. Em nenhum dos dois casos há registro de um plano explícito, formulado em ata de diretoria (pelo menos não acessível ao público), para usar o

solo como instrumento de retenção. O que há é uma convergência sistemática entre a fragilidade do território e os interesses da empresa, uma convergência que nenhum dos lados jamais precisou declarar para que funcionasse.

O Percebido Suspenso foi vivido pelos moradores como uma relação ambígua com a própria terra. Quem comprou lote ou chácara sobre Arenito Caiuá descobriu, depois de algumas safras, que o solo não entregava o que a paisagem original prometia. Quem morava no núcleo urbano conviveu com a erosão Mãe Biela e outras erosões no centro da cidade, como presença cotidiana, uma ferida aberta no corpo da cidade que lembrava todos os dias que Cianorte fora construída sobre uma base instável. Aldo Pereira descreve essa convivência com uma precisão que transcende o testemunho individual e se torna documento coletivo: a erosão não era apenas um problema de engenharia, era um problema de identidade. A cidade que a CMNP vendera como “menina dos olhos” estava literalmente afundando nas próprias ruas. Para os moradores, a erosão confirmava uma suspeita que poucos sabiam articular: algo no projeto original de Cianorte não havia sido pensado para eles.

O Vivido Assombrado desta trilha é talvez o mais sutil dos três, porque não se manifesta como trauma agudo (como na Geada) nem como frustração declarada (como na ferrovia), mas como uma desconfiança difusa sobre a própria terra que se habita. Rafael Tessaro, ao descrever a ilusão da peroba, está nomeando um espectro que assombra a relação dos cianortenses com seu território: a sensação de que o chão sob os pés nunca foi exatamente o que disseram que seria. Essa desconfiança não aparece nas entrevistas como acusação direta, porque a maioria dos moradores não dispõe do vocabulário técnico para articulá-la. Ela aparece indiretamente, nas hesitações, nos “mas eu acho que...”, nos silêncios que precedem as falas sobre o solo. Lefebvre (2008a) diria que o espaço vivido carrega as cicatrizes das representações que o produziram: quando a representação era falsa, desde o início, a cicatriz é de uma traição que o habitante sente mas não consegue nomear.

5.4.2 Síntese da Engrenagem

A engrenagem desta trilha funciona por retroalimentação. No primeiro momento, a CMNP vende terras permitindo que a paisagem original (peroba, mata densa, solo escuro superficial) sustente a promessa de fertilidade. No segundo momento, o desmatamento expõe o solo arenoso, a erosão se instala, e os

compradores descobrem que a terra não entrega o que a propaganda sugeria. No terceiro momento, a erosão e a fragilidade do solo tornam-se o argumento técnico pelo qual se justifica a não expansão da cidade, e a CMNP retém as terras sem o ônus político de parecer especuladora, porque agora é “a natureza” que impede o crescimento. No quarto momento, o Cinturão Verde consolida a operação: a empresa doa terras degradadas (que já não valem para loteamento) e recebe, em troca, a liberação de áreas com maior potencial de valorização. O ciclo se fecha com a terra cumprindo, involuntariamente, o papel de elemento discursivo de legitimação da estratégia que a produziu como problema.

O que March e Simon (1958) permitem situar nesta trilha é a lógica da decisão suficientemente adequada em sua forma mais silenciosa: não investir em contenção de erosão não foi uma escolha ativa de usar o solo como argumento – foi a ausência de incentivo para resolvê-lo. Quando o ritmo de vendas não justificava o custo da intervenção técnica, a decisão de não intervir era, a cada momento, localmente adequada. Acumulada ao longo de décadas, essa sequência de não-intervenções produziu, na formulação de Mintzberg (1978), uma estratégia emergente: o solo tornou-se parte do sistema sem que a empresa precisasse convocá-lo.

O que esta trilha, especificamente, traz ao percurso é algo que as duas anteriores não haviam colocado em cena com a mesma força: a cumplicidade involuntária do território. Nas trilhas da geada e do isolamento, as condições externas eram reais, mas a CMNP tinha agência sobre como reagiu a elas. No solo arenoso, a indissociabilidade entre obstáculo genuíno e argumento conveniente é constitutiva – e é essa indissociabilidade que torna esta trilha a mais incômoda de nomear. Corrêa (2013), Harvey (1996), Lefebvre (1991) e Souza (2015) permitem situar o que as narrativas constroem: quando um agente controla simultaneamente a terra, a informação sobre ela e a relação com o Estado que a regula, a natureza pode fazer parte do trabalho sem que ninguém precise convocá-la. Como o solo se encaixou nas demais engrenagens para compor um sistema é o que a seção 5.6 se dedicará a construir.

5.5 A SOBERANIA QUE GOVERNA SEM GOVERNAR: A CMNP, O PODER MUNICIPAL E A PRODUÇÃO POLÍTICA DO VAZIO

As trilhas anteriores permitiram construir inteligibilidades sobre como a CMNP operou condições externas (geada, isolamento, solo arenoso) na lógica de retenção. Em cada uma delas, a empresa operou sobre condições que, ao menos em parte, não dependiam diretamente de sua vontade: não foi ela que enviou a geada, não foi ela que administrava a ferrovia federal, não foi ela que compôs o Arenito Caiuá. A quarta trilha é diferente. Aqui, o que as entrevistas documentam não é a instrumentalização de uma condição externa, mas a construção ativa de uma arquitetura política que permitia à empresa governar o destino da cidade sem nunca assumir formalmente o governo. E o mais revelador: essa arquitetura não dependeu de um único mecanismo, mas de pelo menos quatro, cada um operando em uma esfera distinta e todos convergindo para o mesmo resultado, a manutenção do vazio como ativo fundiário.

O primeiro mecanismo, e documentado no corpus inteiro, é o conflito do IPTU. Este episódio merece uma leitura demorada porque é o que mais diretamente, entre todos os que as entrevistas descrevem, conecta uma decisão política concreta à reclassificação jurídica do solo urbano, oferecendo à tese o elo que faltava entre a estratégia especulativa da CMNP e a configuração espacial que Cianorte carrega até hoje.

Estanislau Kowalski fornece o relato mais completo e estruturado. Ele descreve que um prefeito – identificável, a partir de Dias (1998, p. 108–109), como H. A. Negrão, cuja gestão se estendeu de 1977 a 1982 – decretou a cobrança de IPTU sobre todo o plano diretor da CMNP, incluindo áreas que ainda eram mata virgem. Registro que a memória de Kowalski não preservou o nome do prefeito, e considero essa imprecisão analiticamente significativa: ela revela que o episódio circula no imaginário local mais como estrutura de poder do que como evento personalizado – o que o Vivido Assombrado captura com precisão. O dado documental de Dias (1998) não contradiz essa percepção; a complementa, situando a estrutura num tempo histórico preciso e num nome que a memória coletiva apagou sem apagar o que ele representava. A reação da empresa foi imediata e desproporcional: “houve um rompimento político entre a CMNP e a prefeitura, restando que a prefeitura não mais contou com o apoio da CMNP, sendo congelado

o crescimento da cidade enquanto a desavença não se resolvesse”. E a solução encontrada pela empresa não foi pagar o imposto, nem negociar uma alíquota menor, nem acelerar o loteamento para diluir o custo tributário em vendas. A solução foi reclassificar a terra. Estanislau Kowalski descreve o mecanismo que dispensa qualquer complemento teórico: “a CMNP simplesmente cortou o plano diretor, transformando-o em zona rural, onde o imposto do Incra era praticamente nulo”.

A gravidade dessa operação precisa ser dimensionada com cuidado, porque ela não é apenas um ajuste tributário. Ela é um dos registros mais consistentes desta tese de que a CMNP exercia poder suficiente para redesenhar os limites jurídicos do espaço urbano. Dias (1998, p. 108–109) documenta o que essa operação significou em termos concretos: a área do perímetro urbano foi reduzida de 18.646.144 m² para 9.648.925 m² durante a gestão do prefeito H. A. Negrão (1977–1982), com o motivo explicitamente registrado de reduzir as despesas com o imposto urbano. Uma empresa privada, proprietária de vastas glebas dentro do perímetro planejado, conseguiu converter solo urbano em solo rural para escapar da tributação municipal – e encontrou, no poder público local, o instrumento para fazê-lo. O que as narrativas constroem e o que Dias (1998) documenta se sobrepõem com precisão: a reclassificação não foi apenas descrita pelos entrevistados como estratégia tributária; foi registrada pelo historiador como ato administrativo com finalidade declarada. Isso significa que o planejamento original, aquele que Jorge de Macedo Vieira desenhou com esmero racionalista e que a historiografia local celebra como visão de futuro da Companhia, era, na prática, um documento modificável pela decisão do proprietário. O que as narrativas constroem é a inteligibilidade de que a Zona 5 permaneceu não loteada não apenas por falta de compradores, nem apenas pela geada, nem apenas pelo solo. Ela permaneceu porque a CMNP, ao ser confrontada com o custo tributário de mantê-la como área urbana, operou sua reclassificação jurídica.

Helena Cordeiro confirma o episódio com a objetividade: “O IPTU era muito alto, então foi por isso que a Companhia negociou para que ele se transformasse em zona rural”. Antônio Bertoldo confirma com sua linguagem direta: “ela segurou lá pra não lotear, porque senão era pra ser loteado. Mas não loteou porque disse que ela não ia pagar imposto”. Mateus Andrade confirma de forma mais genérica, porém consistente: “a Companhia e a Prefeitura tinham desavenças, sim, por causa da

cobrança de imposto da Prefeitura”. São quatro vozes independentes, vindas de posições sociais completamente distintas (um ambientalista, uma historiadora, um topógrafo da própria empresa e um morador comum), convergindo para o mesmo fato. Na lógica do Construcionismo Social que esta tese adota, essa convergência polifônica é o que permite construir a inteligibilidade mais densa disponível: quatro perspectivas situadas de forma distinta, sem contato entre si, narrando o mesmo episódio com coerência interna.

Augusto Bressan oferece a leitura mais técnica do corpus sobre esse mecanismo. Ele descreve em detalhe a diferença de alíquotas entre IPTU (municipal, incidente sobre imóvel urbano) e ITR (federal, incidente sobre imóvel rural), e conclui que “a colonizadora precisava se livrar dos elevados impostos que recairiam futuramente sobre essas áreas urbanas projetadas que iriam demorar muito tempo para serem ocupadas”. Augusto Bressan é o único entrevistado que conecta explicitamente o conflito IPTU às políticas federais de colonização da Amazônia, que nas décadas de 1970 e 1980 desviaram o fluxo migratório do Norte do Paraná para Rondônia e Mato Grosso, reduzindo a demanda por terrenos urbanos em Cianorte. Essa conexão é analiticamente preciosa porque insere o episódio local numa dinâmica nacional: a CMNP não reagiu apenas a um prefeito que cobrou imposto, reagiu a uma mudança estrutural no mercado de terras brasileiras, e usou a reclassificação tributária como instrumento de adaptação estratégica.

É necessário dimensionar o que essa reclassificação significa em termos jurídicos, porque o episódio não é apenas um conflito local entre empresa e prefeitura: ele configura a CMNP como um ente privilegiado que opera à margem do ordenamento urbanístico brasileiro. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, §4º, e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), em seus artigos 5º a 8º, estabelecem que o poder público municipal pode exigir do proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo e, em última instância, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. Essa legislação foi criada precisamente para combater o mesmo tipo de prática que a CMNP exerceu em Cianorte durante cinco décadas: a retenção especulativa de terrenos urbanos que impede o desenvolvimento da cidade

e nega aos habitantes o direito de ocupar espaços que deveriam estar disponíveis para moradia, comércio e serviços.

O que a CMNP fez ao reclassificar a Zona 5 e o restante da Zona 6 como área rural foi, na prática, neutralizar o único instrumento que o poder público teria para obrigá-la a cumprir a função social da propriedade urbana. Ao converter solo urbano em rural, a empresa saiu do alcance do IPTU progressivo e passou a pagar o ITR, um imposto federal cuja alíquota é incomparavelmente menor. E mais: essas áreas permanecem classificadas como rurais até hoje, em 2026, mais de meio século depois da reclassificação. Isso significa que a CMNP lucra duas vezes com a mesma operação. Lucra por não precisar pagar o IPTU progressivo que a legislação impõe a proprietários de terrenos urbanos vazios, e lucra por manter as terras como reserva de valor que se valoriza pelo crescimento da cidade ao redor, sem qualquer custo tributário proporcional.

Lefebvre (1991) escreveu que o direito à cidade é o direito de não ser excluído das decisões que configuram o espaço urbano. Em Cianorte, a reclassificação operada pela CMNP não apenas excluiu os habitantes dessas decisões: privou-os do próprio espaço. Ao converter em rural uma área que o planejamento original para Cianorte destinava a bairros residenciais, a empresa retirou da cidade o direito de se expandir sobre as terras que lhe pertenciam por projeto. Os moradores de Cianorte não foram expulsos de um bairro existente: foram impedidos de habitar um bairro que deveria existir. E essa forma de exclusão, que opera pela não produção em vez da remoção, é o que a Tríade Espectral torna analiticamente visível e o que o conceito de Soberania do Vazio nomeia como mecanismo de poder. A CMNP não precisou despejar ninguém. Bastou garantir que ninguém pudesse se instalar onde a empresa não queria que se instalassem. E para isso, bastou uma reclassificação tributária, aprovada com o apoio de vereadores alinhados, que transformou o direito à cidade em privilégio da Companhia.

A reclassificação de solo urbano em rural é uma demonstração literal do que Lefebvre (1991) formula como produção simultaneamente jurídica, política e simbólica do espaço. O espaço físico não mudou: a mesma terra, com o mesmo solo, na mesma localização, continuou existindo. O que mudou foi sua classificação no aparato estatal, e essa mudança, puramente abstrata, puramente documental, teve consequências materiais: a área deixou de receber infraestrutura urbana, deixou de

atrair investimento público, deixou de ser contada como cidade. A CMNP produziu o vazio não pela ausência de construção, mas pela produção de uma categoria jurídica que tornava a construção desnecessária. Harvey (1989, p. 54) descreveria isso como uma forma sofisticada de produção capitalista do espaço: aquela em que o capital não precisa construir nem destruir nada, apenas reclassificar.

O segundo mecanismo que as entrevistas documentam é o veto ao desenvolvimento industrial, e seu caso mais emblemático é o da Matarazzo. Sebastião Nogueira fornece o relato mais detalhado porque conviveu pessoalmente com o gerente da Matarazzo numa república em Umuarama. Segundo ele, a empresa tentou se instalar em Cianorte em 1973, procurou a prefeitura, pediu que fosse doado um terreno. A prefeitura recusou. A Matarazzo então foi para Umuarama, recebeu o terreno, se instalou, e “isso fez com que Umuarama se desenvolvesse muito”. Antônio Bertoldo confirma sem conhecer o relato de Sebastião Nogueira: “A Matarazzo mesmo, tentou vir pra cá e não conseguiu. Não fizeram questão”. Joaquim Tavares acrescenta em tom mais genérico: “teve empresas que queriam vir para Cianorte e acabou indo para as cidades vizinhas, por que para vir para Cianorte não foi liberado”.

Três vozes independentes, sem contato entre si, descrevendo o mesmo episódio com coerência interna. A articulação é forte. Mas é necessário precisar o que essa articulação permite construir e o que ela não permite afirmar. Ela permite construir a inteligibilidade de que a prefeitura de Cianorte recusou ou simplesmente não facilitou a instalação da Matarazzo e de outras empresas. Ela não permite afirmar, diretamente, que a CMNP ordenou essa recusa. O que ela sugere, e o que a convergência com os demais mecanismos torna plausível, é que a prefeitura operava dentro de uma lógica de alinhamento com os interesses da Companhia. Se a instalação de uma indústria de grande porte acelerasse o crescimento urbano e aumentasse a demanda por terrenos numa velocidade que a CMNP não controlava, essa aceleração representaria uma ameaça ao ritmo de valorização que a empresa administrava com a paciência que Valdir Donato descreve. Vainer (2002) é preciso ao argumentar que a cidade-empresa não governa contra o desenvolvimento: ela governa o ritmo do desenvolvimento, e qualquer força externa que ameace alterar esse ritmo é tratada como perturbação a ser neutralizada.

Corrêa (1989) oferece o enquadramento teórico que amarra esses dois mecanismos num mesmo sistema. Ele distingue cinco tipos de agentes produtores do espaço urbano: proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, grupos sociais excluídos e empresas industriais. Em Cianorte, a CMNP concentrava os dois primeiros papéis (proprietária fundiária e promotora imobiliária) e exercia influência decisiva sobre o terceiro (o Estado municipal). Essa concentração de funções, que Corrêa (2013) atualizaria como “agente plurifuncional”, é o que explica por que a cidade se desenvolveu no ritmo e na direção que a empresa determinava. Quando o Estado municipal tentou exercer autonomia (cobrando IPTU sobre áreas não loteadas), a empresa reagiu com a reclassificação fundiária. Quando uma empresa industrial tentou se instalar independentemente da vontade da Companhia (caso Matarazzo), o Estado municipal, alinhado à estratégia da CMNP, vetou. O sistema era fechado, e a chave estava sempre na mesma mão.

O terceiro mecanismo é mais difuso, porém igualmente documentado: o controle sobre a composição do poder político local. Valdir Donato, filho do primeiro prefeito de Cianorte, descreve com naturalidade que seu pai foi “colocado” no cargo pela Companhia. Não eleito: colocado. No período anterior à emancipação municipal, a CMNP designava quem administraria a cidade que ela própria havia fundado. Esse registro, por si só, não surpreende na história da colonização do Norte do Paraná, onde todas as cidades-empresa tiveram seus primeiros administradores indicados pela colonizadora. O que as narrativas tornam relevante é que essa lógica de alinhamento não se encerrou com a emancipação. Marcelo Bertotti, prefeito atual, descreve uma divisão política que paralisou Cianorte durante décadas: “tem deputado da nossa cidade, que trabalhou 8 anos e trouxe 6 milhões de 800 em maquinário enquanto nós temos deputado que já trouxe perto de 400 milhões”. Rafael Tessaro confirma que essa divisão política foi “uma constante” que “perpetuou até o começo desse novo século XXI”. A cidade não conseguia falar com uma voz só perante o governo estadual e federal, e essa fragmentação política beneficiava diretamente quem precisava que o ritmo de investimento público permanecesse baixo: a CMNP.

Há ainda um quarto mecanismo, mencionado por Estanislau Kowalski e Helena Cordeiro, que não constitui argumento central para a tese mas funciona como perspectiva complementar de como a política local operava como sistema de

supressão de forças contestatórias. Trata-se da expulsão dos padres progressistas de Cianorte, articulada entre o bispo de Campo Mourão e o prefeito Ricardo de Queiroz Cerqueira. Estanislau Kowalski descreve que “isso gerou animosidades políticas, perseguições e a cidade foi perdendo sua força política”. Helena Cordeiro confirma o episódio. A Igreja Católica progressista, nos anos 1970 e 1980, era frequentemente a única instituição que organizava comunidades de base com capacidade de pressionar por serviços públicos e direitos fundiários. Quando essa força foi removida de Cianorte, removeu-se junto com ela um dos poucos contrapesos que poderiam ter desafiado a Soberania do Vazio de dentro da comunidade local.

Souza (2010; 2015) argumenta que a produção do espaço urbano não se dá apenas pela ação de quem constrói, mas igualmente pela supressão de quem poderia contestar. Ele denomina esse fenômeno de “heteronomia espacial”: uma condição em que os habitantes do espaço não participam das decisões que o configuram, porque as estruturas de poder que deveriam representá-los estão capturadas ou neutralizadas por interesses externos. Cianorte, sob essa lente, é um caso extremo de heteronomia: a Companhia nomeou o primeiro prefeito, influenciou os seguintes, de certo modo vetou a industrialização que não lhe convinha, reclassificou o solo quando a tributação a incomodou, e assistiu à expulsão das únicas vozes que poderiam ter articulado uma resistência coletiva. Os moradores não foram excluídos do espaço: foram excluídos das decisões sobre o espaço, o que, como Lefebvre (2008b) insistia, é uma forma ainda mais eficaz de dominação.

É aqui que a contribuição desta trilha para o Campo de Públicas ganha sua expressão mais concreta. Borges (2013) argumentou que a fragmentação político-administrativa dos municípios frequentemente limita sua capacidade de regular agentes com poder econômico e político dominante sobre o território. O que as narrativas de Cianorte permitem construir vai além dessa limitação: não é apenas um município que não consegue regular um agente poderoso – é um município cuja capacidade regulatória, segundo o que as narrativas permitem construir, não encontrou as condições para se constituir de forma autônoma. Quando o primeiro prefeito foi indicado pela empresa que detinha toda a terra, quando os vereadores votaram a reclassificação que beneficiava a Companhia, quando a câmara não criou obstáculos ao veto que afastou a Matarazzo – cada um desses episódios não é

registro de fragilidade institucional. É registro de que a instituição nunca foi, nesse caso específico, separada do agente que a precedeu. Borges (2013) parte de uma situação em que o município existe e não consegue impor sua vontade ao agente privado. O caso de Cianorte constrói uma inteligibilidade distinta: um município constituído dentro dos limites que o agente privado havia fixado antes de o Estado municipal sequer existir. A diferença não é de grau: é de origem. E é essa diferença de origem que o Campo de Públicas ainda não examinou com a densidade que as narrativas de Cianorte permitem construir.

5.5.1 A Tríade Espectral nesta trilha

O Concebido Oculto desta trilha é o mais explícito de todas as quatro, porque aqui a agência da CMNP não precisa ser inferida a partir de omissões ou de silêncios: ela aparece em decisões documentáveis. A reclassificação de solo urbano em rural é um ato administrativo. A recusa da Matarazzo é um evento com data, local e agentes identificáveis. A indicação do primeiro prefeito é um fato que o próprio filho do prefeito confirma sem constrangimento. O Concebido Oculto, nesta trilha, paradoxalmente se revela, porque os entrevistados que estavam próximos ao poder o descrevem com a naturalidade de quem viveu dentro de um sistema e só muito depois percebeu que o sistema tinha uma lógica que ia além do que parecia. Valdir Donato não descreve a nomeação de seu pai como imposição: descreve como consequência natural do fato de que a Companhia fundou a cidade. Estanislau Kowalski não descreve a reclassificação fundiária como golpe: descreve como reação compreensível a uma tributação que a empresa considerava injusta. A naturalização do poder é, em si mesma, a construção mais densa de que o Concebido Oculto operou com eficiência.

O Percebido Suspenso se manifesta aqui como a experiência de viver numa cidade onde as decisões fundamentais acontecem em outra esfera. Os moradores de Cianorte não viveram a paralisia política como conspirações que podiam ver e nomear: viveram como uma sensação difusa de que “as coisas não andam”, de que “a cidade ficou parada”, de que “aquí nunca vem nada”. Marcelo Bertotti, ao dizer que Cianorte ficou parada 30 anos, está nomeando um Percebido Suspenso coletivo que toda uma geração experimentou sem ter acesso às causas. A prática espacial cotidiana era atravessar vazios que não se explicavam, morar numa cidade

planejada que não se completava, ver empresas irem para Umuarama ou Maringá enquanto Cianorte permanecia como promessa congelada. Sebastião Nogueira, ao relatar o caso da Matarazzo com indignação contida décadas depois, revela que o Percebido Suspenso não é apenas uma condição presente: ele se acumula como ressentimento, como a consciência retroativa de oportunidades que alguém impediu.

O Vivido Assombrado desta trilha é a dimensão mais politicamente carregada de todas as quatro, porque aqui o espectro que assombra não é um evento natural (como a geada) nem uma infraestrutura ausente (como a ferrovia) nem uma condição geológica (como o solo). O espectro é a própria relação entre a cidade e quem a controla. Quando Helena Cordeiro diz que a Companhia “colocou o nome dela na cidade” e depois “a cidade empacou”, ela está descrevendo uma forma de colonização política invisível exercida pela CMNP sobre o município: a presença permanente de um agente que ninguém elegeu, que não mora na cidade, que não participa de seus problemas cotidianos, mas que detém as terras, influencia os prefeitos, veta as indústrias e reclassifica o solo. Lefebvre (1991, p. 59) diria que esse tipo de poder sobre o espaço não é apenas dominação: é colonização do vivido pelo concebido, uma inversão em que a experiência dos habitantes se torna subordinada ao plano (ou à ausência de plano) de quem controla a terra. Em Cianorte, os moradores vivem há décadas dentro de um projeto que não é deles, cercados por vazios que não escolheram, numa cidade cujo ritmo de crescimento foi calibrado por uma diretoria que jamais aqui viveu, dirigindo a empresa a partir de uma sede em São Paulo. Esse é o espectro mais persistente de todos, porque não se resolve com pavimentação, nem com contenção de erosão, nem com replantio de café. Resolve-se apenas quando os moradores passam a ser sujeitos, e não objetos, da produção do seu próprio espaço.

5.5.2 Síntese da Engrenagem

A engrenagem desta trilha é a mais complexa das quatro porque envolve múltiplos mecanismos operando em esferas diferentes e se reforçando mutuamente. No primeiro movimento, a CMNP funda a cidade e instala o poder político local alinhado aos seus interesses, garantindo que as decisões urbanísticas não contrariem a lógica de valorização fundiária. No segundo movimento, quando o poder municipal ensaia autonomia (cobrança de IPTU), a empresa reage reclassificando o

solo e congelando o crescimento até que a desavença se resolva nos termos que lhe convêm. No terceiro movimento, quando uma força econômica externa (Matarazzo) tenta se instalar e potencialmente alterar o ritmo de crescimento que a empresa controla, o poder municipal alinhado, recusa a instalação. No quarto movimento, quando forças sociais internas (padres progressistas, comunidades de base) começam a articular uma demanda coletiva que poderia pressionar por urbanização e serviços, essas forças são removidas por meio de articulações entre poder eclesiástico e poder político local.

O resultado é um sistema de retroalimentação em que cada mecanismo protege os demais. A CMNP não precisa de uma conspiração centralizada porque o sistema opera por convergência de interesses: o prefeito alinhado não precisa receber ordens para recusar a Matarazzo, basta que sua lógica política coincida com a lógica fundiária da empresa. O bispo não precisa ser pago pela CMNP para expulsar os padres, basta que a ordem conservadora que ele representa coincida com a ordem especulativa que a empresa necessita. Harvey (1996) denomina esse tipo de arranjo de “coerência estruturada”: uma configuração em que diferentes agentes, atuando por motivações distintas, produzem um resultado espacial que beneficia sistematicamente o mesmo grupo. Corrêa (2013) complementa ao mostrar que o agente plurifuncional (proprietário fundiário + promotor imobiliário + influência sobre o Estado) não precisa de conspiração porque dispõe de algo mais eficaz: posição estrutural. Quem ocupa simultaneamente as três posições não precisa planejar cada movimento. Basta existir onde existe, com o poder que tem, e o sistema se organiza ao redor.

Vainer (2002) fecha o argumento que esta trilha ilustra como nenhuma outra: a cidade-empresa não é uma metáfora. É um modelo de governança em que a lógica empresarial subordina a lógica democrática, não pela eliminação da democracia, mas pela sua domesticação. Cianorte teve eleições, teve prefeitos, teve vereadores, teve até padres que contestavam. Mas nenhuma dessas forças jamais conseguiu alterar o fator fundamental: quem controla a terra controla o ritmo, e quem controla o ritmo controla a cidade. O que March e Simon (1958) permitem construir sobre essa engrenagem é a inteligibilidade de que nenhum dos quatro mecanismos documentados – a nomeação do primeiro prefeito, a reclassificação tributária, o veto à Matarazzo, a neutralização das vozes contestatórias – precisou ser planejado

como parte de uma estratégia unificada para produzir o mesmo resultado. Cada um foi, no momento em que ocorreu, a resposta suficientemente adequada ao problema imediato que se apresentava: um imposto alto demais, uma indústria que ameaçava alterar o ritmo do mercado, uma voz que organizava a contestação. Mintzberg (1978) me ajuda a descrever o padrão que esses episódios, articulados no tempo, revelam: uma estratégia que emerge da consistência das decisões incrementais, não de um plano centralizado que as tivesse previsto.

A CMNP governou Cianorte sem nunca governá-la. E esse é, segundo o que as narrativas constroem, um dos mecanismos mais persistentes da Soberania do Vazio. Santos (2006) permite nomear a arquitetura dessa assimetria. A CMNP operava a partir do espaço das redes: a articulações políticas que transcendiam qualquer câmara municipal, a decisões tomadas em São Paulo sobre o ritmo de uma cidade que seus diretores não habitavam. Os moradores de Cianorte habitavam o espaço banal, definido, nesse caso, não pelo que existia, mas pelo que a rede retinha. O que as narrativas permitem construir é a inteligibilidade de que a Soberania do Vazio era, em seu fundamento, o poder do espaço das redes sobre o espaço banal: a capacidade de uma diretoria distante de calibrar o ritmo de crescimento de uma cidade sem jamais ter atravessado, a pé, os oitocentos metros de mato entre seus terrenos murados.

5.6 SÍNTESE ESPECTRAL: A SOBERANIA DO VAZIO COMO SISTEMA

O percurso investigativo das quatro seções anteriores poderia sugerir, a um leitor apressado, que Cianorte foi vítima de uma convergência de infortúnios: uma geada que destruiu a base econômica, uma ferrovia que não chegou, um solo que não sustentava o que prometia e uma política local que não soube atrair investimentos. Essa leitura, que é precisamente a que a historiografia oficial da cidade reproduz há décadas, tem a seu favor a aparência de bom senso. Cada um desses fatores é real, documentável e reconhecido pelos próprios entrevistados. A geada aconteceu. A ferrovia atrasou. O solo erodiu. A Matarazzo foi embora. Nenhuma dessas afirmações é falsa. Mas nenhuma delas, isoladamente, explica por que Cianorte ficou parada trinta anos enquanto Maringá, Londrina e até Umuarama, cidades fundadas pela mesma empresa, com problemas semelhantes, cresceram.

O que esta síntese permite construir é a inteligibilidade de que a explicação não está em nenhuma trilha separada. Está na relação entre elas. E essa relação, segundo o que as narrativas constroem, não emerge como acidente, nem como coincidência, nem como azar acumulado. Emerge como sistema. Um sistema que funcionou porque cada trilha alimentava as demais, e porque no centro de todas elas operava o mesmo agente, com o mesmo interesse e com a mesma capacidade de converter adversidades em instrumentos de valorização: a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

5.6.1 O encaixe cronológico que a historiografia nunca articulou

O primeiro registro de que as trilhas formam um sistema, e não uma lista, é cronológico. Antônio Bertoldo situa a estratégia de retenção de lotes entre 1960 e 1970, ou seja, quinze anos antes da Geada Negra de 1975. Isso significa que quando a geada chegou, a empresa já estava retendo. A geada não causou a retenção: ela forneceu à retenção uma justificativa climática que a tornava publicamente legível e aceitável. Antes de 1975, a CMNP precisava de uma explicação para o fato de que segurava lotes numa cidade com compradores dispostos. Depois de 1975, a explicação estava dada, e ninguém a questionava, porque quem questionaria a dor de uma catástrofe que destruiu a vida de milhares de famílias?

O mesmo raciocínio se aplica à ferrovia. A demora dos trilhos antecede a geada e é contemporânea ao período de retenção descrito por Antônio Bertoldo. A CMNP não provocou o atraso da ferrovia, mas tampouco o combateu, porque o isolamento cumpria uma função precisa dentro do sistema: sem infraestrutura de transporte, o fluxo de compradores permanecia controlável, e a empresa podia administrar o ritmo de vendas sem enfrentar a pressão de uma demanda que não conseguiria satisfazer nos termos que lhe convinham. Quando a PR-323 finalmente foi pavimentada e a ponte sobre o Ivaí construída, o isolamento físico acabou, mas o mecanismo de retenção já havia se consolidado por outras vias: a reclassificação do solo urbano em rural (trilha 4), a fragilidade geológica como argumento técnico (trilha 3), e a paralisia política como condição estrutural (trilha 4). O sistema não dependia de um único instrumento. Quando um falhava ou perdia eficácia, outro já estava operando.

O solo arenoso completa o encaixe. A erosão Mãe Biela se agravou nas décadas de 1970 e 1980, exatamente quando a cidade poderia ter retomado o crescimento após a crise do café. A fragilidade do solo, que na década de 1950 fora invisibilizada pela presença da mata e pela ilusão da peroba, tornou-se visível e traumática justamente no momento em que a CMNP precisava de um novo argumento para justificar a não expansão. A geada já estava ficando distante na memória. A ferrovia era problema do governo federal. Mas a erosão estava ali, diante dos olhos de todos, engolindo ruas e casas. Quem ousaria propor a construção da Zona 5 sobre um solo que acabara de devorar uma parte da cidade?

O que as narrativas permitem construir não é a inteligibilidade de um acidente. É a de um sistema que, à luz do conceito de acumulação por espoliação formulado por Harvey (2004), esta tese propõe nomear como acumulação por espoliação temporal: o capital fundiário não precisa de todos os seus instrumentos funcionando ao mesmo tempo. Basta que haja sempre pelo menos um instrumento ativo, e que os demais estejam disponíveis como reserva. Em Cianorte, a CMNP dispôs, ao longo de cinco décadas, de pelo menos quatro instrumentos simultâneos de retenção. Em nenhum momento da história da cidade houve um período em que todos os instrumentos tivessem perdido eficácia ao mesmo tempo. Sempre havia uma geada para lamentar, uma ferrovia para esperar, um solo para temer ou um imposto para disputar. A Soberania do Vazio nunca ficou desarmada.

5.6.2 Umuarama: a pergunta que as quatro trilhas não fecham

O elemento que mais tensiona a inteligibilidade construída pelas quatro trilhas não vem de Cianorte. Vem de Umuarama – não como registro que fecha o argumento, mas como pergunta que esta tese não tem condições de fechar. Uma pergunta que chega pela voz de quem não pode ser descartado precisamente porque estava dentro da empresa: Antônio Bertoldo, que mediu as terras de ambas as cidades, afirma que em Umuarama “era outro diretor” e que “lá a Companhia não segurou”. A mesma CMNP, com a mesma estrutura jurídica, o mesmo capital, o mesmo modelo de colonização, produziu em Umuarama um resultado espacial radicalmente diferente. Umuarama cresceu. Recebeu a Matarazzo. Não ficou parada trinta anos.

O que a presença de Umuarama no horizonte desta tese permite construir não é a refutação das explicações externas – ela não tem densidade narrativa para tanto, porque foi construída a partir de vozes cianortenses. O que ela permite construir é uma pergunta que as explicações externas sozinhas não conseguem responder: se a geada atingiu toda a região, por que Umuarama não parou? Se os trilhos eram problema para toda a linha, por que lá a Companhia não segurou? Se o solo arenoso é condição geológica compartilhada, por que o resultado espacial foi diferente? Essas perguntas não encontram resposta nesta tese – porque respondê-las exigiria vozes de Umuarama que esta pesquisa não reuniu. O que elas fazem é tornar as explicações por fatores externos insuficientes como resposta única, e abrir o espaço para que a pergunta sobre a decisão administrativa possa ser formulada.

O elemento que as narrativas cianortenses constroem como diferenciador não é climático, nem geológico, nem logístico. A inteligibilidade que essas vozes permitem construir é a de que o mesmo agente produziu resultados distintos não por diferença de condições externas, mas por diferença de decisão administrativa, o que Corrêa (2013) nos permite formular ao tratar do agente plurifuncional como expressão localizada de uma racionalidade que calibra, em cada cidade, o ritmo conforme seus interesses. Em Umuarama, segundo as perspectivas reunidas, esse ritmo foi de venda acelerada. Em Cianorte, de retenção. O que essa inteligibilidade permite construir – e é necessário nomear o que ela alcança e o que não alcança – é a pergunta, a partir de quem habitou Cianorte, de se o vazio foi escolha ou destino. Uma pergunta que as perspectivas reunidas tornam legítima, mas que esta tese não tem condições de responder com a solidez que ela merece – porque respondê-la exigiria também as perspectivas de quem habitou o outro lado. O que as perspectivas de quem habitou Umuarama construiriam sobre a mesma empresa, o mesmo período e o mesmo modelo permanece como abertura investigativa que esta tese não fechou.

É necessário registrar, com honestidade epistemológica, que a comparação com Umuarama foi construída a partir de vozes cianortenses – Antônio Bertoldo, Valdir Donato e Dario Brandão – e não de entrevistas realizadas em Umuarama. Essa assimetria é uma limitação real: o que essas três vozes constroem é uma inteligibilidade sobre Umuarama vista de fora, não uma inteligibilidade construída com os próprios agentes que viveram aquela cidade. O Construcionismo Social que

adoto nesta tese reconhece que toda perspectiva é situada – e a perspectiva de quem observa Umuarama de Cianorte é, inevitavelmente, a perspectiva de quem sentiu a diferença na própria pele, sem ter habitado o outro lado. Por essa razão, não mobilizo nesta tese o horizonte comparativo de Umuarama como verificação da proposição central, mas como elemento que torna as explicações exclusivamente externas insuficientes e abre a pergunta que esta tese não tem condições de fechar: se as narrativas disponíveis constroem a mesma empresa produzindo resultados distintos sob condições semelhantes, a inteligibilidade que essa convergência permite elaborar não comporta o infortúnio como explicação suficiente. O que permanece como abertura é a pergunta sobre o que as vozes de quem habitou Umuarama construiriam sobre o mesmo agente, o mesmo modelo e o mesmo período – uma inteligibilidade que esta tese não alcançou, e que uma pesquisa futura com perspectivas de ambos os lados terá condições de elaborar com a densidade que ela merece.

5.6.3 Omissão calculada ou simples incapacidade? A sustentação narrativa do Concebido Oculto

Esta tese afirma que a CMNP operou uma Criptoprodução Especulativa do Espaço em Cianorte. A objeção mais previsível a essa afirmação é que a empresa pode ter sido simplesmente incapaz, despriorizada ou superada pelas circunstâncias, e que o vazio resultou não de uma estratégia, mas de uma soma de infortúnios sobre os quais a Companhia não tinha controle. Essa objeção é legítima e merece uma resposta que não se limite à plausibilidade, mas que articule perspectivas. A tese articula cinco linhas convergentes de perspectivas – quatro indiretas e uma direta – que, tomadas em conjunto, tornam a explicação da incapacidade impossível de sustentar.

A primeira é o horizonte comparativo de Umuarama, já apresentado acima. O que as perspectivas reunidas constroem é que a mesma empresa, sob condições externas semelhantes, produziu resultados distintos – o que torna as explicações exclusivamente estruturais insuficientes e coloca a decisão administrativa como elemento a ser examinado. Isso não descarta a incapacidade como possibilidade: descarta-a como explicação suficiente, e abre a pergunta sobre a escolha situada.

A segunda é a cronologia da retenção, documentada por Antônio Bertoldo. A retenção de lotes em Cianorte começou entre 1960 e 1970, quinze anos antes da Geada Negra de 1975. Se a empresa estivesse simplesmente reagindo a crises, a retenção teria começado depois da geada, não antes. O que as narrativas permitem construir é que a retenção antecede a crise em pelo menos quinze anos – o que torna a explicação do infortúnio insuficiente: a retenção foi política empresarial independente, que a crise veio depois consolidar e legitimar.

A terceira é a distância entre a propaganda e a prática, documentada no Capítulo 4 desta tese. A CMNP vendeu Cianorte como a “menina dos olhos”, a cidade que seria “uma segunda edição de Maringá” (Revista A Pioneira, 1954). O corretor Primo Manfrinato levava compradores para ver a planta e prometia que “isso aqui vai passar Maringá dentro de dois anos” (Martins, 2021, p. 250). Os materiais de propaganda anunciavam ferrovias, aeroporto e uma cidade modelo que atrairia famílias de todo o Brasil. O que as perspectivas reunidas permitem construir sobre essa propaganda não é ingenuidade – é a inteligibilidade de um instrumento de venda que prometia o que a prática, nas décadas seguintes, não entregaria no ritmo prometido. A CMNP precisava que os compradores acreditassem no crescimento para que comprassem os lotes. A distância entre o que vendia e o que praticava não emerge, nas narrativas, como acidente, mas sim como padrão. E é esse padrão, construído pelas dezessete perspectivas reunidas, que torna a inteligibilidade da Criptoprodução Especulativa mais densa do que seria sem ele. Essa assimetria informacional entre vendedor e comprador expressa o que Harvey (1989), em sua análise da condição pós-moderna, denomina estetização do espaço a serviço da acumulação: o valor do lote não dependia do que existia, mas do que se prometia que existiria.

Há ainda uma quarta perspectiva que reforça as três anteriores: o privilégio tributário. A CMNP conseguiu, com apoio de vereadores alinhados, reclassificar como rurais as áreas que o plano diretor original destinava à Zona 5 e ao restante da Zona 6. Dias (1998, p. 108–109) documenta o que essa reclassificação significou em termos quantitativos: a área do perímetro urbano foi reduzida de 18.646.144 m² para 9.648.925 m² durante a gestão do prefeito H. A. Negrão (1977–1982) – o que corresponde à eliminação de quase metade do espaço urbano planejado por Jorge de Macedo Vieira. Essa reclassificação permanece vigente até 2026, o que significa

que a empresa mantém vastas extensões de terra dentro do perímetro efetivo da cidade pagando ITR em vez de IPTU progressivo. Incapacidade não produz reclassificação tributária. Incapacidade não mobiliza vereadores. Incapacidade não mantém um privilégio fiscal por quase meio século. Esse registro é, no percurso desta tese, um dos mais consistentes, porque não depende exclusivamente de interpretação de entrevistas: depende de um ato administrativo com data, gestor identificado e dimensão quantificável – documentado por fonte histórica independente, que beneficiou a empresa e produziu consequências territoriais que Cianorte carrega até hoje.

E há ainda uma quinta perspectiva – esta, diferentemente das quatro anteriores, direta e não inferencial: uma voz interna da própria Companhia articulando, sem intermediação analítica, o princípio que sustenta toda a lógica que esta tese vem construindo. Como registrei no Preâmbulo, por volta de 2014, ainda antes de eu ingressar no mestrado – e, portanto, antes que essa inquietação encontrasse qualquer moldura acadêmica –, tive uma conversa informal com um ex-funcionário da CMNP que havia atuado na empresa por quase cinco décadas. Diante da minha pergunta sobre por que a Companhia não vendia os terrenos que ainda mantinha em Cianorte, a resposta foi imediata: “Já está investido!! Não existe nenhum outro investimento melhor do que terra, por isso a Companhia não vai vender tão cedo”. A frase, aparentemente casual, condensa em uma linha o núcleo teórico que esta tese desenvolveria ao longo de quatro anos de doutorado: a leitura da terra retida como reserva de valor, tal como formulada por Marx (1985) e desdobrada por Harvey (2006) e Topalov (1984) para o urbano. Aquele ex-funcionário, que provavelmente nunca ouviu falar de teoria da Renda da Terra, articulou espontaneamente aquilo que o arcabouço marxiano formaliza: para o proprietário fundiário, a terra não é ativo à espera de conversão em outra coisa – ela é, ela própria, o investimento. Não vender não é omissão: é a forma pela qual o capital fundiário se acumula. Registro essa fala aqui, apesar de sua natureza informal e da consequente impossibilidade de identificar seu autor, porque ela cumpre uma função que nenhuma das quatro perspectivas anteriores alcança: mostrar que a inteligibilidade que esta tese constrói de fora, com o Construcionismo Social e o referencial teórico do Capítulo 2, é a mesma que a Companhia já operava, por dentro, como cultura administrativa naturalizada.

Essas cinco perspectivas, tomadas individualmente, não permitem afirmar que existiu um documento interno da CMNP dizendo “vamos reter Cianorte por cinco décadas”. A tese reconhece, nas Considerações Finais, que esse documento pode existir nos arquivos fechados da empresa e que uma pesquisa futura com acesso a esses arquivos poderia ampliar, nuançar ou tensionar as conclusões desta tese. O que as cinco perspectivas permitem construir, quando articuladas, é algo diferente e suficiente para o argumento: que a explicação da incapacidade é tensionada pelo horizonte comparativo de Umuarama, que a explicação da reação à crise é tensionada pela cronologia de Antônio Bertoldo, que a explicação do infortúnio passivo é refutada pela distância entre propaganda e prática, que o direito à cidade foi vetado quando a CMNP consegue, politicamente, a reclassificação da área urbana em área rural, e que essa lógica é enunciada explicitamente, com a naturalidade de uma cultura interna, por quem passou quase cinco décadas dentro da empresa. O que resta, eliminadas essas cinco alternativas, é a explicação alternativa da racionalidade adaptativa: a CMNP não planejou cada detalhe da retenção, mas tomou, a cada encruzilhada, a decisão suficientemente adequada ao contexto disponível – o que March e Simon (1958) descrevem como *satisficing*, em contraste com a maximização racional que um plano centralizado exigiria. Diante da geada, a decisão adequada era não vender. Diante do isolamento, era não pressionar pela ferrovia. Diante da erosão, era não investir em contenção. Diante do IPTU, era reclassificar o solo. Cada uma dessas decisões foi tomada localmente, sem plano declarado – e foi esse encadeamento que Mintzberg (1978) denominou estratégia emergente: o padrão que se consolida retroativamente a partir de decisões incrementais que, isoladas, parecem reações a circunstâncias, mas que, articuladas ao longo do tempo, revelam uma consistência que só a posição estrutural do agente torna inteligível. E a consistência dessa escolha, ao longo de décadas e através de quatro trilhas distintas, é o que esta tese denomina Concebido Oculto.

5.6.4 A Tríade Espectral como sistema transversal

Nas quatro seções anteriores, apliquei a Tríade Espectral a cada trilha individualmente, mostrando como o Concebido Oculto, o Percebido Suspenso e o Vivido Assombrado se manifestavam em cada uma delas. Agora é necessário dar um passo além, porque o poder explicativo da Tríade não está apenas na sua

aplicação isolada a cada trilha. Está na construção da inteligibilidade de que os três momentos operam transversalmente, conectando as trilhas entre si e produzindo, no cruzamento, efeitos que nenhuma trilha isolada poderia gerar.

Antes de desenvolver essa leitura transversal dimensão por dimensão, apresento no Quadro 3 a síntese visual de como cada dimensão espectral se manifestou em cada uma das quatro trilhas analisadas. O quadro permite ao leitor acompanhar, num único olhar, os elementos que serão discutidos a seguir nesta seção.

Quadro 3 – Tríade Espectral aplicada transversalmente às quatro trilhas investigativas

Trilha	Concebido Oculto	Percebido Suspenso	Vivido Assombrado
Geada Negra de 1975	Geada narrativamente mobilizada como elemento de legitimação de uma retenção que, segundo o testemunho de Antônio Bertoldo, já estava em curso desde 1960.	Vazio instalado no cotidiano: comércio minguate, lotes encalhados, plaquinhas de “vende-se” sem comprador, êxodo das famílias.	Expectativa frustrada e partida registrada em cartório; o cheiro de café queimado como marca afetiva da memória coletiva.
Isolamento: ferrovia e rodovia PR-323	Promessa de ferrovia e rodovia usada como instrumento de venda antes de qualquer trilho assentado; omissão sistemática perante a infraestrutura.	Fricção do cotidiano: viagens de até quinze dias entre Maringá e Cianorte; isolamento como filtro de demanda que tornava o ritmo de vendas administrável.	Promessa como fundamento do sacrifício: pioneiros que carregaram o peso de uma chegada que não se concretizou no tempo prometido.
Solo arenoso e a ilusão da peroba	Imagem de fertilidade (peroba) mobilizada na venda; erosão Mãe Biela posteriormente mobilizada como argumento técnico para a não expansão.	Erosão como ferida aberta no centro da cidade: ruas interrompidas, bairros desconectados, trajetos que dão voltas para contornar o solo cedido.	Ilusão desfeita em duas ou três safras; memória da terra que prometia café e entregou areia, deixando o sentimento da promessa não cumprida.
Interesses imobiliários e políticos	Reclassificação de solo urbano em rural para escapar do IPTU; veto à Matarazzo; influência sobre o poder municipal	Plano diretor moldado pelos limites estabelecidos pela CMNP; cidade que cresceu em terras de	Resignação naturalizada na expressão “a Companhia tem seus planos”; cidade que “empacou” como

Trilha	Concebido Oculto	Percebido Suspenso	Vivido Assombrado
	desde o primeiro prefeito.	terceiros, ao redor dos vazios da Companhia.	sentença incorporada à memória coletiva local.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A leitura horizontal do Quadro 3 mostra, em cada linha, a engrenagem completa de cada trilha; a leitura vertical, em cada coluna, revela a regularidade com que cada dimensão espectral se manifestou ao longo das quatro trilhas. É essa regularidade vertical que examino a seguir, dimensão por dimensão.

O Concebido Oculto, quando examinado transversalmente, revela um padrão que nenhuma leitura trilha por trilha capturaria: a CMNP não operou com um único plano oculto, monolítico e centralizado, como uma conspiração de diretoria. Operou com uma racionalidade adaptativa que se ajustava a cada circunstância, aproveitando o que estivesse disponível. Quando o instrumento era a geada, a empresa “dava uma segurada” nas vendas. Quando o instrumento era o isolamento, a empresa não pressionava pela ferrovia. Quando o instrumento era o solo, a empresa não investia em contenção de erosão. Quando o instrumento era a tributação, a empresa reclassificava a terra. Não é necessário postular um documento interno da CMNP dizendo “vamos reter Cianorte por cinco décadas”. É suficiente construir a inteligibilidade de que, a cada encruzilhada, a empresa tomou a decisão que preservava o estoque fundiário – o que as dezessete narrativas permitem inferir com consistência. Essa consistência, ao longo de décadas e através de diretores diferentes (com a exceção reveladora de Umuarama), é o que sustenta o Concebido Oculto como racionalidade operante: não um plano escrito, mas o padrão emergente que Mintzberg (1978) descreveu – decisões incrementais que, acumuladas no tempo, produzem uma estratégia que nunca precisou ser declarada para existir.

O Percebido Suspenso, quando examinado transversalmente, revela algo que Lefebvre (1991, p. 39) antecipou mas que raramente é construído empiricamente com tanta densidade: a prática espacial cotidiana dos habitantes de um espaço produzido pela ausência é, ela mesma, uma prática de suspensão. Os moradores de Cianorte não viveram a geada, o isolamento, a erosão e a paralisia política como quatro experiências separadas. Viveram como uma condição existencial única, que

se manifestava de formas diferentes conforme a década e a circunstância, mas que produzia sempre a mesma sensação: a de habitar uma cidade que não se completa. Sebastião Nogueira viveu o isolamento no corpo, dormindo quinze dias numa viagem de cem quilômetros. Aldo Pereira viveu a erosão como ferida aberta no centro da cidade. Marcelo Bertotti viveu a paralisia política como trinta anos de estagnação. Edith Ribeiro viveu a geada como o cheiro de café queimado e famílias que partiam para Minas. São experiências distintas, mas a suspensão é a mesma: a de quem espera que a cidade aconteça e ela não acontece. O Percebido Suspenso não é, portanto, a soma de quatro experiências de suspensão. É uma condição estrutural que atravessa todas as trilhas e que define o que significava, concretamente, viver em Cianorte entre 1960 e 2000.

O Vivido Assombrado, quando examinado transversalmente, produz o efeito interpretativo forte da Tríade, porque é aqui que as trilhas deixam de ser história e se tornam memória. E a memória, como Lefebvre (2008a) argumenta, não é o passado: é o passado que continua operando no presente como estrutura de sentido. Quando Helena Cordeiro diz que a Companhia “colocou o nome dela na cidade e Cianorte empacou”, ela não está descrevendo um fato passado: está descrevendo uma assombração presente, uma presença que não se dissipa, uma marca que a cidade carrega no corpo mesmo depois que a CMNP reduziu sua atuação direta. Quando Valdir Donato diz que a empresa tem “paciência e dinheiro”, ele está descrevendo o espectro tal como ele se manifesta para quem conviveu com ele intimamente: não como vilão, mas como uma força tão entranhada na vida da cidade que se confunde com a própria natureza das coisas. É exatamente isso que torna a Soberania do Vazio eficaz: ela opera no limiar entre a naturalização e a denúncia, num ponto onde a maioria dos habitantes sente que algo não está certo mas não consegue nomear o que é. A Tríade Espectral, como ferramenta de leitura, existe precisamente para dar nome a essa impossibilidade de nomear.

5.6.5 O vazio como produto, não como ausência de produto

A conclusão central que emerge do entrelaçamento das quatro trilhas pode ser formulada numa única proposição teórica, e é esta proposição que constitui a contribuição original desta tese para os estudos de produção do espaço urbano: o vazio de Cianorte não emerge, nas narrativas, como ausência de cidade – emerge

como a forma que a lógica acumulativa encontrou para produzir valor onde menos cidade foi produzida.

O referencial teórico construído no Capítulo 2, de Lefebvre (1991), passando por Harvey (1989; 1996), Corrêa (1989; 2013), e Vainer (2002), convergiu para uma inteligibilidade que nenhuma dessas perspectivas, isoladamente, permitiria construir. Esta tese, apoiada nesses seis pilares, constrói a inteligibilidade de que a produção do espaço pela ausência é uma forma de produção tão ativa e tão capaz de gerar valor quanto a produção do espaço pela construção. E que a Tríade Espectral, ao desdobrar a tríade lefebvriana original (Concebido, Percebido, Vivido) em suas formas espectrais (Oculto, Suspenso, Assombrado), oferece a ferramenta de leitura necessária para tornar essa produção visível.

O vazio da Zona 5, à luz das narrativas analisadas, dificilmente pode ser inteligível como mero terreno baldio. As trilhas examinadas permitem construir a leitura de que ele é, no contexto desta investigação, inteligível como artefato, como produto de cinco décadas de decisões empresariais que converteram uma catástrofe climática em pretexto, uma omissão logística em filtro, uma fragilidade geológica em elemento de legitimação, uma arquitetura política em escudo e uma reclassificação tributária em instrumento jurídico. Cada uma dessas operações, isoladamente, poderia ser explicada como reação racional a circunstâncias adversas. Mas a convergência de todas elas, ao longo de décadas, operadas pelo mesmo agente, produzindo o mesmo resultado, não pode ser explicada como coincidência. Pode ser explicada como sistema.

O que resta é a questão que esta tese abriu e que agora precisa enfrentar nas Considerações Finais: se o vazio foi produzido como sistema, ele pode ser desfeito como política? Se a Soberania do Vazio foi construída trilha por trilha ao longo de cinco décadas, ela pode ser desmontada? E se pode, por quem? A resposta a essas perguntas exige que a tese transite da investigação para a prospecção, da inteligibilidade construída para a possibilidade. E é a esse trânsito que o capítulo final se dedicará.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia um menino de cinco anos, em 1983, sentado no banco traseiro de uma Belina 1981, que chegou a Cianorte sem saber o nome da cidade e sem entender por que os pais haviam empacotado a vida inteira em malas, panelas e uma esperança que ele só reconheceria décadas depois como desespero disfarçado de coragem. Esse menino, nos anos que se seguiram, atravessou a pé terrenos vazios cercados por muros baixos no centro de uma cidade que todos chamavam de planejada. Brincou de bete em ruas que terminavam em mato. Ouviu os mais velhos falarem de uma tal erosão Mãe Biela com o mesmo tom com que se fala de um parente morto que ninguém quer lembrar mas ninguém consegue esquecer. Cresceu sem saber por que Cianorte tinha aqueles buracos enormes de cidade no meio da cidade, e quando perguntava, recebia sempre a mesma resposta, dita com resignação ou com orgulho, conforme o interlocutor: “a Companhia tem seus planos”. Esse menino carregou essa inquietação por quatro décadas, transformou-a em pergunta de pesquisa, e levou-a até um programa de doutorado com a convicção de que encontraria, finalmente, os motivos pelos quais a CMNP não conseguiu realizar o seu projeto para Cianorte. Encontrou outra coisa. Encontrou a inteligibilidade de que a CMNP pode ter realizado, com considerável consistência, um projeto distinto daquele que estava no papel. E que aqueles terrenos vazios, onde o menino brincava sem saber o que pisava, era um produto bem acabado da operação, expressão central da lógica acumulativa da Companhia.

Esta tese se propôs a responder uma pergunta que, ao longo do percurso investigativo, precisou ser subvertida para que pudesse ser respondida com honestidade. A pergunta original, aquela que eu carregava desde a infância e que formulei nos termos iniciais da pesquisa, pressupunha uma não realização: por que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não efetivou o planejamento que tinha para Cianorte? A pergunta reformulada, que emergiu do confronto entre as dezessete entrevistas e o referencial teórico, inverteu radicalmente o sujeito e o predicado: como a CMNP produziu o espaço urbano de Cianorte pela retenção sistemática do vazio, operando a não realização do plano original como vetor de acumulação fundiária? Essa inversão não foi um ajuste retórico. Foi a descoberta central da tese. E é sobre ela que estas considerações finais se estruturam.

O Capítulo 5, ao percorrer as quatro trilhas investigativas e sintetizá-las na seção 5.6, permitiu construir a inteligibilidade de que o vazio intraurbano de Cianorte, à luz das quatro trilhas percorridas, emerge nas narrativas como expressão de um sistema – quatro eixos simultâneos, cada um alimentando os demais numa retroalimentação que nunca ficou desarmada – cujas engrenagens os capítulos anteriores descreveram e cuja lógica central as considerações finais agora precisam nomear com precisão.

A primeira trilha permitiu construir a inteligibilidade de que a Geada Negra de 1975, longe de ser a causa da estagnação de Cianorte, foi convertida pela CMNP como estratégia de retenção que já estava em curso pelo menos desde 1960, conforme o testemunho de Antônio Bertoldo, topógrafo da própria empresa. A inteligibilidade que emerge das narrativas não é a de que a geada teria causado a retenção, mas a de que ela teria fornecido à retenção uma legitimidade que a tornava publicamente difícil de contestar, porque quem contestaria a dor de uma catástrofe que destruiu a vida de milhares de famílias?

A segunda trilha permitiu construir a inteligibilidade de que o isolamento de Cianorte, provocado pela demora da ferrovia e pela precariedade da PR-323, não foi combatido pela CMNP porque cumpria uma função dentro do sistema: sem infraestrutura de transporte, o fluxo de compradores permanecia controlável, e a empresa administrava o ritmo de vendas sem enfrentar pressão de demanda. A distinção entre bloqueio ativo e omissão calculada, que esta tese formulou com cuidado epistemológico, mostrou-se a chave para um argumento invulnerável: a CMNP não impediu a ferrovia, mas também não a combateu com a consistência que sua influência permitiria. E essa omissão, exercida por quem tinha poder político suficiente para pressionar, produziu os mesmos efeitos práticos que um bloqueio ativo teria produzido.

A terceira trilha permitiu construir a inteligibilidade de que o solo arenoso de Cianorte, assentado sobre o Arenito Caiuá, foi simultaneamente minimizado no momento da venda (quando a presença da peroba sustentava a ilusão de fertilidade) e maximizado no momento da justificativa (quando a erosão Mãe Biela se tornou argumento técnico para não expandir a cidade). A inteligibilidade que as narrativas permitem construir não é a de que a natureza teria impedido o crescimento, mas a

de que a possível instrumentalização da natureza por um agente cujos interesses não convergiam com a resolução do problema teria operado nesse sentido.

A quarta trilha permitiu construir a inteligibilidade de que a CMNP exerceu sobre Cianorte uma soberania paralela ao poder público formal, operando como ente privilegiado por meio de pelo menos quatro mecanismos documentados nas entrevistas: a reclassificação de solo urbano em rural para escapar do IPTU progressivo que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) impõe a proprietários de terrenos urbanos vazios, o veto (não de forma direta, mas indiretamente) à instalação da Matarazzo, o controle sobre a composição do poder político local desde o primeiro prefeito, e a neutralização de forças contestatórias. A reclassificação, que permanece vigente até 2026, configura um duplo privilégio: a empresa não paga o tributo que a legislação urbanística brasileira exige de quem retém solo urbano ocioso, e mantém as terras como reserva de valor – no sentido preciso que a teoria da Renda da Terra (Marx, 1985; Harvey, 2006) atribui ao conceito: um ativo cujo preço expressa a capitalização das rendas futuras esperadas – que se valoriza pelo crescimento da cidade ao redor, sem qualquer custo tributário proporcional. Essa operação é a negação mais concreta do direito à cidade formulado por Lefebvre (1991): os moradores de Cianorte foram privados não de um bairro existente, mas de bairros que deveriam existir.

Há uma dimensão desse episódio que merece ser nomeada, porque ela diz algo sobre a natureza do poder que a CMNP exerceu sobre Cianorte que vai além do conflito pontual do IPTU. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, Cianorte tornou-se formalmente um ente federativo autônomo – o que, em linguagem constitucional, significa que o município passou a deter competência para legislar sobre uso e ocupação do solo, para cobrar tributos sobre a propriedade urbana e para impor a função social da propriedade em seu território. Em teoria, o poder que a CMNP havia exercido sobre o ritmo e a direção do desenvolvimento urbano deveria encontrar, a partir de 1988, um contrapeso institucional mais robusto. O que as narrativas constroem, porém, é uma inteligibilidade distinta: a de que a autonomia formal não se traduziu em autonomia efetiva. Quando pergunto aos entrevistados sobre um período que é posterior à Constituição, o que emerge não é a imagem de um poder municipal que passou a disputar em pé de igualdade com a empresa, mas a de um poder municipal que continuou, em grande medida, a operar dentro dos

limites que a CMNP havia estabelecido nas décadas anteriores. A reclassificação das Zonas 5 e 6 como área rural permanece vigente até hoje, em 2026 – quatro décadas após a Constituição e mais de duas após o Estatuto da Cidade. Isso não é inércia burocrática. É a marca mais duradoura do que denomino Soberania do Vazio: a capacidade de um agente de produzir, num determinado momento histórico, uma configuração fundiária tão sólida que os marcos jurídicos posteriores, por mais bem-intencionados que sejam, encontram dificuldade de revertê-la. A Constituição de 1988 nomeou o problema; o Estatuto da Cidade criou os instrumentos para combatê-lo; mas a CMNP havia operado o mecanismo decisivo antes que qualquer um dos dois existisse. E, como Vainer (2002) nos ensina, a cidade-empresa não governa contra a lei – ela governa antes que a lei chegue.

Nenhum desses mecanismos, isoladamente, permitiria construir a inteligibilidade de uma conspiração. Mas a convergência de todos eles, ao longo de décadas, operados ou facilitados pelo mesmo agente, produzindo sistematicamente o mesmo resultado, não pode ser explicada como coincidência. Pode ser explicada como posição estrutural, nos termos de Corrêa (2013), ou como coerência estruturada, nos termos de Harvey (1996).

A síntese espectral, por fim, permitiu construir a inteligibilidade de que as quatro trilhas não são casos isolados, mas engrenagens de um mesmo sistema. O elemento que mais tensiona as inteligibilidades construídas pelas narrativas não vem de Cianorte: vem de Umuarama, onde as perspectivas reunidas constroem a mesma CMNP, com a mesma estrutura jurídica, o mesmo capital e o mesmo modelo de colonização, produzindo um resultado espacial radicalmente diferente. O que essa convergência de vozes permite construir a partir das perspectivas situadas em Cianorte, é a inteligibilidade de que o fator diferenciador não seria climático, nem geológico, nem logístico, mas administrativo: a decisão de um diretor, na formulação de Antônio Bertoldo. É com base nessa inteligibilidade, e com a consciência de que ela foi construída por vozes situadas em apenas um dos lados, que a Soberania do Vazio pode ser reposicionada: não como fenômeno estrutural atribuível a fatalidades externas, mas como possibilidade de escolha situada, cuja densidade uma pesquisa futura, construída também com perspectivas de Umuarama, terá condições de ampliar.

Uma das contribuições desta tese para os estudos de produção do espaço urbano é a proposição e a mobilização da Tríade Espectral como ferramenta de leitura inspirada na tríade lefebvriana original. Lefebvre (1991) formulou três dimensões interdependentes da produção do espaço: o espaço concebido (as representações do espaço, os planos, os mapas, os projetos), o espaço percebido (a prática espacial cotidiana, o uso do território) e o espaço vivido (os espaços de representação, a dimensão simbólica e afetiva da experiência espacial). Essa tríade, que se tornou referência obrigatória nos estudos urbanos, foi pensada, conforme desenvolvido na seção 2.1.3 e sustentado pelas narrativas percorridas ao longo do Capítulo 5, para examinar espaços produzidos pela presença: cidades construídas, bairros edificados, infraestruturas implantadas. O que esta tese enfrentou foi um desafio para o qual a tríade original não foi desenhada: como analisar um espaço produzido pela ausência?

A resposta foi desdobrar cada dimensão lefebvriana em sua forma espectral, ou seja, na forma que ela assume quando o que opera não é a produção visível, mas a retenção invisível.

O Concebido Oculto, conforme as narrativas tornaram visível, não operou como plano escrito, mas como racionalidade adaptativa – termo que esta tese formula a partir da racionalidade limitada de March e Simon (1958): não a maximização racional de um objetivo previamente declarado, mas o encadeamento de decisões suficientemente adequadas ao contexto, que Mintzberg (1978) identificou como a estrutura da estratégia emergente. A cada encruzilhada, a empresa tomou a decisão que preservava o estoque fundiário. A consistência dessa escolha, ao longo de cinco décadas e através de quatro trilhas distintas, é o que sustenta com mais robustez o Concebido Oculto como racionalidade operante: não um plano escrito, mas o padrão que nunca precisou ser declarado para produzir sempre o mesmo resultado.

O Percebido Suspenso, construído ao longo das quatro trilhas, capturou a experiência cotidiana de habitar uma cidade que se recusava a se completar: os quinze dias de viagem de Sebastião Nogueira, a erosão que engolia ruas na memória de Aldo Pereira, a partida das famílias descrita por Edith Ribeiro. A prática espacial em Cianorte era definida pela ausência, não pelo uso.

O Vivido Assombrado capturou a dimensão mais persistente: a memória como presença do que continua operando. Quando Helena Cordeiro diz que a Companhia “colocou o nome dela na cidade e Cianorte empacou”, descreve não um fato encerrado, mas uma marca que a cidade carrega no corpo urbano. O Vivido Assombrado é o momento em que a Soberania do Vazio se completa: quando os habitantes naturalizam a condição que os subordina, o poder já se tornou paisagem.

A mobilização investigativa da Tríade Espectral, aplicada a quatro trilhas distintas e depois articulada transversalmente na síntese, tornou visível que essa ferramenta de leitura permite capturar dinâmicas de produção do espaço que a tríade lefebvriana original, em sua formulação para espaços produzidos pela presença, não alcançaria com a mesma precisão. O Concebido Oculto torna visível a agência que se esconde na omissão. O Percebido Suspenso torna inteligível a experiência de habitar um espaço que se nega. O Vivido Assombrado torna nomeável a permanência do poder mesmo depois que o agente recua. Juntas, as três dimensões espectrais oferecem ao campo dos estudos urbanos uma gramática para a produção do espaço pela ausência, um fenômeno que esta tese acredita ser muito mais frequente do que a literatura reconhece, e não apenas em cidades-empresa do Norte do Paraná.

Além da Tríade Espectral como ferramenta de leitura, esta tese propôs o conceito de Criptoprodução Especulativa do Espaço para nomear o mecanismo pelo qual um agente fundiário produz espaço urbano pela sua não produção sistemática. O termo “cripto” não remete aqui a criptomoedas nem a criptografia, mas ao sentido original grego de *kryptós*: o que está oculto, o que opera sem se revelar. A Criptoprodução é a produção que se disfarça de não produção. É o investimento que se apresenta como abandono. É a estratégia que se mascara de infortúnio.

O que as narrativas, articuladas às quatro trilhas, permitem construir é a inteligibilidade de que a Criptoprodução Especulativa operou pela conversão sistemática de condições externas – geada, isolamento, fragilidade geológica, tributação – em instrumentos de retenção e valorização. Nessa lógica, acumular não exigiu construir. Exigiu, ao contrário, não construir. E essa não construção, não cidade, longe de ser passividade, exigiu uma série de operações ativas: reclassificar o solo, não pressionar pela ferrovia, não investir em contenção de erosão, não aceitar empresas que viriam investir na cidade, não abrir a Zona 5 e o restante da Zona 6,

não lotear quando havia compradores. Cada “não” era uma decisão que produzia espaço tão concretamente quanto qualquer canteiro de obras. Harvey (1989, 1996), ao formular o conceito de capital fixo espacial, e Neil Smith (1979), ao propor o *rent gap*, ambos a partir da teoria da Renda da Terra de Marx (1985), abriram o caminho teórico para compreender como a retenção fundiária gera valor: a terra retida não está economicamente inerte, mas acumula, como reserva de valor, as rendas futuras que o proprietário projeta realizar quando o momento de mercado for mais favorável. Esta tese construiu a inteligibilidade de, com base em dezessete entrevistas e quatro trilhas investigativas, como essa retenção opera na prática quando exercida por um agente plurifuncional (Corrêa, 2013) numa cidade-empresa (Vainer, 2002) sob condições de heteronomia espacial (Souza, 2015). Santos (2006) acrescenta a esse quadro uma distinção que o caso de Cianorte materializa de forma concreta: a diferença entre o espaço das redes, aquele controlado por agentes corporativos conectados a fluxos de capital que transcendem o território local, e o espaço banal, aquele onde os demais vivem o cotidiano. A CMNP operava a partir do espaço das redes, conectada a bancos em São Paulo, a capitais internacionais, a redes políticas nacionais. Os moradores de Cianorte habitavam o espaço banal, definido, neste caso, pela ausência daquilo que o agente de rede retinha. A Criptoprodução Especulativa do Espaço operou nessa fratura: o que para o habitante era o chão da vida cotidiana – o lote que deveria estar disponível, o bairro que deveria ter sido entregue, a rua que deveria ter sido pavimentada – era, para a CMNP, um ativo de rede a ser realizado no momento que seus próprios critérios de valorização determinassem oportuno.

Uma tese que se pretende honesta precisa nomear seus próprios limites com a mesma precisão com que nomeia suas contribuições. O primeiro limite é documental. Esta pesquisa trabalhou exclusivamente com fontes orais (dezessete entrevistas) e com fontes secundárias (historiografia local, legislação, materiais da CMNP disponíveis publicamente). Não foi possível acessar os arquivos internos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que poderiam conter atas de diretoria, memorandos, planos estratégicos e correspondências que documentariam, nuançariam ou tensionariam a inteligibilidade aqui construída de retenção. A tese construiu seu argumento sobre a convergência de testemunhos independentes e sobre a consistência das decisões ao longo do tempo, não sobre provas documentais

de intenção declarada. Essa escolha metodológica é coerente com o Construcionismo Social que a pesquisa adota, para o qual a realidade é construída intersubjetivamente e as fontes orais são tão legítimas quanto as documentais. Mas deve aqui esclarecer que, a CMNP poderia, caso seus arquivos fossem abertos, apresentar uma narrativa diferente, e que esta tese estaria obrigada, por seu próprio rigor epistemológico, a confrontar essa narrativa com a que aqui se construiu.

O segundo limite é geográfico. Esta tese construiu a inteligibilidade sobre Cianorte em profundidade e mobilizou Umuarama como horizonte comparativo e não como segundo caso empiricamente constituído, mas como pergunta que as vozes cianortenses tornaram inevitável. Mas não analisou sistematicamente outras cidades fundadas pela CMNP, como Londrina e Maringá, que poderiam oferecer subsídios adicionais ou revelar variações do mesmo mecanismo. Uma pesquisa comparativa futura, que aplicasse a Tríade Espectral a três ou quatro cidades do mesmo sistema colonizador, teria condições de examinar se a Soberania do Vazio é um fenômeno específico de Cianorte ou se é uma possibilidade estrutural do modelo de colonização da CMNP que se atualizou de formas distintas conforme as condições locais e as decisões de cada diretoria.

O terceiro limite é temporal. As entrevistas foram realizadas entre 2024 e 2025, com sujeitos que narram eventos ocorridos entre as décadas de 1950 e 2000. A memória, como qualquer pesquisador qualitativo sabe, reconstrói o passado à luz do presente. Os entrevistados que hoje descrevem a CMNP como especuladora podem estar projetando sobre o passado uma consciência crítica que não tinham na época dos eventos. Esta tese tratou esse risco com dois cuidados: primeiro, valorizou as falas que descrevem práticas concretas (datas, mecanismos, episódios específicos) sobre as falas que oferecem juízos genéricos; segundo, confrontou sistematicamente as interpretações dos entrevistados com os registros documentais disponíveis, distinguindo o que as fontes sustentam do que elas sugerem. O caso mais emblemático dessa distinção foi o tratamento dado à ferrovia, onde a tese recusou a tese do bloqueio ativo (que as perspectivas reunidas não sustentam) e formulou a tese da omissão calculada (que as perspectivas reunidas sustentam com consistência).

O quarto limite é o do próprio pesquisador. Eu nasci em outra cidade, mas cresci em Cianorte. Minha família veio para cá com a mesma esperança que moveu

os pioneiros das décadas anteriores. Os vazios que motivaram esta tese são os mesmos onde brinquei de beto e onde hoje passo de carro com meus filhos. Essa inscrição biográfica no objeto de estudo é, ao mesmo tempo, a maior força e o maior risco desta pesquisa. É força porque me deu acesso a uma compreensão encarnada do Percebido Suspenso que nenhum pesquisador externo teria. É risco porque pode ter me levado a ver intencionalidade onde havia contingência, a ouvir confirmação onde havia ambiguidade, a buscar nas entrevistas o que eu já queria encontrar. Enfrentei esse risco de três formas: pela inclusão e pelo tensionamento das vozes dissonantes (Fernando Castilho, Roberto Carvalho Neto), pela distinção sistemática entre o que as perspectivas reunidas sustentam e o que elas sugerem, pela mobilização do horizonte comparativo de Umuarama como elemento que torna as explicações exclusivamente externas insuficientes. Se a mesma CMNP não reteve em Umuarama, a retenção em Cianorte não pode ser explicada apenas por fatores estruturais. O que as perspectivas reunidas permitem construir é a inteligibilidade de que um fator decisório importa – e que esse fator, na formulação de Antônio Bertoldo, estava no diretor local da CMNP. Aprofundar essa inteligibilidade a partir do outro lado é o que uma pesquisa futura com perspectivas de Umuarama terá condições de elaborar com a densidade que ela merece.

Esta tese abre pelo menos quatro caminhos de investigação que não puderam ser percorridos dentro dos limites desta pesquisa, mas que o corpus narrativo e teórico aqui produzido torna viáveis e urgentes.

O primeiro é a pesquisa comparativa entre cidades-empresa da CMNP. A Tríade Espectral e o conceito de Criptoprodução Especulativa foram formulados e mobilizados em Cianorte. Aplicá-los a Londrina (onde a ferrovia chegou cedo e o crescimento escapou parcialmente ao controle da empresa), a Maringá (onde o plano de Jorge de Macedo Vieira foi mais integralmente executado) e a Umuarama (onde a retenção não operou com a mesma intensidade) teria condições de examinar se a ferramenta de leitura proposta é capaz de construir inteligibilidades igualmente densas em contextos distintos daquele que a originou. Se essa capacidade se sustentar em outros casos, a Tríade se qualifica como contribuição teórica de alcance mais amplo. Se a inteligibilidade que ela permite construir mostrar-se específica ao caso de Cianorte, ela ainda assim terá valor como ferramenta interpretativa situada, mas sua pretensão teórica precisará ser recalibrada. Cabe

registrar que esta tese não postula a Soberania do Vazio como lei universal da colonização empresarial. Postula-a como possibilidade estrutural: o modelo de colonização da CMNP, ao concentrar propriedade fundiária, promoção imobiliária e influência sobre o Estado num único agente, criou as condições para que a retenção pudesse operar. Se ela operou ou não em cada cidade dependeu de decisões administrativas localizadas, como o horizonte comparativo de Umuarama sugere, a partir das vozes situadas em Cianorte. A Soberania do Vazio é, portanto, contingente, não universal, e é precisamente essa contingência que torna a pesquisa comparativa futura necessária.

O segundo caminho é a investigação dos arquivos internos da CMNP. Esta tese construiu, por meio de perspectivas orais e da articulação de convergências entre narrativas independentes, a inteligibilidade de que a empresa operou uma racionalidade de retenção ao longo de décadas. Mas o registro documental dessa racionalidade, se existir, está nos arquivos que a empresa mantém fechados. Uma pesquisa futura que negociasse acesso a atas de diretoria, correspondências entre a sede em São Paulo e a gerência local, e planos internos de comercialização poderia ampliar, nuançar ou tensionar as inteligibilidades construídas nesta tese. Em qualquer dos três cenários, o campo ganharia.

O terceiro caminho é a aplicação da Tríade Espectral a outros contextos de produção do espaço pela ausência, fora do universo das cidades-empresa paranaenses. Grandes centros urbanos brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília possuem vastas áreas retidas por proprietários fundiários que operam lógicas análogas às da CMNP, ainda que em escala e contexto jurídico diferentes. A legislação do IPTU progressivo no tempo, prevista no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), foi criada precisamente para combater a retenção especulativa de terrenos urbanos, mas sua aplicação efetiva permanece limitada em grande parte dos municípios brasileiros. A Tríade Espectral poderia oferecer uma gramática interpretativa para compreender os limites de aplicação dessa legislação: não apenas porque faltam instrumentos jurídicos, mas porque o Concebido Oculto dos agentes fundiários, o Percebido Suspenso dos moradores e o Vivido Assombrado das cidades se combinariam para naturalizar a retenção como paisagem, tornando politicamente inviável o que é juridicamente possível.

O quarto caminho, e talvez o mais ambicioso, é a formulação de uma política pública de desmontagem da Soberania do Vazio em Cianorte. Esta tese construiu uma inteligibilidade sobre o sistema. Não propôs caminhos de intervenção. Mas essa inteligibilidade aponta, inevitavelmente, para as condições que precisariam ser alteradas para que o sistema deixasse de operar. Se a Soberania do Vazio se sustenta pela concentração fundiária, pela captura do Estado local e pela naturalização do vazio como fatalidade, sua desmontagem exigiria, ao menos, quatro intervenções simultâneas: primeira, a reversão da reclassificação tributária que mantém a Zona 5 e o restante da Zona 6 como áreas rurais, restituindo-as ao perímetro urbano e sujeitando-as ao IPTU progressivo no tempo conforme previsto no Estatuto da Cidade; segunda, a adoção de instrumentos de transparência fundiária que obriguem proprietários de grandes glebas urbanas a declarar publicamente seus planos de uso, impedindo que a retenção opere como Concebido Oculto; terceira, a criação de mecanismos de participação popular no planejamento urbano que rompam a heteronomia espacial descrita por Souza (2015), garantindo que as decisões sobre o destino das áreas retidas não fiquem exclusivamente nas mãos do proprietário e de vereadores alinhados; quarta, a formação de uma cultura institucional nas prefeituras de cidades-empresa que reconheça o agente fundiário plurifuncional (Corrêa, 2013) como risco à autonomia do planejamento público, e que implemente salvaguardas jurídicas contra a captura do Estado local, como vedação a que ex-funcionários da empresa colonizadora ocupem cargos na administração urbanística municipal nos primeiros anos de emancipação.

Volto, agora, àquele menino de 1983. Ele não sabia nada do que estas páginas contêm. Não conhecia Lefebvre, não sabia o que era *rent gap*, não tinha ouvido falar de Tríade Espectral nem de Criptoprodução Especulativa do Espaço. Sabia apenas que havia algo de errado naqueles terrenos vazios cercados por muros baixos no centro de uma cidade que todos diziam ser planejada. Sabia que Maringá, onde os tios moravam e aonde ele ia nas férias, era diferente. Sabia que os adultos, quando perguntados, desviavam o olhar ou soltavam aquela frase que ele ouviria centenas de vezes ao longo da vida: “a Companhia tem seus planos”. E sabia, com aquela certeza silenciosa que as crianças carregam quando pressentem que os adultos estão escondendo alguma coisa, que a resposta não explicava nada.

Quatro décadas depois, esse menino se tornou pesquisador e voltou àqueles mesmos terrenos com um gravador, um referencial teórico e dezessete pessoas dispostas a falar. E o que descobriu não foi exatamente o que esperava. Esperava encontrar os culpados pela não realização do plano de Cianorte. Encontrou, no lugar, os operadores de uma lógica que precisava apresentar-se como não realização para continuar funcionando. Esperava que a geada, a ferrovia, o solo e a política fossem os obstáculos que impediram a cidade de acontecer. Encontrou, no lugar, os instrumentos que permitiram à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná extrair renda fundiária de um território cujo valor, paradoxalmente, residia em não ser ocupado.

A frase que o menino ouvia dos adultos estava certa, embora nenhum dos dois soubesse naquele momento o quanto. A Companhia tinha seus planos. Tinha, sim. E o mais persistente de todos era o vazio.

Esta tese nasceu da inquietação de uma criança que não aceitava o silêncio como resposta. Encerra-se com a convicção, construída ao longo de quatro anos de pesquisa, de que o silêncio era a resposta. O silêncio da CMNP sobre seus verdadeiros interesses. O silêncio da ferrovia que não chegava. O silêncio do solo que não sustentava o que prometiam. O silêncio dos prefeitos que não enfrentavam quem lhes dera o cargo. O silêncio dos moradores que sentiam mas não sabiam nomear. A Soberania do Vazio operou, durante cinco décadas, como uma arquitetura de silêncios sobrepostos. E o trabalho desta tese foi, antes de tudo, um trabalho de escuta: ouvir o que o silêncio dizia.

Lefebvre (1991) escreveu que o direito à cidade é o direito de não ser excluído da centralidade. Em Cianorte, os moradores nunca foram excluídos da centralidade. Foram excluídos de algo mais fundamental: da decisão sobre o que a centralidade seria. Viveram durante décadas no centro geométrico de um projeto que não era para eles, cercados por terrenos que lhes pertenciam apenas como paisagem, nunca como possibilidade. Harvey (1996) diria que essa é a forma eficiente de espoliação: aquela em que o espoliado não sabe que está sendo espoliado, porque o vazio se apresenta como natureza, não como decisão. Santos (2006) diria que essa é a expressão mais local de uma fratura que o capitalismo produz em escala global: o espaço banal dos moradores de Cianorte – o chão da vida cotidiana, os oitocentos metros de mato entre terrenos murados que o menino atravessava a pé – convertido

em reserva do espaço das redes, àquela distância que separa quem habita de quem controla os fluxos de capital que decidem quando e se o espaço será produzido. Souza (2015) diria que essa é a forma aguda de heteronomia: aquela em que os habitantes não apenas não decidem sobre o espaço, mas não sabem que poderiam decidir. E Lefebvre (1991) diria que essa é a dimensão mais persistente da produção do espaço pela ausência: a distância entre o espaço concebido por quem controla a terra e o espaço vivido por quem a habita – uma distância que, em Cianorte, as narrativas constroem como a distância entre quem desenhou o mapa e quem atravessou seus vazios por décadas sem jamais ter sido consultado sobre o que deveria estar ali.

E se ainda restar dúvida de que essa lógica pertence ao passado, basta olhar para o presente. Em 2025, ao completar seu centenário, a CMNP passou a anunciar, precisamente sobre a área que corresponde ao restante da Zona 6, um novo empreendimento imobiliário batizado como Residencial Parque Centenário. Nas próprias palavras da empresa, publicadas em suas redes sociais:

É com grande orgulho que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná apresenta o conceito do Residencial Parque Centenário, um empreendimento que marcará nossa trajetória rumo aos 100 anos em 2025. [...] o empreendimento foi idealizado para resgatar o padrão de excelência em urbanização usado na fundação das cidades do Norte do Paraná (CMNP, 2025).

A escolha lexical é reveladora: “resgatar o padrão de excelência em urbanização usado na fundação das cidades do Norte do Paraná”. Setenta e dois anos depois de fundar Cianorte com a promessa de uma cidade-modelo que jamais se concretizou por inteiro, a CMNP oferece agora, sobre a terra que reteve todo esse tempo, uma nova promessa – e o faz invocando, a mesma retórica fundacional. O outdoor instalado no próprio terreno vazio, reproduzido na Figura 11 a seguir, condensa essa retórica em uma única frase: “um projeto único para nós... e para você”. O “nós” é a Companhia. O “você” é o cianortense que, setenta anos depois, é convidado a comprar aquilo que a empresa lhe prometeu em 1953 e reteve todo esse tempo.

Figura 11 – Outdoor do empreendimento Parque Centenário, da CMNP, sobre a área do restante da Zona 6 (2025).



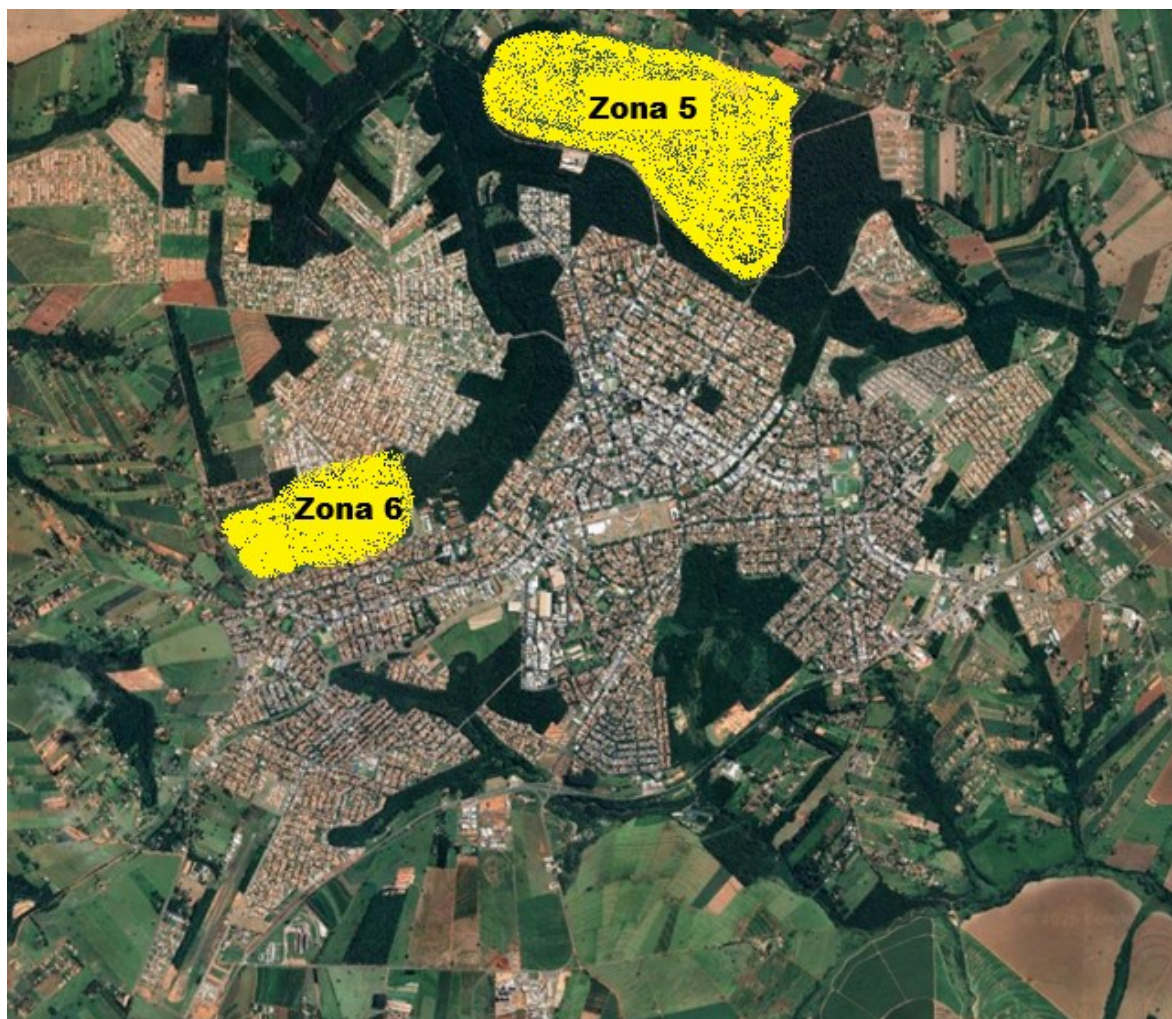
Fonte: registro realizado pelo autor em outubro de 2025, Cianorte-PR.

O paralelo com as propagandas de 1954 apresentadas no Capítulo 4 (Figuras 2, 3 e 4) é impossível de ignorar. A mesma empresa que, ao lançar Cianorte na Revista A Pioneira, prometia “a nova e moderna cidade inaugurada na cafelândia paranaense” e vendia lotes sob a chancela de uma metrópole que jamais se concretizou, agora oferece, na mesma retórica de exclusividade e futuro, um bairro sobre a terra que reteve durante sete décadas. Não é continuidade acidental: é a arquitetura da Soberania do Vazio se atualizando diante dos meus olhos, no ano em que concluo esta tese – e, para o menino que fui e ainda sou, a demonstração mais eloquente de que a lógica que acabo de nomear não descreve um passado encerrado, mas um presente que segue operando.

A Zona 5 continua ali. Quem passa de carro pode ver um terreno que a empresa ainda não desenvolveu. Quem leu estas páginas pode ver outra coisa: o que as narrativas analisadas permitem construir como a expressão mais acabada de uma lógica em que a não produção do espaço pode, em determinados contextos, gerar mais valor do que a sua construção. Não é afirmação universal. É a inteligibilidade que emerge de quatro décadas de vazios, dezessete entrevistas e um percurso investigativo que começou na infância e termina aqui – com a percepção de que a cidade mais cara pode não ser a que se constrói, mas a que se promete construir e, com paciência e dinheiro, permanece como promessa.

Do alto, essa promessa retida se torna literalmente visível. A vista aérea de Cianorte em 2026, apresentada na Figura 12 a seguir, confirma o que o texto vinha construindo desde a primeira página: no centro geométrico da cidade construída, a Zona 5 e o restante da Zona 6 permanecem como duas grandes manchas de vazio.

Figura 12 – Vista aérea de Cianorte em 2026: Zona 5 e restante da Zona 6 destacadas.



Fonte: Google Earth (2026), com destaque elaborado pelo autor.

É esse vazio que o menino atravessava a pé em 1983, e é esse mesmo vazio que a Figura 12 registra hoje – setenta e três anos depois da fundação da cidade e cerca de quarenta anos depois de eu ter cruzado, pela primeira vez, aqueles oitocentos metros de mato até a altura dos joelhos. Entre o menino e a imagem de satélite, não mudou o vazio: mudou apenas a inteligibilidade que agora consigo construir sobre ele.

O objetivo central desta tese – construir, por meio das narrativas dos sujeitos envolvidos com a produção do espaço urbano de Cianorte, uma inteligibilidade sobre as condições históricas, geográficas e políticas que compõem a relação entre o espaço planejado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e o espaço efetivamente produzido em Cianorte – foi alcançado. O percurso das quatro trilhas e sua síntese espectral permitiram construir essa inteligibilidade com a densidade que o Construcionismo Social exige: não pela verificação de um argumento, mas pela convergência de dezessete perspectivas situadas que, em conjunto, tornaram visível o que a historiografia local havia naturalizado como fatalidade.

Em síntese, esta tese construiu a inteligibilidade de que a Criptoprodução Especulativa do Espaço, operada pela Soberania do Vazio e tornada visível como inteligibilidade pela Tríade Espectral, constitui um fenômeno distinto da especulação fundiária convencional: não se trata apenas de reter terra esperando valorização, mas de produzir espaço urbano pela sua não produção sistemática, convertendo a ausência em ativo e a promessa em instrumento de acumulação. O menino de 1983 finalmente tem a sua resposta. Ela não é a que ele esperava. Mas é a que Cianorte precisava ouvir.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renan Pereira; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, p. 417-436, 2017.

ANDRADE, C. R. M. DE. **Barry Parker, um arquiteto inglês na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.

Arias Neto, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930- 1975)**. Londrina: EDUEL, 1998.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. **Parque Municipal Arthur Thomas em Londrina – PR: conflitos políticos e socioambientais em um território de diversidade (1975-2009)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.uel.br/handle/123456789/12317>> acesso em 14 jan 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. 2006. 242 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BORGES, William Antonio. **Gestão Metropolitana: sua construção a partir de duas experiências de associativismo territorial na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese (doutorado) FGV – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2013.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, 11 jul. 2001.

BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 3, p. 525-535, 2003.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997a.

BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997b.

BUESCU, Mircea. A Missão Inglesa de 1924. **Rev. de Informação Legislativa**. Brasília: Senado Federal, ano 21, no 82: 173-186, abr./jun. 1984.

BURR, Vivien. **Social Constructionism**. 3. ed. London: Routledge, 2015.

CAMPOS, Cristina de; ALMEIDA, Eneida de; ALMEIDA, Bruno Fontes. Ferrovias, desenvolvimento urbano e questões do patrimônio no Brasil: o caso de Patos-PB.

Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), v. 21, 2023. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2023.211019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/risco/article/view/211019>. Acesso em: 12 de jan 2024.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense - 1900/1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, Ana, Fani A. **Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

CASCIOLA, Ítalo Fábio. Projeto urbano de Umuarama foi inspirado num tabuleiro de xadrez. **Umuarama Ilustrado**. Umuarama, 5 maio, 2011. (Na Trilha da História).

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CHOMA, Daniel. **Café passado agora: narrativas em torno de fotografias de Armínio Kaiser, produzidas entre 1957 e 1970, sobre a cafeicultura no norte do Paraná**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://sbicafe.ufv.br/items/1f023d69-f0af-4c47-9cca-9da2ffa2f110>>. Acesso em: 12 de jan 2024.

CIANORTE. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cianorte**: diagnóstico. Cianorte: [s. n.], 1995. v. 1.

CIOFFI, Helena. *et al.* **Cianorte: sua história contada pelos Pioneiros**. Maringá: Ideal, 1995.

CLICHEVSKY, Nora. La tierra vacante en América Latina. **Land Lines**, Lincoln Institute of Land Policy, v. 11, n. 6, nov. 1999.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação Comemorativa do cinquentenário da CMNP. 2. ed. São Paulo: CMNP, 1977.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP. **Residencial Parque Centenário: um empreendimento que marcará nossa trajetória rumo aos 100 anos**. [Postagem em rede social]. Cianorte, 2025.

CORBOZ, André. Le territoire comme palimpseste. In: _____. **Le territoire comme palimpseste et autres essais**. Besançon: Éditions de l'Imprimeur, 2001, p. 209-229. (Publicação original: *Diogenes*, n. 121, janeiro-março de 1983.)

CORDOVIL, FC de S. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo em Maringá, PR, 1947 a 1982**. 2010. Tese de doutorado. São Carlos, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. In: Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed, 2010.

DALBERTO, Anelise Guadagnin. **O desenho da cidade e a identidade urbana: o caso da expansão de Cianorte-PR**. Dissertação. Mestrado em Engenharia Urbana. Universidade Estadual de Maringá, 2009.

DIAS, Edson dos Santos. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ENDLICH, Angela; MORO, Dalton Aureo. Maringá: Espaço e tempo. In: MORO, Dalton (org.) **Maringá espaço e tempo: ensaio de Geografia Urbana**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEM, 2003.

ESTRADA, Jorge F. Duque. Terra Crua. Curitiba: S.I; s.n. 1961.

Fausto, Boris. **Revolução de 1930: historiografia e história**. 1990.

FRESCA, Tânia M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1991.

GERGEN, K. J. **An invitation to social construction**. 3.ed. London: Sage, 2015.

GERGEN, K.J. **The place of the psyche in a constructed world**. Theory Psychol., v.7, n.6, pp.723-46, 1997.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. Chicago: Aldine, 1967.

GONÇALVES, José H. R. **Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná – 1930-1970**. In Dias, R.; GONÇALVES, J.H.R. (coord.). Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: EDUEM, 1999, p. 88-121.

HALL, P. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço e Debates, ano XVI, n. 39, 1996, p. 48-64.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**: An enquiry into the origins of cultural change. Blackwell, 1989.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HOFF, Sandino. **A ocupação do Norte**. In: Cenários de Economia e Política: Paraná. Curitiba: Prephácio, 1991. p. 25-39.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. Tradução Aurélio Lagonego. Introdução Dacio Araújo Benedicto Ottoni. São Paulo, Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

IBÁÑEZ, Tomás. **Municiones para disidentes**: realidad, verdad, política. Gedisa, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101725.pdf>> Acesso em: 30 jan 2024.

IÑIGUEZ, Lupicio. Construcionismo Social e Psicologia Social. In: Martins, João B., HAMMOUTI, Nour-Din El, IÑIGUEZ, L. **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RIMA, 2002. p. 127-156.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JORNAL FOLHA DE CIANORTE. **Cianorte poderia crescer 30% com ocupação de espaços vazios, diz Nelson Magron Jr**. 13 de dezembro de 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Centauro. 2008b.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Blackwell, 1991.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

LOPES, Ana Yara Dania P. Pioneiros do Capital: a colonização do Norte Novo do Paraná. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, USP – São Paulo, 1982.

LUZ, France. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: a Prefeitura, 1997.

MARCH, James G.; SIMON, Herbert A. **Organizations**. New York: John Wiley & Sons, 1958.

MARTINS, Gelise Cristine P. **A construção da história oficial de Cianorte e a consolidação da memória coletiva, através do Projeto Resgate Cultural (1953-1975).** 2021.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOON JR., Robert H. Railroads, coffee, and the growth of big business in São Paulo, Brazil. **Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 57, n. 2, p. 273-295, 1977.

MENDES, César Miranda. **O edifício no jardim: um plano destruído – a verticalização de Maringá.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **Cidade-Jardim, cidade sustentável:** a estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá. Maringá. Eduem. 2009.

MINAYO, Maria Cecília S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINTZBERG, Henry. Patterns in Strategy Formation. **Management Science**, v. 24, n. 9, p. 934-948, 1978.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957. 248 p.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, março de 1956, n. 22, p. 55-97.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PRADO Jr, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** 4ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas:** os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

RESENDE, Ubiratan Pereira. **Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do Parque Municipal Cascavel em Goiânia**. Geografia (Londrina), v.22, n.2. p. 79-102, 2014.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative methods for the human sciences**. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

RONQUIM, Joyce. Degradação do Córrego Mimosa de Umuarama – PR. Monografia de Conclusão de curso. Universidade Federal do Paraná, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razões e Emoções**. 4. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Editora Record, 2000.

SIQUEIRA, Tagore Villarin de. **As primeiras ferrovias do nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Great Western Railway**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17000>>. Acesso em: 12 jan de 2024.

SMITH, Neil. Toward a theory of gentrification: A back to the city movement by capital, not people. **Journal of the American Planning Association**, v. 45, n. 4, p. 538-548, 1979.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Terrain vague. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Territorios**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002. p. 180-193.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. Unesp, 2004.

SOUZA, Nadir Leandro de. **O Parque Cinturão Verde de Cianorte: De Fragmentação Florestal à área protegida no Espaço Urbano**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SPINK, M. J. **Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teóricometodológica para análise das práticas discursivas**. In Spink, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. Edição virtual, 2013.

SPINK, Peter K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma perspectiva pós construcionista. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

STEINKE, R. Z. **Ruas curvas versus ruas retas: na história das cidades, três projetos do engenheiro Jorge de Macedo Vieira.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP, São Carlos, 2002.

STEINKE, Rosana Zanete. **Ruas curvas versus ruas retas: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira.** Maringá: Eduem, 2007. 212 p.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia ferroviária no Brasil.** Rio de Janeiro: Notícia & Cia, 2011.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Região Norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. **Revista Semina, Passo Fundo**, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias.** Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná.** 1989, 254f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1989.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná.** In: Dias, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999

TOPALOV, Christian. **Ganancias y rentas urbanas.** Madrid: Siglo XXI, 1984.

TRIBUNA DE CIANORTE. Wilson Varella: **o homem que fez empréstimo para administrar Cianorte.** Edição de 20/07/2015. Disponível em <<https://www.tribunadecianorte.com.br/sem-categoria/wilson-varella-o-homem-que-fez-emprestimo-para-administrar-cianorte/>> Acesso em 23 mar 2024.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** v. 3, p. 75-103, 2002.

VARELLA, Izaura A.T. **Sob as sombras das perobas da minha terra.** Cianorte: Midiograf, 2019.

VARELLA, Izaura, A.T. **A estrada de ferro de Cianorte, um melancólico fim de sonho.** **Tribuna de Cianorte.** Cianorte, 27/05/2023. Disponível em <<https://www.tribunadecianorte.com.br/coluna/tribuna-livre/a-estrada-de-ferro-de-cianorte-um-melancolico-fim-de-sonho/>> Acesso em 10 jan 2024.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 3. ed. São Paulo, 2000.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista semiestrutura

A seguir, as perguntas previamente selecionadas:

1. Qual o seu nome completo?
2. Em que ano o(a) Sr(a) chegou em Cianorte? Poderia nos contar um pouco sobre as circunstâncias que motivaram sua vinda ou da sua família para a cidade?
3. Como o(a) Sr(a) descreveria sua experiência de vida em Cianorte, tanto pessoal quanto profissional, desde sua chegada? Que mudanças mais marcaram sua trajetória aqui?
4. Na sua opinião, quais foram as transformações mais significativas na cidade de Cianorte ao longo dos anos? Quais aspectos mais contribuíram para essas mudanças?
5. O(a) sr(a) acredita que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) desempenhou um papel relevante no desenvolvimento inicial de Cianorte, principalmente até 1980? Como avalia essa influência?
6. Quais eram, ao seu conhecimento, as expectativas ou projeções iniciais para o desenvolvimento da cidade feitas pela CMNP? Na sua visão, essas expectativas foram atendidas? Por quê?
7. O(a) sr(a) sabia que, analisando apenas os planos iniciais das cidades de Cianorte e de Maringá, a CMNP projetou Cianorte 18% maior que Maringá? Como o(a) sr(a) interpreta essa ambição da CMNP em relação ao desenvolvimento urbano da cidade?

8. A CMNP não concretizou alguns aspectos importantes do plano inicial de Cianorte, como a construção completa do bairro chamado Zona 5 e parte da Zona 6. Qual, na sua opinião, foi o motivo para essa lacuna no planejamento urbano?
9. Na sua visão, quem foram os principais agentes (pessoas, empresas, políticos ou outras entidades) que influenciaram o desenvolvimento urbano inicial de Cianorte? Por que acredita que essas figuras ou grupos foram determinantes?
10. Além de indivíduos e grupos específicos, o(a) sr(a) acredita que outros fatores, como questões econômicas, culturais ou ambientais, também influenciaram o desenvolvimento urbano inicial de Cianorte? Poderia explicar?
11. Para o(a) Sr(a), quais foram os motivos que fizeram com que a CMNP não concretizasse o planejamento inicial, projetado por Jorge de Macedo Vieira? Houve fatores específicos que, na sua opinião, impediram a realização desse plano?
12. De acordo com sua percepção, quais interesses políticos ou econômicos, tanto públicos quanto privados, mais influenciaram no processo de desenvolvimento da cidade? Como esses interesses moldaram o rumo tomado por Cianorte?